

59

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

Covid-19. Antropologias de uma pandemia

2021



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenador: Arlei Sander Damo

Editor-Chefe

Ruben George Oliven

Editores

Ari Pedro Oro

Arlei Sander Damo

Cristiana Bastos

Fernanda Cruz Rifiotis

Apoio editorial

Cristiane Miglioranza

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio – Universidad Católica Argentina (Argentina)

Alejandro Grimson – Universidad Nacional de San Martín (Argentina)

Carlos Alberto Steil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Christian Bromberger – Université d'Aix-Marseille (França)

Claudia Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Claudio Lomnitz – Columbia University (Estados Unidos)

Cornelia Eckert – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Daniel Miller – University College London (Reino Unido)

Enzo Pace – Università degli Studi di Padova (Itália)

Gustavo Lins Ribeiro – Universidad Autónoma Metropolitana (México)

Joan Pujadas – Universitat Rovira i Virgili (Espanha)

João Biehl – Princeton University (Estados Unidos)

João Leal – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Lília Schwarcz – Universidade de São Paulo (Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha – University of Chicago (Estados Unidos)

Marc Abélès – École des Hautes Études en Sciences Sociales (França)

Maria Filomena Gregori – Universidade Estadual de Campinas (Brasil)

Mariza Peirano – Universidade de Brasília (Brasil)

Michael Herzfeld – Harvard University (Estados Unidos)

Miriam Pillar Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Néstor García Canclini – Universidad Autónoma Mexicana (México)

Otávio Velho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paula Montero – Universidade de São Paulo (Brasil)

Pedro Ignacio Schmitz – Instituto Anchietano de Pesquisas (Brasil)

Sergio Visacovsky – Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina)

Setha Low – City University of New York (Estados Unidos)

Sherry Ortner – University of California Los Angeles (Estados Unidos)

Sonnía Romero – Universidad de la República (Uruguai)

Tim Ingold – University of Aberdeen (Reino Unido)

Linha Editorial

Horizontes Antropológicos (Qualis A1) é um periódico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Seus números são temáticos, abertos à pluralidade de interpretações e de abordagens que possam interessar à antropologia e áreas afins. Além de artigos alinhados à temática principal de cada número, *Horizontes Antropológicos* traz a seção Espaço Aberto, dedicada a entrevistas e artigos de excelência escritos por pesquisadoras/es com reconhecimento internacional entre seus pares e que colaboram com a revista, preferencialmente, a convite dos editores. Todos os artigos submetidos devem ser originais/inéditos, não podendo ter sido enviados simultaneamente a outra publicação ou órgão editorial. Como norma geral, os trabalhos submetidos são apresentados para avaliação prévia dos editores e dos organizadores de cada número temático. Os pré-selecionados são submetidos a pareceristas externos.



ano 27
número 59
janeiro/abril 2021

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

59 | Covid 19. Antropologias de uma pandemia

número organizado por

Arlei Sander Damo

Ceres VÍctora

Jean Segata

Patrice Schuch

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ano 27, n. 59, jan./abr. 2021



Expediente:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43111, Sala 116
91509-900 – Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3308-6625
E-mail: horizontes@ufrgs.br
Site: <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha>

Capa:

Projeto gráfico: Carla Luzzatto

Desenvolvimento gráfico: Fabíola de Carvalho

Ilustração: Randy Gilson, *Eternal masks is now*. Acervo Randyland (<https://randy.land>), Pittsburgh, Estados Unidos (foto: Carla Ruas)

Projeto gráfico do miolo, revisão e editoração eletrônica: Trema Assessoria Editorial

Este número é publicado com o suporte financeiro do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos da Pró-Reitoria de Pesquisa/UFRGS, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS e da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (Finep) através da Rede Covid-19 Humanidades MCTI (Convênio Finep/UFRGS n. 0464/20)

Catálogo: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades/UFRGS
Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Horizontes Antropológicos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. – Vol. 1, n. 1 (1995)-. – Porto Alegre : UFRGS. IFCH, 2009. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Antropologia. – ISSN 0104-7183 (impresso), ISSN 1806-9983 (on-line).

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-graduação em Antropologia Social*.

Horizontes Antropológicos está indexada em:

1FINDR
BASE – Bielefeld Academic Search Engine
DOAJ – Directory of Open Access Journals
Google Scholar
IBSS – International Bibliography of the Social Sciences
LAPTOC – Latin American Periodical Tables of Content
LatinRev – Red Latinoamericana de Revistas Académicas
en Ciencias Sociales y Humanidades da FLACSO
OJS – SEER
OpenEdition

Portal LivRe
ProQuest Social Science Journals via IBSS
Researching Brazil
ROAD
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SCIMAGO – Web of Science
SCOPUS
SHERPA ROMEO
Social Compass via IBSS

Signatory of



Sumário | Summary

Apresentação | Introduction

- 7 A Covid-19 e suas múltiplas pandemias
COVID-19 and its multiple pandemics
Jean Segata; Patrice Schuch; Arlei Sander Damo; Ceres Vítora

Artigos | Articles

- 27 Antropologia e pandemia: escalas e conceitos
Anthropology and pandemic: scales and concepts
Taniele Rui; Isadora Lins França; Bernardo Fonseca Machado; Gustavo Rossi;
José Maurício Arruti
- 49 A pandemia de Covid-19 na UTI
The COVID-19 pandemic in the ICU
Everson Fernandes Pereira
- 71 Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos
com vacinas contra o coronavírus no Brasil
Necropolitics and technological race: notes on clinical trials with
coronavirus vaccines in Brazil
Rosana Castro
- 91 Living the death of others: the disruption of death in the COVID-19
pandemic
Vivendo a morte dos outros: reconfigurações da morte na pandemia da
Covid-19
Marcos Freire de Andrade Neves

- 109 Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas
Community panels: the dispute for the truth of the pandemic in Rio's favelas
Palloma Valle Menezes; Alexandre Almeida de Magalhães; Caíque Azael Ferreira da Silva
- 129 Alucinando uma pandemia: ensaio sobre as disputas pela realidade da Covid-19
Hallucinating a pandemic: essay on disputes over the reality of COVID-19
Alexandre Branco-Pereira
- 147 La sociedad del espanto. Mallas de vidas en cuarentena
The society of astonishment. Meshwoks of lives quarantined
Octavio Bonet
- 165 Como compor com um vírus!? Reflexões sobre os *animal studies* no tempo das pandemias
How to compose with a virus!? Reflections on animal studies in pandemic times
Eliane Sebeika Rapchan; Fagner Carniel
- 183 Pós-pandemia ou a “endemização do (extra)ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil
The post-pandemic era or the “endemization of the (extra)ordinary”? A comparative analysis between the experiences of hunger, Zika Virus and COVID-19 in Brazil
Lis Furlani Blanco; Jonatan Sacramento
- 207 Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil
Health and migration: the COVID-19 pandemic and immigrant workers in slaughter-houses in southern Brazil
Daniel Granada; Marcia Grisotti; Priscila Pavan Detoni; Rosmari Cazarotto; Maria Conceição de Oliveira

- 227 *Vejez y vida cotidiana en tiempos de pandemia: estrategias, decisiones y cambios*
Aging and daily life in pandemic times: strategic, decisions and changes
Paulina Osorio-Parraguez; Pamela Jorquera; Matías Araya Tessini
- 245 *Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco*
Pregnancy, childbirth and postpartum in the pandemic: the multiple meanings of risk
Fernanda Loureiro Silva; Jane Russo; Marina Nucci
- 267 *A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19*
The *xawara* and the dead: Yanomami people, mourning and fighting along COVID-19 pandemic
Marcelo Moura Silva; Carlos Estellita-Lins
- 287 *São João em tempos de Covid-19: os impactos da pandemia do novo coronavírus nas experiências de participantes de quadrilhas juninas no interior cearense*
Feast of Saint John in times of COVID-19: the impacts of the new coronavirus pandemic on the experiences of dancers in Quadrilhas Juninas in the state of Ceará
Thiago Silva de Castro; Antonio Cristian Saraiva Paiva

Espaço Aberto | Open Space

- 307 *How Brazilian social scientists responded to the pandemic*
Como as cientistas sociais brasileiras reagiram à pandemia
Rodrigo Toniol; Miriam Grossi
- 337 *Descolonizando a saúde planetária*
Decolonizing planetary health
João Biehl

A Covid-19 e suas múltiplas pandemias

COVID-19 and its multiple pandemics

Jean Segata¹

<https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

jeansegata@gmail.com

Patrice Schuch¹

<https://orcid.org/0000-0002-0073-3496>

patrice.schuch@gmail.com

Arlei Sander Damo¹

<https://orcid.org/0000-0003-4368-6754>

arleidamo@gmail.com

Ceres VÍctora¹

<https://orcid.org/0000-0001-9363-3883>

ceresvictora@gmail.com

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Na linguagem epidemiológica, a irrupção situada de uma infecção entre determinadas populações ou porções geográficas é indicativo de um surto. Se a ocorrência se sustenta e também se avoluma e se espalha, ela caracteriza uma epidemia. Mas quando a escalada se mantém crescente e desordenada dificultando a circunscrição do evento, o caracterizamos como pandemia. Nesse caso, muitos surtos acontecem ao mesmo tempo, distribuídos por toda a parte, algumas vezes, em escala global. Foi assim com a Covid-19. Entre os primeiros casos confirmados na China, em dezembro de 2019, até a declaração de pandemia, feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, mais de 200 países e territórios já confirmavam contaminações com o vírus e, com elas, casos de desenvolvimento da doença e inúmeras mortes. Rapidamente, o “novo coronavírus” se tornava uma unanimidade e a pandemia da Covid-19 passou a produzir cenários de exceção e de incerteza. Setores da ciência correram para desenvolver formas de tratamento e de cura, enquanto que medidas de contenção, baseadas na dinâmica biológica de atuação do vírus, alargaram os sentidos da palavra “protocolo”, compondo novos discursos e práticas que têm intervindo no cotidiano de pessoas e de instituições.

Acontece que o tipo de evento crítico que temos vivido excede a celebração pública da virologia e das categorias que definem as tendências epidemiológicas. A sua escala global não significa universalidade, tampouco justifica a sua homogeneização (Segata, 2020a, 2020b). De forma direta: a pandemia é um evento múltiplo e desigual. Os surtos que a constituem têm intensidades, qualidades e formas de agravo e prevalência muito particulares. Há formas de estabelecer alguns padrões, como, por exemplo, a identificação do agente patógeno e a compreensão da infecção, mas distinções socioeconômicas, culturais, políticas, ambientais, coletivas ou mesmo individuais tensionam a homogeneidade do risco, da vulnerabilidade, da doença e do cuidado “vírus centrado”.

Pandemia é, assim, um tipo abstrato cuja realização precisa ser compreendida a partir de exercícios descritivos do sensível em vez da exaltação de indicadores e métricas internacionais de avaliação. O volume de casos, as proporções entre quem destes adoeceu e precisou cuidados médicos e em que nível de atenção; o número de mortes; as intersecções de gênero, e de raça; o nível socioeconômico, a faixa etária, o grau de instrução ou o tipo de atividade profissional são algumas das informações quantificáveis que são fundamentais para a compreensão dos formatos epidemiológicos da crise. Mas é preciso “preencher” esses dados com trajetórias, biografias e experiências individuais

e coletivas que nos permitam dar conta das memórias e múltiplos sentidos desse evento crítico.¹ Dessa forma, o saber-fazer científico, qualitativo e político da antropologia exerce um papel fundamental no processo de enfrentamento da pandemia, pois, se a Covid-19 não se realiza de forma homogênea, as respostas a ela e às suas múltiplas pandemias também não podem ser. No entanto, a natureza episódica e excepcional desse tipo de crise em tempo real impele respostas imediatas (Rosenberg, 1992). Costumeiramente, elas ecoam os modelos globais que, nesse caso, têm o vírus como sendo a infraestrutura central que permite pular de um contexto a outro carregando consigo conhecimentos e técnicas que evitam as interpretações culturalistas de saúde e doença e dificultam os modelos explicativos locais. Portanto, colocar o novo coronavírus um pouco de lado e atentar para outros dispositivos que compõem com ele as múltiplas pandemias é um exercício de descolonização que precisa ser protagonizado pela pesquisa social. Conhecer um agente patógeno é fundamental e o novo coronavírus é um informante privilegiado. Mas a sua superexposição costuma desviar a atenção dos agravantes locais, constituídos de profundas estruturas de desigualdade e injustiça social.

Tendo isso em mente, este número temático de *Horizontes Antropológicos* explora a multiplicidade da Covid-19 a partir de debates teóricos e experiências etnográficas que intersectam os interesses dos mais diversos campos e temas que constituem a pluralidade da disciplina e que colocam em relevo conhecimentos, práticas e vidas situadas. O que o conjunto de artigos que aqui apresentamos mostra é que,

de um ponto de vista antropológico, um vírus sozinho não faz pandemia tampouco explica a doença que pode resultar do contato com ele. Há sempre um

-
- 1 Mesmo que pandemias não sejam acontecimentos sem precedentes como foi o caso da Partição da Índia, o assassinato de Indira Gandhi e o desastre de Bophal, analisados por Veena Das (1995), o conceito de “evento crítico”, resgatado por ela a partir da obra de François Furet, fornece pistas para pensar a pandemia de Sars-CoV-2. Destacamos, em especial, o caráter aberto dos “acontecimentos” e a sua capacidade de se projetar para o futuro; as disputas e apropriações de seus significados por parte de instituições e atores sociais; e sua maneira mais ou menos visível e silenciosa de afetar o presente e moldar futuras expectativas, em consonância com Ortega (2008). Os “eventos críticos” são experiências que, nas palavras deste autor, “desestabilizam categorias socialmente estabelecidas e geram contextos fluidos nos quais o reforço do sentido desempenha um papel fundamental na lógica da mudança, ou seja, nos mecanismos que regem a sucessão de um evento por outro” (Ortega, 2008, p. 31, tradução nossa).

emaranhado mais ou menos contingente que estabelece condições favoráveis para que eventos como este ganhem forma, extensão e intensidade. (Segata, 2020b, p. 8).

Então, a falta d'água em inúmeras comunidades faz pandemia. Economia e trabalho precário que impedem que toda a população se isole e viva o tempo do cuidado com a necessária segurança fazem pandemia. Os muitos negacionismos, as *fake news*, os números distorcidos e os protocolos continuamente flexibilizados fazem pandemia. O racismo estrutural e ambiental, as desigualdades de gênero, as injustiças e exclusões sociais e a falta de acesso aos direitos fundamentais fazem pandemia. Ônibus lotado, linhas de produção a todo vapor, festas clandestinas e comércio aberto também fazem pandemia. A lista de problemas recalcitrantes é grande e o vírus é só um dos itens dela. Como sugere Segata (2020b, p. 8, grifo do autor), em uma linha de discussão com os termos de Mol (2002), “são as materialidades, os discursos e as práticas particulares que *atuam* múltiplas vulnerabilidades e riscos, mas também as formas de cuidado e a própria experiência de saúde, do adoecimento e da cura”.

Múltiplas discursividades

Muitas têm sido as iniciativas antropológicas dispostas a compreender os modos de realização da pandemia inscritos em discursividades, escalas e sentidos em disputa. O artigo que abre este número traz uma amostra dessas frentes. Intitulado “Antropologia e pandemia: escalas e conceitos”, o trabalho de Taniele Rui, Isadora Lins França, Bernardo Fonseca Machado, Gustavo Rossi e José Maurício Arruti apresenta um arrazoado das respostas intelectuais à pandemia, sistematizando algumas das publicações das ciências sociais que marcaram o primeiro trimestre dela. De um lado, o artigo reage à “infodemia” que acompanhou a pandemia – ou seja, ao conjunto amplo, veloz, difuso de informações que buscaram dar sentido à Covid-19, ressaltando o seu caráter múltiplo e agenciado em cadeias de implicações. O trabalho, assim, coloca em relevo iniciativas preocupadas com a promoção de um “debate qualificado” por meio da publicação periódica de textos metodologicamente fundamentados, teoricamente articulados e politicamente combativos. De outro, ele traz uma

análise sobre esse conjunto de publicações, ressaltando duas problemáticas – a da escala e a do governo da vida como sendo conceitos-chave para a compreensão do contemporâneo.

Em termos de escala, o artigo caracteriza, de um lado, os trabalhos que tendem a endossar uma suposta experiência global da pandemia, que tem a humanidade como parâmetro universal e é impactada por fenômenos supostamente universais, como a crise diante da irrupção viral, o Antropoceno, o capitalismo e as experiências das classes trabalhadoras. De outro, a escala é notada em trabalhos que se “empenharam em destacar as diferenças e esmiuçar os enfrentamentos locais” de onde emergem análises contextuais e engajadas, cujo foco principal é a forma desigual de como a pandemia atinge diferentes populações. No segundo eixo, Rui, França, Machado, Rossi e Arruti mapeiam o emprego dos conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica para caracterizar o modo como a noção de governo da vida é acionada nas análises da pandemia. Para eles, ao articular “poder, vida e morte, corpo e biologia”, “políticas dos corpos”, “gestão da vida” e a exploração, instrumentalização e “eliminação sistemática de determinados corpos”, essas três categorias se tornaram chaves analíticas incontornáveis para análises sociais e políticas da pandemia de Covid-19. Escala e governo da vida podem ser, como concluem o artigo, articulados entre si, abrindo novos contextos e injunções analíticas que permitem explorar as muitas camadas de complexidade do momento que atravessamos. Confirmando essa afirmação, como veremos na sequência, escala e governo da vida são problemáticas que também servem de norte analítico para alguns dos artigos deste número de *Horizontes Antropológicos*.

Um exemplo disso é o artigo de Everson Fernandes Pereira, intitulado “A pandemia de Covid-19 na UTI”. O artigo de Pereira analisa os discursos em torno das taxas de ocupação dos leitos das unidades de terapia intensiva (UTI), do município de Porto Alegre. Inspirado no debate antropológico sobre escalas e métricas, e no conceito de necropolítica de Mbembe (2016), o autor analisa como a “normalidade” e o “controle” da situação epidemiológica da cidade passaram a ser construídos sob a ideia de estabilidade dos níveis de ocupação de leitos de UTI, nem sempre fazendo referência ao fato da estabilidade estar condicionada à contínua expansão de leitos disponíveis. A pandemia parecia estabilizada, quando na verdade o crescente número de casos graves não alterava os níveis de ocupação. Esse processo atuou em favor de uma domesticação

à abstração, já que a experiência de risco e cuidado passou a ser modulada também por este instrumento, a métrica, cada vez mais distante do sensível: a atenção aos níveis de contaminação passa a se alterar com a sensação de tranquilidade ou de perigo iminente forjada pelo número de vagas de UTI ocupadas. Assim, além de passar a sensação de contínuo investimento em equipamentos de resposta à pandemia, esse jogo equilibrava constantemente a balança entre ocupação e vagas e abria margens para a “retomada da normalidade” nas atividades industriais, comerciais e escolares do município, expondo a população mais agudamente às contaminações com o vírus – uma necropolítica dos números, como sugere o autor.

Ainda na chave da necropolítica, o artigo de Rosana Castro explora o modo como o Brasil se configurou como um dos epicentros da pandemia mundial em 2020 e, assim, um laboratório de vacinas o colocou na mira dos interesses da indústria farmacêutica. Intitulado de “Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil”, o trabalho explora o modo como o envolvimento do Brasil na testagem de vacinas não traz quaisquer garantias de ampla vacinação à população brasileira. A razão são as enormes desigualdades de acesso à saúde, marcadas, entre outras, pelo crônico descaso com populações indígenas e o racismo estrutural que expõe negros e negras a cargas acumuladas de vulnerabilidade, mas que são agravadas, atualmente, pelo negacionismo científico. Assim, a negatividade das ações de controle da pandemia foi convertida em um fator de positividade para a testagem de imunizantes, já que o país sustentou continuamente um quadro epidemiológico com elevadas taxas de contaminação e de mortalidade, em meio a uma população valorada como “racial e etnicamente ‘diversa’ [...], interessante para a qualificação e extrapolação dos resultados dos ensaios clínicos”. Trata-se, assim, de uma necroeconomia política da produção biotecnológica, que converte condições de vida “crônicas e agudas [...] desigualmente vetorizadas pelo racismo” em um capital de mercado para empreendedores da ciência farmacêutica local e global.

O quarto artigo deste número de *Horizontes Antropológicos* retoma o acento de análises sobre o modo como são geridos os dados da pandemia. Em “Living the death of others: the disruption of death in the COVID-19 pandemic”, Marcos Freire de Andrade Neves mostra como as informações sobre “contágio” e “óbito” são disputadas (e descontextualizadas) para tornar a pandemia legível e governável entre setores de interesse. Em outros termos, embora a estatística auxilie

na governança da pandemia, ela ofusca o cotidiano de vida e morte. Como o autor nos mostra, os números se tornaram ferramentas poderosas para legitimar o poder de governanças nacionais e globais da pandemia. No caso do contágio, eles produzem uma narrativa que coloca o vírus no centro de uma economia moral que reconfigura subjetividades e prioridades. No caso dos óbitos, mesmo que não produzam consensualidade, os números podem imprimir a gravidade do evento, como podem colocá-los em negação, como é o caso, por exemplo, de quando mortes e suas causas são questionadas, banalizadas e negadas. De toda forma, como mostra Andrade Neves, números sobre contágio e óbitos, em si, não permitem conhecer o complexo de mediações técnicas, médico-legais e burocráticas em torno da sua produção, tampouco capturam as complexidades das experiências vividas localmente com o cuidado de si, das coletividades e com a morte.

Na sequência, o trabalho de Palloma Valle Menezes, Alexandre Almeida de Magalhães e Caíque Azael Ferreira da Silva, “Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas”, descreve e analisa a iniciativa dos painéis comunitários de mapeamento da Covid-19 em favelas cariocas, mobilizados a partir da falta ou da inconsistência de informações sobre a pandemia nesses territórios. O artigo sugere que as inúmeras dificuldades de sistematização de informações nos mais diversos campos de interesses de políticas sociais, sobremaneira naquelas de saúde, ecoa a insistente política de esvaziamento de dados. Essa escassez de informação realiza um tipo de apagamento de problemas que resulta em precarização que deliberadamente coloca algumas camadas da população em maior exposição a situações como as de contaminação com vírus e agravamento de infecções como a Covid-19. Ao não “existirem enquanto dados” oficiais, as populações de alguns territórios historicamente vulnerabilizados são férteis candidatas a serem excluídas de políticas de testagem, tratamento e imunização, bem como a políticas de assistência social. Contudo, como mostram a autora e os autores do artigo, ao produzirem estatísticas próprias, esses painéis comunitários passam a inscrever um novo ente – “a pandemia nas favelas” – que visibiliza, negocia e agencia uma cadeia de transformações que insere as populações desses territórios e a sua luta em defesa da vida no debate público.

Ainda no registro das discursividades, o trabalho de Alexandre Branco-Pereira, intitulado “Alucinando uma pandemia: ensaio sobre as disputas pela realidade da Covid-19” atenta para as formas de produção

singular de mundos pandêmicos onde se sobressaem ansiedades em torno de um vírus potencialmente mortal que são contrapostos por discursos pró-ciência que justificam, entre outras coisas, a reabertura e a flexibilização das atividades de diversos setores em um plano de suposta normalidade. Trata-se, portanto, de realidades em disputa que perpassam experimentações psicológicas, comunidade científica e agentes estatais onde, nas palavras do autor, “a imanência da realidade é um processo política e simbolicamente disputado”. No entanto, em uma espécie de negação dos mundos da pandemia, vividos e experimentados pelos indivíduos, a definição do comum passou a se ancorar na ciência imaginada como neutra e livre de ideologias e a condução do tipo de realidade que resulta desse processo encontrou no Estado o seu gestor legítimo.

Na sequência, trazemos o trabalho de Octavio Bonet, intitulado “La sociedad del espanto. Mallas de vidas en cuarentena”. Mobilizando um conjunto de orientações teórico-metodológicas inspiradas em autores como Marcel Mauss, Gregory Bateson e Tim Ingold, Bonet sugere que a pandemia e a quarentena, como eventos críticos e traumáticos, nos permitem descrever novas identidades e coletividades. Essa sociedade do espanto que emerge com a pandemia é um modo de perceber um mundo transformado, que passa a ser habitado por novas subjetividades em um conjunto entrelaçado de linhas de vida, crescimento e movimento que enredam o humano e os ambientes em dimensões biológicas, psicológicas e sociais.

Finalmente, ainda nessa linha de atenção sobre as múltiplas discursividades da pandemia, o texto de Eliane Sebeika Rapchan e Fagner Carniel, intitulado “Como compor com um vírus!? Reflexões sobre os *animal studies* no tempo das pandemias”, traz importantes reflexões sobre a pandemia a partir de um olhar dos estudos das relações entre humanos e animais. Ainda que ambivalente – pois esperado e surpreendente ao mesmo tempo –, o aparecimento de um novo vírus é frequentemente naturalizado pelos discursos das antropozoonoses. Mas o trabalho de Rapchan e Carniel tensiona a rapidez com a qual essas explicações zoonótico-emergentistas ganham amplitude nos discursos acadêmicos e na opinião pública, ao mostrar as condições que enredam animais, humanos, ambientes, mas também o capitalismo, a destruição antrópica dos ambientes e as múltiplas formas de convivência e contágio que tecem uma miríada muito mais complexa de relações. Em outros termos, pandemias têm raízes muitos mais profundas e extensas. Problemas sanitários também

formam questões políticas, históricas, sociais e ecológicas que são protagonizadas por humanos, animais e ambientes. A antropologia precisa, numa chave multiespécie, encontrar um lugar vívido em etnografias que compreendam essa complexidade.

Múltiplas experiências

Pandemias disputadas nas discursividades também revelam experiências múltiplas. O nono artigo deste número de *Horizontes Antropológicos* nos traz um bom exemplo disso. Intitulado “Pós-pandemia ou a ‘endemização do (extra) ordinário’? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil”, o artigo de Lis Furlani Blanco e Jonatan Sacramento nos coloca diante das intersecções entre algumas das crises crônicas que são experienciadas simultaneamente no Brasil – a fome, a Zika e a Covid-19. Ao recuperar essas experiências epidêmicas anteriores, os autores tensionam a ideia corrente de “novo normal”. A fome no Brasil é um novo normal há décadas. A Zika e as lutas por direitos à saúde em torno dela, que ainda ganham lugar no Nordeste brasileiro, também já foram convertidas em novo normal. Agora, a despeito de não ter havido significativo declínio nos números de contaminações e mortes, a recalcitrante vontade das autoridades políticas de endemizar o extraordinário já firma também a sua tendência com a pandemia de Covid-19. Para os autores, as experiências com a fome e a Zika atestam que não há um “pós-pandemia”. Antes, as temporalidades desses eventos e os fatores externos à sua epidemiologia é que se mostram decisivos para que eles sejam integrados, perversamente, como parte da vida cotidiana de certas populações que não entram na conta dos interesses internacionais. O novo normal sempre se inscreve em geografias desiguais.

Na sequência, Daniel Granada, Marcia Grisotti, Priscila Pavan Detoni, Rosmari Cazarotto e Maria Conceição de Oliveira, em “Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil”, trazem um importante registro que intersecta o tema da saúde e das migrações a partir dos casos de Covid-19 relacionados à indústria de processamento de carne. O autor e as autoras destacam as dificuldades de acesso à saúde e aos direitos básicos, incluindo as formas de proteção laboral;

a discriminação racial, a xenofobia e as vulnerabilidades socioeconômica são alguns fatores que marcam as condições de trabalho desses migrantes nos frigoríficos. Muitos deles são jovens negros, migrantes da Venezuela, do Haiti e do Senegal. Outros são indígenas de territórios do oeste do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que trabalham em condições extremamente precárias. Como também já mostraram Segata, Beck e Muccillo (2020) a respeito da situação das contaminações com Covid-19 entre trabalhadores desse setor no Rio Grande do Sul, a situação analisada por Granada, Grisotti, Detoni, Cazarotto e Oliveira nos mostra como nos frigoríficos, humanos e animais são explorados pelo capitalismo da carne e compartilham situações de vulnerabilidade e sofrimento que demandam atenção urgente em termos de implementação de políticas públicas de saúde. Como sugerem o autor e as autoras do artigo, essas políticas precisam integrar as novas modalidades de interdependência de setores produtivos, indivíduos e grupos sociais – sobretudo migrantes e indígenas – e saúde ambiental, para um enfrentamento mais amplo da pandemia.

O tema da Covid-19 entre populações vulneráveis também é desenvolvido por Paulina Osorio-Parraguez, Pamela Jorquera e Matías Araya Tessini, no artigo intitulado “*Vejez y vida cotidiana en tiempos de pandemia: estrategias, decisiones y cambios*”. A partir de entrevistas realizadas com idosos de distintas condições socioeconômicas no Chile, eles abordam as transformações cotidianas nos âmbitos econômico-laboral, afetivo, domiciliar e familiar. Em uma linha de trabalho que ressoa o tipo de pesquisa desenvolvida por Schuch, VÍctora e Siqueira (2020), o artigo também contraria as histórias únicas e generalizantes de construção do sujeito idoso como grupo de risco, exaltadas pelas políticas globais da saúde biomédica que privilegiam a noção de um corpo orgânico, sujeito à infecção de forma mais ou menos homogênea. Em cena, estão as distintas forças e capacidades de agência adquiridas pelos idosos por meio de suas experiências biográficas. Elas envolvem a organização da vida da gestão de riscos frente a crises sanitárias, considerando os diferentes níveis de autonomia, de interdependência familiar, de envolvimento em redes de vizinhos, mas também sua posição social, econômica e de gênero.

Na sequência, Fernanda Loureiro Silva, Jane Russo e Marina Nucci, em “*Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco*”, tensionam as implicações da inclusão das gestantes e puérperas como um “grupo

de risco”, lado a lado a pessoas acima de 65 anos e aquelas com doenças preexistentes. Apesar de inexistência de claras evidências de que grávidas e puérras padecessem de maior risco de adoecimento grave por infecção pelo novo coronavírus do que a população geral, já nos primeiros meses da pandemia o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou recomendações específicas para esse grupo, sob a justificativa de uma “vulnerabilidade” aumentada própria da sua condição. No artigo as autoras discutem como essa iniciativa – a qual foi recebida com entusiasmo por parte de profissionais da “assistência humanizada”, entre elas, doulas, médicas, enfermeiras – entra em choque com princípios, práticas e significados do movimento de humanização (MH). Além de destacar uma possível incoerência entre, por um lado, a defesa da pauta da “desmedicalização” por parte de ativistas e, por outro, a adesão a uma classificação de risco que implica necessariamente um maior controle biomédico sobre o processo de parto e puerpério, as autoras apontam ainda os efeitos de obscurecimento das desigualdades estruturais operado por uma categoria abrangente de risco, como se a “vulnerabilidade” não tivesse raça/cor nem classe social.

Intitulado “*A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19*”, o penúltimo artigo de *Horizontes Antropológicos*, de Marcelo Moura Silva e Carlos Estellita-Lins, oferece uma reflexão sobre os efeitos da pandemia entre os Yanomami. Para além de uma contabilidade de adoecimentos e mortes, o que sem dúvida é importante por revelar desigualdades e vulnerabilidades na relação com diferentes agentes e relações político-etiológicas, os autores discutem as tensões entre concepções Yanomami sobre a morte e origem das doenças e discursos e práticas epidemiológicas e de biossegurança no contexto da pandemia. O artigo analisa em particular a exigência de práticas de sepultamento consideradas biosseguras para aqueles que morrem em decorrência do novo coronavírus e quais as implicações desse tipo de sepultamento para o ritual funerário *reahu*, que é vital tanto para os mortos, por os colocarem no rumo do seu destino pós-vida, como para os vivos, porque “administram as fronteiras e as dinâmicas de distanciamento e aproximação entre vivos e mortos, parentes e afins, aliados e inimigos (Albert, 1985)”. Os autores analisam ainda a maneira como os Yanomami percebem o coronavírus, menos como um evento excepcional e sim como efeito de relações patogênicas históricas mais amplas.

Por fim, os impactos da pandemia de Covid-19 são colocados em relevo por Thiago Silva de Castro e Antonio Cristian Saraiva Paiva, em “São João em tempos de Covid-19: os impactos da pandemia do novo coronavírus nas experiências de participantes de quadrilhas juninas no interior cearense”. Os autores argumentam, a partir de seu estudo etnográfico, o rico universo das quadrilhas de São João que se apresenta como um espaço singular de atuação e expressão cultural-artística, bem como de inclusão de LGBTI+ e de pessoas autodeclaradas negras ou pardas moradoras da periferia da cidade que ocupam diferentes funções na produção e execução dos espetáculos. A interrupção dos trabalhos dos grupos juninos, nesse sentido, representa mais do que uma lacuna na expressão cultural regional, impactando todo “um espaço de reconhecimento simbólico das potencialidades dos sujeitos que promovem tal manifestação”. A realização de encontros virtuais se apresenta como uma alternativa para alguns participantes, embora seja difícil substituir as dinâmicas afetivas e corporais que se processam nos contextos do São João.

Na seção Espaço Aberto deste número de *Horizontes Antropológicos* encontramos mais duas importantes contribuições antropológicas para pensar as multiplicidades da pandemia de Covid-19. A primeira delas analisa os “boletins da Anpocs”, como ficou correntemente conhecido o conjunto de publicações que saíram sob a rubrica de *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*. O boletim é objeto da análise do primeiro artigo deste número de *Horizontes Antropológicos*, de Rui, França, Machado, Rossi e Arruti, já mencionado anteriormente, mas é detidamente analisado por Rodrigo Toniol e Miriam Grossi sob a forma de um profícuo exemplo de intervenção acadêmica no debate público. Intitulado “How Brazilian social scientists responded to the pandemic”, o trabalho apresenta um balanço crítico das produções realizadas durante a pandemia, relacionado-as e contrastando-as com características mais gerais da produção científica das ciências sociais brasileiras na área da saúde. Notando que, no Brasil, a pandemia agiu tal como um caleidoscópio que a cada torção apresenta um novo arranjo de imagens de fundo e conteúdo, os autores referem que a pandemia de Covid-19 tornou-se um ponto de partida para esforços de naturezas bastante variadas, demonstrando não apenas a vitalidade do campo das ciências humanas, mas também a própria relevância da rearticulação de força das instituições científicas da área.

Fechando a seção Espaço Aberto deste número de *Horizontes Antropológicos*, temos o trabalho de João Biehl, intitulado “Descolonizando a saúde planetária”, que sintetiza um conjunto de críticas ao modo como a saúde global opera um perverso imperialismo tecnocrático que oblitera saberes e práticas locais. Mais que isso, ele reforça a necessidade de um posicionamento crítico-decolonial que amplifique o seu escopo para além dos humanos, privilegiando um olhar sobre ecossistemas e sobre a vida do planeta no seu sentido mais amplo. Percorrendo as possíveis contribuições da antropologia nessa área e, sobretudo, mapeando a relevância dos seus instrumentos e conceitos na produção de estudos críticos acerca da saúde global – tais como as noções de vulnerabilidade estrutural, determinantes políticos, racialização, farmacêuticalização e descolonização do saber – Biehl destaca a importância da noção de “horizontar”. Tal conceito, desenvolvido por Petryna (2017), convoca ao prospectar horizontes a partir do “escutar, ouvir e contar outras histórias”, transcendendo a repetição de registros oficiais, muitas vezes excludentes e homogeneizantes.

Múltiplas antropologias

De um modo geral, os artigos deste número de *Horizontes Antropológicos* ecoam, mais amplamente, os interesses de uma “antropologia pública” (Biehl; Petryna, 2013; Fassin, 2013), na medida em que estão comprometidos com uma problemática emergente de preocupação política coletiva e engajados na produção de conhecimentos que fomentem diálogos críticos *com* e *para* públicos diversos e também *com* e *sobre* os próprios modelos de gerenciamento da pandemia.

A partir da compreensão da heterogeneidade e da desigualdade associadas a esse evento crítico e movidas pelo esforço de compreensão descritiva do sensível, as abordagens apresentadas neste volume podem ser consideradas simultaneamente *responsivas* e *responsáveis* (Fonseca *et al.*, 2016) – ecoando o chamado de Das (2020) acerca das responsabilidades antropológicas devidas às comunidades marginalizadas, em face da pandemia da Covid-19. Tais responsabilidades implicariam, segundo a autora, produzir fatos melhores e mais bem fundamentados sobre as variações das realidades locais, bem como acerca dos processos de triagem realizados em cenários de escassez, muitas vezes invisibilizados nas experiências de governança, elas próprias também inspiradoras

de reflexões, uma vez que são imensamente variadas e contraditórias. Fundamental, ainda, seria a possibilidade de problematizar a gestão da atual crise a partir de seu relacionamento com as insistentes e permanentes experiências de pobreza e de desigualdade no acesso às infraestruturas de saúde, condições possibilitadoras de agravamento dos efeitos da pandemia (Das, 2020).

Dessa forma, ao analisar a pandemia a partir de suas multiplicidades de materialidades, discursos, práticas, experiências e formas de cuidado, os artigos deste número optam por uma compreensão sutil e nuançada do fenômeno, já conclamada por Das (2020). Tal abordagem importa porque não apenas complexifica o entendimento da pandemia, mas expande nesse escopo as possibilidades de sua discussão para além dos pontos de vista biomédicos, tão comuns no âmbito público, amplificando os debates em torno da criação de opções para o próprio gerenciamento das crises. Nesse cenário, é de suma importância a ideia aqui já trazida de “descolonizar a pandemia”, isto é, de ir além dos modelos globais que privilegiam soluções uniformes, com poucas relações com a variedade das realidades locais. Para tanto, as pesquisas antropológicas possuem um papel fundamental, como também salienta Biehl em seu artigo neste número, na medida em que refletem criticamente sobre formas de conhecimento e intervenção que reproduzem e invisibilizam mecanismos de exclusão, mas também colocam em evidência formas emergentes de política, de cuidado e de resistência que podem ser mecanismos eficazes de enfrentamento à pandemia.

Essa dupla possibilidade constitutiva da tarefa de “descolonizar a pandemia” evidencia os desafios implicados na própria produção de uma “antropologia pública”, nos termos de Fassin (2013): de “popularização”, que tem a ver com modos criativos e estilos de comunicação dirigidos a públicos variados – incluindo-se o acadêmico –, e de “politização”, referente exatamente à proposição de mudança e com o potencial de impactar as políticas. Já ressaltamos aqui o compromisso com uma antropologia *responsiva* e *responsável* presente na configuração das problemáticas de engajamento crítico dos artigos deste número. Cabe destacar, de outro lado, a abertura aqui proposta para formas de escrita e engajamento público que contribuam no alcance de públicos mais amplos do que aqueles diretamente relacionados à antropologia acadêmica.

Com formato especial – mais curtos e com análises críticas e respostas propositivas direcionadas a uma audiência mais ampla do que a da comunidade acadêmica – os artigos aqui presentes estão implicados no desafio

de popularizar e politizar as contribuições antropológicas sobre a pandemia. Especialmente no Brasil, país marcado por profundas e persistentes desigualdades sociais, raciais, de gênero e de capacitismo, além de políticas obtusas e contraditórias de enfrentamento à pandemia, esse empreendimento também se reveste de especial importância. Isso porque possibilita a inscrição pública de uma memória das lutas e do luto de comunidades marginalizadas, as quais frequentemente não têm suas mortes mapeadas e oficialmente registradas como tendo sido produzidas pela pandemia e para as quais, portanto, têm sido politicamente recusado o próprio direito ao luto.

Na articulação com o ativismo de organizações e movimentos sociais variados, as pesquisas antropológicas em curso evidenciam esse engendramento político da ilegitimidade de certas vidas, simultaneamente produzindo narrativas e gêneros inovadores de comunicação que visam inscrever lutas e lutos de vidas que deixam saudade. Tais gêneros propõem inscrever politicamente não apenas os esforços de controle na gestão dos mortos pela Covid-19, como aponta Wagner (2020) no caso do gênero “obituário” analisado para o caso das organizações indígenas e quilomboas, mas a legitimidade das histórias, biografias e rostos de mulheres latino-americanas e caribenhas apresentado na plataforma Instagram pela iniciativa “Women in Times”, formulada por Diniz, Carino e Fraiz ([2020]). Nesse mesmo sentido também se destaca o projeto “reliquia.rum”, produzido por Débora Diniz ([2020]) e apresentado via Instagram, o qual produz um relicário das memórias das vidas e mortes de mulheres e de mulheres grávidas no cenário da pandemia no país (Diniz, [2020]).

Sem dúvida, tais iniciativas materializam esforços já existentes, como, por exemplo, aqueles reunidos no blog *Microhistórias. Contando sobre a epidemia do Zika vírus a partir das antropologias feitas em Pernambuco*, organizado por um coletivo de pesquisadoras coordenado por Soraya Fleischer (Fleischer *et al.*, [2017]). A iniciativa do blog – que ecoa em outras mais recentes experiências semelhantes, como o blog *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS* (UFRGS), por exemplo – tem o triplo objetivo de manter viva a discussão sobre a epidemia do Zika vírus e sobre seus efeitos nas vidas de crianças, mulheres, famílias e comunidades diretamente atingidas; possibilitar o aprimoramento pedagógico das antropólogas em formação, incentivando a escrita de textos mais curtos que provoque os modos convencionais de escrita acadêmica; e, finalmente, popularizar e fazer chegar mais longe a prática antropológica. E o blog é uma, entre as

demais variadas formas de divulgação científica da pesquisa realizada, também publicada em formato de livro em Fleischer e Lima (2020) e divulgada em palestras e eventos científicos.

É nesta direção também de popularização da antropologia que poderíamos citar a proliferação recente de *podcasts* antropológicos produzidos no âmbito de programas de graduação e pós-graduação em Antropologia, como, por exemplo, o *Antrópolis* (UFPEL), o *Antropológica* (UFT), o *Conversas da Kata* (UnB), *Conversas (In)Convenientes* (UFSC), o *Mundaréu* (Unicamp/UnB), *MuseuLógicas/série Antropológicas* (UFPE), o *Selvagerias Podcast* (USP), além de outras iniciativas igualmente relevantes formuladas individualmente ou em parceria entre colegas, como o *podcast Campo* (Paula Lacerda e Carol Parreiras) e o *Antropocast* (Fred Lúcio).

Também são dignas de nota as propostas das organizações acadêmicas de referência na área, destacando-se a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), que, em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM), lançaram conjuntamente o *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, já referido e analisado neste número. O projeto, posteriormente publicado como uma coletânea (Grossi; Toniol, 2020), reuniu textos curtos, destinados a temáticas variadas, produzidos por cientistas sociais que fazem pesquisa no Brasil, não apenas demonstrando o vigor e o comprometimento disciplinar de pesquisadoras e pesquisadores da área no Brasil, mas também produzindo uma memória das formas variadas desse engajamento, na exploração criativa das contribuições possíveis de uma antropologia feita no Brasil em face da pandemia.

Finalmente, cabe ainda mencionar que este número de *Horizontes Antropológicos* foi projetado há um ano, como uma resposta imediata ao anúncio da pandemia mundial de Covid-19, em 11 de março de 2020. Trata-se de uma iniciativa conjunta dos editores da revista e a Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Liderada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS-UFRGS), a Rede mobiliza mais de 90 pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde do Brasil e do exterior. Ela conta com a parceria da Fiocruz, do Instituto Brasil Plural da UFSC, da UnB, da Unicamp, da UFRN, da UFSM e da Unidavi

e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia. A Rede produz pesquisas qualitativas que analisam o impacto da Covid-19 entre os profissionais de saúde e grupos vulneráveis em situação de isolamento social, com o objetivo de subsidiar ações na resposta à pandemia no Brasil. O ponto-chave dessas pesquisas vem exatamente ao encontro dos propósitos deste número de *Horizontes Antropológicos*: colocar em relevo a multiplicidade da pandemia, situando as suas implicações científicas, tecnológicas, sociais, políticas, históricas e culturais. Se a pandemia é múltipla, as respostas a ela também precisam ser.²

Assim, tomadas em conjunto, as iniciativas acima descritas e os artigos que compõem este número evidenciam abordagens analíticas densas que, necessariamente, são mais situadas e menos contemplativas e, na medida em que são também feitas em situações de grande incerteza, abrem mão de procedimentos totalizantes e são evidentemente mais abertas às contingências e às provisoriiedades das dinâmicas do mundo. Isso sugere que se a antropologia tem um potencial criativo na evocação das múltiplas e desiguais pandemias, como viemos argumentando ao longo desta apresentação, a complexidade desse evento crítico reverbera, por outro lado, como um momento importante de pensar de maneira renovada sobre a própria disciplina e suas formas de politização e de atuação pública.

Na capa deste número apresentamos a escultura *Eternal masks is now*, do artista Randy Gilson. Exposta no museu a céu aberto Randyland (<https://randyland.com>), em Pittsburgh, Pensilvânia, Estados Unidos, ela representa um segmento de uma obra de arte maior composta por instalações feitas a partir de sucata. O artista autorizou o uso da imagem para fins não comerciais e solicitou que nesta apresentação fosse incluído o seguinte comentário sobre a peça: “We all have something in common.” A foto da escultura, de autoria da fotógrafa Carla Ruas, foi cedida a pedido dos organizadores/as desta edição.

2 Temos desenvolvido este tópico a partir de diversas frentes de pesquisa contexto da Rede Covid-19 Humanidades MCTI. Nela integramos o projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 Finep/UFRGS). Além deste projeto, nossas pesquisas têm sido financiadas também por outras agências: Jean Segata, Patrice Schuch e Arlei Sander Damo são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. Ceres Vítora é bolsista Capes (código de financiamento 001).

Este número chega ao leitor quando a pandemia completa um ano. Mas ele não encerra os seus desafios. Antes, ele registra alguns dos esforços da disciplina para situar, complexificar, descolonizar e abrir algumas luzes analíticas para a compreensão desse evento crítico. Infelizmente, ao completar esse primeiro ano, a pandemia já acumulou mais de 115 milhões de casos confirmados no mundo, entre os quais mais de 2,5 milhões vieram a óbito. Onze milhões desses casos confirmados são do Brasil, onde o número de mortes já superou os 265 mil.³ Esta *Horizontes Antropológicos* é dedicada às muitas memórias em torno de cada uma das perdas que resultam das pandemias que temos vivido com a Covid-19.

Referências

BIEHL, J.; PETRYNA, A. Critical global health. In: BIEHL, J.; PETRYNA, A. (ed.). *When people come first: critical studies in global health*. Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 1-22.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

DAS, V. Facing Covid-19: my land of neither hope nor despair. In: AMERICAN ETHNOLOGICAL SOCIETY. [S. l.]: AES, 1 May 2020. Disponível em: <https://americanethnologist.org/features/collections/covid-19-and-student-focused-concerns-threats-and-possibilities/facing-covid-19-my-land-of-neither-hope-nor-despair>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DINIZ, D. *reliquia.rum*. [2020]. Instagram: @reliquia.rum. Disponível em: <https://www.instagram.com/reliquia.rum/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DINIZ, D.; CARINO, G.; FRAIZ, V. *Womenintimes*. [2020]. Instagram: @womenintimes. Disponível em: <https://www.instagram.com/womenintimes/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FASSIN, D. Why ethnography matters: on anthropology and its publics. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 28, n. 4, p. 621-646, 2013.

3 Ver “Coronavírus (Covid-19)” – estatísticas do Google. Disponível em: <https://g.co/kgs/wW8zBY> (acesso em 08/03/2021).

FLEISCHER, S.; LIMA, F. *Micro: contribuições da antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020.

FLEISCHER, S. *et al. Microhistórias: contando sobre a epidemia do Zika vírus a partir das antropologias feitas em Pernambuco*. Blog. [2017]. Disponível em: <https://micro-historias.wixsite.com/microhistorias>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FONSECA, C. *et al. Tecnologias de governo. Apreciação e releituras em antropologia*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, dez. 2016.

GROSSI, M.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Artes e Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

ORTEGA, F. A. (ed.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidade*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

PETRYNA, A. Horizioning. In: BIEHL, J.; LOCKE, P. (ed.). *Unfinished: the anthropology of becoming*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 243-269.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SCHUCH, P.; VÍCTORA, C.; SIQUEIRA, M. D. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-15, 2020.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020a.

SEGATA, J. A pandemia e o digital. *Revista Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 7-15, 2020b.

SEGATA, J.; BECK, L.; MUCCILLO, L. A Covid-19 e o capitalismo na carne. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 354-393, 2020.

WAGNER, A. Obituário: vida no território da morte. In: WAGNER, A.; ACEVEDO, R.; ALEIXO, E. (org.). *Pandemia e território*. São Luís: UEMA Edições, 2020. p. 967-982.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Antropologia e pandemia: escalas e conceitos

Anthropology and pandemic: scales and concepts

Taniele Ruiⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-2404-3959>

tanielerui@gmail.com

Isadora Lins Françaⁱ

<https://orcid.org/0000-0001-9884-1059>

isalinsf@gmail.com

Bernardo Fonseca Machadoⁱⁱ

<https://orcid.org/0000-0001-8884-2357>

bernardofmachado@gmail.com

Gustavo Rossiⁱⁱⁱ

<https://orcid.org/0000-0001-7096-9966>

lgusfrossi@hotmail.com

José Maurício Arrutiⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-7281-1158>

jmarruti@unicamp.br

ⁱ Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil

ⁱⁱ Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil.
Em pós-doutoramento (bolsista Fapesp nº 2019/08713-2)

ⁱⁱⁱ Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil.
Em pós-doutoramento (bolsista PNPd-Capes)

Resumo

Diante da profusão de respostas intelectuais à pandemia do Sars-Cov-2, este artigo propõe sistematizar algumas das publicações realizadas pelas ciências humanas nos meses de março a junho de 2020. Inicialmente pensado como conteúdo para estudantes dos cursos de graduação, foram lidos textos presentes no volume *Sopa de Wuhan*, no site *n-1 edições*, no “Observatório do CEMI – COVID-19” (CEMI/Unicamp), no *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus* (Anpocs), e no site *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS* (UFRGS). A leitura dessa produção, marcada por textos relativamente curtos, em formatos variados, de rápida escrita e circulação, com caráter ora ensaístico, ora analítico, sugere dois principais eixos temáticos referentes 1) à problemática da escala; 2) à problemática do biopoder e dos governos. Ao fazer um recorte instantâneo das reações mais imediatas à crise, observamos perspectivas e conceitos-chave lançados pelas ciências humanas para compreensão do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: pandemia; Covid-19; ciências sociais; antropologia.

Abstract

Due to the profusion of intellectual responses to the Sars-Cov-2 pandemic, this article systematizes some publications carried out by humanities from March to June 2020. The proposal was initially thought of as content for undergraduate students and dealt with texts present in the volume *Wuhan soup*, on the *n-1* website, the “CEMI Observatory – COVID-19” (Unicamp), the *Anpocs Bulletin*, and the *anthropoLÓGICAS Epidêmicas* website (UFRGS). Such production is marked by relatively short texts, in varied compositions, of fast writing and circulation. Some of them have an essayistic format, and others have an analytical approach. In this article, we discuss both the content and methodological perspectives of the material. We present a transversal reading of this production, suggesting two main thematic axes regarding 1) the problem of scale; 2) the problem of biopower and governments. With this effort, we emphasize the perspectives and concepts of social science to apprehend the contemporary world.

Keywords: pandemic; Covid-19; social sciences; anthropology.

Introdução

A palavra “infodemia” é ótima candidata a entrar nos dicionários depois do ano de 2020. O termo tem sido empregado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para dizer que a pandemia da Covid-19 veio acompanhada por “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes e orientações confiáveis quando se precisa” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). Nesse contexto, não é exagerado dizer que as próprias respostas intelectuais à Covid-19 aproximaram-se de pelo menos duas características da “infodemia”: a velocidade com que novas informações surgiam e o seu compartilhamento em redes sociais e programas de mensagens instantâneas. Isso nos pareceu até certo ponto contraproducente, pois a rapidez atuava no sentido contrário do aprofundamento de um debate crítico, provocando mais ansiedade.

Este artigo é uma reação à vertigem ocasionada pela profusão de análises que, junto com o surto epidêmico, irrompeu nas ciências sociais e humanas no primeiro semestre de 2020, ainda que de forma muito difusa em diferentes veículos – das redes sociais aos grandes jornais. Dito isso, é preciso explicitar que não se trata propriamente de uma crítica, uma vez que, no geral, as ciências humanas entraram no debate público de modo a qualificá-lo e adensá-lo. O que nos guiou, sobretudo, foi a percepção compartilhada quanto à necessidade de realizar uma reflexão sobre o que estava sendo produzido naquele contexto mais imediato de irrupção da crise sanitária.

Assim, em vez de adicionarmos mais uma análise, optamos por realizar um exercício reflexivo sobre a própria produção que se acumulava. A ideia foi sistematizar as considerações feitas no calor da hora, durante a “emergência” provocada pela pandemia, indagando: o que aborda essa produção? Como interpela a conjuntura à luz da pesquisa em ciências sociais? Quais os seus focos de observação? Por que temos gastado tanta tinta, afinal? E, por fim, como cientistas sociais, o que se comunica ao público mais ampliado? Eis algumas de nossas perguntas que, ao fim e ao cabo, trazem elas mesmas a marca do tempo de urgência das grandes crises, um tempo distinto daquele exigido pela pesquisa.

É importante notar que não se trata de um esforço panorâmico sobre toda a produção realizada em torno da pandemia até este momento em que escrevemos o artigo. Muito, inclusive, não pôde ser abarcado. Este texto – curto,

homólogo à produção analisada e espécie de resposta às exigências acadêmicas e docentes colocadas às universidades – pretende apresentar uma leitura transversal dessa produção, com o objetivo de iluminar algumas de suas escolhas teóricas, analíticas e metodológicas. Antes, porém, de passarmos à dimensão analítica e conceitual, apresentaremos um esboço do material analisado, que foi também selecionado a partir da nossa experiência como leitores e professores interessados em trabalhar os temas suscitados pela pandemia com estudantes. Consideramos que o perfil dos textos produzidos resulta significativo para a compreensão de como as ciências humanas e, particularmente, as ciências sociais se comportaram naquele momento inicial da crise.

Sobre os materiais

Os materiais sistematizados e analisados derivam de algumas das principais iniciativas editoriais daquele momento. Sua escolha se justificou, fundamentalmente, por duas razões: 1) pela agilidade com que tais iniciativas, surgidas logo nos primeiros meses de 2020, rapidamente se transformaram em referências para a organização de reflexões qualificadas da pandemia; 2) pela diversidade intelectual, disciplinar, geográfica e institucional desses materiais, os quais, naquele momento, ofereceram uma amostra compacta, porém expressiva, das reflexões provocadas pela pandemia no âmbito das ciências sociais e humanas, tanto nacionais quanto internacionais.

Nossa seleção contempla cerca de 340 textos publicados no volume *Sopa de Wuhan*; na série “Pandemia Crítica”, no site da n-1 edições; no “Observatório” do Centro de Estudos em Migrações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas (CEMI/Unicamp); no boletim da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), e no site *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sob uma perspectiva mais geral, tais publicações dividiram-se entre aquelas que circularam inicialmente nas redes mais diretamente ligadas às universidades e, particularmente, naquelas relacionadas às ciências sociais no Brasil, mas também iniciativas que integraram projetos editoriais de fronteiras disciplinares mais borradas, aproximando-se, em especial, da filosofia. Esta última característica aplica-se à n-1 edições e ao livro *Sopa de Wuhan*, como veremos.

Quanto à n-1 edições, desde março de 2020, o site da editora transformou-se em plataforma para publicação de pensamentos surgidos sobre a pandemia. Fundada em 2011, a editora n-1 publica materiais de diversas disciplinas, como filosofia, estética, clínica, antropologia e política. A seleção dos textos divulgados sobre a pandemia seguiu essa linha editorial sob o título de “Pandemia Crítica”, cujo objetivo expresso era “fazer circular cotidianamente pensamentos surgidos no calor dos acontecimentos” (n-1 edições, 2020).

Com periodicidade de divulgação diária, foram publicados 81 textos até o início de junho (muitos divulgados originalmente em outras plataformas). No que toca à autoria, houve uma presença maciça de homens: foram 49, um deles autodenominado trans, e 26 mulheres. Além disso, nota-se o grande volume de reflexões oriundas do norte global: 22 (Europa), 7 (América do Norte) e 2 (China). O continente africano é representado por apenas um texto, de Achille Mbembe, de Camarões, ao passo que o Brasil contribuiu com 44 intervenções. Vale destacar igualmente a filiação disciplinar das assinaturas. Embora algumas pessoas se denominassem oriundas de múltiplos campos de atuação, havia uma proeminência de quem se identificava como filósofo/a, 24 no total. Em seguida, seriam 11 ensaístas, 10 antropólogos/as, 8 do universo das artes, 4 historiadores/as, 4 da psicologia/psicanálise, 3 ativistas e 13 pessoas de disciplinas diversas, como arquitetura, medicina, direito e outras.

Diante dessa grande diversidade de posições, é difícil saber para quem exatamente autores e autoras endereçaram suas reflexões. Há entrevistas, crônicas, textos com um teor ensaístico, outros de caráter mais analítico, há quem tenha sugerido propostas de ação e quem tenha feito relatos pessoais, denúncias e poesias. Apesar dos textos desafiarem categorizações e sistematizações simples, entendemos que, ainda no primeiro semestre de 2020, eles circularam com intensidade pelas redes sociais da academia brasileira e informaram o debate inicial a respeito da pandemia no país, e por isso mereceram nossa atenção.

Sobre *Sopa de Wuhan*, o livro é uma compilação de textos antes publicados na mídia, entre fevereiro e março de 2020, organizado por Pablo Amadeo – argentino, professor de Comunicação Social, ativista e editor da ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio). Em comum com a iniciativa da n-1 estão os escritos de alguns dos autores que aparecem em “Pandemia Crítica”, como Giorgio Agamben, Jean-Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi e Paul B. Preciado. Em termos de gênero, há também aqui uma predominância de autores homens,

um deles autoidentificado como homem trans: 12 homens e 3 mulheres. Como no projeto da n-1, parte importante dos participantes de *Sopa de Wuhan* têm formação na filosofia, como Judith Butler e Giorgio Agamben, embora haja também autores com outras formações, como o geógrafo David Harvey ou a psicóloga e ativista María Galindo. Apesar disso, o que marca o conjunto é o esforço para pensar o mundo contemporâneo desde uma perspectiva atenta às desigualdades e às relações de poder e comprometida com a transformação social.

Chama a atenção, ainda, os veículos nos quais os textos circularam originalmente: a maioria foi publicada em *websites* de coletivos ativistas e culturais, como o espanhol *La Vorágine* ou o italiano *Antinomie*; o restante foi publicado em jornais de maior circulação, como *El País* (Espanha). O fato de serem compilados por um professor, ativista, designer e editor argentino revela também algo das redes de comunicação internacionais que articulam ativismos, crítica social e arte. Essa característica permite adiantar o forte componente crítico das publicações, em que pese o foco na experiência da Europa e Estados Unidos, com algumas exceções.

Tanto *Sopa de Wuhan* como “Pandemia Crítica” refletem uma experiência do norte global. Isso se explica em parte pela própria dinâmica da pandemia, que tem origem na China e alcança Europa e Estados Unidos antes de chegar à América Latina. Ao atingir Europa e Estados Unidos, produziu-se um conhecimento que imediatamente pautou reflexões e ações na América Latina. Alguns dos autores dessas iniciativas já tinham uma produção que circulava internacionalmente, como Judith Butler, David Harvey, Slavoj Žižek, Giorgio Agamben, Paul B. Preciado, Achille Mbembe, entre outros. Ao alastrar-se, a pandemia também fez circular em velocidade viral a produção de intelectuais influentes do norte global, já conhecidos em nossos meios acadêmicos e que ofereceram uma primeira leitura para o que estaríamos por enfrentar. No caso dos países latino-americanos, esses textos emergiram posteriormente, acompanhando a própria pandemia. Apesar desse viés, *Sopa de Wuhan* e “Pandemia Crítica” foram as primeiras reflexões organizadas suscitadas pela pandemia a surgirem em nossas redes.

No Brasil, algumas das iniciativas mais imediatas e expressivas dos cientistas sociais do país foram veiculadas pelos boletins *Cientistas Sociais e o Coronavírus* e o *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, ambos concebidos como espaços

de reflexão e afirmação da relevância das ciências sociais e humanas para o enfrentamento da pandemia no país.

Iniciado em 22 de março, o boletim *Cientistas Sociais e o Coronavirus*, fruto da iniciativa de associações científicas da área de ciências sociais e humanas e veiculado no site da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, fez circular diariamente um ou dois textos curtos, com o objetivo de dar visibilidade à produção de cientistas sociais atuantes em universidades do país, num movimento de demonstração de relevância analítica e política frente aos ataques que especialmente as ciências sociais vêm sofrendo. Como reconhece o texto de balanço final escrito por Grossi, Toniol e Lozano (2020), o boletim configurou seu formato atento ao risco da infodemia pandêmica. Em vez de artigos com formatos acadêmicos tradicionais, a proposta era de ensaios limitados a mil palavras, com linguagem acessível e em diálogo com as redes sociais. Até o início de junho de 2020, a produção abarcava 51 boletins e 77 textos, muitos produzidos em coautoria, assinados por 52 homens e 52 mulheres, em sua maioria doutores/as, filiados/as às universidades do Sudeste.

O boletim abarcou os impactos da pandemia nos grupos mais vulneráveis, como é o caso das comunidades rurais, negras, quilombolas, indígenas, das pessoas em privação de liberdade e em situação de rua. A análise conjunta demonstra uma impressionante capilaridade de temas e problemas abordados sobre a pandemia desde as ciências sociais no país. Processos de saúde e doença, noções de aprimoramento corporal e salvação individual, retrocessos nas dinâmicas de trabalho, debate sobre políticas de transferência de renda, abordagens feministas que indicam as mulheres como as principais afetadas pelo isolamento social imposto, tensões entre religião e autoridade científica, sentidos de morte e reorientação de seus ritos, lugar social da infância e do envelhecimento. Muito dessa produção enfrentou textualmente as políticas de morte de Jair Bolsonaro.

Quanto ao *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, as primeiras publicações também surgiram em finais de março de 2020, como uma iniciativa de pesquisadores/as e docentes das áreas da antropologia, psicologia e saúde coletiva, vinculados/as, sobretudo, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo os/as organizadores/as, tratava-se de “exercitar/incentivar a imaginação (auto)etnográfica, sociológica e política sobre a pandemia”, proporcionando, assim, um espaço de “debate qualificado” sobre as múltiplas implicações da pandemia.

Entre finais de março e a primeira semana de junho de 2020, o site publicou 103 textos (excluídas as produções audiovisuais e artísticas), de 102 autores/as diferentes, num ritmo médio de 50 escritos por mês. O *antropoLÓGICAS* funcionou como um espaço divulgador de conteúdo fundamentalmente associado ao universo acadêmico brasileiro, o qual foi responsável por 92 das autorias analisadas. Dos 102 autores/as, 57 são do gênero masculino e 45 são do gênero feminino (duas delas autodenominadas mulheres trans). Considerando unicamente os/as autores/as nacionais que declararam suas instituições de vínculo ou formação, é significativo destacar que a maioria quase absoluta provinha de universidades públicas brasileiras. Vale destacar o fato de que, do total dos textos analisados, apenas pouco mais de metade eram contribuições originais, sendo o restante textos já publicados em outras mídias, jornais ou boletins, sobretudo, o da Anpocs, potencializando, assim, a circulação e a ressonância de análises que, de outra forma, não encontraríamos de modo centralizado e organizado.

Condizente com o perfil disciplinar dos/as organizadores/as, o *antropoLÓGICAS* reuniu autores/as majoritariamente das ciências sociais e da psicologia, mas, sobretudo, da antropologia. Antropólogos/as assinaram mais de um terço das publicações. A diversidade temática respondeu, de um lado, à temporalidade social e política da gestão da pandemia no Brasil e, de outro, às linhas de trabalhos prévios dos/as autores/as, que se viram instados/as a repensar, interromper ou reorientar seus temas de investigação à luz das medidas de isolamento e das mortes provocadas pela pandemia. Não parece aleatória a expressiva presença de análises que buscaram lidar com as múltiplas escalas e dimensões da bio/necropolítica, articuladas ainda a uma forte ênfase a cenários e sujeitos que, no Brasil, estão sendo mais particularmente afetados pela combinação entre desigualdades, autoritarismo, precarização de direitos e ausência de políticas públicas adequadas ao combate da pandemia.

Já o “Observatório do CEMI – COVID 19” publicou um volumoso conjunto de ensaios sobre o cotidiano da pandemia em países tão distintos quanto os EUA, Irã e Equador. Com ênfase na abordagem etnográfica, os textos cobriram um amplo leque de gêneros: do relato pessoal ao estilo diário íntimo do isolamento social, incluindo até uma reflexão sociofilosófica sobre o pós-isolamento. Entre esses extremos, couberam os relatos de antropólogos que foram surpreendidos

pela pandemia em pleno trabalho de campo, da antropóloga presa em casa, até análises de conjuntura política e textos que se aproximam dos relatórios de organizações de direitos humanos. O perfil dos autores reunidos também foi muito diverso, indo do ex-presidente da Associação Europeia de Antropologia até à estudante indígena recém-ingressada na Unicamp, passando por muitos jovens antropólogos.

Entre 26 de março e o final do mês de junho de 2020, o “Observatório” reuniu 63 textos, sobre 33 países, distribuídos por África (13 países), Europa (9), Caribe (7), Oriente Médio (2), América Latina (5), além de Estados Unidos e China. Os países mais representados, além do Brasil (17 relatos), foram Moçambique (10) e Haiti (5), o que reflete a composição dos pesquisadores do CEMI e os interesses e conexões do organizador e editor da iniciativa. Vale destacar que o número de relatos sobre o Brasil, ainda que regionalmente concentrados (sete sobre o estado de São Paulo e três sobre a cidade do Rio de Janeiro), foi relativamente pequeno em relação às outras iniciativas vinculadas a centros de pesquisa nacionais, apontando para um lugar específico na divisão institucional do trabalho na análise da pandemia.

A coleção deu acesso, assim, a reflexões sobre uma grande diversidade de situações cotidianas, afastadas do centro da produção global. Mas, ao mesmo tempo, nos permitiu perceber a emergência de alguns padrões, decorrentes dos temas que foram abordados diretamente ou que surgiram de forma lateral, mas constante. Os textos evidenciam, por exemplo, os efeitos diferenciados da política do isolamento social que, adotada de forma imediata e organizada em muitos lugares, parece não fazer sentido em determinadas situações. O conjunto variado das contribuições oferece uma perspectiva crítica sobre a atuação dos Estados nacionais, assim como sobre a implementação de uma política geral de isolamento social, em confronto com as formas de organização socioeconômica vinculadas a tradições e práticas culturais, a situação dos imigrantes, dos que trabalham na informalidade, daqueles que atuam em setores considerados essenciais, entre outras.

Nas próximas seções deste artigo, sugerimos dois principais eixos temáticos que parecem aglutinar a produção lida. São eles: 1) a problemática da escala; 2) a problemática do biopoder e dos governos. Consideramos que eles nos permitem observar escolhas teóricas, analíticas e metodológicas do material observado.

Antropologia da pandemia

Escalas e perspectivas

O primeiro ponto de destaque nessa produção intelectual diz respeito às escalas de análise. Enquanto alguns textos procuraram dar conta de uma suposta experiência global do fenômeno – tendo como parâmetro uma “humanidade” universal –, outros se empenharam em destacar as diferenças e esmiuçar os enfrentamentos locais.

Quanto à primeira vertente, notamos em muitos textos um esforço em definir, em termos universais, o que *é* o vírus e o que *faz* o vírus. Por exemplo, Jérôme Bachet destacou que a Covid-19 é uma doença do Antropoceno, resultado da exploração agropecuária e do capitalismo. Segundo Bachet (2020, grifo nosso), “o coronavírus *chegou para* acionar o sinal de alarme e frear o trem louco de uma civilização que corria em direção à destruição em massa da vida”. Nessas formulações, o Sars-Cov-2 agiria em função da humanidade – servindo a algum interesse ou problema humano. Ele não teria uma agência per se, mas sim uma agência condicionada ao universo humano. Esse tipo de análise está presente sobretudo no site da n-1 e em *Sopa de Wuhan*, em ensaios como os de Žižek (2020) ou de Berardi (2020).

Tal conjunto de textos oferece explicações mais sistêmicas, com foco no capitalismo global como origem das crises contemporâneas. São elaborações que frequentemente remetem às experiências históricas da classe trabalhadora ou da classe média assalariada europeia como sujeitos paradigmáticos de suas análises. Os textos, em geral, propõem uma crítica aos modos de produção e de consumo capitalistas, concebendo o vírus como uma oportunidade para repensar o “sistema”. São pontos de vista que tomam experiências históricas e sociais específicas como passíveis de serem universalizadas como explicação global da pandemia.

É possível identificar em algumas abordagens um esforço para nomear a experiência do vírus e, com isso, pacificar, um pouco, as incertezas geradas por essa experiência difícil. Nessa seara, há as propostas com um franco tom otimista, como as do filósofo Jean-Luc Nancy (2020), que defende a ideia de que “o vírus nos comuniza”, na medida em que “nos coloca em pé de igualdade e nos junta na necessidade de enfrentar o conjunto”.

Esses textos se abstêm de uma reflexão mais voltada às formas localizadas pelas quais a pandemia se apresenta à vida cotidiana dos sujeitos. Jean Segata (2020), interessado em pensar como a antropologia pode atuar nesses eventos, destaca um duplo caráter das perspectivas analíticas de eventos globais. Segundo o autor, “números, casos, estatísticas ou prevalências têm rosto, trajetória e biografia [...]. Então, a pandemia precisa ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas” (Segata, 2020). Apoiado na leitura de Anna Tsing (2005), ele enfatiza ainda que se a Covid-19 é uma doença em escala global, isso não faz dela um fenômeno universal, sendo necessário observar de forma situada os seus efeitos.

Assim, a segunda vertente se dedica à mediação entre as dinâmicas globais do capitalismo e os modos como o vírus afeta desigualmente as populações. Aqui, mais do que um sujeito trabalhador universal, a análise é conduzida pela preocupação com as pessoas que estão na linha de frente da epidemia. Como afirma Harvey (2020), a Covid-19 é uma pandemia de classe, gênero e raça; ou, segundo Butler (2020), se todos em princípio somos vulneráveis ao vírus, a desigualdade social assegura que o vírus discrimine as vidas mais e menos expostas ao risco e à letalidade. Tais análises, ao tomarem as desigualdades como foco, permitiram também a crítica social a aspectos tão amplos como o modelo de exploração capitalista da natureza e o modelo de negócios aplicado à gestão da saúde, por exemplo.

Tal esforço analítico indaga como as diferenças e desigualdades impactam as formas de experimentar a pandemia em contextos situados. Esse é o caso do “Observatório do CEMI – COVID-19” e do projeto *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, cujo foco está nos desafios evidenciados, provocados ou mesmo agravados pela crise pandêmica. No caso brasileiro, a conjuntura política nacional teve um impacto, direto ou indireto, situando o presidente da república, Jair Bolsonaro, como o principal aliado político das mortes causadas pelo vírus no território nacional (ver, por exemplo, Torelly, 2020).

As escalas analíticas, desse modo, atravessaram as análises produzidas sobre o fenômeno pandêmico, indicando aspectos das políticas acadêmicas do norte e sul global e interesses disciplinares variados. Sobre o tema, acreditamos ser necessário enfrentar uma discussão aprofundada dos modelos epistêmicos – suas rentabilidades e limites.

O governo dos corpos e a gestão das mortes

O segundo aspecto a ser destacado é o emprego privilegiado das noções de biopoder, biopolítica e necropolítica nos textos considerados. Dessa maneira, decidimos perseguir alguns de seus usos e refletir sobre seus rendimentos epistêmicos.

O biopoder, tal como definido por Michel Foucault (2005), ao tomar a forma de discursos, rotinas institucionais, enunciados científicos e práticas estatais, instala uma lógica de guerra permanente contra sujeitos transformados em inimigos internos à própria sociedade, em ameaça à saúde das populações e à reprodução desse seu patrimônio biológico. Ao articular poder, vida e morte, corpo e biologia, essa chave teórica parece ter se tornado incontornável nas análises sobre a vida social da Covid-19.

Preciado (2020), por exemplo, mobilizou a noção de biopolítica para lembrar que não há política que não seja uma política dos corpos. Segundo o autor, as epidemias materializam no corpo individual as obsessões que dominam a gestão política da vida e da morte das populações. Esse evento de escala global acionou uma memória coletiva de outras infecções. Diversas avaliações recorreram à epidemia de HIV/Aids e ao descaso dos governos diante dos chamados “grupos de risco”: homossexuais, viciados e prostitutas (Coitinho Filho, 2020; Pinheiro, 2020; Saggese, 2020). Preciado (2020), contudo, lembra-nos de que apesar das fantasias de soberania sexual masculina, as epidemias como o HIV/Aids e a sífilis não foram mitigadas pelo controle e pela marginalização de determinadas populações, mas pelo conhecimento, pela distribuição ampla e global de medicamentos e pela conquista de direitos para mulheres e LGBTI+.

A noção de necropolítica de Achille Mbembe (2016) também ofereceu uma importante chave para pensar formas de exercício do poder cujos pressupostos se baseiam não no reconhecimento, mas na radical negação da igualdade de certas populações. Há a indicação de como os governos colocaram a própria razão a serviço da exploração, da instrumentalização e da eliminação sistemática de determinados corpos. Como observa Granada (2020), “se deixa morrer, ou se mata, os mais vulneráveis”.

A partir dessas chaves de entendimento, nota-se o esforço para revelar a extensão dos efeitos do neoliberalismo sobre o tecido social tanto de países que já experimentaram um Estado de bem-estar social quanto daqueles que

nunca conseguiram chegar a ele (Cesarino, 2020; Silveira, 2020). Muitos relatos estão marcados pela evidência do abandono da população por parte do Estado (Schuch; Furtado; Sarmiento, 2020), assim como se questiona o que se tornou, no Brasil, uma antinomia entre “vida” e “economia” (Neiburg, 2020). A presença do Estado – na sua versão violenta ou precarizadora, sustentada numa racionalidade que substitui a cidadania ou o bem-estar social por uma análise de custo-benefício – está relacionada a outros dois temas recorrentes.

O primeiro tema é o das ambiguidades da política do isolamento social que, adotada de forma imediata e organizada em muitos lugares, parece não responder apenas às orientações da OMS, mas também a outras razões. Em alguns lugares, por resumir tudo que o Estado tem a oferecer diante da situação (Paño, 2020). Em outros, por responder a uma lógica de responsabilização do estrangeiro, culpabilização das vítimas da doença e atualização de políticas xenofóbicas antigas ou recentes (Basch, 2020; Tsambe, 2020a, 2020b; Wane, 2020). Finalmente, em quase todos os lugares, por ampliar as desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais, na medida em que as reforça sob uma nova diferença, entre os que podem e os que não podem realizar o isolamento físico (Lima; Barros, 2020). Nesse caso, há pessoas impedidas em função de sua situação socioeconômica vinculada a tradições e práticas culturais (Bulamah, 2020; Capiberibe, 2020; Cichocki, 2020; Loera, 2020); há imigrantes, ilegais e/ou informais (Frangella, 2020); há pessoas confinadas em cárceres superlotados (Mallart *et al.*, 2020); há também profissionais em setores considerados essenciais (Matos, 2020). Como nota Butler (2020, p. 62, tradução nossa): “A desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus.”

O segundo tema é o do oportunismo governamental diante da pandemia. Novas levas de ajuda internacional são apontadas como oportunidades econômicas para as elites locais (Montinard, 2020; Telibećirović, 2020). A política de isolamento e controle de informação pode se transformar na extensão do controle estatal sobre seus cidadãos e seus meios de comunicação (Han, 2020; Preciado, 2020; Ribeiro, 2020). A discricionariedade do Estado em determinar quais são os serviços essenciais (e, portanto, quem está sob risco de contágio) é apontada como extensão do poder de setores econômicos que permanecem acima da justiça e do bom senso, como a mineração (Lopo, 2020) e o agronegócio (Lima, 2020).

Escalas da necropolítica e os horizontes da antropologia

Como afirmamos no início do texto, nossa pretensão não foi realizar um panorama da produção em torno da pandemia, mas oferecer uma leitura das reações imediatas das ciências sociais e humanas à crise. Como Preciado (2020), nos colocamos nessa empreitada na posição de aprender com o vírus e sobre o vírus. Nos perguntamos a respeito do que essa infecção revela acerca das relações sociais e das formas situadas de compreensão do mundo. A multiplicidade de contribuições ofereceu escalas, conceitos e narrativas a respeito de como as sociedades vão encontrando seus próprios caminhos diante do caos que lhes foi imposto, acionando críticas sistêmicas, memórias coletivas, mobilizando saberes tradicionais ou articulando redes de apoio mútuo e solidário.

“Em um mundo cada vez mais dominado pela assombração de seu próprio fim” (Mbembe, 2020), muitos dos textos nos chamaram a atenção para a urgência do que se deve levar em conta nas políticas públicas de enfrentamento, especialmente em contextos de extrema precariedade de direitos e acesso a serviços públicos e de saúde, uma vez que determinados grupos e setores sociais estão, mais do que outros, expostos ao risco – e não somente em termos epidemiológicos. Por exemplo, mulheres para as quais o isolamento social representa, por vezes, risco de violência doméstica (Lins, 2020) e sobrecarga dos cuidados domésticos e familiares. Por fim, as vulnerabilidades de pessoas em situação de rua ou moradoras de área com infraestrutura insuficiente evidenciam a necessidade de políticas capazes de ir além das soluções consideradas básicas, como a orientação de lavar as mãos e a reclusão em um lar.

Com isso em mente, duas observações orientam nossas conclusões. A primeira é que uma forma de controlar a vertigem ocasionada pela “infodemia” passa por reconhecer que as análises disponíveis dizem respeito a um fenômeno ou agente múltiplo, controverso, sobre o qual se debatem incessantemente os sentidos, as causas, os efeitos, os seus limites e suas formas; sobre o qual se debate também não exatamente a sua agência, mas os seus agenciamentos por outros agentes, em uma cadeia de implicações. A situação é excepcional também do ponto de vista intelectual, na medida em que tantos olhares buscam, de modos muito distintos mas simultâneos, um mesmo ponto, que se move, que é mutante e que cruza diferentes escalas.

A segunda é sugerir como ambas as características destacadas na produção disponível – a oscilação entre as escalas e o privilégio às questões em torno da biopolítica – podem estar articuladas entre si. Se, como aponta Revel (1998), o jogo de escalas parece mais interessante do que tomar partido definitivo por uma delas, a biopolítica parece ter ganhado destaque justamente pela sua capacidade de oferecer perguntas (não exatamente respostas) operáveis em diferentes escalas. E a sua reapropriação pós-colonial, sob a forma da necropolítica, parece ter tido um papel importante na sua abertura a novos contextos e injunções, inspirando muitas das microdescrições a que tivemos acesso, quando não teoricamente, ao menos tematicamente.

De certa forma, é nessa chave, por exemplo, que parte importante da produção nacional enfrentou textualmente as políticas do presidente do Brasil, seu ataque contínuo à ciência, o descaso em relação a direitos sociais e trabalhistas, a sua sugestão de implementação de isolamento vertical num país de cidadania vertical (Campos, 2020), bem como sua postura de completo desrespeito aos mortos e familiares, cujos rituais funerários têm sido completamente alterados (Irrazábal, Olmos Álvarez, 2020; Rial, 2020; Silva, 2020). Tendo o vírus como aliado, “a morte de muitos é a política de saúde do governo Bolsonaro” (Gherman; Almeida, 2020).]

Diante do cenário aberto, de desafios inéditos e dilemas até então inconcebíveis, é importante considerar que nossos quadros analíticos, conceituais e metodológicos foram forjados em contextos distintos deste que atravessamos. Vale perguntar o quanto eles podem ser adaptáveis ou transpostos para um mundo passível de ser adoentado, e, tão importante quanto, vale perscrutar como as pessoas com as quais interagimos estão agindo e imaginando esse mesmo mundo. Nesse sentido, o breve sobrevoo aqui realizado nos parece importante para indicar a necessidade de uma revisão epistêmica que discuta se o que fazemos agora é capaz de responder aos desafios de um mundo ou de uma normalidade definitivamente alterados pela pandemia global.

Referências

BACHET, J. Covid-19: o século XXI começa agora. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (17). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/50>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BASCH, G. Pandemia, autocracia e memória em Budapest. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 4. Campinas: CEMI, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-4/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BERARDI, F. B. Crônicas da psicodelfação. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (12). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/31>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BULAMAH, R. Pandemia e estagnação no Haiti. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 6. Campinas: CEMI, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-6/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BUTLER, J. El capitalismo tiene sus límites. In: AMADEO, P. (ed.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: Editorial ASPO, 2020. p. 59-65.

CAMPOS, M. da S. A cidadania vertical no Brasil: o caso do coronavírus. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 21, 15 abr. 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2334-boletim-n-21-a-cidadania-vertical-no-brasil-o-caso-do-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CAPIBERIBE, A. Covid-19: um velho-novo conhecido dos indígenas. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 18, 10 abr. 2020. 18. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2331-boletim-n-18-covid-19-um-novo-velho-conhecido-dos-indigenas>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CESARINO, L. Coronavírus como força de mercado e o fim da sociedade. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/coronav%C3%ADrus-como-for%C3%A7a-de-mercado-e-o-fim-da-sociedade>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CICHOCKI, P. MaChinese sazatheka. Chinese did it again. Chasing away the hurricane from Malawi. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 36. Campinas: CEMI, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-36/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COITINHO FILHO, R. A. A (re)apropriação da categoria “grupos de risco” – da Aids ao Covid – e a permanência do estigma sobre sujeitos em contextos pandêmicos. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 39, 13 maio 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2353-boletim-n-39-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANGELLA, S. Lisboa na quarentena, novas sensações e problemas antigos. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 26. Campinas: CEMI, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-26/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GHERMAN, M.; ALMEIDA, R. Bolsonaro: o vírus como aliado. *Estado da Arte*, São Paulo, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/bolsonaro-virus-aliado-bnfb-gherman-almeida/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GRANADA, D. A gestão da pandemia do coronavírus. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/a-gest%C3%A3o-da-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19-no-brasil-e-a-necropol%C3%ADtica-1>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GROSSI, M. P.; TONIOL, R.; LOZANO, M. Finalizando a primeira série do Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus: um balanço inicial. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 86, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2418-boletim-cientistas-sociais-n-86>. Acesso em: 30 ago. 2020.

HAN, B.-C. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: AMADEO, P. (ed.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: Editorial ASPO, 2020. p. 97-112.

HARVEY, D. Política anticapitalista en tiempos de coronavirus. In: AMADEO, P. (ed.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: Editorial ASPO, 2020. p. 79-96.

IRRAZÁBAL, G.; OLMOS ÁLVAREZ, A. L. ¿Como se gestionan la muerte y el duelo en situaciones de pandemia?. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 25, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2339-boletim-n-25-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIMA, L. Se esperarmos o agronegócio, morreremos de fome: população em quarentena quer alimentos, não commodities. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 27, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2341-boletim-n-27-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIMA, R. W.; BARROS, J. “Isto é uma guerra”: Cabo Verde e as medidas sociais de suporte à contenção do Covid-19. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 35. Campinas: CEMI, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-35/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LINS, B. A. Mulheres, violência doméstica e Covid-19: o que a tecnologia tem a ver com isso?. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/mulheres-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica-e-a-covid-19-o-que-a-tecnologia-tem-a-ver-com-isso>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LOERA, N. As populações do campo e o coronavírus. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 13, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2324-boletim-n-13-as-populacoes-do-campo-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LOPO, R. Covid e mineração: a crise como contexto e o lucro como necessidade. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 28, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2342-boletim-n-28-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MALLART, F. et al. O massacre do coronavírus. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 24, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2338-boletim-n-24-o-massacre-do-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MATOS, M. Pandemia Covid-19 e as mulheres. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 11, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2322-boletim-n-11-pandemia-covid-19-e-as-mulheres>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (20). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MONTINARD, M. Son l'ari a sobre a epidemia do Covid-19. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 32. Campinas: CEMI, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-32/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos>. Acesso em: 30 ago. 2020.

NANCY, J. Comunovírus. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (8). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/27>. Acesso em: 30 ago. 2020.

NEIBURG, F. Vidas, economias e emergências. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 22, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2335-boletim-n-22-vidas-economia-e-emergencia>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. [S. l.]: Opas, 2020. (Página informativa, n. 5). Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?. Acesso em: 30 ago. 2020.

PÑÑO, P. Día 48, desde los Andes, lejos de la costa. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 37. Campinas: CEMI, 1 maio 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-37/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PINHEIRO, R. C. Notas sobre “grupos de risco”. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 16 maio 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/notas-sobre-grupos-de-risco-em-tempos-de-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PRECIADO, P. Aprendiendo del virus. In: AMADEO, P. (ed.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: Editorial ASPO, 2020. p. 163-185.

REVEL, J. (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIAL, C. Mortes belas, mortes boas, mortes malignas e a Covid-19. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 20, 14 abr. 2020. Disponível em <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2333-boletim-n-20-mortes-belas-mortes-boas-mortes-malignas-e-a-covid-19>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RIBEIRO, G. L. Medo global. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 5, 26 mar. 2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2311-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe-3Medo>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SAGGESE, G. S. R. Covid-19 e a população de travestis e transexuais: reflexões iniciais. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/covid-19-e-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-travestis-e-transexuais-reflex%C3%B5es-iniciais>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SCHUCH, P.; FURTADO, C.; SARMENTO, C. S. População de rua, coronavírus e necropolítica. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 4 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-coronav%C3%ADrus-e-necropol%C3%ADtica>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SEGATA, J. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 2, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, A. V. da. Velório em tempos de Covid-19. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 25, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2339-boletim-n-25-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVEIRA, F. Mandetta e os necroempreendedores. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/mandetta-e-os-necroempreendedores>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TELIBEĆIROVIĆ, A. International isolation and its reflection in Bosnia. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 33. Campinas: CEMI, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-33/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TORELLY, G. Bolsonaro e as inesperadas virtudes do camaleão. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 25 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/bolsonaro-e-as-inesperadas-virtudes-do-camale%C3%A3o>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TSAMBE, Z. “Hiva nimphela ovirela elapo”: outra forma de distanciamento social contra o Coronavírus à moda makua em Montepuez, Norte de Moçambique. In: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 2. Campinas: CEMI, 29 mar. 2020a. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-2/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TSAMBE, Z. “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; e ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”: desigualdade e exclusão aos estrangeiros em tempos de Coronavírus na fronteira entre o Malawi e Moçambique. *In*: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 30. Campinas: CEMI, 22 abr. 2020b. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-30/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WANE, M. “Fazer mais como? Se problema estamos com ele...”: o coronavírus em Moçambique. *In*: CEMI. Observatório do CEMI COVID-19, n. 1. Campinas: CEMI, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://cemiunicamp.com.br/observatorio-no-1/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ŽIŽEK, S. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. *In*: AMADEO, P. (ed.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: Editorial ASPO, 2020. p. 21-28.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

A pandemia de Covid-19 na UTI

The COVID-19 pandemic in the ICU

Everson Fernandes Pereira¹

<https://orcid.org/0000-0002-9719-6841>

everson.fernandes@ufrgs.br

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutorando em Antropologia Social (bolsista CNPq)

Resumo

Neste artigo, traço alguns comentários sobre a taxa de ocupação de leitos de UTI a partir do caso de Porto Alegre, Brasil, nos primeiros seis meses de pandemia de Sars-CoV-2. Argumento como a produção e o uso dessas taxas, por parte da Prefeitura Municipal, ganha ares técnicos que deixam de lado uma série de complexidades. Acompanhando os dados de ocupação dos leitos e as medidas adotadas pela prefeitura da cidade, argumento como as escolhas e decisões políticas no combate à pandemia são baseadas em outros critérios que não exclusivamente técnicos. Apoio-me em discussões sobre quantificação da sociedade e política dos números em diálogo com a noção de “necropolítica” de Achille Mbembe. Tento pensar a taxa como um dispositivo da necropolítica que, ao legitimar a flexibilização da quarentena, expõe populações vulneráveis aos riscos.

Palavras-chave: necropolítica; covid-19; política dos números; taxas da pandemia.

Abstract

In this article, I make some comments on the bed occupancy rates in intensive care units in the case of Porto Alegre, Brazil, at the first six months of SARS-CoV-2 pandemic. I argue how the production and the uses of these rates, by the City Hall, gains technical airs, but leaves aside a series of complexities. Following the bed occupancy data and the measures adopted by the city hall, I argue how political choices and decisions are based on criteria that are not exclusively technical. I rely on discussions about quantification of society and the politics of numbers in a dialogue with the Achille Mbembe's notion of “necropolitics”. I try to think the rate as a necropolitic's dispositive that, while legitimizing the loosening of quarantine, it exposes vulnerable populations to risks.

Keywords: necropolitics; covid-19; politics of numbers; pandemic rates.

Não há quem goste de ser número. Gente merece existir em prosa.

Edson Pavoni

Inumeráveis¹

A frase que escolho como epígrafe é do artista Edson Pavoni, que, junto a outras pessoas, é um dos responsáveis pelo projeto Inumeráveis.² O projeto é descrito como “um memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil” (Moreira, 2020). Pavoni, em entrevista, disse que a ideia surgiu da necessidade de negação da impessoalidade provocada pelas constantes atualizações dos números de mortos no país.

A recusa apontada por Pavoni tem razão de existir: ultrapassamos cem mil mortos³ e, há meses, convivemos diariamente com números de novos casos de Covid-19 confirmados, números de novas mortes, novos casos de recuperados, com taxas de letalidade, taxas de mortalidade, achatamentos de curvas, índices ideais de isolamento, porcentagens que configuram, ou não, o que é chamado de imunidade de rebanho, taxas de ocupação de unidades de terapias intensivas (UTI), etc. Com alguma frequência, quando do falecimento na pandemia, apenas personalidades públicas têm a possibilidade de vaziar dos achatamentos estatísticos e ter suas histórias contadas. Com mais frequência ainda,

1 Este trabalho também integra o projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 Finep/UFRGS). A pesquisa é desenvolvida pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia. Agradeço ao Thiago Oliveira pelos comentários e sugestões que fez a uma versão inicial ainda mais precária deste texto. Agradeço ao Jean Segata por uma última revisão deste texto. Agradeço também às pessoas que elaboraram os pareceres anônimos pela leitura e considerações, espero ter podido chegar o mais próximo possível de ter resolvido alguns questionamentos.

2 O Inumeráveis é um projeto colaborativo que conta com a participação de pessoas de todo o país. Ver em <https://inumeraveis.com.br/>.

3 Para ser mais exato, no momento da submissão deste texto, em 31/08/2020, havia 121.381 mortos por Covid-19, segundo dados do Painel Coronavírus do Ministério da Saúde (Coronavírus..., 2020).

pessoas tornadas anônimas viram idades, comorbidades, gênero e entram nas estatísticas sem histórias, sem subjetividades, sem afetos.

O argumento que vou ensaiar neste texto, em parte, também compartilha dessa recusa apontada por Edson Pavoni. No entanto, paradoxalmente, mais do que uma recusa, busco demonstrar como o uso de alguns números criam uma realidade que tenta legitimar, perante a opinião pública, medidas de flexibilização do isolamento social. Partindo do monitoramento das taxas de ocupação dos leitos de UTIs em hospitais públicos e privados de Porto Alegre, apoio-me na noção de “necropolítica” de Achille Mbembe em diálogo com outros autores debatendo sobre quantificação e política dos números para traçar alguns comentários sobre a disposição destes. Neste texto, analiso a gestão municipal, em Porto Alegre, no manejo da pandemia ao longo dos primeiros seis meses, que compreende o período de março ao fim de agosto de 2020.

Talvez uma das facetas mais expressivas da pandemia que vivemos seja o impacto nos serviços de saúde. Desde as primeiras imagens vindas da China, com seus hospitais sendo construídos quase do dia para a noite e, logo depois, as notícias que chegavam da Europa sobre a sobrecarga dos serviços de saúde, a ocupação dos leitos hospitalares tem sido uma constante nos noticiários, boletins epidemiológicos e outros tantos mecanismos e canais de monitoramento do alastramento do Sars-CoV-2 em âmbitos regionais.

Passados alguns meses de pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde, ficou evidente que a respostas que os serviços de saúde oferecem, seja no tratamento dos sintomas de Covid-19, seja no suporte respiratório quando necessário, entre outros, é processo fundamental para evitar que o número de mortes seja ainda maior. Com a sobrecarga desses serviços e a incapacidade de atender a todas as demandas em tempo hábil, mortes que poderiam ser evitadas acabam, de fato, somando-se às estatísticas que nos assombram diariamente nas divulgações de novas mortes.

Porto Alegre na pandemia

A cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, tem uma população, registrada no censo de 2010, de quase 1,5 milhão de habitantes e possui um IDH de 0,805. No dia 11 de março de 2020, o primeiro caso de infecção por

Sars-CoV-2 foi confirmado na cidade. No mesmo dia, a Organização Mundial de Saúde declarou que a “crise sanitária” passava a ter a classificação de pandemia. Nos dias que se seguiram, o prefeito a cidade, Nelson Marchezan Junior (PSDB), publicou decretos instituindo uma série de medidas que visavam oferecer a possibilidade de isolamento social, como suspensão das aulas, trabalho em caráter de *home office*, suspensão de eventos públicos, etc. (Carvalho; Pereira, 2020).

A adoção da quarentena, ou do isolamento social, foi uma das estratégias de “achatamento da curva de contágio”, ou seja, diminuir a velocidade do contágio para que os serviços de saúde pudessem se preparar para suprir a demanda de atendimentos. Essa foi uma das diretrizes recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e tem como um de seus fundamentos os modelos matemáticos e epidemiológicos (Rhodes; Lancaster; Rosengarten, 2020). No caso do Brasil, e Gonzalo Basile (2020) argumenta que tem sido algo generalizado na América Latina, é preciso ressaltar que um contexto de neoliberalismo violento intensificado em anos recentes tem contribuído para fragilizar esses serviços de saúde. Esse processo tem tornado “crescente a perda de capacidade de cuidado e proteção da saúde das sociedades” (Basile, 2020, p. 3559; tradução minha) por parte dos estados.

Ainda na primeira semana de quarentena, a prefeitura disponibilizou um *dashboard* das UTIs,⁴ o qual tenho acompanhado quase diariamente desde então. Esse quadro tem sido atualizado com o passar do tempo para inclusão de novas classificações. Inicialmente, só havia os dados de leitos operacionais, leitos bloqueados, leitos ocupados, pacientes, suspeitos de Covid-19 na UTI e confirmados com Covid-19 na UTI. Não quero dizer que essa planilha disponibilizada represente a realidade da pandemia na cidade, porque mesmo essas classificações e organização dos leitos na planilha não dão conta de explicitar a movimentação de entradas e saídas hospitalares nem a organização dentro e nos hospitais.

No entanto, esses dados tornados públicos dessa forma têm sido mobilizados para performar *uma* realidade da pandemia na cidade e a partir dela legitimar tomadas de decisões pela Prefeitura Municipal. Em parte, a formulação

4 Uma planilha on-line com alta frequência de atualização indicando o número de leitos de UTIs na cidade, taxa de ocupação, casos de Covid-19 e outros (cf. Monitoramento..., 2020).

e disponibilização dos números e taxas relacionados à ocupação de leitos hospitalares funciona como um meio de produzir dados e evidências que informem respostas rápidas aos problemas de saúde pública (Rhodes; Lancaster; Rosengarten, 2020). As informações contidas no *dashboard* também são utilizadas na produção de boletins epidemiológicos publicados diariamente pela prefeitura da cidade.

Recentemente, outras classificações passaram a fazer parte do mecanismo de acompanhamento, como informações sobre pacientes em ventilação mecânica aguardando UTI ou em emergência aguardando UTI conforme mostra a imagem abaixo.

Monitoramento das UTIs de Porto Alegre

Os dados deste painel refletem a situação operacional da UTI no instante do registro. Eventualmente a quantidade de leitos informada no instante não reflete a quantidade de leitos em função de indisponibilidade por diversos motivos (desinfecção e limpeza, por exemplo). Não estão computados os leitos da UTI do Hospital de Base de Porto Alegre (HBP) e o Hospital Militar de Anísio de Porto Alegre (HMA).

Local	Atualização	Leitos operacionais	Leitos bloqueados	Pacientes	Suportados COVID na UTI	Confirmados COVID na UTI	COVID na Emergência aguardando UTI	Não-Covid na Emergência aguardando UTI	Pacientes em ventilação mecânica fora da UTI	Suportados + Confirmados COVID na UTI	COVID UTI + Confirmados COVID aguardando de UTI	Suportados + Confirmados COVID aguardando de UTI	Letalidade
Instituto de Cardiologia	29/04 - 09:53	49	5	40	1	4	0	3	0	5	4	5	89.91%
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	29/04 - 07:39	162	2	138	8	60	1	8	2	81	89	89	86.25%
Hospital Nossa Senhora da Conceição	29/04 - 11:47	73	0	73	1	42	3	10	0	43	45	46	87.23%
Hospital Materno de Vento	29/04 - 10:01	73	0	73	0	35	0	1	0	35	35	35	100.00%
Complexo Hospitalar Santa Casa	29/04 - 12:41	143	0	120	8	64	1	1	0	72	85	73	83.92%
Hospital São Lucas	29/04 - 07:34	58	0	46	2	26	0	1	1	22	28	22	77.87%
Hospital Mór de Deus	29/04 - 17:36	60	0	60	7	31	2	3	0	38	33	40	100.00%
Hospital Ernesto Dornelles	29/04 - 15:26	40	0	36	2	17	0	0	0	19	17	19	90.00%
Hospital Clínia Providência	29/04 - 20:03	40	4	32	5	13	0	0	0	10	13	10	88.89%
Hospital Porto Alegre	29/04 - 11:17	16	0	12	1	8	0	0	0	6	5	6	83.00%
Hospital Cristo Redentor	29/04 - 12:32	39	0	36	1	1	0	0	0	2	1	2	92.31%
Hospital Vila Nova	29/04 - 13:29	20	0	19	0	3	0	0	0	3	3	3	95.00%
Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre	29/04 - 20:28	20	0	19	1	0	1	1	0	1	1	2	95.00%
Hospital Independência	29/04 - 07:33	26	0	11	0	3	0	2	0	3	3	3	100.00%
Hospital Fênix	29/04 - 08:26	6	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	100.00%
Hospital da Restinga	27/04 - 17:08	20	0	19	1	8	0	0	0	9	8	9	95.00%
Hospital Santa Ana	29/04 - 13:35	10	0	7	1	0	0	0	0	1	0	1	70.00%
Total		851	20	747	19	126	8	30	26	365	314	373	89.89%
Pediatria													
Complexo Hospitalar Santa Casa	29/04 - 12:43	37	3	25	0	0	0	0	0	0	0	0	87.57%
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	29/04 - 08:53	13	0	10	0	1	0	0	1	1	1	1	76.92%
Instituto de Cardiologia	29/04 - 10:33	10	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	70.00%
Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre	29/04 - 17:42	8	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	62.50%
Hospital Materno de Vento	29/04 - 14:25	11	0	8	1	0	0	0	0	1	1	1	72.73%
Hospital Nossa Senhora da Conceição	29/04 - 11:16	17	2	9	2	3	0	0	0	5	5	5	52.94%
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	29/04 - 10:49	12	0	5	1	0	0	0	0	1	1	1	41.67%

Figura 1. Print screen do *dashboard* de monitoramento das UTIs (Monitoramento..., 2020).

Taxa de ocupação de leitos de UTI (%) em Porto Alegre

Na epidemiologia o uso de taxas, índices e estatísticas como importante meio de guiar intervenções de saúde pública que visam prevenir e controlar doenças é frequente desde, pelo menos, o fim do século XIX (Bonita; Beaglehole; Kjellstrom, 2010). No caso da pandemia de Covid-19, em Porto Alegre, uma dessas taxas é a da ocupação de leitos de UTIs. Para o cálculo da taxa de ocupação

de leitos de UTIs, multiplica-se por cem o quociente resultante da divisão do número de leitos indisponíveis (ocupados + bloqueados) pelo total do número de leitos operacionais, que pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{leitos ocupados + leitos bloqueados}}{\text{leitos operacionais}} \times 100 = \%$$

De acordo com uma notificação na própria planilha, os leitos bloqueados são assim classificados por vários motivos, que incluem “desinfecção e limpeza”. Além disso, os dados no painel “refletem a situação operacional da UTI no momento do registro” e têm atualização automática a todo minuto. Os hospitais cujos dados não são alterados por mais de 24 horas passam a ser destacados em vermelho. Ainda, não estão incluídos nesse painel os dados das UTI do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA) e do Hospital Militar da Área de Porto Alegre (HMAPA).

Como mencionei, acompanhando praticamente todos os dias o *dashboard*, mantive uma espécie de “linha do tempo”⁵ das ocupações de leitos de UTIs na cidade. Em 24/03/2020, o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido) fez pronunciamento em rede nacional tecendo críticas e se opondo às medidas de isolamento social adotadas por governos estaduais e municipais e defendendo a “volta à normalidade” para que a economia não fosse atingida (Mazui, 2020).

Dois dias depois, em Porto Alegre, ocorreu uma carreata organizada por representantes do setor empresarial (cf. Carreata..., 2020). Coincidentemente ou não, no dia 31/03/2020 o prefeito publicou o Decreto nº 20.534/2020 (Porto Alegre, 2020a), instituindo situação de “calamidade pública” na cidade. Porém, esse decreto revogava algumas normativas de decretos anteriores e permitia algumas flexibilizações no comércio respeitando condições de afastamento social e higiene. Nesse momento, havia, na cidade, cerca de 15 pessoas internadas com confirmação de Covid-19.

5 Apesar de estar usando aqui registros que mantive ao longo dos últimos meses, boa parte desses dados também podem ser conferidos em Transparência... (2020b). No entanto, nesse site alguns dados são divulgados somente a partir de maio.

Não há, aqui, espaço para detalhar os pormenores de como a taxa de ocupação de leitos de UTIs na cidade flutuou, mas algumas situações ajudam a pensar na trajetória da pandemia em Porto Alegre. Depois dessa primeira flexibilização, o índice de isolamento social passou a diminuir (Transparência..., 2020a), ainda que profissionais dos serviços de saúde continuassem demandando cautela para que o serviço não fosse sobrecarregado. No dia 11 de abril, Porto Alegre tinha disponíveis 523 leitos operacionais para pacientes adultos, distribuídos em 16 hospitais, o que resultava, na época, em uma taxa de ocupação de 72,76%. Naquele momento, havia 40 pessoas internadas com confirmação de Covid-19, enquanto outras 22 pessoas estavam internadas com suspeita da doença.

Em 28 de agosto, eram 851 leitos operacionais, dos quais 20 estavam bloqueados e outros 747 estavam ocupados por pacientes. Eram 39 internações com suspeitas de Covid-19, 326 internações confirmadas com Covid-19 e outras 8 pessoas com Covid-19 esperando por internação em UTI. A taxa de ocupação era de 89,89%. Como é possível perceber, a taxa de ocupação teve um aumento considerado entre os meses de abril e agosto. No entanto, o que esse aumento de 17% na taxa de ocupação não deixa explícito é o fato de que o número de pessoas internadas por Covid-19 teve um salto de 40 para 332. Ao longo do mês de julho e agosto, essa taxa tem oscilado entre 88% e 92%, não porque o número de pacientes tenha se mantido estável, mas porque o aumento dos leitos operacionais cresceu na mesma proporção das internações.

Inicialmente, como mencionei, essa era a função desejada do isolamento social, achatar a curva e garantir que os serviços de saúde não entrassem em colapso. Porém, o que tem ficado cada vez mais evidente é que as flexibilizações, atendendo a demandas do setor empresarial, têm resultado numa administração das mortes, numa gerência dos corpos matáveis, que garante o funcionamento desses serviços, mas continuam expondo ao risco aqueles que são considerados vulneráveis. Porque, havendo flexibilização, há circulação. No fim de agosto, o índice de isolamento social na cidade chegou a 38%. Muito abaixo do que é considerado desejado pela Secretaria de Saúde de Porto Alegre, 55%.



Figura 2. Gráfico de internações em leitos de UTIs na cidade (Transparência..., 2020b).

Se o número total de pacientes internados em leitos de UTIs adultos com Covid-19 era de 143 em 01/07/2020, como mostra a imagem acima, esse aumento dos casos de internações segue também o ritmo de uma série de decretos da prefeitura liberando treinos coletivos a clubes profissionais (Porto Alegre, 2020b); abertura do Mercado Público, do Mercado Bom Fim, salões de beleza e barbearias (Porto Alegre, 2020c); permitindo comércio de rua, shoppings e centros comerciais (Porto Alegre, 2020d); além de autorizar feiras fixas e velório de pessoas mortas em decorrência de covid-19 (Porto Alegre, 2020e).

Também nesse período, o número de passageiros de ônibus e o número de viagens diárias de ônibus aumentou consideravelmente.⁶ Ao permitir a reabertura do comércio, impedindo que trabalhadores continuem mantendo isolamento social para garantir segurança e saúde, e considerando que parte significativa usa transporte público para se locomover, são essas pessoas as que são expostas ao coronavírus, à Covid-19 e colocadas em risco.

No fim de julho, Naudine Clausell, diretora presidenta do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), hospital-referência no estado do Rio Grande do Sul na atenção ao coronavírus, defendeu o *lockdown*⁷ como medida de contenção para que os serviços de saúde não sofressem com a sobrecarga. No mesmo dia, lideranças empresariais se colocaram contra a medida. A defesa do *lockdown*

⁶ Dados disponíveis em Transparência... (2020a).

⁷ Entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* em 19/07/2020 (cf. Comunello, 2020a).

também teve apoio da direção do Hospital Vila Nova (Comunello, 2020c). O presidente do Sindilojas, Paulo Kruse, considerou como “desastroso” um eventual *lockdown*.⁸ Dias depois, o médico epidemiologista e diretor de riscos do HCPA voltou a criticar a reabertura do comércio.⁹

A quantificação e a produção e uso de estatísticas há muito tempo servem como ferramentas do poder estatal. A produção de dados possibilita uma série de classificações oficiais, como início ou fim de uma epidemia, ou a transformação de epidemia em pandemia, que transformam a vida social de determinados contextos. Essas classificações também têm a função de legitimar intervenções de saúde pública, como a determinação de um período de quarentena em determinado local (Keck; Kelly; Lynteris, 2019; Shore; Wright, 1997).

A produção de dados quantitativos e seus usos também têm tido um papel relevante, talvez central, na construção da pandemia desde o início, não só porque esses dados produzem uma realidade (Merry, 2011) da pandemia, como também porque produzem uma sensação de controle sobre os acontecimentos (Hacking, 1990). As decisões tomadas usando as taxas de ocupação de leitos de UTI fazem parte de um contexto também informado por modelos matemáticos e projeções consideradas como antecipações potenciais do futuro (Rhodes; Lancaster; Rosengarten, 2020). Da mesma forma, esses modelos são usados por alguns trabalhadores da saúde e especialistas em saúde pública para confrontar as decisões políticas.

Alain Desrosières (1998), considerando as epidemias – e pandemias – como problemas coletivos, aponta que elas também clamam por soluções gerais. Nesse sentido, para combater ou mitigar os problemas que elas produzem, são construídos cálculos de taxas de mortalidade, taxas de letalidade e outros dados quantitativos para políticas de intervenção e prevenção. Esse tipo de estatística médica é facilmente aceito não só pela comunidade médica, mas também pela população em geral, porque permite intervir no debate público se utilizando de um senso de tecnicidade, neutralidade.

Jean Segata, a partir da discussão proposta por Ian Hacking sobre probabilidade, aponta que os números, em forma de probabilidades ou estatísticas, têm grande apelo popular, afinal, cita Segata (2017, p. 30), “números não mentem”.

8 Entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* em 19/07/2020 (cf. Comunello, 2020b).

9 Entrevista concedida ao jornal *Sul21* em 06/08/2020 (cf. Velleda, 2020).

Segundo o autor, “a matemática é um instrumento empoderado da ciência moderna” (Segata, 2017, p. 30) que confere aos números e tabelas o status mais elevado do que uma “simples opinião” e porque números e tabelas são poderosos instrumentos demonstrativos. Além disso, “números, tecnologias e escalas viajam por toda a parte e fingem universalidade” (Segata, 2020a).

Como tentei demonstrar, a taxa de ocupação dos leitos de UTIs tem mantido certa estabilidade, mas essa estabilidade ocorre porque há também um aumento equivalente dos números de leitos operacionais, acompanhando o aumento de casos. Ainda assim, é partindo dessa “estabilidade” da taxa de ocupação dos leitos de UTIs, com ares de tecnicidade, que parte da legitimidade da possibilidade de reabertura de novos serviços é construída.

Outro problema no uso dessa métrica para avaliar a situação da pandemia na cidade é que nela estão também incluídas internações que não são por Covid-19. Ou seja, a queda recente no número de internações por acidentes de trânsito, por exemplo, também resulta numa queda da taxa de ocupação de UTIs. Essa queda, quando considerada apenas a taxa, ignora que os casos de Covid-19 estejam aumentando ou diminuindo. E, mesmo assim, a pandemia já demonstrou que tem uma temporalidade própria, que demanda mais do que um par de dias para se avaliar de fato a situação.

Flexibilizar, permitir reabertura, aumentar circulação de pessoas e vírus, para que o comércio siga tendo algum funcionamento implica colocar pessoas em risco. Esse funcionamento do comércio, que já opera dentro de uma precarização das condições e direitos trabalhistas, não só coloca pessoas que têm classe social, raça e condições de saúde específicas em risco, como também leva à internação daqueles indivíduos que, expostos e infectados, têm maiores complicações com a doença. O aumento do número de internações em UTIs é especialmente preocupante porque, de acordo com dados divulgados, quase metade dessas internações resulta em óbito, com uma taxa de mortalidade de 49% (Lima, 2020).

Ainda que outra parte significativa não resulte em óbito, estudos têm mostrado evidências de que há uma série de sequelas em pacientes “recuperados” (Venkatesan, 2021), tensionando a classificação utilizada pelo Ministério da Saúde. A noção de “casos recuperados” merece uma atenção especial que não cabe aqui. Os critérios que classificam casos como “recuperados” consideram dispensa do hospital e impossibilidade de transmissão do coronavírus. Isso

ignora a possibilidade de cronicidade da Covid-19 e sequelas que demandam novos tipos de estratégias de atenção à saúde, seja por uso de medicamentos (como, por exemplo, em casos de necessidade de transplante de pulmão). Ou também pela redução da capacidade respiratória que cada vez mais tem sido registrada na bibliografia médica sobre a doença – e que ainda não se sabe se é algo temporário ou permanente em diversos casos – além de vários indícios de outras complicações que perduram por mais tempo do que registra essa classificação.¹⁰

Necropolítica dos números

Em Porto Alegre, em julho de 2020, nos bairros mais pobres e mais distantes do centro a circulação de pessoas era significativamente alta (cf. Boff, 2020). Não é coincidência que nesses bairros também esteja parcela significativa da população negra e pobre, que precisa se deslocar de transporte público para trabalhar ou fazer “bicos” mesmo em período de *lockdown*, na capital brasileira de maior segregação racial do país (Corrêa; Heck, 2019).¹¹ Ao fazer o uso das taxas de ocupação de leitos de UTI como forma de legitimar flexibilizações e não garantir que grupos marginalizados tenham possibilidade de distanciamento e isolamento social, esse dispositivo que atua como uma espécie de *necropolítica dos números* expõe ao vírus e à doença essa população – algo tantas vezes repetido na história do país.

A pandemia, enquanto evento crítico (Das, 1995) que explicita desigualdades sociais, também explicita que algumas populações são sacrificáveis. Além disso, pandemias podem ser entendidas como eventos críticos porque têm

10 Ver na aba “sobre” do Painel Coronavirus (Coronavírus..., 2020).

11 A versão originalmente submetida a *Horizontes Antropológicos* foi escrita em finais de agosto de 2020. No entanto, foi nos dada a possibilidade de atualizar o texto e expandi-lo. Considerei que as mudanças no decorrer da pandemia são muitas e constantes e que, no caso deste texto, o mais adequado seria delimitar de maneira mais explícita o período de análise e contextualizar melhor, em vez de atualizar com os números mais recentes de janeiro de 2021. No entanto, acho importante ressaltar que, em dezembro de 2020, os bairros pobres de Porto Alegre registravam maiores números de casos de coronavírus e mortes, conforme reportagem na *Zero Hora* (Hartmann, 2020).

a capacidade de reordenar as relações sociais e gerar novas subjetividades, precipitando não apenas sofrimentos físicos, como também crises morais que podem acabar com modos de existências coletivas (Keck; Kelly; Lynteris, 2019).

Ainda que não estejamos falando diretamente de ocupação e poder colonial atualmente no Brasil, trabalhos discutindo a noção de necropolítica (Mbembe, 2018), anteriormente à pandemia, têm apontado estruturas coloniais racistas remanescentes nas relações sociais no país. Durante a pandemia, trabalhos discutindo necropolítica mostram que essas estruturas continuam relegando as populações negras e indígenas a marginalização, empobrecimento, violência, processos cronificados de adoecimentos e, agora, maior mortalidade (Castro, 2021; Santos *et al.*, 2020). É importante manter em mente que, para uma análise da necropolítica também no Brasil, a raça continua sendo uma “categoria central de determinação dos matáveis” (Venancio, 2020).

Achille Mbembe (2018, p. 71), em sua obra *Necropolítica*, utiliza as noções de necropolítica e necropoder para analisar como o poder colonial subjuga a vida ao poder da morte e relacionar as várias maneiras pelas quais, no mundo contemporâneo, “armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação ‘de mundos de morte’”. Ainda que nessa obra o autor esteja analisando especificamente contextos coloniais, ao discutir sobre a pandemia de Covid-19, em entrevista (Mbembe, 2020b), ele abre espaço para se pensar necropolítica nesse contexto pandêmico. A partir de sua lógica do sacrifício, nas decisões do governo federal priorizando a economia em detrimento da saúde – ao que Mbembe também se refere como necroliberalismo¹² – está em jogo um sistema que funciona com um aparato de cálculo em que uns corpos têm mais valor do que outros e no qual aqueles “sem valor” podem ser descartados.

Num texto intitulado “O direito universal à respiração”, Achille Mbembe (2020a) argumenta que precisamos compreender a respiração para além

12 Atualmente, o governo federal, no enfrentamento à pandemia, tem se guiado em diversos momentos a partir de uma relação de subserviência aos Estados Unidos, inclusive sendo receptor de hidroxicloroquina (Verdêlio, 2020), mas também nos enunciados sobre a pandemia. E é nesse contexto, inclusive com decisão do Superior Tribunal Federal autorizando que governos estaduais e municipais assumissem decisões próprias por omissão do Ministério da Saúde, que estão inseridas essas decisões sobre flexibilização e uso dos leitos de UTIs (Ministro..., 2020).

de seu aspecto estritamente biológico. Diz ele que “o direito universal à respiração não é quantificável”. No entanto, antes da pandemia, segue, “a humanidade já estava ameaçada de asfixia” causada pelo modo de produção e consumo que esgota recursos naturais e destrói as “riquezas do planeta”. Esse mesmo processo de produção e consumo que, dentro do capitalismo, tem relegado grupos sociais a “uma vida penosa”.

Considerando que alguns corpos têm maior vulnerabilidade à Covid-19 e, portanto, maiores chances de internação, a lógica do sacrifício, apontada por Mbembe, encontra aqui uma tentativa de naturalização de certas mortes como se fossem inevitáveis. Nos boletins epidemiológicos publicados pela prefeitura, as mortes seguem divulgadas acompanhadas de idade e “comorbidades” dos indivíduos ali sem nomes, sem rostos, sem classe social, sem etnias nem raças. Eles se tornam pessoas sem famílias, sem subjetividades, são convertidos em dados epidemiológicos. Se o necropoder, como propõe Mbembe (2018), incide sobre o corpo biológico o expondo à morte, em certo sentido parece haver uma mesma forma de atuação na pandemia que expõe à morte aqueles com corpos considerados mais vulneráveis.

Considerações (provisórias) finais

O argumento que ensaiei aqui tem a intenção de ser uma intervenção, naquele sentido que Isabelle Stengers (2015) coloca: como algo breve sobre que nos toca, nos faz sentir e pensar, na esperança de que possa também afetar a quem quer que esteja lendo. Surge também desse contexto difícil, analítica e afetivamente, de pesquisar a pandemia na pandemia (para fazer uma alusão à clássica distinção de Geertz, 2008). Pensar a epidemia enquanto ela acontece, enquanto é construída, elaborada e reelaborada, em constante atualização e que provavelmente ainda se manterá em transformação por muitos anos. Ela continuará sendo reelaborada todos os dias com novos dados, novas evidências científicas que vão dando legitimidade às narrativas, estatísticas que vão ditando políticas públicas, controle sanitário, controle de fronteiras, etc.

O que tentei colocar em evidência aqui, levando em consideração que a pandemia tem escala global, mas também tem suas escalas locais (Segata, 2020a), foi um olhar problematizando e mostrando como as decisões que usam

a taxa de ocupação de UTIs trazem consigo uma série de problemáticas que são menos vocalizadas no debate público. Não só são decisões políticas, mas são decisões que incidem sobre pessoas de maneiras diferentes, que têm efeitos na vida cotidiana e nas estratégias possíveis ou tornadas impossibilitadas de exposição ao risco mais direto de infecção, além de transformarem sujeitos em porcentagens.

Estratégias universalizantes como *lockdown*, “fique em casa” e “isolamento social” precisam estar sob olhares críticos atentos considerando as diversidades sociais, geográficas, culturais, de classe, etc. Mas, mais do que isso, essas estratégias de mitigação devem ser pensadas não como inerentemente autoritárias ou inerentemente ineficientes. Elas podem ser falhas porque universalizantes, mas também podem ser falhas porque vivemos num mundo que não possibilita que estratégias de garantir que pessoas não sejam expostas à morte sejam aplicadas. Devemos pensar que tipo de sociedade, incluindo sistemas socioeconômicos, tornam essas estratégias problemáticas.

Retomando ao Memorial Inumeráveis, além de reforçar o importante e emocionante trabalho que fazem, devo acrescentar apenas que essas pessoas não foram vítimas do coronavírus, porque seria delegar ao vírus toda a responsabilidade por uma série de fatores sociais, políticos, econômicos, etc. A morte dessas pessoas é resultado de uma política fundamentada também na estratégia de “imunidade de rebanho”. Essa estratégia teve, no presidente da República, não apenas uma figura de autoridade que se recusava a cumprir normas sanitárias básicas, mas também alguém que frequentemente se posicionava contrariamente às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (Brum, 2021).

Essa falta de coordenação entre Ministério da Saúde, governos federal, estaduais e municipais gerou tensões entre esses governos. Também gerou uma instabilidade nas decisões municipais, frequentemente confrontadas pelo presidente da República, e fortaleceu movimentos que pediam a flexibilização das regras sanitárias ou mesmo a “abertura geral” do comércio. Nesse sentido, as respostas municipais têm sido bastante diversas (Rocha, 2020). A pandemia tem seguido rumos heterogêneos que nos fazem questionar – um questionamento recorrente e persistente, é verdade, porém relevante – o que conta como evidência e quais evidências são mais ou menos relevantes para diferentes atores em disputa na esfera pública.

Em outro texto onde propus uma discussão sobre as taxas de letalidade da Covid-19 e o afrouxamento das quarentenas, sugeri que talvez fosse necessário realizar uma distinção entre o que são as mortes em decorrência do coronavírus e o que são as mortes causadas pela pandemia (Pereira, 2020). As mortes por coronavírus são aquelas causadas diretamente pela infecção de Covid-19, enquanto as mortes causadas pela pandemia são todas aquelas que, além das causadas por coronavírus, resultam da falta de acesso aos serviços de saúde pela sobrecarga causada pelos casos de Covid-19, seja por infartos, acidentes ou outros problemas quaisquer. Até agora, esse não parece ser o caso de Porto Alegre, mas seria interessante se manter atento a isso, já que há motivos diversos que direcionam o curso da pandemia.

Ainda que esteja aquém das minhas possibilidades no momento, talvez fosse um exercício coletivo interessante fazer uma análise comparativa sobre a relação das taxas de ocupação de leitos de unidades de tratamento intensivo e os discursos dos atores públicos em diferentes regiões ao longo da pandemia. Certamente estive longe de esgotar a discussão aqui e há muito ainda o que ser dito. Espero ter, ao menos, colaborado com alguns incômodos para pensarmos futuros possíveis, já que o “novo normal” naturaliza genocídios (Brum, 2021; Segata, 2020b; Viveiros de Castro, 2020) e “voltar ao normal” também é inaceitável (Krenak, 2020). Para encerrar, tomo de empréstimo um lema já conhecido por aqueles e aquelas que não nos deixam esquecer os horrores recentes da ditadura militar no país: *para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*.

Referências

BASILE, G. SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: Las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3557-3562, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903557&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2020.

BOFF, T. Porto Alegre tem terceiro pior índice de isolamento social desde último decreto. *Diário Gaúcho*, Porto Alegre, 21 jul. 2020. Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2020/07/porto-alegre-tem-terceiro-pior-indice-de-isolamento-social-desde-ultimo-decreto-12533157.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. *Epidemiologia básica*. 2. ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2010.

BRUM, E. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. *El País Brasil*, [s. l.], 21 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CARREATA pressiona pelo fim da quarentena em Porto Alegre. *Porto Alegre 24 Horas*, Porto Alegre, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://poa24horas.com.br/noticias/2020/03/carreata-pressiona-pelo-fim-da-quarentena-em-porto-alegre/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CARVALHO, M. C; PEREIRA, E. F. Porto Alegre na mira da covid-19: estratégias locais de enfrentamento e mitigação da pandemia. In: NEPOL. Juiz de Fora: Núcleo de Estudos sobre Política Local, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://nepolufff.wordpress.com/2020/04/12/porto-alegre-na-mira-da-covid-19-estrategias-locais-de-enfrentamento-e-mitigacao-da-pandemia/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CASTRO, R. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 71-90, jan./abr. 2021.

COMUNELLO, P. ‘Defendo lockdown. Sou médica, quero salvar vidas’, diz presidente do Clínicas. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 jul. 2020a. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/07/748366-defendo-lockdown-sou-medica-quero-salvar-vidas--diz-presidente-do-clinicas.html. Acesso em: 23 ago. 2020.

COMUNELLO, P. ‘Lockdown seria desastroso. Fecha tudo’, reage presidente do Sindilojas de Porto Alegre. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 jul. 2020b. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/07/748376-lockdown-seria-desastroso-fecha-tudo--reage-presidente-do-sindilojas-de-porto-alegre.html. Acesso em: 21 ago. 2020.

COMUNELLO, P. Mais um hospital de Porto Alegre apoia lockdown para frear lotação de leitos. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 20 de jul. 2020c. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/07/748550-mais-um-hospital-de-porto-alegre-apoia-lockdown-para-frear-lotacao-de-leitos.html. Acesso em: 21 ago. 2020.

CORONAVÍRUS Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CORRÊA, L. X.; HECK, A. R. Segregação racial: o lugar do negro em Porto Alegre/RS – o bairro Rubem Berta. In: ENANPUR, 18., 2019, Natal. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capa-pdf.php?reqid=898>. Acesso em: 1 fev. 2021.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New York: Oxford University Press, 1995.

DESROSIÈRES, A. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HACKING, I. *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HARTMANN, M. Bairros pobres de Porto Alegre lideram casos e mortes por coronavírus. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/bairros-pobres-de-porto-alegre-lideram-casos-e-mortes-por-coronavirus-ckj0gusmi0003019w5qh2g79h.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

KECK, F.; KELLY, A. H.; LYNTERIS, C. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 1-24.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, J. D. O cálculo de uma tragédia: Brasil sem máscara. *Nexo Jornal*, [s. l.], 29 ago. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/08/28/O-c%C3%A1lculo-de-uma-trag%C3%A9dia-Brasil-sem-m%C3%A1scara>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MAZUI, G. Um dia após pronunciamento, Bolsonaro repete ataques a governadores e críticas ao isolamento. *G1*, Rio de Janeiro, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/um-dia-apos-pronunciamento-bolsonaro-repete-ataques-a-governadores-e-defende-isolamento-mais-brandoghtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. In: N-1 EDIÇÕES. *Pandemia crítica* (20). São Paulo: n-1 edições, 2020a. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/53>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MBEMBE, A. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da “necropolítica”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MERRY, S. E. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance: with CA comment by John M. Conley. *Current Anthropology*, Chicago, v. 52, n. S3, p. S83–S95, 1 Apr. 2011.

MINISTRO assegura que estados, DF e municípios podem adotar medidas contra pandemia. In: [PORTAL do] Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075&ori=1>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MONITORAMENTO das UTIs de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vTwlPdNvBfVAYGVXKzmWxWLpQLuPwf28zVY3PhqBw5qZ6D4sppyXj5IIsIEOU-fBBipAyqnGTUHX-IRV/pubhtml>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MOREIRA, M. Memorial conta histórias de vítimas do coronavírus além dos números. *Correio*, Salvador, 1 maio 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/memorial-conta-historias-de-vitimas-do-coronavirus-alem-dos-numeros/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PEREIRA, E. F. As taxas de letalidade da covid-19 e o afrouxamento das quarentenas. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 544-547.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020*. Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 31 mar. 2020a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2054/20534/decreto-n-20534-2020-decreta-o-estado-de-calamidade-publica-e-consolida-as-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-novo-coronavirus-covid-19-no-municipio-de-porto-alegre?q=20534>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.653, de 10 de julho de 2020*. Altera o inc. III do caput e inclui os §§ 1º-A e 1º-B no art. 16 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para permitir treinamento profissional. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 10 jul. 2020b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2066/20653/decreto-n-20653-2020-altera-o-inc-iii-do-caput-e-inclui-os-1-a-e-1-b-no-art-16-do-decreto-n-20625-de-23-de-junho-de-2020-para-permitir-treinamento-profissional>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.676, de 6 de agosto de 2020*. Altera o caput e o § 1º do art. 15; inclui o § 3º no art. 8º, o inc. XXXIV no caput e o § 1º-A no art. 13, os incs. I ao IV no caput e os §§ 3º ao 5º no art. 15; e revoga os §§ 5º, 6º e 7º do art. 16 e o art. 31-A do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para permitir o funcionamento dos estabelecimentos comerciais no período que menciona. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 6 ago. 2020c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2068/20676/decreto-n-20676-2020-altera-o-caput-e-o-1-do-art-15-inclui-o-3-no-art-8-o-inc-xxxiv-no-caput-e-o-1-a-no-art-13-os-incs-i-ao-iv-no-caput-e-os-3-ao-5-no-art-15-e-revoga-os-5-6-e-7-do-art-16-e-o-art-31-a-do-decreto-n-20625-de-23-de-junho-de-2020-para-permitir-o-funcionamento-dos-estabelecimentos-comerciais-no-periodo-que-menciona?q=20.676>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.687, de 14 de agosto de 2020*. Altera o § 1º do art. 8º e o § 6º do art. 13; inclui o § 9º no art. 12 e os §§ 3º, 4º e 5º no art. 21, do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para reger restaurantes, bares, lancherias, padarias e lojas de conveniência, restringe agências de turismo, e dá outras providências, e revoga o parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 20.683, de 10 de agosto de 2020. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 14 ago. 2020d. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2069/20687/decreto-n-20687-2020-altera-o-1-do-art-8-e-o-6-do-art-13-inclui-o-9-no-art-12-e-os-3-4-e-5-no-art-21-do-decreto-n-20625-de-23-de-junho-de-2020-para-reger-restaurantes-bares-lancherias-padarias-e-lojas-de-conveniencia-restringe-agencias-de-turismo-e-da-outras-providencias-e-revoga-o-paragrafo-unico-do-art-9-do-decreto-n-20683-de-10-de-agosto-de-2020?q=20.687>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.709, de 27 de agosto de 2020*. Altera o § 3º no art. 12 e o § 2º no art. 18; inclui o § 3º-A no art. 12, o § 2º-A no art. 18 e o Anexo I e revoga os incs. I e II do § 3º do art. 12 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para alterar funcionamento das feiras livres. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 27 ago. 2020e. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2070/20709/decreto-n-20709-2020-altera-o-3%C2%BA-no-art-12-e-o-2%C2%BA-no-art-18-inclui-o-3%C2%BA-a-no-art-12-o-2%C2%BA-a-no-art-18-e-o-anexo-i-e-revoga-os-incs-i-e-ii-do-3%C2%BA-do-art-12-do-decreto-n%C2%BA-20625-de-23-de-junho-de-2020-para-alterar-funcionamento-das-feiras-livres>. Acesso em: 28 ago. 2020.

RHODES, T.; LANCASTER, K.; ROSENGARTEN, M. A model society: maths, models and expertise in viral outbreaks. *Critical Public Health*, Abingdon, v. 30, n. 3, p. 253-256, 2020.

ROCHA, M. M. Os governos municipais frente ao coronavírus. In: GROSSI, M. P.; TONIOLO, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 196-199.

SANTOS, M. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020.

SEGATA, J. O *Aedes aegypti* e o digital. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 19-48, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000200019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 fev. 2021.

SEGATA, J. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 2, 23 mar. 2020a. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SEGATA, J. Há um grande pesadelo por trás da ideia de “novo normal”. [Entrevista concedida a Marco Weissheimer.] *Sul21*, Porto Alegre, 3 out. 2020b. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/10/ha-um-grande-pesadelo-por-tras-da-ideia-de-um-novo-normal-diz-antropologo/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Policy: a new field of anthropology. In: SHORE, C.; WRIGHT, S. *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. New York: Routledge, 1997. p. 3-30.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TRANSPARÊNCIA Covid-19: painel mobilidade e distanciamento. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2020a. Disponível em: <https://infografico-covid.procempa.com.br/distanciamento-social>. Acesso em: 29 ago. 2020.

TRANSPARÊNCIA Covid-19: painel saúde. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2020b. Disponível em: <https://infografico-covid.procempa.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VELLEDA, L. ‘Porto Alegre não é uma ilha’, diz médico, sobre reabertura do comércio na cidade. *Sul21*, Porto Alegre, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/08/porto-alegre-nao-e-uma-ilha-diz-medico-sobre-reabertura-do-comercio-na-cidade/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VENANCIO, V. "A Questão Étnico-racial em Tempos de Crise": que necropolítica é essa? Usos e abusos do conceito. *Boletim a Questão Étnico-Racial em Tempos de Crise*, São Paulo, n. 23, 2 dez. 2020. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2460-boletim-a-questao-etnico-racial-em-tempos-de-cri-se-n-23>. Acesso em: 1 jan. 2021.

VENKATESAN, P. NICE guideline on long COVID. *The Lancet: Respiratory Medecin*, Oxford, v. 9, p. 129, Feb. 2021 [Publicado on-line em 13 jan. 2021]. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600\(21\)00031-X/full-text](https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600(21)00031-X/full-text). Acesso em: 1 fev. 2021.

VERDÉLIO, A. Brasil recebe 2 milhões de doses de hidroxiclороquina dos EUA. *Agência Brasil*, Brasília, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/brasil-recebe-dois-milhoes-de-doses-de-hidroxiclороquina-dos-eua>. Acesso em: 28 jun. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Ce qui se passe au Brésil relève d'un génocide. *Philosophie Magazine*, Paris, 19 mai 2020. Disponível em: <https://www.philomag.com/lactu/temoignages/eduardo-viveiros-de-castro-ce-qui-se-passe-au-bresil-releve-dun-genocide-43226>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil

**Necropolitics and technological race: notes on clinical
trials with coronavirus vaccines in Brazil**

Rosana Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-1069-4785>

rosana.rc.castro@gmail.com

¹ Pesquisadora independente – Brasília, DF, Brasil

Resumo

Com o avanço da pandemia de Covid-19, iniciou-se uma corrida tecnológica para o desenvolvimento de vacinas. Diversas pesquisas estão em curso no mundo e quatro candidatas a vacina estão em teste no Brasil. Neste artigo, problematizo como dispositivos necropolíticos sanitários, econômicos e políticos, racial e socialmente articulados, configuraram o Brasil como um epicentro da pandemia e um “laboratório” de vacinas no ano de 2020, e analiso como essa situação foi localmente positivada como um reconhecimento internacional das competências do país em participar do mercado global de pesquisas farmacêuticas. Reflito, ainda, sobre como o envolvimento nos estudos não necessariamente garante o acesso futuro da população brasileira às vacinas aqui testadas, pois tais tecnologias são objeto de correntes disputas comerciais desiguais, que tendem a reforçar as condições que contribuíram para conduzir o país à tragédia sanitária da qual se espera surgir a solução para a pandemia.

Palavras-chave: Covid-19; ensaios clínicos; vacinas; necropolítica.

Abstract

With the advance of the COVID-19 pandemic, a technological race for vaccine development began. Several researches are under development in the world and four vaccine candidates are being tested in Brazil. In this article I discuss how racial and socially articulated sanitary, economic and political dispositifs configured Brazil as an epicenter of the pandemic and a vaccine “laboratory” in 2020. I analyze how this situation was positively absorbed as an international recognition of the country’s competences participating in the global pharmaceutical research market. I also reflect on how the involvement in such studies does not necessarily guarantee Brazilian population’s future access to the vaccines tested here, since these technologies are subject of current unequal commercial disputes, which tend to reinforce the conditions that contributed to lead the country to the health tragedy from which the solution to the pandemic is expected to emerge.

Keywords: COVID-19; clinical trials; vaccines; necropolitics.

Introdução¹

Com o rápido avanço da pandemia de Covid-19 nos primeiros meses de 2020, iniciou-se uma corrida tecnológica para desenvolvimento de vacinas contra o novo coronavírus. Sob imperativos de cientificidade, celeridade e competitividade, laboratórios privados, governos nacionais e consórcios multilaterais investiram cifras monumentais na produção de tecnologias concorrentes ao pioneirismo na imunização. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até o final de agosto de 2020 havia 176 candidatas a vacinas em fase de pesquisas, das quais 33 estavam em fase de estudos clínicos, ou seja, experimentação em humanos (World Health Organization, 2020a).² As iniciativas em curso incluem investimentos de parcerias entre órgãos públicos e privados, farmacêuticas multinacionais e consórcios multilaterais mediados por organismos internacionais. Quatro compostos candidatos à vacina começaram a ser testados no Brasil no primeiro semestre de 2020, situação que destacou o país na mídia internacional como um “laboratório de vacinas” (Andreoni; Londoño, 2020), de onde poderiam emergir evidências que atestassem a eficácia de vacinas com potencial de dar fim à pandemia.³

O destaque brasileiro no campo experimental está assentado, principalmente, no fato de aqui haver, durante o período de testes de vacinas e nos meses subsequentes, índices persistentemente altos de contágios e óbitos por Covid-19. Segundo registros da OMS, até meados de 2020 o Brasil foi o segundo país do mundo com a maior quantidade de casos e mortes pelo coronavírus, totalizando, até o final de agosto, aproximadamente 3,8 milhões de

-
- 1 Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no “2o Webinar População negra em contexto de pandemia”, realizado em modalidade on-line em julho de 2020 e organizado pelo Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia. Agradeço aos colegas do evento, coordenado por Ana Paula da Silva, e a seus participantes, bem como aos pareceristas anônimos pelos apontamentos que contribuíram para o aprimoramento do trabalho.
 - 2 A quantidade de estudos clínicos saltou no segundo semestre de 2020 e, no final de janeiro de 2021, a OMS já registrava 236 pesquisas com candidatas à vacina, estando 63 em fase de ensaios clínicos (World Health Organization, 2021).
 - 3 Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, resultados de estudos clínicos globais de três vacinas testadas no Brasil foram considerados favoráveis e impulsionaram o início de seu uso em diferentes regiões do mundo. Outras quatro, que não foram testadas no Brasil, começaram a ser aplicadas em outros países em 2020.

casos confirmados e mais de 120 mil óbitos dos 843.927 somados em todo o mundo.⁴ Esse cenário epidemiológico desastroso – resultante da letalidade do vírus associada às condições históricas de negação de acesso à saúde de grupos particularmente vulnerabilizados, como negros, indígenas e populações periféricas urbanas (Goes; Ramos; Ferreira, 2020; Santos *et al.*, 2020), e ao mercado negacionismo e ineficiência do atual governo (Ortega; Orsini, 2020) – é considerado adequado e necessário pela comunidade científica internacional para a produção rápida e confiável de evidências sobre vacinas contra o coronavírus.

Em vista dessa situação aparentemente paradoxal, na qual se espera que a solução para a pandemia emergja de contextos nos quais ela foi particularmente devastadora, debruço-me sobre matérias jornalísticas, declarações e documentos públicos de autoridades políticas brasileiras para analisar as condições e processos que configuraram o Brasil como um local central da produção global de pesquisas com vacinas contra o coronavírus no primeiro semestre de 2020. Nesse esforço, problematizo como essa posição foi localmente positivada, a partir do entendimento de autoridades e cientistas de que a procura pelo Brasil como local de pesquisas significava o reconhecimento das competências nacionais no campo científico e uma oportunidade política de o país reverter sua péssima imagem internacional. Ao final, reflito sobre como a participação nos experimentos constituiu uma frágil e incerta estratégia para barganhar uma posição mais favorável na “fila” internacional por acesso às futuras vacinas, fato que implica um contundente problema ético envolvendo a capitalização sobre necropolíticas nacionais no processo de produção de tecnologias de interesse global e as desigualdades internacionais nas condições de acesso a esses bens.

Negação, negacionismo e necropolítica

No início de janeiro de 2020, a OMS anunciou que um novo coronavírus havia sido identificado em Wuhan, na China, como causa de 41 casos de

4 Ao longo de 2020, o Brasil foi ultrapassado pela Índia no quantitativo de casos de Covid-19, mas manteve-se na segunda posição mundial em óbitos pela doença, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. No início de 2021, o Brasil superou a marca de 200 mil óbitos pela doença. Informações atualizadas diariamente no portal da OMS (ver <https://covid19.who.int/>, acesso em 05/02/2021).

adoecimentos, com sintomas que incluíam febre, falta de ar e pneumonia. Desse, sete pessoas haviam evoluído para quadros graves e uma faleceu. Naquele momento, a situação chamou a atenção da OMS, pois, embora houvesse sintomas parecidos com os de outras infecções respiratórias, exames laboratoriais haviam descartado prováveis causas virais conhecidas. Segundo os cientistas chineses, estávamos diante de um novo agente infeccioso, cujos maiores índices de perigo estavam em sua alta transmissibilidade, potencial de letalidade e no fato de o organismo humano não lhe ser imune (World Health Organization, 2020b). Em poucas semanas, o vírus demonstrou seus amplos desafios a sistemas econômicos e sanitários, avançando rapidamente sobre diferentes continentes e passando de um agente infeccioso supostamente local para uma ameaça epidemiológica global (Segata, 2020). Em 11 de março, a OMS declarou que estávamos vivendo uma pandemia, com casos confirmados em 114 países (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). Nesse contexto, entendeu-se a busca por uma vacina como imperativa para contenção dos danos humanitários e econômicos associados ao vírus.

O Ministério da Saúde registrou o primeiro caso de Covid-19 no Brasil em 26 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020a). No dia 6 de março, diante da confirmação de mais 12 casos, o presidente Jair Bolsonaro fez seu primeiro pronunciamento oficial sobre o assunto, no qual comunicou que uma série de medidas de vigilância e produção de informação capitaneadas pelo governo federal estavam em curso e afirmou categoricamente que “seguir rigorosamente às recomendações dos especialistas [era] a melhor medida de prevenção”. As orientações da OMS incluíam medidas como o distanciamento social ampliado, uso de máscaras e outros equipamentos de proteção individual e higienização contínua das mãos, ações com intensos reflexos na circulação de pessoas e mercadorias, no sistema produtivo e nas práticas de consumo.

As orientações públicas do presidente e o avanço do coronavírus no país se radicalizaram com grande rapidez. No seu terceiro pronunciamento sobre a Covid-19, em 24 de março de 2020, Bolsonaro mudou o tom de suas falas oficiais e passou a produzir mais sistematicamente uma narrativa de negação da gravidade do novo coronavírus. Acusando a mídia de espalhar “pânico” e causar “histeria” na população, e chamando governadores e prefeitos de “irresponsáveis” por adotarem medidas de “confinamento em massa”, o presidente chamou a Covid-19 de “gripezinha”. Dali em diante, reforçou a proposta de “isolamento vertical”, que

previa que somente um certo “grupo de risco”, formado por idosos e pessoas com comorbidades, precisaria tomar medidas de isolamento, devendo a vida cotidiana “voltar à normalidade”, de modo a preservar as atividades econômicas. Ao longo dos meses, as práticas de negacionismo incorporaram, ainda, o acionamento de especialistas com posicionamentos divergentes de consensos científicos em formação e a alta seletividade no uso de informações científicas (Camargo Jr.; Coeli, 2020), bem como tentativas de manipulação dos registros de vigilância epidemiológica e exposições públicas de desprezo pelo isolamento social.

Ações e omissões negacionistas provocaram uma profunda desarticulação de políticas de saúde e assistência, cujos resultados foram desigualmente distribuídos, tanto em seu alcance quanto em sua intensidade. Segundo dados do Ministério da Saúde, com registros feitos até 22 de agosto de 2020, somando-se pretos e pardos, temos 46.436 mortes de pessoas negras pela Covid-19, enquanto brancos totalizam 33.531 mortes (Brasil, 2020b).⁵ Informações epidemiológicas do mesmo órgão apontam, ainda, que até a mesma data já havia casos confirmados em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), totalizando 21.310 indígenas infectados, dos quais 353 foram a óbito (Brasil, 2020d). A disparidade racial mostra-se, entretanto, mais flagrante quando observados dados indiretos do impacto da pandemia sobre brancos e negros. Dados de registros cartoriais de óbito disponíveis no Portal da Transparência apontam que entre os meses de março e junho de 2020 as mortes por causas respiratórias aumentaram 34,5% se comparadas ao mesmo período de 2019, sendo que “o registro de mortes por doenças respiratórias entre aqueles declarados pretos e pardos cresceu mais de 70% durante os meses da pandemia”, enquanto o aumento foi de cerca de 25% entre brancos (Mortes..., 2020).

Análises sobre as razões para que a Covid-19 venha se mostrando mais letal para negros e negras apontam não só atitudes negacionistas do governo, mas, principalmente, os impactos do racismo na saúde (Goes; Ramos; Ferreira, 2020; Santos *et al.*, 2020). Políticas históricas de governo reiteram para esses grupos as piores condições de habitação e transporte, acesso a serviços e tecnologias de saúde e trabalho digno, afastando-lhes de condições mínimas de adesão a

5 Entre povos indígenas, nota-se também uma significativa desigualdade. Enquanto, no mês de junho, a taxa letalidade nacional estava em 5,2%, entre indígenas o percentual era de 8,8% (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2020).

procedimentos profiláticos; ao tempo em que são negros os sujeitos mais acometidos de comorbidades que agravam a evolução da Covid-19 (Ribeiro; Lima; Waldman, 2020). Nesse sentido, a dinâmica brasileira da pandemia não encontra explicações em um recorte temporal discreto, estritamente coincidente com os desenhos das curvas epidemiológicas iniciadas com a pandemia. Ao contrário, seu desenvolvimento está relacionado a temporalidades profundas, nas quais o negacionismo contemporâneo atualiza e diversifica efeitos devastadores de negações históricas de direitos relacionados à saúde de populações negras (Carneiro, 2005).⁶

O contexto da Covid-19 no Brasil, portanto, contradiz narrativas divulgadas no início de 2020, nas quais se descrevia o coronavírus como um agente “democrático”, que desconheceria identidades raciais ou classes sociais. As estimativas numéricas, que sinalizam para a concretude de trajetórias precarizadas de acesso a equipamentos básicos à vida digna, indicam que os óbitos em maior proporção de negros e negras na pandemia se configuram mediante operações necropolíticas (Mbembe, 2016), nas quais dispositivos e tecnologias de governo interagem reiterada e seletivamente na efetivação de mortes acentuadas desses sujeitos. Nesse contexto, os modos de gestão do avanço da pandemia tanto revelam quanto atualizam dinâmicas de estruturação do racismo, reconhecível nos processos (des)organizacionais mediante os quais se rearticulam acondicionamentos evitáveis de sujeitos e grupos negros em posições e situações que lhes expõem desproporcionalmente ao adoecimento e à morte.

Experimentos vacinais e conversões necroeconômicas

Os posicionamentos públicos do presidente Bolsonaro, os resultados da ausência de políticas nacionais de controle da pandemia e a sabotagem de

6 Em sua página na internet, a frente do movimento indígena no enfrentamento da pandemia afirma que a vulnerabilização de grupos indígenas à Covid-19 está relacionada tanto à histórica política colonial-estatal de genocídio quanto às suas atualizações no contexto da pandemia – sobretudo aquelas relacionadas ao avanço de atividades ilegais em terras indígenas: “As invasões aos territórios estão mais intensas, o desmatamento aumentou, missionários fundamentalistas continuam sendo incentivados a cometer crimes e a mineração ilegal avança dentro das terras indígenas” (Dados..., [2021]).

estratégias estaduais e municipais de isolamento social foram seriamente criticados na mídia internacional. Dentre inúmeras matérias com esse teor, a que provavelmente teve maior destaque foi o editorial do jornal *The Washington Post* (Leaders..., 2020), publicado em 14 de abril de 2020. Ao avaliar que “a severidade da epidemia em muitas nações tem dependido de quão bem ou mal os governantes responderam a ela”, o editorial afirma categoricamente que “de longe, o caso mais sério de má conduta é o do presidente brasileiro Jair Bolsonaro” (Leaders..., 2020, tradução minha). À medida que os indicadores da pandemia no Brasil pioravam rapidamente, as abordagens desse e de outros veículos se tornaram ainda mais mordazes, enunciando uma corrosão da imagem internacional do país. Um estudo sobre as percepções acerca do Brasil no exterior, realizado a partir de publicações de periódicos de impacto internacional, avaliou que “a imagem do governo Bolsonaro no exterior é de crise ética e falência da gestão” e que “o tema Covid-19 foi responsável por 68% do total da cobertura negativa no segundo trimestre” (Curado; Couto; Gutierrez, 2020).⁷

A negatividade da imagem brasileira foi acompanhada de reportagens internacionais e nacionais que requalificaram suas taxas de morbidade e mortalidade por Covid-19 como um elemento potencialmente positivo no combate à pandemia. Ao registrarem o avanço de pesquisas com possíveis vacinas contra o coronavírus e o afluxo de ensaios clínicos para o Brasil, algumas matérias destacaram o fato ambíguo de o quadro epidemiológico brasileiro ter sido identificado pela comunidade científica e empresas do setor como aquele que oferecia condições à rápida conclusão das pesquisas e ao vislumbre do lançamento de uma solução imunizante. Passaram então a emergir na mídia certos discursos que descreviam o país como local que “oferece esperança para o resto mundo” (Walsh *et al.*, 2020), ao mesmo tempo que, internamente, veículos de imprensa enquadravam a escolha do Brasil por laboratórios estrangeiros como uma possibilidade de reversão de sua imagem internacional. Entendeu-se, nesse sentido, a participação do Brasil nos experimentos como uma “oportunidade histórica”, mediante a qual “podemos nos redimir de nossa atuação desastrosa frente à pandemia, nos tornando uma liderança global em busca da vacina para o grande mal do século XXI” (Piccolotto, 2020).

7 A amostra do estudo foi formada por matérias dos periódicos *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *The Economist*, *El País*, *Le Monde* e *Der Spiegel*.

O entusiasmo com a participação brasileira em pesquisas deveu-se à quantidade crescente de estudos com vacinas que o país passou a hospedar na primeira metade de 2020. A aprovação do primeiro ensaio clínico internacional no Brasil ocorreu em junho daquele ano, tendo a candidata desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca (chamada de “vacina de Oxford”) recebido anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para ser inoculada em milhares de brasileiros, de modo a verificar sua eficácia imunogênica (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020a; Brasil, 2020). De junho a agosto de 2020, essas duas instâncias regulatórias aprovaram mais três estudos clínicos, estabelecendo regimes prioritários de avaliação e autorizações em tempo recorde (Comissão..., 2020). Desde então, estão em curso quatro experimentos com vacinas (Quadro 1), cujos protocolos preveem o recrutamento de mais de 33 mil sujeitos de pesquisa no país.⁸

Laboratórios produtores	Previsão de recrutamento no Brasil	Transferência de tecnologia associada
Universidade de Oxford e AstraZeneca	10.000	Sim (Fiocruz)
Sinovac Biotech e Instituto Butantan	13.060	Sim (Instituto Butantan)
Pfizer e BioNTech	3.100	Não
Janssen-Cilag	7.560	Não

Quadro 1. Ensaios clínicos internacionais com vacinas aprovados no Brasil.

Fonte: elaboração própria, com informações da Anvisa, atualizadas em 18 de janeiro de 2021 (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021).

8 Em meados de 2020, a previsão de recrutamento no Brasil era de aproximadamente 22 mil pessoas (Agência Nacional de Vigilância Sanitária 2020b; Brasil, 2020c). Ao longo do segundo semestre de 2020, todos os estudos aqui realizados ampliaram o quantitativo inicialmente projetado de inclusão de participantes de pesquisa.

Os testes em humanos constituem pontos de passagem obrigatória (Callon, 1984) dos protocolos internacionais para produção e desenvolvimento de vacinas. De modo geral, os estudos clínicos mais avançados, como os que estão em curso no Brasil, seguem o método randomizado internacional duplo-cego controlado, cuja necessidade de altas quantidades de sujeitos em situações de risco de saúde articula as práticas e interesses de cientistas, gestores públicos e laboratórios privados a contextos sanitários precarizados do sul global (Castro, 2020a; Petryna, 2009). No contexto da pandemia de Covid-19, as condições para realização desses experimentos incluem, ainda, fatores como equipes de pesquisadores capacitados para manejar o produto experimental e analisar seus efeitos clínicos, investidores com interesse e capacidade suficientes para assumir o risco de os resultados serem insatisfatórios, laboratórios com capacidade de produção de milhões de doses para os testes e milhares sujeitos dispostos a tomar injeções com as candidatas.⁹

Nenhum desses fatores, entretanto, é contornável diante da primazia da necessidade de submissão das candidatas à vacina a um teste de risco. Conforme explicado em entrevista ao *podcast Café da Manhã* por Esper Kallás (2020), coordenador nacional da pesquisa com a candidata da empresa Sinovac, o que destacou o Brasil na atração de estudos clínicos foi o fato de aqui haver uma ampla dispersão do vírus na população no momento dos testes, quadro contrastante com a situação de epicentros anteriores da pandemia. Locais como a China e a Itália, que concentraram a maior quantidade de casos de Covid-19 no mundo nos primeiros meses de 2020, encontravam-se com curvas baixas de contágio no segundo trimestre daquele ano, situação que direcionou as pesquisas mais avançadas justamente para onde as políticas de contenção do alastramento do coronavírus fracassaram.

E quando você quer provar que uma vacina vai proteger as pessoas, o local ideal é onde está tendo mais disseminação. [...] Se você vai fazer esse mesmo estudo hoje em Milão, não está tendo mais transmissão. Se você vai fazer esse estudo

9 Outro elemento que se mostrou fundamental para o trânsito de pesquisas para o Brasil foi o reconhecimento da população brasileira como racial e etnicamente “diversa” e, por isso, interessante para a qualificação e extrapolação dos resultados dos ensaios clínicos (Castro, 2020b).

hoje em Wuhan, na China, praticamente não está tendo transmissão. [...] Então, é essa a razão que trouxe isso pra cá. (Kallás, 2020).

A chegada de experimentos com vacinas ao Brasil foi celebrada por diferentes cientistas e autoridades públicas, como um sinalizador do reconhecimento internacional da capacidade científica, econômica e política brasileira de atrair investimentos e de aproveitar oportunidades para estabelecer acordos de capacitação e transferência de tecnologia. Caracterizações nesse sentido foram marcantes nos discursos de gestores e pesquisadores envolvidos no estudo da “vacina de Oxford”, então considerada pela OMS a mais “avançada” dentre as que se encontram em fases de testes (Nebehay, 2020). Segundo declarado em entrevista à revista *Veja* por Sue Ann Clemens, cientista que coordenou as tratativas com Oxford para o trânsito dessa pesquisa para o país, a realização de estudos com vacinas “mostra para o mundo que as nossas agências regulatórias têm agilidade e qualidade para fazer uma revisão de alto nível em um curto espaço de tempo e para a equipe envolvida na condução desses estudos, significa capacitação tanto na realização de testes clínicos de grande porte quanto no desenvolvimento de vacinas” (Vidale, 2020).

Considerações semelhantes foram feitas, inclusive, por cientistas que se posicionaram de modo contundentemente crítico com relação às ações e omissões do governo federal no combate à pandemia. Nesse sentido, destaca-se o posicionamento de Natália Pasternak, presidente do Instituto Questão de Ciência e importante referência no debate público nacional contra o negacionismo científico. Em entrevista ao portal *BR Político*, ela afirmou que era justamente o fato de o país se configurar genericamente como um ambiente de risco o que lhe colocou na linha de frente do desenvolvimento global de vacinas, explicando uma ambígua relação entre o afluxo dos experimentos com candidatas a vacinas e os efeitos da ausência de políticas eficientes de combate à Covid-19 no Brasil.

Essa é a vantagem que a nossa incompetência pode oferecer para esse esforço internacional. Como somos muito incompetentes em conter a doença, nós oferecemos um cenário favorável para a testagem de vacinas. A gente tem o vírus circulando por aqui, enquanto outros países já não têm. E você precisa dessa circulação para expor as pessoas já vacinadas e aquelas que receberam o placebo

a uma situação de risco de contrair a doença. O Brasil oferece esse risco, principalmente aos profissionais de saúde. Pelo menos essa contribuição a gente pode dar, o que é muito irônico. (Miranda, 2020).

A realização de pesquisas clínicas no país denotou, assim, uma rápida conversão do trágico quadro sanitário nacional em um contexto de “transmissão ativa” ou de “alta circulação do vírus”, necessários aos estudos clínicos, bem como deste em oportunidades científicas e políticas para participação em iniciativas internacionais. As trajetórias terapêuticas precarizadas e as vidas perdidas, bem como as necessárias políticas de saúde e assistência para que grupos vulnerabilizados pudessem melhor enfrentar a pandemia, perderam ênfase diante das redescrições operacionalizadas para a condução célere das pesquisas e das apostas em uma futura vacina. Essa transmutação das precariedades em oportunidades, bem como as estratégias de saúde centradas em intervenções tecnológicas, reforçam predicados centrais da inserção do Brasil no mercado global da experimentação farmacêutica, mediante conversões de doenças com alta prevalência em “áreas terapêuticas” passíveis de serem exploradas por meio da incorporação do país em planos internacionais de pesquisa (Castro, 2020a).

Autoridades públicas do campo da saúde também identificaram no afluxo de estudos para o país um reconhecimento internacional de suas capacidades de participar do campo da pesquisa clínica global. Quando da aprovação do quarto ensaio clínico no Brasil, Gustavo Mendes, gerente-geral de medicamentos da Anvisa, explicou em um vídeo institucional que a vinda de mais um experimento não era explicada apenas pelo fato de haver “vírus circulando na população”, mas também pelo reconhecimento dado ao país para realização desse tipo de pesquisa, tanto científica quanto regulatoriamente:

[...] existe um reconhecimento do país na capacidade de gerar resultados confiáveis de estudos clínicos. Isso é um reconhecimento não só da agência reguladora, mas também dos centros de pesquisa e dos pesquisadores que estão trabalhando diretamente no desenvolvimento. (Quarto..., 2020).

Nesse contexto, condições crônicas e agudas de saúde vivenciadas por sujeitos brasileiros, desigualmente vetorizadas pelo racismo, são mercantilizadas e capitalizadas por empreendedores, gestores e cientistas locais no mercado

global farmacêutico, configurando-se em ativos necroeconômicos incorporados ao processo de produção biotecnológica. Destaco, nesse sentido, o contraste entre as ineficientes ou inexistentes estratégias federais de contenção de contágios e mortes e seus esforços para atração e retenção de estudos clínicos com vacinas por meio da expedição de autorizações para pesquisas em curtíssimos prazos, articulação essa que torna a população simultaneamente mais vulnerável à pandemia e disponível aos experimentos farmacêuticos. A pandemia, nesse contexto, tem servido à rearticulação do Brasil no cenário internacional como local que consegue capitalizar sobre seus trágicos e atraentes quadros epidemiológicos, disponibilizando-os às demandas internacionais de produção biotecnológica e de “desburocratização” da arena de negócios.

Reflexões finais: nacionalismo vacinal e desafios éticos

Além de oportunidades científicas e políticas, os testes clínicos no Brasil têm sido traduzidos em limitadas estratégias de barganha por uma posição mais favorável na “fila” pelas primeiras doses de vacinas. Dentre as quatro candidatas atualmente testadas no país, duas contam com acordos entre governos federal e do estado de São Paulo e os laboratórios fabricantes para acesso aos produtos dos estudos.¹⁰ Para a vacina produzida pela Sinovac, o governo de São Paulo estabeleceu um acordo de transferência de tecnologia, que permitirá ao Instituto Butantan produzir doses de vacinas a serem publicamente distribuídas. De modo semelhante, o governo federal negociou um acordo com a AstraZeneca que permitirá a formulação, o envase e o controle de qualidade de produção da “vacina de Oxford” pela Fundação Oswaldo Cruz. As expectativas das autoridades brasileiras eram de que, uma vez demonstradas eficácia e segurança satisfatórias para tais produtos, o país tivesse autonomia imediata para produzir doses de vacinas para distribuição e imunização nacionais.

10 No dia 17 de janeiro de 2021, a Anvisa concedeu autorização para uso emergencial no Brasil das candidatas à vacina da Universidade de Oxford/AstraZeneca e da Sinovac Biotech. Segundo a agência, trata-se de uma permissão temporária e excepcional, voltada à “utilização durante a atual emergência em saúde pública, de modo a minimizar, o mais rápido possível, os impactos da crise” (Anvisa..., 2021).

Tais acordos foram estabelecidos em um contexto no qual a autonomia produtiva local mostrava-se especialmente crítica, sobretudo diante de políticas nacionalistas que caracterizaram as ações de governantes de países mais ricos (Makovicky, 2020). Mesmo sem testes conclusivos, algumas farmacêuticas estabeleceram acordos com os governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão e países da União Europeia, dentre outros, para aquisição antecipada de milhões de doses das vacinas (Moreira, 2020). Nesse cenário, no qual a corrida dos experimentos foi acompanhada de uma competição para fechar acordos antecipados, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, demonstrou preocupações com o “nacionalismo vacinal” (WHO chief..., 2020), situação na qual autoridades de países ricos reservam doses de vacinas para imunização prioritária de suas populações. Essa situação daria seguimento a práticas que ocorreram nos primeiros meses da pandemia, nos quais países como Estados Unidos e França compraram, estocaram e confiscaram enormes quantidades de equipamentos de proteção individual, respiradores e reagentes de testes diagnósticos e, assim, dificultaram o acesso de países como o Brasil a itens de extrema necessidade (Castro, 2020c).

Com o previsível desequilíbrio entre oferta e demanda quando do lançamento das primeiras vacinas, a OMS sinalizou que países do sul global poderiam sofrer ainda mais com o prolongamento dos efeitos da pandemia, ao tempo que países ricos consumissem rapidamente as primeiras unidades das vacinas. Com o avanço das estratégias de “nacionalismo vacinal”, as perspectivas, eram de que “as vacinas chegarão eventualmente à maioria das populações, mas somente após países poderosos terem se protegido” (Fidler, 2020, p. 749, tradução minha). Países como o Brasil, mesmo tendo participação fundamental nos experimentos e cujos milhares de habitantes assumiram riscos viscerais do desenvolvimento dessas tecnologias, provavelmente precisariam buscar acordos bilaterais, pois, até meados de 2020, as garantias de acesso não estavam necessariamente baseadas nos quadros epidemiológicos ou na dimensão dos riscos experimentais assumidos, mas nos recursos disponíveis para comprar as vacinas diretamente dos fabricantes.

Tal cenário veio a se confirmar com o lançamento dos resultados dos testes clínicos de algumas candidatas à vacina. Reino Unido, União Europeia e os Estados Unidos foram alguns dos primeiros cujas autoridades sanitárias aprovaram o uso emergencial de vacinas e, ainda em 2020, seus respectivos

governos começaram a acionar o amplo estoque de doses que haviam adquirido.¹¹ Nesse contexto, apesar de o Brasil ter se constituído como uma “linha de frente” das pesquisas clínicas, ficamos para trás na corrida do acesso às vacinas, com doses insuficientes até para imunização de profissionais de saúde no início de 2021. Destacam-se como componentes dessa situação as limitações dos acordos de transferência tecnológica assumidos com laboratórios estrangeiros; a necessidade de insumos importados e altamente disputados para produção local e a inação deliberada do governo federal para estabelecer contratos de compra com diferentes laboratórios. Ressalto, ainda, o desestímulo à vacinação dado pelo presidente Bolsonaro, que tem enfatizado a vacinação como questão de escolha individual e ventilado teses conspiratórias sobre efeitos adversos associados às vacinas.¹² Nesse contexto, os grupos de sujeitos mais vulnerabilizados pela pandemia ficam expostos de modo prolongado a contágios e risco de morte evitáveis, enquanto políticas diversas dificultam seu acesso às tecnologias cujo desenvolvimento e distribuição se instituem continuamente sob a “dialética da inovação e da inequidade” (Rusert, 2019, p. 29).

O avanço das etapas da corrida tecnológica não significou o recuo imediato da pandemia, mas abriu novos capítulos da trágica articulação entre inequidades globais, históricos nacionais de negação de direitos à saúde e políticas negacionistas na configuração da pandemia no Brasil. Os processos de produção, experimentação, comercialização e distribuição de tecnologias médicas nesse contexto denotam, assim, que as desigualdades entre países do norte e do sul global, bem como as inequidades de saúde entre brancos e negros no Brasil, não só configuram diferentes temporalidades e intensidades da pandemia,

11 Enquanto o Canadá, por exemplo, comprou cinco vezes mais doses do que o necessário para imunizar toda a sua população (Coronavírus..., 2021, p. 2), a maior parte dos países do sul global não têm perspectivas de quando terão vacinas suficientes para seus profissionais de saúde e idosos. Em um pronunciamento realizado em 18 de janeiro de 2021, o diretor-geral da OMS afirmou que até aquele momento mais de 39 milhões de doses da vacina já haviam sido administradas em pelo menos 49 países de alta renda; já na Guiné-Equatorial, um país de baixa renda, apenas 25 doses tinham sido distribuídas (Chefe..., 2021).

12 Refiro-me, por exemplo, à declaração pública de Bolsonaro feita em dezembro de 2020, na qual insinuou que a vacina da empresa Pfizer poderia alterar o código genético de humanos e transformá-los em jacarés. Tais declarações enfraquecem o debate público sobre a importância da vacinação e a responsabilidade do governo em promover o amplo acesso da população às vacinas.

mas são elementos centrais do desenvolvimento e do acesso às vacinas nas quais se aposta o fim do “mal do século”. Por outro lado, se desigualdades não forem efetivamente combatidas, o advento de uma vacina não encerrará os males da pandemia para todos, nem com a mesma rapidez e efetividade. A experimentação de vacinas no Brasil denota como os mecanismos de exploração de grupos populacionais vulnerabilizados em pesquisas médicas sucedem mediante a captura dos processos de experimentação pela lógica do capital (Sunder Rajan, 2007), nos quais desumanizações e mortes vetorizadas pelo racismo tornam-se ativos necroeconômicos do mercado biotecnológico, e os produtos desses dispositivos tendem a ser menos acessíveis àqueles que, de modo mais substancial, vivenciam os riscos envolvidos no seu desenvolvimento.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Autorizado estudo clínico de potencial vacina contra Covid-19*. Brasília: Anvisa, 3 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/autorizado-estudo-clinico-de-potencial-vacina-contra-covid-19>. Acesso em: 29 jan. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Covid-19: Anvisa autoriza novo ensaio clínico de vacina*. Brasília: Anvisa, 18 ago. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/covid-19-anvisa-autoriza-novo-ensaio-clinico-de-vacina>. Acesso em: 29 jan. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Covid-19: fique por dentro do mapa das vacinas em teste no Brasil*. Brasília: Anvisa, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/fique-por-dentro-do-mapa-das-vacinas-em-teste-no-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ANDREONI, M.; LONDOÑO, E. Coronavirus crisis has made Brazil an ideal vaccine laboratory. *The New York Times*, New York, 15 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/15/world/americas/brazil-coronavirus-vaccine.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANVISA aprova por unanimidade uso emergencial das vacinas. *In*: GOV.BR. Brasília: Governo do Brasil, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/01/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Boletim semanal da APIB sobre o novo coronavírus entre os povos indígenas nº 04*. [S. l.]: Apib, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico 06*. Brasília: MS, 3 abr. 2020a. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/03/BE6-Boletim-Especial-do-COE.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico especial nº 28*. Brasília: MS, 26 ago. 2020b. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/August/27/Boletim-epidemiologico-COVID-28-FINAL-COE.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. *Boletim Ética em Pesquisa*. Edição Especial Coronavírus (Covid-19). Edição 50. Brasília: CONEP/CNS/MS, 2020c. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Boletim-EticaemPesquisa-ED50.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Informe epidemiológico nº 16*. Doença Coronavírus (COVID-19) em populações indígenas. Brasília: MS, 2020d. Disponível em: <https://saudeindigena1.websiteseuro.com/coronavirus/pdf/Informe%20Epidemiologico%20SE%2034%20-%20SESAI%20COVID%2019.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. *Sociological Review*, London, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1984.

CAMARGO JR., K.; COELI, R. A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300203, 2020.

CARNEIRO, S. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, R. *Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica*. São Paulo: Hucitec, 2020a.

CASTRO, R. Covid-19 e economias da diversidade: uma crítica antropológica da biologização da raça nos ensaios clínicos com vacinas. *ClimaCom*, ano 7, n. 19, 2020b. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/covid-19-e-diversidade/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CASTRO, R. Ciências e tecnologias na pandemia de Covid-19: exposições, experimentos, expectativas. In: GROSSI, M.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020c. p. 359-362.

CHEFE da OMS alerta para um “fracasso moral” da vacinação contra COVID-19. In: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Brasília: Casa ONU Brasil, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/108239-chefe-da-oms-alerta-para-um-fracasso-moral-da-vacinacao-contr-covid-19>. Acesso em: 3 fev. 2021.

COMISSÃO do CNS aprova terceira fase dos testes da vacina contra Covid-19. In: CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Brasília: CNS, 10 jul. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1263-comissao-do-cns-aprova-terceira-fase-dos-testes-da-vacina-contr-covid-19>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CORONAVIRUS vaccines: expect delays. *The Economist Intelligence Unit*, [s. l.], 27 Jan. 2021. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/q1-global-forecast-2021/?utm_source=twitter&utm_medium=organic_social&utm_campaign=q1_2021_global_forecast&utm_term=stark_divide&utm_content=map&linkId=100000030033676. Acesso em: 4 fev. 2021.

CURADO, O.; COUTO, E.; GUTIERREZ, J. *Estudo Brasil imagem internacional 2º trimestre 2020*. [S. l.]: Curado & Associados, 2020.

DADOS Covid-19. In: EMERGÊNCIA INDÍGENA. [S. l.]: Apib: Aty Guasu: CGY: Coiab: Arpin Sudeste: Apoinme: Arpin Sul: Conselho Povo Terena, [2021]. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 3 fev. 2021.

FIDLER, D. Vaccine nationalism's politics. *Science*, New York, v. 369, n. 6505, p. 749, 2020.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020.

KALLÁS, E. *Por que quem produz vacinas da Covid-19 está de olho no Brasil*. Entrevista a Rodrigo Viseu e Magê Flores para o podcast Café da Manhã, São Paulo, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/06/por-que-quem-produz-vacinas-da-covid-19-esta-de-olho-no-brasil-ouca-podcast.shtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LEADERS risk lives by minimizing the coronavirus. Bolsonaro is the worst. *The Washington Post*, Washington, 14 Apr. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html. Acesso em: 19 ago. 2020.

MAKOVICKY, N. The national(ist) necropolitics of masks. *Social Anthropology*, Hoboken, v. 28, n. 2, p. 341-315, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MIRANDA, C. 'Incompetência' do Brasil em conter o vírus cria cenário 'favorável' para vacinas, diz especialista. *BRPolítico*, São Paulo, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/incompetencia-do-brasil-em-conter-o-virus-cria-cenario-favoravel-para-vacinas-diz-especialista/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

MOREIRA, A. Brasil precisa decidir sobre como terá acesso a vacina contra covid-19. *Valor Investe*, Rio de Janeiro, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/08/20/brasil-precisa-decidir-sobre-como-tera-acesso-a-vacina-contr-covid-19.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MORTES entre pretos e pardos por doenças respiratórias crescem mais do que entre brancos durante a pandemia, segundo cartórios. *G1*, Rio de Janeiro, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/13/mortes-de-pretos-e-pardos-tiveram-alta-de-31percent-na-pandemia-segundo-cartorios.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

NEBEHAY, S. Candidata a vacina da AstraZeneca é a mais avançada contra Covid-19, diz OMS. *Reuters*, [S. l.], 26 jun. 2020. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN23X217-OB RTP>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia*. Brasília: Opas Brasil, 11 mar. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 28 ago. 2020.

ORTEGA, F.; ORSINI, M. Governing Covid-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, Abingdon, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

PETRYNA, A. *When experiments travel: clinical trials and the global search for human subjects*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

PICCOLOTTO, L. Brasil pode mudar de mau exemplo a líder global pela vacina contra Covid-19. *UOL*, São Paulo, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://govtech.blogosfera.uol.com.br/2020/08/10/uma-otima-noticia-brasil-pode-ser-lideranca-em-vacina-contr-covid-19/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

QUARTO estudo de vacina aprovado. Brasília: Anvisa, 18 ago. 2020. 1 vídeo (3min21s). Publicado no canal Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1fvfjF69_t0&feature=emb_title. Acesso em: 4 fev. 2021.

RIBEIRO, H.; LIMA, V. M.; WALDMAN, E. A. In the Covid-19 pandemic in Brazil, do brown lives matter?. *The Lancet Global Health*, [s. l.], v. 8, p. e976–e977, 2020.

RUSERT, B. Naturalizing coercion: the Tuskegee experiments and the laboratory life of the plantation. In: BENJAMIN, R. (ed.). *Captivating technology: race, carceral technoscience, and liberatory imagination in everyday life*. Durham: Duke University Press, 2019. p. 25-49.

SANTOS, M. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020.

SUNDER RAJAN, K. Experimental values – Indian clinical trials and surplus health. *New Left Review*, London, v. 45, p. 67-88, 2007.

VIDALE, G. 'O Brasil se tornou protagonista', diz pesquisadora da vacina de Oxford. *Veja*, São Paulo, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/o-brasil-se-tornou-protagonista-diz-pesquisadora-da-vacina-de-oxford/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WALSH, N. *et al.* The world's hopes for a coronavirus vaccine may run in these health care workers' veins. *CNN*, [s. l.], 27 July 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/07/27/americas/brazil-covid-19-sinovac-vaccine-intl/index.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

WHO CHIEF warns against COVID-19 'vaccine nationalism', urges support for fair access. *UN News*, [s. l.], 18 Aug. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/08/1070422>. Acesso em: 25 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Draft landscape of Covid-19 candidate vaccines*. [S. l.]: WHO, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/draft-landscape-of-covid-19-candidate-vaccines>. Acesso em: 31 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Novel coronavirus – China*. [S. l.]: WHO, 12 Jan. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *COVID-19 – Landscape of novel coronavirus candidate vaccine development worldwide*. [S. l.]: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/novel-coronavirus_landscape_covid-1942359771-d8bb-4f89-8b72-5b02b0d69acf.zip?sfvrsn=617c8d90_16&download=true. Acesso em: 28 jan. 2021.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Living the death of others: the disruption of death in the COVID-19 pandemic

Vivendo a morte dos outros: reconfigurações da morte na pandemia da Covid-19

Marcos Freire de Andrade Neves¹

<https://orcid.org/0000-0002-0752-5788>

marcosfan@gmail.com

¹ Freie Universität Berlin – Berlin, Germany
Postdoctoral Research Associate

Abstract

On 11 March 2020, the World Health Organization classified the COVID-19 emergency as a pandemic, a decision that was taken following the perception that the virus was both lethal and rapidly spreading. The role played by mortality and contagion in this pandemic narrative, thus, cannot be ignored. On the one hand, contagion acts as a transgressive category that is a main source of socio-political disruptions and a catalyst for new forms of sociality. On the other hand, the effectiveness and persuasiveness of mortality as a quantifiable reality overshadows death as lived experience, obfuscating a profound reorganisation of the ways death is managed and produced through the work of a whole professional segment. Hence, this article explores how the response to the COVID-19 pandemic is reshaping death as lived experience by transgressing categories of existence and reorganising the conditions under which death is managed and produced.

Keywords: contagion; data; death; pandemic.

Resumo

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou a emergência da Covid-19 em termos de pandemia, uma decisão que seguiu o reconhecimento tanto da letalidade do vírus quanto do seu potencial de transmissibilidade. Nesse contexto, o papel desempenhado pelas categorias de óbito e contágio não pode ser ignorado. De um lado, contágio age como uma categoria transgressora que é fonte de rupturas sócio-políticas e catalisadora de novas formas de sociabilidade. Pelo outro lado, a efetividade e poder de persuasão do óbito enquanto realidade quantificável acaba por ofuscar a morte como experiência vivida. Nesse sentido, o presente artigo explora como a relação entre contágio e mortalidade, bem como a resposta articulada à pandemia, causou uma ruptura na morte enquanto experiência vivida, reorganizando os meios pelos quais ela é gerenciada e produzida através do trabalho de um segmento profissional.

Palavras-chave: contágio; dados; óbito; pandemia.

Introduction

On 11 March 2020, during a media briefing at the headquarters of the World Health Organization (WHO) in Geneva, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, the organisation's Director-General, shared his concerns regarding an increase of COVID-19 cases outside of China. Caused by the virus SARS-CoV-2, the disease caught the WHO's attention on 31 December 2019, when it was first informed about an unusual increase of cases of viral pneumonia in Wuhan, China. During the briefing, he described a situation in which the number of COVID-19 cases outside of China had increased 13-fold and the number of affected countries tripled. The scenario was distressing. "There are now more than 118,000 cases in 114 countries, and 4,291 people have lost their lives", Dr Tedros said. This background of high mortality and infection rates, coupled with "alarming levels of inaction" paved the way for the declaration that this public health emergency was a pandemic, which, he reflected, "is not a word to use lightly or carelessly [and], if misused can cause unreasonable fear, or unjustified acceptance that the fight is over, leading to unnecessary suffering and death" (World Health Organization, 2020).

As Lakoff (2019) argued, the act of classification is vital in allowing the assimilation of specific events into broader administrative frameworks, thus facilitating their legibility and management. In the context of COVID-19, the decision to classify a series of local outbreaks as a pandemic was triggered by the acknowledgement that the virus was both lethal and rapidly spreading, contaminating people across national borders – as illustrated by the data presented by Dr Tedros – and causing a series of social disruptions along the way. As a narrative of public health emergencies, this is not new. We have seen public health emergencies before and we deal with other emergencies of this kind now, such as HIV, tuberculosis, and malaria – albeit, as Caduff (2020, p. 477) noted, these preventable deaths seem to attract less political urgency. "What makes this pandemic unprecedented", he argued, "is not the virus but the response to it" (Caduff, 2020, p. 476).

In this sense, this article is an attempt to understand the impact of the COVID-19 pandemic as a result of the interplay between contagion and mortality as two key factors that justified the pandemic classification. Factors that were able to capture socio-political affects and anxieties that reinforced

the seriousness of the situation while, at the same time, indicating the urgency of a coordinated response at international level. Following this perspective, contagion and mortality crystallised a specific understanding of the situation and its gravity, while animating discussions on how to appropriately respond to it. The ease and permeability of such metrics in the everyday life under the pandemic, as well as the imaginaries and affects they elicit, made contagion and mortality crystallise the circumstances that justified and led to the act of classification – and, conversely, made them common targets of discourses aimed at delegitimising it.

As governance tools, however, contagion and mortality are translated into quantifiable data, which confer legibility to the realities performed by these tools and facilitate the concoction of organised responses. But the persuasion of data and its effectiveness within administrative frameworks may end up suppressing the very realities they help to describe. To examine this process, this article explores the aftermath of a specific pandemic narrative that revolves around contagion and mortality as animating factors of a political economy of life and death. The implications of this are twofold. On the one hand, contagion acts as a transgressive category that is a main source of socio-political disruptions and a catalyst for new forms of sociality – that is, contagion as a category is both disruptive and generative. On the other hand, the effectiveness and persuasiveness of mortality as a quantifiable reality overshadows death as lived experience, obfuscating a profound reorganisation of the ways death is managed and produced through the work of a whole professional segment. To put it differently, the performativity of death as a quantifiable reality is effective by making opaque the everyday experiences behind it.

Therefore, to explore this narrative is an attempt to shed light on the disruptions of death as lived experience as a result of the interplay between contagion and mortality. Since 2014, over the course of an ongoing research project that seeks to understand the production of death through the work of several mediations, such as medico-legal, economic, and bureaucratic ones, and through technical interventions on the body, I have familiarised myself with death as lived experience and with people whose job it is to live the death of others by helping to produce the dead person (Andrade Neves, 2017; Andrade Neves; Damo, 2016). But despite providing an essential service, their work

tends to be overlooked in crisis narratives where death is seen as the endpoint, often ignored amidst the intensity of emotions and affects that death usually evokes. In the context of the COVID-19 pandemic, whereas contagion can be seen as a starting point, something that acts to spread and intensify outbreaks, and the control of which would eventually lead to the successful control of the pandemic itself, mortality rates suggest an endpoint of failure in the management of the pandemic. This common narrative, however, not only fails to consider that the individual deaths behind mortality rates are the starting point of a whole new chapter in this pandemic narrative, but also that the way death itself used to be produced through rituals, technical procedures, and negotiations is being profoundly reorganised.

Focusing mostly on the Brazilian context and, more precisely, the city of Porto Alegre and its greater metropolitan area, this article explores how the response to the COVID-19 pandemic is reshaping death as lived experience by transgressing categories of existence and reorganising the conditions under which the dead person can be produced.¹ Living the death of others, thus, is an allusion to the workings of a professional segment that operates inside a blackbox of death, one that hides the everyday life of people whose job it is to live the death of others while giving centre stage to death as an abstract, depersonalised occurrence. In 2020, during a conversation with Nina,² one of such professionals who live the death of others, she expressed the following: “Our routine changed completely [due to the pandemic], everything’s very difficult now”. In a certain sense, this article is an effort to fathom Nina’s comment by making sense of the circumstances that led to this change in her routine during the pandemic and its implications. While the pandemic has caused disruptions that led directly or indirectly to the death of many people, what follows when death itself is disrupted?

1 This research is based on ongoing fieldwork that, similarly to many other aspects of everyday life, was also disrupted by the pandemic. Owing to the associated limitations, this research draws from previous fieldwork experience and online interviews.

2 Nina has allowed her real name to be used. And although “Nina” is her nickname, she uses it professionally as well. The conversations took place in Portuguese, so the translations are mine.

From death to mortality

The act of classification conveys greater visibility to local, geographically scattered events attributed to the virus. In the case of COVID-19, the process of classification in terms of a pandemic took place over the course of three months, from the moment cases of pneumonia with unknown causes were first reported until the identification of the virus and the subsequent classification in March 2020. On 30 January 2020, when only 98 cases of COVID-19 had been identified outside of China (and no deaths), the WHO declared local outbreaks a public health emergency. So it took a little over one month, following a spike in infection cases and the occurrence of deaths associated with COVID-19, for the WHO to declare the pandemic announced during the aforementioned media briefing. Although the virus as a biological entity is at the very core of these events, it is its potential to spread and contaminate that led to its classification as a pandemic – which, according to the WHO (World Health Organization, 2010), is characterised precisely by the “worldwide spread of a new disease”. While the act of classification gives greater visibility to geographically dispersed events, it is now necessary to make it legible.

When discussing the impact of different epidemics that took place in Western Europe over the centuries, Foucault resorted to the case of a small-pox epidemic in the 18th Century to address the issue of legibility. In order to understand the epidemic, he argued, it is necessary to know how many people were contaminated, their age, and the disease’s mortality rate (Foucault *et al.*, 2004, p. 12). To read the epidemic and to better understand its narrative, it would be necessary to develop quantifiable data that can make the emergency legible and help shape an appropriate response to it. As Sally Engle Merry (2011, p. 85) pointed out, statistical measures and indicators are forms of knowledge that “convey an aura of objective truth and facilitate comparisons”, making them effective governance tools. But their effectiveness relies precisely on the reduction of complex social processes to “simple numerical indicators and rankings for purposes of management and control” (Shore; Wright, 2015, p. 22). In this sense, the persuasiveness and effectiveness of governing “by – and through – numbers” is an effect of a process of decontextualisation and reduction from complex to simple (Shore; Wright, 2015, p. 23). And while it may facilitate numerical comparison and the sharing of information, this

aura of objectivity often conceals a politics of numbers within which such data can be formulated.

For instance, the Instituto Pereira Passos, in Rio de Janeiro, developed an online panel to provide information regarding the COVID-19 pandemic. In August 2020, the panel was showing two divergent mortality data. The first information, formulated by the Federal Ministry of Health, counted 9,634 COVID-deaths in the city of Rio de Janeiro; according to the city administration, however, the city had 4,114 deaths in the same period. The formulation of two contradictory data to represent the same empirical reality was the aftermath of a change in methodology: while the data were initially based on the number of death certificates indicating suspicion of COVID-19, the new methodology counted only the number of burials stating COVID-19 as the cause of death. In a context of limited testing and delayed results, there were more suspected cases than certified ones – and the city administration went with the latter methodology.

When this change of methodology was first introduced, the number of deaths in the city of Rio de Janeiro fell from 2,978 to 1,801, a difference of 1,177 cases. Rather than being objective representations of reality, numbers are methodological choices that need to be contextualised and understood, as Desrosières (1998, p. 7) argued, through the tension between claims to objectivity and universality and “the world of action”. Numbers are means to express and to make exist (Desrosières; Kott, 2005); they are means to make visible and to shape a specific reality, not just a representation of one. The politics of numbers during the COVID-19 pandemic in Brazil was also made clear by comments made by state authorities, including president Jair Bolsonaro. In March 2020, Bolsonaro complained about high mortality numbers by saying he did not believe “these numbers” (Fernandes, 2020), accusing states of replacing unknown causes of death with coronavirus in death certificates: “This issue of numbers leave many people doubting”, he said, “did they die of COVID-19 or with COVID-19?” (Marcello, 2020). His remarks were quickly followed by a Ministry of Health official, who voiced his wish to have “more real data”, since “what we have today is fanciful and manipulated” (Megale, 2020).

While governing by numbers is a constitutive feature of our times (Shore; Wright, 2015, p. 22), it conveys a false perception of objectivity that blurs the understanding of the politics behind it. That is, it enables the legibility

of a certain reality by decontextualising and depersonalising the lived, everyday experiences on which the numbers are based. This eclipsing of the personal and the person in the context of a process that reduces death to mortality ends up forming a blackbox of death, in which the abstract phenomena casts a shadow over the processes that produced it. Fundamentally, this blackboxing (Latour, 1999) of death attracts attention to mortality rates while obfuscating radical changes in the way specific deaths are being produced and managed on the ground level. In this sense, whereas the reduction of death into mortality encapsulates lived experience inside an abstract category due to the persuasion of absolute numbers, the question of what is happening inside this box remains.

In April 2020, due to fears of contagion amidst the first wave of the COVID-19 pandemic in Porto Alegre, a court order prohibited all funerary rites directly related to COVID-19 – or suspicion thereof – in the state of Rio Grande do Sul (Kepler, 2020). This decision, which also suspended the undertaking of embalming procedures in the state, was ultimately modified in August 2020, when the mayor of Porto Alegre issued an executive order (Porto Alegre, 2020) easing such restrictions and allowing funerary rites to take place past the infection window. On the ground level, such changes, coupled with fears of contagion, completely altered the day-to-day practice of funeral homes, preventing the preparation of bodies, imposing a distance between agents and clients, and restricting the possibility of funerary rites and, by extension, affecting the range of services that can be provided.

Contagion as transgression

In 1996, Porto Alegre, a relatively large city of some 1.5 million people in southern Brazil, passed new legislation to regulate the city's funerary services. This legislation was an attempt to reorganise what was then seen as an unprofessional and rather predatory industry that walked, and often tripped over, a fine line between emotion and money (Andrade Neves; Damo, 2016). As providers of essential services, the funerary sector falls under the responsibility of municipal administrations. They are responsible for laying out clear rules for the sector and for defining the actors involved – for instance,

as of 2020, there were 22 funeral homes authorised to operate within the city limits.³ By passing legislation to regulate the funerary services, the goal was to provide a clear blueprint of what products and services needed to be offered, establishing common rules and procedures to be followed by all 22 local funeral homes.

The funerary sector goes beyond funeral homes, comprising also cemeteries, crematories, and local oversight agencies. Whenever a death is reported within city limits, the actors involved in the funerary sector are responsible for coordinating the work of several mediations that, on the one hand, make death a legal reality and, on the other hand, produce the body that will take part in funerary rites. These mediations, however, are not a given. In 2014, when I first started doing fieldwork in a funeral home in Porto Alegre, I followed the circulation of bodies from the moment their deaths were reported until their final destination, usually burial or cremation. By following them, I was able to map out the different mediations and actors involved in each individual death. It is precisely the outcome of their work that I defined elsewhere as the dead person (Andrade Neves, 2017), a specific form of personhood that is encapsulated by different legal protections and challenges simple applications of binaries such as life/death, people/thing, and animated/inert.

Several anthropological accounts have shown how categories of existence like life and death defy common assumptions or easy applications, being often transgressed or reorganised. This can be seen in several contexts, such as in beating-heart cadavers as the result of the interplay between brain death and organ transplantation (Agamben, 1998; Lock, 1996, 2002; Roach, 2003; Scheper Hughes, 2000) or in attempts to rethink life and death outside the constraints of anthropocentric approaches (Chen, 2012; Kohn, 2013; Tsing, 2015). When it comes to the everyday life production of death, such categories of existence relies on a set of interactions and negotiations that makes a biological occurrence into a legal reality – a process that, as Medeiros (2020) described it, kills the dead. By following the circulation of dead bodies in Porto Alegre, I was able

3 There are 22 local funeral homes authorised to operate in Porto Alegre. Also, 11 funeral homes from the greater metropolitan area are authorised to offer limited services within city limits (24 services per year).

to identify these processes and witness their negotiations, including emotional and economic ones (Andrade Neves; Damo, 2016). Among such processes, however, embalming stands out.

Despite not being a legal requirement in most cases of death, embalming is performed on almost every dead body under the care of the funeral home where I conducted most of my fieldwork. This technical intervention in the body, which delays decomposition by replacing body fluids with chemicals such as formaldehyde, is one of the most common services provided by funeral homes, as it fundamentally produces the body that will be displayed in funerary rites, conferring a 'natural' appearance and colour to it. But this procedure is also invasive, requiring personal protective equipment (PPE) due to the possible spilling of fluids and the vaporisation of toxic chemicals – which have the potential to “directly implicate the vulnerability of a living body” (Chen, 2012, p. 203). When I started my fieldwork, João,⁴ a funeral director, would often tease me by repeatedly saying that today would be the day I would finally witness an embalming procedure. While death as an affective image is a constant presence in funeral homes, it is during this procedure that the contact between living and dead bodies are the closest, raising fears of toxicity and contagion that require the living to wear protective gear.

Toxicity, Nading (2020, p. 209-210) suggested, is elusive, as it is not a characteristic of individual substances, but rather the result of contingent encounters “among beings, systems, and things”. Along these lines, the contingencies of the funeral home place living and dead bodies in a close, chemically-mediated contact, which requires protection to minimise the risk of contamination and, depending on the cause of death, avoid contagion. But as a consequence of the COVID-19 pandemic, coupled with the invasiveness of embalming, such contingencies were reorganised. “Everything changed in relation to precaution”, Nina tells me. As part of her work in funeral homes, Nina is a professional embalmer who often travels to other cities to offer courses on embalming. “The PPE we used to wear is now obsolete and we have to use another kind, an overall and things that we didn't used to use in the lab before”. But even with new protective equipment, her routine changed abruptly: “We no longer can

4 Pseudonym.

prepare,⁵ so for non-COVID cases we use one kind of PPE and for COVID cases we have to use this overall and many other things to collect the body”.

The COVID-19 pandemic reorganised the contingencies of such encounters by highlighting the risks associated with contagion and, as a consequence, impacting directly on the possibility of close encounters between dead and living bodies. This reorganisation impacted not only the working routine of funerary professionals, but also the experience of death from the perspective of family members. According to Nina, the new contingencies of funerary rites are leading to suffering. “People are suffering more”, she tells me, “the way burials are being carried out is very unpleasant. The fact that you cannot view the body, say goodbye, is bringing a lot of pain and suffering”. Similar reorganisations are also taking place outside of the funerary sector, such as hospitals and Intensive Care Units, where a political and moral economy of life and death is redefining doctor–patient relationships (Colas, 2020) or physicians’ embodied practices (Block, 2020).

In 2016, Elizabeth Povinelli raised the question of whether a long-standing focus on certain figures of biopolitics ended up obfuscating new problems that would now be central to our understanding of contemporary power. One such manifestation would be viruses. Although not new, viruses are located in the centre of a series of critical events, such as epidemics and pandemics, that were able to reorganise social relations and generate new subjectivities (Keck; Kelly; Lynteris, 2019, p. 3), as well as radically alter our ways of being in the world. In the COVID-19 pandemic, several facets of socio-political disruptions have already been explored, such as militarisation (Levine; Manderson, 2020), food production (Haysom, 2020), and socio-economic inequality (Kopper, 2020). And the role played by contagion in pandemic narratives is key to understanding such disruptions.

“The dark side of modernisation, medical and political progress”, epidemics have been used to justify “policies of segregation, resettlement, quarantine, and population surveillance” (Keck; Kelly; Lynteris, 2019, p. 2). In this sense, as Caduff (2020, p. 480) noticed, pandemic time can be an “auspicious time

5 Prepare, or *preparação*, is an emic term to describe the embalming of a body. It is common to hear that the body is being “prepared”.

for all kinds of political projects”. This can be seen, for instance, in the politics of leprosy control in many countries, in which the lack of knowledge and the fear of contagion led to the establishment of colonies that crystallised all of the aforementioned elements of segregation and health surveillance (Fonseca, 2020; Maricato, 2019; White, 2003). If, as Povinelli suggested, the virus is an important prism through which we can better understand contemporary power, it is through its circulation, via contagion, and the responses it triggers that we can grasp its impact on regimes of life and death and on moral economies associated with them (Chen, 2012, p. 6; Fassin, 2018).

In a roundtable to discuss the category of contagion, Jih-Fei Cheng proposed thinking about contagion as “inevitable transgressions of our artificially given discrete categories of existence” (Lin; Chen; Cheng, 2017, p. 1). By inscribing the virus, an entity that itself fails the so-called tests of life, as an active participant in regimes of life and death, its contagious quality ends up transgressing such regimes by redistributing life and death within the nexus of socio-economic, demographic, and racial criteria, among others. In this sense, contagion is a transgressive category that gives motion to a redistribution of life and death. In Porto Alegre, saving disasters or critical events, the number of deaths tends to be stable. In 2020, there were 21,349 deaths that were distributed among local funeral homes.⁶ Within this universe, João’s funeral home – where I had my first contact with embalming procedures – was responsible for managing about 5% of such deaths. In the first five months of 2020, from January to May, this funeral home managed on average 64 deaths per month. In the final seven months, from June to December, the average rose to 104. This trend can also be seen in the whole city, where the monthly average of deaths rose from 1553 in the first five months to 1940 in the final seven months.

The COVID-19 pandemic has also impacted where people died. In the final seven months of 2020, from June to December, there was a 31% increase in the number of deaths inside local hospitals in comparison to the first five months, from January to May. Similarly, the number of deaths taking place inside private homes rose 48% in the same period, while the number of deaths due to

6 Based on information provided by the Central de Atendimento Funerário (CAF), the municipal agency responsible to oversee the city’s funerary services.

external causes went down 14%.⁷ Referring to her experience during the first wave of the pandemic, in the course of our first conversation in April 2020, Nina said: “The number of deaths is actually lower in comparison to last year, since because of the pandemic people are not leaving their homes; there are less accidents, less natural deaths... I don’t know what’s happening, but the number is lower. But we have an exponential increase in the number of corona deaths”. At that time, the number of deaths in the city was relatively stable, a scenario that changed from June onwards.

Besides an effect on the overall number of deaths, the coupling of virus and contagion in the context of the COVID-19 pandemic led to a rearrangement of the kinds of death people were dying – and, as a result, the kinds of death Nina had to experience in her work routine. When we first talked, during the first wave of COVID-19, the radical change in Nina’s routine was an effect of contagion: on the one hand, the risks and fears associated with contagion prevented the carrying out of embalming procedures and led to new protective measures that hindered the contact between living and dead bodies. On the other hand, it altered the kinds of death she had to live.

Final remarks

“People are not being able to say goodbye; we stopped selling funerals to sell caskets. That’s how things are”, Nina told me. “It’s been very complicated; people are not even allowed to say goodbye to their relatives”. But even though these changes affected her work directly, Nina was one of the professionals who defended the suspension of funerary rites during the pandemic, acknowledging that these events may cause large gatherings of people, many of whom may be old-aged. The interplay of contagion and mortality during the COVID-19 pandemic is reshaping death by radically altering the range of possibilities for the occurrence of funerary rites and by preventing the preparation of the dead body on account of risk.

7 By external causes I mean deaths that fall under the remit of the local coroner’s office. These are mostly deaths that need to be investigated for being deemed violent or suspicious.

Recently, Giorgio Agamben voiced his concern on the transformation of death during the COVID-19 pandemic, questioning how we accepted, “in the name of a risk that we couldn’t even quantify”, that people should die alone and that “their corpses should be burned without a funeral” (Caldwell, 2020). Going back to Caduff’s assertion, what is new in this current global health emergency is not the virus itself, but our response to it – which “pushed the world into a space of fragility and uncertainty” (Caduff, 2020, p. 476) that opened up the possibility for a profound, and possibly long-lasting reorganisation of life and death. Agamben’s question, although posed in the context of an attempt to delegitimise social distancing measures by framing them as a pretext for the withdrawal of rights, encapsulates the intensity of the impact that the COVID-19 pandemic had not only in our ways of living and being in the world, but also of dying in it.

There is a vital link between contagion and mortality as categories that animate, that give motion to the COVID-19 pandemic, and that shape the response to it. On the one hand, contagion acts as a transgressive category that reorganises a political economy of life and death by creating disruptions and, as such, new forms of living and of dying. On the other hand, mortality as a quantifiable reality is an essential governance tool, but whose efficacy relies on a process of decontextualisation that erases the person and the personal, and favours the abstract and the general. For Nina, as well as to many others in her line of work, death is not abstract, quantifiable data, but an everyday experience, something able to elicit effects and generate relations. While contagion has a direct effect on her work as embalmer, the power of persuasion of mortality ends up clouding significant transformations in the ways death are lived and ritualised.

As a critical event, the pandemic did not just affect Nina’s own way of life, but also the ways she experienced the death of others. Death itself was disrupted as new social and political contingencies of the pandemic unfolded. This article, thus, was an attempt to counter, and perhaps open, a blackbox of death by exploring the transformations and reorganisations that are taking place inside of it, transformations with which we are going to have to live (and die) for some time to come.

References

- AGAMBEN, G. *Sovereign power and bare life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- ANDRADE NEVES, M. *Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no complexo funerário de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- ANDRADE NEVES, M.; DAMO, A. S. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 7-36, 2016.
- BLOCK, E. Clinicians on the frontlines of the COVID-19 pandemic. *Anthropology in Action*, New York, v. 27, n. 2, p. 63, 2020.
- CADUFF, C. What went wrong: Corona and the world after the full stop. *Medical Anthropology Quarterly*, Arlington, v. 34, n. 4, p. 467-487, 2020.
- CALDWELL, C. Meet the philosopher who is trying to explain the pandemic. *The New York Times*, New York, 21 Aug. 2020. Available at: <https://www.nytimes.com/2020/08/21/opinion/sunday/giorgio-agamben-philosophy-coronavirus.html>. Access: 30 Aug. 2020.
- CHEN, M. Y. *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*. Durham: Duke University Press, 2012.
- COLAS, K. An exploration of the physician-patient relationship during the COVID-19 pandemic. *Anthropology in Action*, New York, v. 27, n. 2, p. 20, 2020.
- DESROSIÈRES, A. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- DESROSIÈRES, A.; KOTT, S. Quantifier. *Genèses*, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 2-3, 2005.
- ENGLE MERRY, S. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance: with CA comment by John M. Conley. *Current Anthropology*, Chicago, v. 52, n. S3, p. S83-S95, 2011.
- FASSIN, D. *Life: a critical user's manual*. Cambridge: Polity, 2018.
- FERNANDES, A. Bolsonaro chama Doria de “papagaio de auditório” e duvida de mortes em SP. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 mar. 2020. Available at: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/27/interna_politica,840813/bolsonaro-chama-doria-de-papagaio-de-auditorio-e-duvida-de-mortes-em.shtml. Access: 30 Aug. 2020.

FONSECA, C. Evidências, experiências e endemias: fatos científicos nas políticas de combate à hanseníase. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 164-187, 2020.

FOUCAULT, M. *et al. Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Seuil: Gallimard, 2004.

HAYSOM, G. When “slow violence” collides with visceral hunger – COVID-19 and the current and future food system of Cape Town, South Africa. In: MEDIZINETHNOLOGIE: Körper, Gesundheit und Heilung in einer globalisierten Welt. [S. l.]: Arbeitsgruppe Medical Anthropology, 2020. Available at: <https://www.medizinethnologie.net/when-slow-violence-collides-with-visceral-hunger-south-africa-witnessing-corona/>. Access: 30 Aug. 2020.

KECK, F.; KELLY, A. H.; LYNTERIS, C. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 1-24.

KEPLER, G. Sindicato das funerárias do RS garante na Justiça proibição de velórios por óbitos de Covid-19. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 abr. 2020. Available at: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/sindicato-das-funer%C3%A1rias-do-rs-garante-na-justi%C3%A7a-proibi%C3%A7%C3%A3o-de-vel%C3%B3rios-por-%C3%B3bitos-de-covid-19-1.411239>. Access: 30 Aug. 2020.

KOHN, E. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press, 2013.

KOPPER, M. Silent encroachments: counting and grappling with COVID-19 in unequal Brazil. In: MEDIZINETHNOLOGIE: Körper, Gesundheit und Heilung in einer globalisierten Welt. [S. l.]: Arbeitsgruppe Medical Anthropology, 2020. Available at: <https://www.medizinethnologie.net/silent-encroachments/>. Access: 30 Aug. 2020.

LAKOFF, A. What is an epidemic emergency?. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 59-69.

LATOUR, B. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LEVINE, S.; MANDERSON, L. The militarisation of the COVID-19 response in South Africa. In: MEDIZINETHNOLOGIE: Körper, Gesundheit und Heilung in einer globalisierten Welt. [S. l.]: Arbeitsgruppe Medical Anthropology, 2020. Available at: <https://www.medizinethnologie.net/the-militarisation-of-the-covid-19-response-in-south-africa/>. Access: 30 Aug. 2020.

LIN, C.; CHEN, M. Y.; CHENG, J.-F. What is contagion?: a roundtable. *Sublevel*, [s. l.], n. 1, 2017. Available at: <https://sublevelmagazine.com/issues/contagion/what-is-contagion>. Access: 30 Aug. 2020.

LOCK, M. Death in technological time: locating the end of meaningful life. *Medical Anthropology Quarterly*, Arlington, v. 10, n. 4, p. 575-600, 1996.

LOCK, M. *Twice dead: organ transplants and the reinvention of death*. Berkeley: University of California Press, 2002.

MARCELLO, M. C. Bolsonaro critica OMS e diz que ninguém quer maquiar números da pandemia no Brasil. *Reuters*, [s. l.], 18 jun. 2020. Available at: <https://mobile.reuters.com/article/amp/idLTAKBN23P3SO?edition-redirect=in>. Access: 30 Aug. 2020.

MARICATO, G. *História sem fim: sobre dobras e políticas ontológicas de um 'mundo sem hanseníase'*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MEDEIROS, F. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 2020. (Coleção Antropologia e ciência política, v. 57).

MEGALE, B. Ministério da Saúde vai recontar mortos pela covid-19 porque diz ver “dados fantasiosos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jun. 2020. Available at: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/ministerio-da-saude-vai-recontar-mortos-pela-covid-19-porque-diz-ver-dados-fantasiosos.html>. Access: 30 Aug. 2020.

NADING, A. M. Living in a toxic world. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 49, n. 1, p. 209-224, 2020.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.709, de 27 de agosto de 2020*. Altera o § 3º no art. 12 e o § 2º no art. 18; inclui o §3º-A no art. 12, o § 2º-A no art. 18 e o Anexo I e revoga os incs. I e II do § 3º do art. 12 do Decreto nº 20.625, de 23 de junho de 2020, para alterar funcionamento das feiras livres. Porto Alegre: PMPA, 2020. Available at: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3588_ce_298701_1.pdf. Access: 30 Aug. 2020.

ROACH, M. *Stiff: the curious lives of human cadavers*. New York: W.W. Norton & Co., 2003.

SCHEPER HUGHES, N. The global traffic in human organs. *Current Anthropology*, Chicago, v. 41, n. 2, p. 191-224, 2000.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Governing by numbers: audit culture, rankings and the new world order. *Social Anthropology*, Hoboken, v. 23, n. 1, p. 22-28, 2015.

TSING, A. L. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

WHITE, C. Carville and Curupaiti: experiences of confinement and community. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 123-141, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *What is a pandemic?*. [S. l.]: WHO, 24 Feb. 2010. Available at: https://www.who.int/csr/disease/swineflu/frequently_asked_questions/pandemic/en/. Access: 30 Aug. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 – 11 March 2020*. [S. l.]: WHO, 11 Mar. 2020. Available at: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Access: 30 Aug. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas

Community panels: the dispute for the truth of the pandemic in Rio's favelas

Palloma Valle Menezes^I

<https://orcid.org/0000-0002-8462-2549>

pallomamenezes@gmail.com

Alexandre Almeida de Magalhães^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-9005-1244>

alexandre.magalhaes@ufrgs.br

Caíque Azael Ferreira da Silva^{III}

<https://orcid.org/0000-0002-0040-5193>

caiqueazael12@gmail.com

^I Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

^{III} Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Mestrando em Psicologia (bolsista Capes)

Resumo

O presente artigo descreve e analisa a experiência dos painéis comunitários de mapeamento da Covid-19 organizados por moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Tais painéis são dispositivos que quantificam a extensão e intensidade da pandemia nesses territórios, apresentando arranjos diversos que envolvem dados produzidos por moradores, serviços de saúde ou órgãos públicos. Mobilizados a partir da inconsistência ou falta de informações sistematizadas sobre a pandemia em seus territórios, os painéis operam uma disputa pela verdade da pandemia nas favelas, num contexto de desvalorização das políticas de combate ao vírus e negacionismo. A tensão produzida com os painéis chama a atenção para a existência de tais territórios no tecido urbano e as relações que o poder público sustenta em cada local. Para compreender esse processo, partiremos de dados compilados pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco, notícias de jornal, sites dos coletivos promotores desses painéis, bem como falas públicas de moradores dessas localidades.

Palavras-chave: favelas; painéis; verdade; pandemia.

Abstract

This article describes and analyzes the experience of COVID-19 community mapping panels organized by residents of slums in the city of Rio de Janeiro. Such panels are devices that quantify the extent and intensity of the pandemic in these territories, presenting different arrangements that involve data produced by residents, health services or public agencies. Mobilized from the inconsistency or lack of systematic information about the pandemic in their territories, the panels operate a dispute for the truth of the pandemic in the favelas, in a context of devaluation of the policies to fight the virus and negativism. The tension produced with the panels draws attention to the existence of such territories in the urban fabric and the relationships that the government maintains in each location. To understand this process, we will start from data compiled by the Marielle Franco Favelas Dictionary, newspaper news, websites of the collective promoters of these panels, as well as public speeches from residents of these locations.

Keywords: favelas; panels; truth; pandemic.

Introdução

A pandemia do coronavírus demandou ações específicas para seu conhecimento e enfrentamento em todo o mundo. As medidas de distanciamento físico (também chamadas de “isolamento social”) têm sido apontadas como a principal forma de impedir o avanço da pandemia ao mesmo tempo que pesquisadores buscam, em diferentes campos do saber, respostas sobre o que e como fazer. Mais da metade da população mundial passou por períodos de quarentena (Ribeiro, 2020) e, segundo os dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (2021), mais de 100 milhões de pessoas foram contaminadas até o mês de fevereiro de 2021, com cerca de 2,2 milhões de mortes no mesmo período. Os números apresentados pela OMS ao mundo são um compilado dos dados oficiais de cada país, divulgados pelos governos locais a partir de diferentes estratégias de contabilização. Contudo, diante de possibilidades materiais, estratégias e políticas de combate ao novo coronavírus muito diferentes em cada país, tais números têm sido, frequentemente, objeto de controvérsias acerca de sua fidedignidade e capacidade de representar a realidade “de fato” da pandemia.

As incertezas sobre os dados de mortalidade e contágio em função da Covid-19 dificultam (ou literalmente boicotam) a implementação de políticas eficazes para impedir a disseminação do novo coronavírus por diferentes territórios. Tais incertezas, contudo, não surgem pela incapacidade de profissionais da saúde, pesquisadoras(es) e ativistas em mapear e oferecer soluções para a situação, mas de um arranjo político que, ao menos no caso de sociedades como a brasileira, opera a partir de duas lógicas combinadas: de um lado, a lógica da escassez (Freire, 2019), caracterizada pela oferta sempre limitada de serviços e bens de cidadania, e, de outro, o que Magalhães (2020) chama de política da precarização, ou seja, uma ação deliberada de exposição da vida de determinadas populações.

Tal como afirma Freire (2019), a escassez como um modo de governo se constituiu a partir de ações que produzem e reproduzem a ideia de que os recursos públicos existentes seriam “limitados” e “escassos”. Assim, as dinâmicas de sua distribuição e utilização se tornariam dependentes tanto do estabelecimento de prioridades quanto do equilíbrio entre necessidades individuais e políticas coletivas. Como ressalta o autor, “a escassez não é uma espécie de ‘dado bruto’ da realidade, mas sim fruto de um constante e excessivo trabalho de elaboração e reforço de uma ideia” (Freire, 2019, p. 51-52). Por sua vez, de acordo com

Magalhães (2020), a política da precarização se caracteriza por ações governamentais que tendem a levar a um aprofundamento das situações de vulnerabilidade social de determinados grupos. Isso se verifica, por exemplo, quando diferentes prefeituras reduzem os investimentos em saúde (especialmente no que se refere à rede de assistência básica) mesmo num momento de emergência sanitária. Nesse sentido, são ações promovidas diretamente pela administração pública que criam condições que, em nosso caso, facilitaram a propagação do vírus e dificultaram o acesso amplo e adequado às redes de saúde e assistência social, o que expôs ainda mais certas populações à possibilidade de infecção.

Além disso, avaliamos que a política da desinformação (Araújo; Mallart; Gaudenzi, 2020) empreendida no Brasil é uma das principais formas de atuação governamental no contexto da pandemia. Mais que questionar os efeitos (Relembre..., 2020) da pandemia, estimulam-se práticas que vão contra aquelas orientadas por especialistas (cf. Amorim, 2020). No caso do município do Rio de Janeiro, além dos relaxamentos precoces nas medidas de distanciamento físico, uma série de mudanças nas formas de se contabilizar e notificar os casos e as mortes pelo novo coronavírus foram implementadas no decorrer da pandemia, ao mesmo tempo que ativistas e trabalhadores da saúde mobilizam-se de forma autônoma para produzir seus próprios mapeamentos e estratégias para combater o vírus. As tentativas de mudanças no modo de contabilizar a pandemia na cidade do Rio e no Brasil¹ se deram, justamente, no momento em que a atuação das autoridades públicas responsáveis era questionada por inúmeros atores. Nessa angulação, é possível dizer que há uma disputa intensa sobre a verdade da pandemia, especialmente nas favelas. Tal disputa se constitui entre, de um lado, formas de ação que ignoram deliberadamente sua existência, o que se verifica pela interdição de dados oficiais e pelo desinvestimento nas práticas de contenção do novo coronavírus, e, de outro, práticas de enfrentamento próprias, como é o caso dos mapeamentos elaborados por coletivos comunitários (os painéis comunitários de casos e óbitos).

As possibilidades de contenção do novo coronavírus passam pelo conhecimento de sua incidência e seu desenvolvimento em cada local. Uma das formas apontadas por autoridades médicas e sanitárias para entender as dinâmicas

1 Em relação ao governo federal ver Novaes (2020); para saber mais sobre a Prefeitura do Rio, ver Mudança... (2020).

próprias da pandemia é a realização de testagens em massa. Contudo, o Brasil é um dos países no mundo que menos realizou testagens (cf. Lima, 2020), apresentando uma média de 63,2 mil testes para cada milhão de habitantes – situando-o na 64ª posição. Entre os estados brasileiros, o Rio de Janeiro foi um dos que menos testou (cf. Alves, 2020) mesmo seis meses após a OMS declarar o avanço do novo coronavírus como uma pandemia.

Nessa configuração, marcadores sociais, territoriais e raciais constituem uma linha de corte que informa quem terá acesso aos testes e a formas de tratamento adequado e quem apenas obterá cuidados precários (quando os tiver). Em diferentes levantamentos reunidos pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco² (Racismo..., 2020), podemos observar que a população negra apresenta as maiores taxas de letalidade por Covid-19 no Brasil, percentuais que se repetem nos índices de letalidade policial e encarceramento, delineando traços de uma sociedade que é constituída pelo racismo estrutural.

É diante de tal realidade que ativistas e coletivos de favelas e periferias, articulados a trabalhadores da saúde e instituições de pesquisa, organizaram-se para construir ações de mapeamento dos casos e elaboração de políticas específicas para esses territórios. Como apontam Fleury e Menezes (2020), tais ações utilizam novas tecnologias e redes de articulação preexistentes nas favelas para ações de diagnóstico e prevenção como, por exemplo, na constituição de painéis e campanhas. Tais iniciativas e arranjos de mobilização funcionam como verdadeiros *operadores de escala* (Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho, 2020), isto é, como formas de ampliar e dar ressonância às ações locais, bem como de contornar os efeitos perversos da política da desinformação.

Os números, com seu poder de inscrever uma realidade (Latour; Woolgar, 1997), nos apoiam na compreensão do mundo e qualificam nossa intervenção para a solução de diversos problemas, pois nos aproximam do universo que é pesquisado e trabalhado. O agenciamento dessas plataformas aqui em consideração busca orientar a identificação da extensão do novo coronavírus nesses territórios (diante da falta deliberada de informações oficiais qualificadas) e

2 O Dicionário de Favelas Marielle Franco é uma plataforma pública on-line que reúne conhecimentos sobre favelas e periferias. Para o desenvolvimento do projeto-piloto, contou com um pequeno financiamento do CNPq. Posteriormente, recebeu financiamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

também denunciar a política da precarização e a lógica da escassez que limitam o acesso dessa população aos cuidados necessários.

O trabalho feito na construção dos painéis comunitários tensiona as verdades estabelecidas pelos governos que tentam tornar invisível a realidade das favelas. Os painéis assumem, então, o lugar de dispositivos de contrainscrição, questionando a verdade hegemônica e produzindo tensões a partir da articulação de redes territoriais. A disputa pela verdade, como nos lembra Foucault (2006), é uma disputa pelas formas de organização e regulação da vida. Nessa configuração, portanto, os painéis parecem emergir em um campo de disputa em torno da verdade da pandemia nas favelas e periferias. Nesse sentido, seguindo Motta (2019), podemos pensar os painéis como a expressão de algo (a verdade da pandemia) e também como produtores de determinada realidade (das favelas no contexto da pandemia).

Ao mobilizar estatísticas próprias, essas plataformas de coleta, tratamento e divulgação de dados sobre a disseminação do novo coronavírus em favelas e periferias permitem a criação de uma nova entidade – a “pandemia nas favelas” – que torna possível a constituição de um problema coletivo em relação ao qual podemos nos referir e agir (Motta, 2020), já que, por uma *cadeia de transformações* (Thévenot, 1995), que operam por meio de traduções, negociações, convenções e codificações, certa condição experienciada por determinadas pessoas (e em suas conexões com as coisas) ganha contorno mais nítido e passa a figurar como um assunto que demanda atenção pública.³

Portanto, as perguntas que orientam as reflexões neste artigo são: como se dá a disputa pela verdade da pandemia nas favelas? Quais jogos de luz e sombra incidem sobre a visibilidade/invisibilidade da pandemia nesses territórios? O quanto isso pode nos informar sobre a realidade da pandemia na cidade e em alguns de seus territórios? O que as disputas sobre a realidade da pandemia e das favelas nos revela sobre as possibilidades da vida nesses territórios?

Para sustentar nossas reflexões, tomaremos como ponto de partida os dados produzidos pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco entre os meses

3 Concordamos com Motta (2020) quando a autora sustenta que tal elaboração não significa afirmar que a doença não exista de fato, ou mesmo que não se configure como uma realidade que precede ao construto estatístico. Como a autora aponta, “para que ela [a pandemia] se tornasse uma questão que nos mobiliza coletivamente, todo esse trabalho de quantificação precisou ser feito, e o que se chama de pandemia é um exemplo de uma ‘nova entidade’”.

de março e agosto de 2020 acerca dos diferentes aspectos da pandemia nas favelas cariocas, especialmente sobre os painéis comunitários de monitoramento do novo coronavírus nessas localidades.⁴ Notícias e relatórios publicados no mesmo período também auxiliam a reconstrução das linhas que contornam o problema da subnotificação, seu contexto e efeitos nas populações. Além disso, mobilizaremos as argumentações formuladas por moradores e moradoras de favelas que participaram da série de *lives* intitulada “Favelas, pandemias e cidadanias” organizada pelo Dicionário de Favelas em parceria com a Universidade da Cidadania e o Urbano – Laboratório de Estudos da Cidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indeterminação, investigação e disputa pela verdade da pandemia nas favelas

O início da pandemia do novo coronavírus foi vivenciado por grande parte dos moradores de favelas como uma situação indeterminada. Ninguém sabia ao certo os desdobramentos que tal situação poderia gerar e os impactos na vida cotidiana dessa população. Em função do modo como historicamente foram tratados pelas autoridades públicas, os moradores já previam que qualquer ajuda governamental demoraria a chegar, não chegaria ou chegaria precariamente. Por isso, muito rapidamente, lideranças de diferentes localidades reuniram esforços para, primeiramente, entender o que estava ocorrendo em seus territórios de moradia. Nesse sentido, empreenderam um “processo de investigação” (Dewey, 1938) com o objetivo pragmático de orientar suas ações.

4 O Dicionário de Favelas Marielle Franco realizou um amplo levantamento de iniciativas promovidas por coletivos, grupos e movimentos sociais nas favelas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus desde março de 2020, quando o Brasil começa a viver um período de aumento do número de casos e mortes. O trabalho foi realizado pela equipe da plataforma virtual, da qual os autores deste artigo fazem parte, em diálogo e colaboração com ativistas, intelectuais, instituições e movimentos sociais implicados com a temática ou atuantes em diferentes favelas e periferias do Brasil. Uma das dimensões que foram pesquisadas no período diz respeito aos painéis comunitários de monitoramento da Covid-19, que pode ser encontrada em Painel Covid-19 nas favelas... (2020). Nesse sentido, este artigo é resultado da sistematização e análise do imenso material coletado e disponibilizado em nossa plataforma virtual, bem como das mobilizações nas quais a equipe se engajou em todo esse período.

Podemos recuperar parte desse processo a partir das trajetórias constituídas e relatadas por moradores de duas favelas cariocas na série de *lives* mencionada anteriormente: Amanda Mendonça,⁵ do Complexo da Maré, e Igor Soares,⁶ do Morro do Borel (ambas da Zona Norte). Um dos aspectos que eles inicialmente mencionaram foi o fato de que, em um primeiro momento, a população das favelas em que moram aderiu ao distanciamento físico recomendado pelas autoridades médicas e sanitárias. De acordo com eles, tal situação mudou após os pronunciamentos do presidente da República que minimizavam os impactos e mesmo a existência do novo coronavírus.

A gente teve uma certa adesão. Era muito perceptível. [...] Às sextas-feiras, assim que foi anunciado o isolamento pelo governo do estado, a gente percebia um esvaziamento das ruas do Borel. [...] Mas aí depois disso a gente teve o pronunciamento do Bolsonaro de falar que o coronavírus era só uma gripezinha. [...] As pessoas estavam mais reclusas, mas em um determinado momento deixaram o isolamento e passaram a ficar mais nas ruas. (Igor Soares, morador do Morro do Borel).

São as primeiras duas semanas de março onde as pessoas de fato têm um comportamento diferente, elas seguem minimamente um protocolo de isolamento por essa questão das informações nos meios de comunicações convencionais. E logo após o decreto do presidente as pessoas começam a flexibilizar antes mesmo de qualquer outra flexibilização, elas começam a sair mais. (Amanda Mendonça, moradora do Complexo da Maré).

Esses dois trechos nos possibilitam compreender como o pronunciamento do presidente da República, conformado pela negação do que estava acontecendo, produziu como efeito concreto o afrouxamento no isolamento social por parte dos moradores de favelas. Foi diante desse quadro que moradores de diferentes localidades decidiram iniciar uma investigação (no sentido de Dewey) para

5 Amanda Mendonça é assistente social e sanitarista, e mestre em Educação Profissional em Saúde. Atua em movimentos sociais da Maré desde 2009 e atualmente trabalha com temas no campo da educação popular em saúde. Participou da Frente Maré contra o Covid-19 durante a pandemia.

6 Igor Soares é jornalista comunitário. Atua em parceria com o Laboratório de Estudos do Borel, organizador do CoronaZap.

entender a difusão e a extensão do novo coronavírus em seus locais de moradia, bem como de que forma o número de casos era contabilizado e apresentado.

Logo depois aqui no Borel na organização da produção de dados percebemos que estava acontecendo alguma coisa, pois muitos moradores estavam morrendo. Havia muitos relatos de moradores gripados, mas, com a falta de acesso aos testes, não sabíamos o que era de fato, mas já desconfiávamos de coronavírus. Então não tínhamos uma política de transparência na divulgação dos dados. Quando tivemos acesso a esses dados e descobrimos que eles eram agrupados por bairro (Borel e Tijuca) e como não tinha o Borel no painel, decidimos criar o CoronaZap. (Igor Soares, morador do Morro do Borel).

A falta de transparência na divulgação dos dados sobre o novo coronavírus nesses territórios gerou grande desconfiança e preocupação entre lideranças que resolveram, então, começar a fazer levantamentos próprios. Assim, surgiram os primeiros painéis comunitários de monitoramento do número de pessoas infectadas e de óbitos nessas localidades.

Nessa configuração, os painéis comunitários se apresentaram como um importante dispositivo tanto para informar a população habitante desses territórios sobre o que estava ocorrendo quanto para criticar publicamente o modo como as agências estatais (nesse caso, as municipais) identificam e quantificam a extensão e a intensidade da pandemia nas favelas. É possível dizer que esses painéis buscam operar uma torção no regime de verdade (Foucault, 2006) que constitui e autoriza o discurso verdadeiro sobre o novo coronavírus na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, eles se apresentam como um esforço prático-discursivo de fazer ver a pandemia nas favelas, de validar certos enunciados e práticas sobre a emergência sanitária e de saúde nessas localidades.

Dessa angulação, é possível dizer que a disputa sobre a verdade da pandemia nas favelas é uma disputa não somente sobre a realidade desse evento crítico (Das, 1995), mas fundamentalmente desses próprios territórios. Desse modo, o enquadramento aqui sugerido acerca do fenômeno dos painéis comunitários ressoa a questão formulada por Freire (2020) acerca do que *conta como real* na atual conjuntura. Desdobrando suas reflexões, o autor afirmar que o verbo “contar” apresenta dois sentidos diferentes, mas complementares: um mais “quantitativo”, que se refere ao ato de calcular e contabilizar, por exemplo,

através das estatísticas, e outro “qualitativo”, que aponta para a expressão da consideração, do “se importar com”, uma preocupação com as crenças, valores, experiências das pessoas. O que *conta como real* no interior dessa disputa sobre a verdade da pandemia nas favelas é o que vai delimitar a ação desses coletivos, grupos ou arranjos multifacetados entre organizações locais e algumas agências estatais tanto no sentido de registrar quantitativamente a difusão do novo coronavírus nesses territórios, como no efeito prático-político dessas experiências em torno da formulação de painéis próprios.

Ao fazer ver a pandemia nas favelas, os painéis também parecem fazer ver as próprias favelas, em sua dimensão fenomenológica, como uma forma urbana específica na qual se atualizam determinadas questões da cidade, suas dinâmicas de segregação, bem como as lutas e potências tecidas cotidianamente nessas localidades. Nesse sentido, buscam operar um deslocamento prático-discursivo do modo como costumam aparecer aos aparatos midiáticos e estatais ao torcerem os enquadramentos que as constituem quase sempre a partir de signos negativos, cujos efeitos costumam se resumir ou a práticas violentas de controle ou à precariedade no fornecimento de serviços públicos.

Organização dos painéis comunitários e seus modos de operar

O levantamento realizado pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco nos possibilita compreender a diversidade de objetivos, fontes, atores envolvidos e territórios abrangidos nos painéis comunitários. Há mapeamentos que reúnem informações de diversas favelas da cidade, como o que é produzido pelo coletivo de comunicação Voz das Comunidades, lançado no início de abril de 2020, organizado por moradores do Complexo do Alemão (Zona Norte), e que, desde então, vem ampliando o número de territórios cujas informações apresenta.⁷ Também encontramos painéis específicos nas favelas da Maré, Santa Marta, Mangueiras, Rocinha e Borel.

7 Para mais informações sobre este painel, ver Covid-19... (2020).

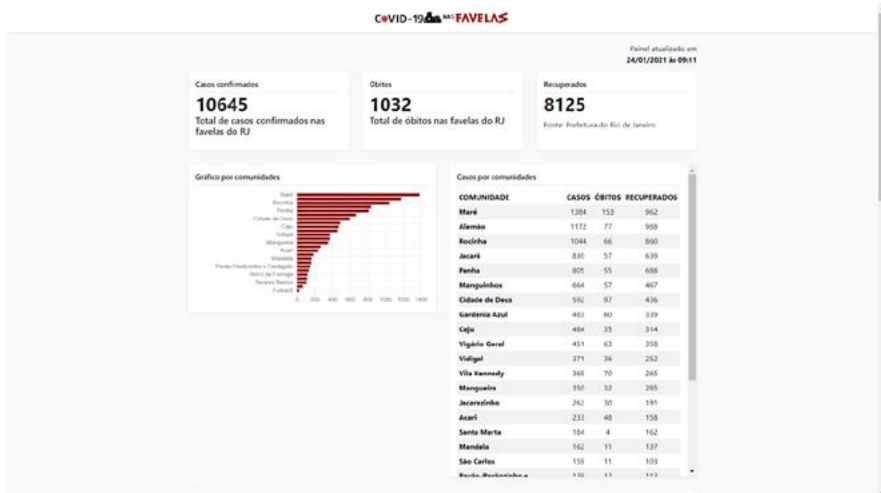


Figura 1. Painel do Voz das Comunidades.

A maior parte deles possui sites próprios. Mas em alguns casos, a divulgação dos dados não é centralizada em um site. Ela pode ocorrer através de redes sociais, do Dicionário de Favelas Marielle Franco, assim como a partir de reportagens divulgadas pela imprensa comercial ou comunitária. A atualização diária de informações é o padrão de veiculação de grande parte dos painéis, mas alguns as publicam de forma menos regular. Entre as informações divulgadas, podemos encontrar em quase todos eles os dados sobre contaminados e mortos. Há painéis que incluem dados também sobre casos suspeitos/casos sintomáticos (de pessoas que não fizeram testes) e de recuperados. Outros dados ainda mais específicos também são levantados, tais como sintomas, faixa etária e gênero, informações sobre a equipe de saúde que acompanha os casos e internações por semana. Além disso, os painéis também produzem informações sobre possíveis sintomas de amigos e parentes, as possibilidades de acesso ao serviço de saúde, bem como de serviços essenciais (como acesso à água e energia elétrica), uso de máscara e sanitização.

Os painéis são compostos por informações levantadas de diferentes fontes (e formas): a) dados oficiais da Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde; b) levantamento feito pelos próprios moradores (por meio de entrevistas presenciais,

por WhatsApp ou mesmo através de aplicação de questionários on-line ou por telefone); c) levantamento feito por agentes de saúde (dados produzidos pelas clínicas da família); d) mapeamentos mistos (envolvendo tanto dados oficiais como levantamentos feitos por agentes de saúde e pelos próprios moradores).

A produção de informações de maneira presencial é feita, por exemplo, pelo coletivo SOS Providência/Região Portuária,⁸ que formou o que chamaram de “moradores-monitores”, que atuam como auxiliares “para a gestão territorial durante o período do isolamento social, reunindo informações e demandas da população e diagnóstico de monitoramento das áreas do morro” (Morador..., 2020). Esses monitores mapeiam domicílios para identificar necessidades, reunir estatísticas, organizar a distribuição de doações e conscientizar moradores. Como explicou Cosme Felippsen,⁹ liderança da Providência, também durante a *live* já citada anteriormente, o projeto dos moradores-monitores

surgiu com a ideia de que a gente precisava de moradores que conheciam suas áreas para poderem atuar e levantar dados. No começo eram 12 moradores nas ruas com seus celulares nas mãos, mas com protetor, macacão, viseira [...] Conseguimos atingir 5 mil pessoas, vimos que tínhamos, em maio, 386 com suspeita de corona, 38 pessoas confirmadas, 10 mortes (7 suspeitas e 3 confirmadas). (Cosme Felippsen, morador do Morro da Providência).

No caso do Santa Marta, favela da Zona Sul da cidade, o levantamento não é feito presencialmente, mas através de um formulário on-line enviado através do Grupo Alerta Santa Marta (que reúne mais de 700 moradores).¹⁰ Já a experiência dos moradores do Borel, Zona Norte, surge a partir de uma articulação do Laboratório de Estudos do Borel para criação de um espaço virtual por meio do WhatsApp – o CoronaZap. Embora seja realizado com a colaboração de diversos

8 Esse é um dos casos em que o levantamento não é disponibilizado publicamente.

9 Cosme Felippsen é comunicador popular e idealizador de ações culturais. Trabalha com turismo comunitário e é criador do Rolê dos Favelados, que já levou mais de 7 mil pessoas para o Morro da Providência. Ele também é um dos idealizadores e organizadores do Comitê de Crise SOS Providência.

10 Para mais informações, ver Firmino e Firmino (2020).

profissionais, o trabalho é voluntário, feito a partir de uma vaquinha on-line e contando apenas com equipamentos que os moradores já possuíam:

A gente recebe a mensagem do morador e ele na hora recebe uma mensagem automática das informações que ele precisa dar pra gente colocar isso num banco de dados. Essas informações vão para essa planilha. A gente tem uma equipe com sociólogos, enfermeiras, consultores da saúde, uma galera bem ampla. E montamos nossos boletins a partir dessa nossa articulação interna, de certa forma manual. (Igor Soares, morador do Morro do Borel).

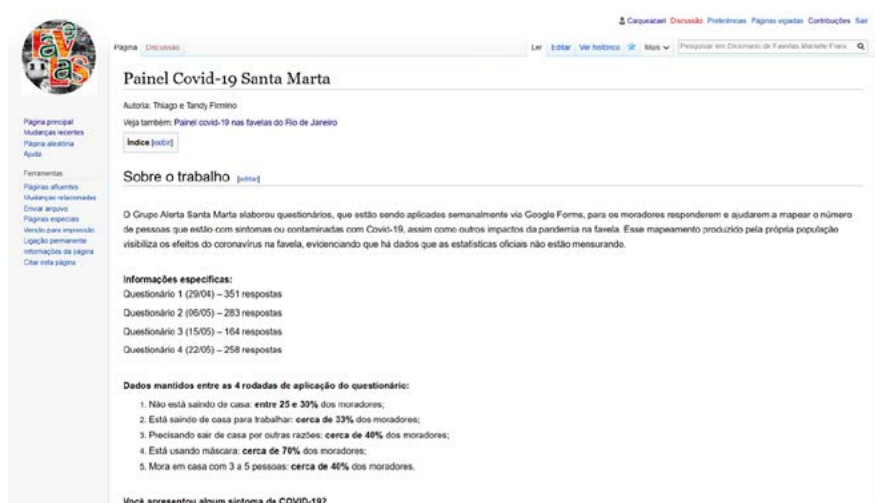


Figura 2. Painel do coletivo Alerta Santa Marta.

Outra modalidade de painel é aquela que se constituiu a partir da relação entre coletivos locais e as Clínicas da Família. As Unidades Básicas de Saúde cumprem um papel importante em favelas e periferias do ponto de vista da construção de uma relação de proximidade entre os serviços de saúde e a população, com destaque ao trabalho das agentes comunitárias de saúde. A relação entre organizações e coletivos locais e os serviços de saúde básica tem produzido em muitos territórios uma qualificação das intervenções político-sociais e do enfrentamento da subnotificação, justamente porque tal arranjo permite

entrever a constituição de outra verdade da pandemia na cidade e, em particular, nessas localidades.

No caso da favela da Rocinha, Zona Sul da cidade, é possível observar dois tipos de mapeamento: de um lado, aquele realizado pelo jornal comunitário *Fala Roça*, que divulga o Painel Covid-19 na Rocinha¹¹ com gráficos que mostram a evolução diária da pandemia na favela, com dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Por sua vez, a Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza em conjunto com a Clínica da Família Ronaldo Lamare e o CMS Albert Sabin criaram outro painel, resultado de uma troca de tecnologias entre profissionais e moradores de diferentes favelas.¹² O painel foi inspirado em iniciativas semelhantes feitas no Complexo do Alemão e em Manguinhos (Araújo; Mallart; Gaudenzi, 2020), tendo como objetivo “tornar públicos os dados de vigilância feitos por profissionais de saúde” (Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza; Clínica da Família Ronaldo Lamare; CMS Albert Sabin, 2020).

Além da articulação com profissionais de saúde, os moradores desses territórios intensificaram, especialmente através das ações realizadas durante a pandemia, o intercâmbio social e político entre diferentes favelas. Essas trocas podem ocorrer a partir de contatos individuais entre moradores de várias localidades, mas também a partir de iniciativas das associações de moradores, de ONGs locais, coletivos ou mesmo das “frentes” e “gabinetes de crise” criados durante a pandemia para organizar e centralizar as ações de combate ao novo coronavírus nesses territórios (Fleury e Menezes, 2020).

Além da dimensão material, esse intercâmbio sociopolítico entre as favelas envolve uma intensa troca de saberes, tecnologias, experiências e redes de contatos. Como ressalta Cosme Felippsen, do Morro da Providência: “Tem algumas redes que nós de favelas nos encontramos, pelo zap [...]. Por exemplo, no Santa Marta começou a sanitização e depois eles foram trocando com a gente sobre o que fazer.” Amanda, moradora e ativista da Maré, acrescenta que “quando uma favela precisa da outra a gente tem GT’s da Frente de Mobilizações, temos um GT de Comunicação que fica responsável por essa troca e articulação”.

11 Ver Painel Covid-19 na Rocinha (2020).

12 Para mais informações, ver Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza, Clínica da Família Ronaldo Lamare e CMS Albert Sabin (2020).

Como desdobramento dessas várias experiências de painéis próprios formulados por coletivos e moradores de diferentes favelas, foi lançado em julho de 2020 o Painei Unificador COVID-19 nas Favelas do Rio de Janeiro,¹³ iniciativa da Comunidades Catalisadoras em parceria com várias organizações dessas localidades. O objetivo é reunir informações sobre casos prováveis, confirmados e mortes em função da Covid-19 nesses territórios. O levantamento é feito a partir de diferentes fontes, tais como os próprios grupos e coletivos locais, relatos diretos dos moradores, painéis governamentais e também notícias da imprensa. Uma das novidades apresentadas pelo Painei Unificador é que ele permite aos moradores relatarem sintomas usando um algoritmo de verificação, cujos resultados também aparecem no painel. Portanto, um dos objetivos fundamentais dessa iniciativa coletiva é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos e coletivos comunitários, possibilitar a difusão de informação correta entre os moradores e pressionar as autoridades públicas para a implementação de políticas que diminuam o impacto do novo coronavírus nesses territórios, fornecendo uma perspectiva mais precisa de sua proliferação.

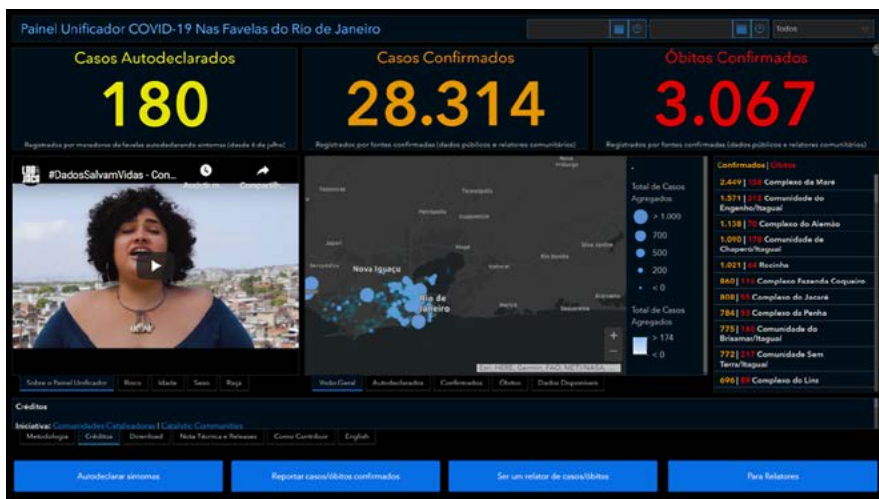


Figura 3. Painei Unificador.

13 Para mais informações, ver Painei unificador... (2020).

Apesar dos diferentes formatos assumidos pelos painéis comunitários, que realizam o esforço de quantificar a extensão e intensidade do novo coronavírus, bem como seus diferentes efeitos (econômicos, sociais, sanitários), é possível afirmar que eles operam num campo de disputa que nos parece fundamental para compreender como esse evento crítico se manifesta no cotidiano de vida dessas populações: aquele acerca da realidade da pandemia nesses territórios, assim como da realidade dessas próprias localidades. Ou seja, ao quantificarem a extensão e os impactos do novo coronavírus em seus locais de moradia, esses moradores e seus coletivos buscam chamar a atenção não apenas para esse novo vírus em circulação, mas para si mesmos, no sentido de que suas vidas também merecem a atenção e os cuidados necessários para continuarem existindo.

Considerações finais

Ao longo deste artigo buscamos descrever e analisar o que estamos chamando aqui de painéis comunitários como expressão do modo como os moradores de favelas do Rio de Janeiro disputam a verdade da pandemia nesses territórios. Contudo, é possível afirmar que essas iniciativas se apresentam como um dos desdobramentos circunstanciais possíveis de diferentes experiências políticas forjadas nos últimos anos por organizações e coletivos de favelas no sentido da produção de dados e informações próprios sobre suas vivências. Isso pode ser visualizado, por exemplo, a partir da criação de institutos de pesquisas próprios ou de levantamentos feitos em parcerias com outros coletivos, ONGs e universidades. É possível afirmar que os painéis, apesar de uma inovação nas práticas políticas dessas organizações, operam em um plano de continuidade em relação a diferentes iniciativas recentes que buscam não apenas valorizar saberes locais, mas também mobilizar a própria lógica da pesquisa usualmente feita em centros de pesquisa e nas universidades, produzindo um deslocamento das instâncias autorizadas historicamente para a produção de conhecimento. Além disso, os painéis também repercutem um modo específico de autoidentificação e da lógica de articulação de organizações e coletivos de favelas atualmente: aquela marcada pela expressão “nós por nós”.

Como mostramos anteriormente, os painéis envolvem dados, fontes e metodologias diversas. Além disso, eles são organizados por diferentes atores.

Algumas articulações envolvem apenas moradores; outras incorporam agentes públicos de saúde; há ainda as que aglutinam coletivos de diferentes favelas, como é o caso do Painei Unificador. Esses mapeamentos também se caracterizam por objetivos específicos e diferentes níveis de publicidade. Alguns apresentam informações publicizadas na internet diariamente, enquanto outros as utilizam como forma de organização do trabalho interno e não envolvem a divulgação para um público mais amplo.

Em resumo, é possível afirmar que os painéis compõem um mosaico multifacetado de ações ao longo de um contínuo de mobilizações que têm ocorrido desde o início da pandemia. Em alguma medida, todos eles estão inseridos em um contexto de disputa pela verdade da pandemia, uma vez que precisam combater a política de desinformação que insiste em expor os moradores de favelas à morte. Ao disputar a verdade da pandemia nessas localidades por meio desses painéis (entre outras ações), os habitantes dessas localidades e seus coletivos produzem outra realidade de suas experiências de vida diferente daquela usualmente constituída pelos discursos e práticas da imprensa comercial e das agências estatais. Nesse sentido, estamos considerando o agenciamento desses painéis não apenas como formas de apresentação de um determinado modo de existir na cidade (as favelas), mas fundamentalmente como dispositivos de crítica ao processo de exposição contínua à morte que essas pessoas estão vivenciando. Assim, no limite, os painéis podem ser tidos, nesse contexto, como esforços que os habitantes dessas localidades realizam para defender e reafirmar a vida.

Referências

ALVES, R. Governo do RJ testou menos de 5% da população para covid-19. *GI*, Rio de Janeiro, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/02/governo-do-rj-testou-menos-de-5percent-da-populacao-para-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2020.

AMORIM, F. Cinco vezes em que Bolsonaro contrariou Mandetta e desrespeitou isolamento. *UOL*, São Paulo, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/10/cinco-vezes-em-que-bolsonaro-contrariou-mandetta-e-desrespeitou-isolamento.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ARAÚJO, F.; MALLART, F.; GAUDENZI, P. Contextualizar o desmonte é essencial. In: SANTORO, P.; RONI, R. (coord.). *LabCidade*, São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CLÍNICA DA FAMÍLIA MARIA DO SOCORRO SILVA E SOUZA; CLÍNICA DA FAMÍLIA RONALDO LAMARE; CMS ALBERT SABIN. *Painel de monitoramento Covid 19 – Rocinha*. Rio de Janeiro: CF MSSS: CF RDL: CMS SABIN, 2020. Disponível em: <https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/c5ae2175-d23e-4411-933d-a222da20ec8b/page/r2dOB>. Acesso em: 24 jun. 2020.

COVID-19 nas favelas. Rio de Janeiro: Voz das Comunidades, 2020. Disponível em: <https://painel.vozdascomunidades.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DEWEY, J. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.

FIRMINO, T; FIRMINO, T. Painel Covid-19 Santa Marta. In: DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painel_Covid-19_Santa_Marta. Acesso em: 30 ago. 2020.

FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate: Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde*, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 4, p. 267-280, 2020.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: volume V: ética, sexualidade, política*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, L. *A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de 'crise'*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, L. Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 34, 6 maio 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. *Dilemas*, Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Seção especial Reflexões na Pandemia. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIMA, R. Brasil é 2º país com mais casos de Covid-19 e 64º em número de testes. *Metrópoles*, Brasília, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-e-2o-pais-com-mais-casos-de-covid-19-e-64o-em-numero-de-testes>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MAGALHÃES, A. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8, p. 79-85, 2020.

MORADOR monitor – SOS & cidades invisíveis. In: VAKINHA. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/morador-monitor-sos-comunidades-zona-portuaria>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MOTTA, E. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 72-94, 2019.

MOTTA, E. “Achatar a curva”: estética, topografia e moralidade da pandemia. In: BLOG DADOS. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 29 maio 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/estetica-da-pandemia/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MUDANÇA em método da prefeitura faz Rio registrar menos 1.177 óbitos por Covid-19. *G1*, Rio de Janeiro, 26 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/26/prefeitura-muda-metodo-e-rio-registra-menos-1177-obitos-por-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2020.

NOVAES, M. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. *El País Brasil*, [s. l.], 6 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde. *Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil*. [S. l.]: OMS/OPAS, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 4 mar. 2021.

PAINEL COVID-19 NA ROCINHA. *Fala Roça*, Rio de Janeiro, 12 maio 2020. Disponível em: <https://falaroca.com/painel-coronavirus-rocinha/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PAINEL COVID-19 NAS FAVELAS do Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. [S. l.: s. n.], 29 jun. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painel_Covid-19_nas_favelas_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 30 ago. 2020.

PAINEL UNIFICADOR COVID-19 nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comunidades Catalisadoras, 2020. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RACISMO e coronavírus. In: DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. [S. l.: s. n.], 16 jun. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Racismo_e_coronav%C3%ADrus. Acesso em: 30 ago. 2020.

RELEMBRE frases de Bolsonaro sobre a covid-19. *BBC News Brasil*, São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RIBEIRO, W. Mundo tem mais de 4 bilhões de pessoas em quarentena. *Poder 360*, [s. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mundo-tem-mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-em-quarentena/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

THÉVENOT, L. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. In: BESSON, J. L. *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 149-161.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Alucinando uma pandemia: ensaio sobre as disputas pela realidade da Covid-19

Hallucinating a pandemic: essay on disputes over the reality of COVID-19

Alexandre Branco-Pereira¹

<https://orcid.org/0000-0002-3513-5728>

alebrancop@gmail.com

¹ Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, SP, Brasil

Resumo

O primeiro objetivo deste ensaio é delinear os fenômenos tidos como alucinatórios, essencialmente indistinguíveis da realidade, apresentando a forma como a definição do que chamo de mundo-em-si, externo ao indivíduo e alheio às simbolizações que se lhe podem atribuir, constitui-se como uma disputa pela própria substância da realidade. Discursos da saúde mental tornam-se privilegiados para a definição sobre quais mundos existem ou não, e a imanência da realidade é constante objeto de disputa. O segundo objetivo é demonstrar o argumento através da análise do fenômeno específico da gestão estatal da pandemia de Covid-19 no Brasil, descrevendo como o discurso pró-ciência, inicialmente utilizado para legitimar quarentenas restritivas, passou paulatinamente a justificar as reaberturas e flexibilizações em supostos cenários de estabilidade no número de mortos e de novos casos. Este movimento lançou vozes dissonantes a uma condição análoga à experimentação alucinatória da realidade.

Palavras-chave: alucinação; realidade; Covid-19; mundo-em-si.

Abstract

The first objective of this essay is to delineate hallucinatory phenomena, essentially indistinguishable from reality, presenting the way in which the definition of what I call the world-in-itself, external to the individual and oblivious to the symbolizations that can be attributed to it, is constituted as a dispute for the very substance of reality. Mental health discourses become privileged for the definition of which worlds exist or not, and the immanence of reality is a constant object of dispute. The second objective is to demonstrate the argument through the analysis of the specific phenomenon of the state management of the COVID-19 pandemic in Brazil, describing how the pro-science discourse, initially used to legitimize restrictive quarantines, gradually started to justify the reopening and flexibilization in supposed stability scenarios of the number of deaths and new cases. This movement put dissonant voices to a condition analogous to the hallucinatory experimentation of reality.

Keywords: hallucination; reality; world-in-itself; COVID-19.

Introdução¹

O objetivo central deste ensaio é refletir sobre os processos de construção e disputa pela realidade calcadas na premissa da existência de um mundo-em-si que transcendem às meras ficções humanas e disputas político-ideológicas mundanas. Tal movimento soergue também a ideia de um conhecimento científico enquanto mero descritor de uma natureza autoevidente, imune às crenças humanas, a juízos de valor e, sobretudo, não implicada nas disputas políticas que a acionam enquanto fonte de legitimidade e autoridade. Erige-se, assim, um conhecimento que se adjetiva enquanto neutro, e a neutralidade surge como argumento *político* incontornável (Branco-Pereira, 2019, 2020a, 2020c).

Busco, na primeira parte do ensaio, delinear uma antropologia e uma filosofia das alucinações, apontando para como as divisões entre a experiência tida como *real* e a *alucinatória* são, por vezes, arbitrárias e enraizadas no estabelecimento de assimetrias sobre quais agentes têm poder de definir o que *existe*, ou o que é, de fato, a *natureza real* das coisas, alheia às simbolizações passíveis de lhe serem atribuídas. Em um segundo momento, procuro apresentar os movimentos realizados por autoridades públicas, agentes do Estado e da imprensa que versam sobre a defesa ou não de quarentenas restritivas como política de mitigação dos efeitos deletérios acarretados pela pandemia de Covid-19, e em como esse movimento, coreografado entre esses diversos atores, lançou paulatinamente as vozes dissonantes a uma condição de experimentação da realidade análoga à alucinatória, ou seja, de percepção (ou fabricação) de um mundo descontinuado dos ícones fornecidos pela imanência da realidade: em outras palavras, um mundo que não pode existir, fruto de uma apreensão equivocada da realidade autoevidente.

1 Este trabalho integra o projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 Finep/UFGRS). A pesquisa é desenvolvida pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI e integra o conjunto de ações da Rede Vírus MCTI financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o enfrentamento da pandemia.

Nem otimista, nem pessimista: realista

Em primeiro de julho de 2020, o estado de São Paulo, Brasil, ultrapassou as 15 mil mortes por Covid-19. Àquele dia, o mesmo estado totalizava 289.935 casos confirmados da doença. A despeito dos números, o governador do estado, João Doria – que até então vocalizava defesas apaixonadas da ciência e das “orientações da Organização Mundial de Saúde” e antagonizava o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, notório sabotador dos esforços para conter o avanço da pandemia – convocou uma coletiva de imprensa para anunciar que São Paulo atingira o chamado platô, o que indicava uma estabilidade de casos e de mortes. O anúncio das mortes significava que centenas de vidas haviam sido, na *realidade*, poupadas em decorrência das medidas adotadas pelo governo estadual, e que o estado estava pronto para uma “quarentena heterogênea” e “inteligente”. O plano, denominado de Plano São Paulo, dividia as regiões do estado em cores que gradavam entre o azul (normal controlado) e o vermelho (alerta máximo), orientando uma reabertura da economia que, entretanto, “não era uma flexibilização” da quarentena, nas palavras de João Doria. Ao final, o governador disse que não queria ser “nem otimista e nem pessimista”, mas “*realista*”: estava, ali, exposta a realidade despida de qualquer crença matizante que a pudesse enviesar; a natureza em si mesma.

Simultaneamente, reportagens jornalísticas sobre uma condição psicológica denominada síndrome da cabana, descrita como um medo *irracional* de sair de casa e de conviver com outras pessoas, preencheram paulatinamente os noticiários. A condição, descrita pela primeira vez no início do século XX, ganhou relevo novamente enquanto descrição do sofrimento psicológico relativo ao caráter ansiogênico causado pelo isolamento forçado em decorrência da pandemia, especialmente ligado aos planos de reabertura colocados em moção no Brasil a partir de junho e julho de 2020. Em um levantamento realizado no Google,² nota-se o crescimento: entre março e meados de agosto de 2020, quando a primeira versão deste ensaio foi escrita, foram publicadas ao menos 30 matérias jornalísticas destinadas à descrição da síndrome, sendo uma em março, duas em maio, cinco em junho, 15 em julho e seis em agosto (até o dia 11/08).

2 Termos de busca: “síndrome da cabana”. Artigos opinativos foram descartados, bem como aqueles de veículos de comunicação de fora do Brasil.

Atualizada, a síndrome ganhou o nome de FOGO – *fear of going out* –, e passou a referir-se à resposta emocional considerada desproporcional que determinadas pessoas apresentavam diante das reaberturas da economia pós-quarentena.

Este ensaio tem dois objetivos. O primeiro é delinear os fenômenos tidos como alucinatórios, apresentando a forma como a definição do que chamo de mundo-em-si, externo ao indivíduo e alheio às simbolizações que se lhe podem atribuir, constitui-se como uma disputa pela própria substância da realidade. Assim, discursos sobre a saúde mental tornam-se perspectivas privilegiadas de definição sobre quais mundos existem ou não (Branco-Pereira, 2018, 2019, 2020a, 2020b, 2020c), e a imanência da realidade é ela mesma constante objeto de disputa política. As alucinações, essencialmente indistinguíveis da realidade (Luhmann, 2011; Seth, 2017), pois que quem alucina nunca sabe que o faz, tornam-se, assim, fenômenos políticos disputáveis. A construção de um mundo comum compartilhado, nos termos de Latour (2011a, 2011b, 2014), é eminentemente assimétrica e envolve a centralização do poder da tessitura da realidade – sinônimo, em determinada medida, de natureza – por determinados agentes privilegiados, como aqueles vinculados ao Estado e a determinadas disciplinas responsáveis pela construção do que se chama de saber científico, diametralmente oposto às lentes convexas das crenças, que enviesam o olhar sobre o mundo-em-si.

O segundo objetivo do ensaio é demonstrar o argumento por meio da análise do fenômeno específico da gestão estatal da pandemia de Covid-19 no Brasil, descrevendo como o discurso pró-ciência, inicialmente utilizado para legitimar quarentenas restritivas por parte de governos municipais e estaduais – em guerra, à época, contra o negacionismo do governo federal brasileiro – passou paulatinamente a justificar as reaberturas e flexibilizações em supostos cenários de estabilidade no número de mortos e de novos casos. Esse movimento lançou vozes dissonantes a uma condição análoga à experimentação psicótica da realidade, tornando o medo causado pelo fim da quarentena alucinatório, ou seja, uma “percepção, enquanto em estado consciente, na ausência de um estímulo externo” que tem as qualidades de uma “percepção real”, ou seja, é “vívda, substancial e localizada em espaços externos objetivos” (Luhmann, 2011, p. 72, tradução minha). Essa experimentação da realidade é tomada como exemplo dessa disputa: se, antes, esse medo era tido como justificável e legítimo diante de uma pandemia causada por um vírus potencialmente mortal e altamente

contagioso, sendo incentivado por agentes estatais e supraestatais, além de membros da comunidade científica (Harper *et al.*, 2020; Pakpour; Griffiths, 2020), como fator desejável de proteção individual e controle coletivo da pandemia, ele passa a ser uma experimentação psicológica (e, assim, eminentemente individual, biológica e, por que não, apolítica) protopatológica, pois que o estímulo externo está, sob essa perspectiva, ausente no mundo real unívoco.

Alucinação: a construção do “real” e do mundo-em-si

Se as causas de fenômenos alucinatórios são, desde perspectivas neurológicas, psiquiátricas ou psicológicas, múltiplas e variadas, alucinações, como brevemente pontuado no tópico anterior, são descritas como “a percepção de um objeto ou evento (por qualquer um dos cinco sentidos) na ausência de um estímulo externo” (Teeple; Caplan; Stern, 2009, p. 26, tradução minha). O estímulo externo – localizado em um mundo que está inequivocamente fora da unidade mental individual – é, portanto, pedra angular para a definição do que é ou não um fenômeno alucinatório: uma ilusão, por exemplo, diferencia-se de uma alucinação precisamente por esse fator, uma vez que, de acordo com a literatura psiquiátrica, uma ilusão é “uma percepção *real* [...] distorcida de alguma forma” (Chiu, 1989, p. 292, tradução minha, grifo meu). A existência de fenômenos considerados alucinatórios requer a existência de uma realidade objetiva e factual. Assim, um mundo externo ao indivíduo que existe independente do que se lhe agrega simbolicamente – neutro, portanto, à camada acessória de significados que se lhe atribuem – é requisito para que alucinações existam como fenômeno de percepção descontinuada dos ícones imanentes de realidade fornecidos pelo mundo, apreendidos pela captação sensorial disponibilizada pelo corpo e interpretados e traduzidos pelo aparato biológico neural. Duas naturezas, uma interna e outra externa (Descola, 2011), concorrem, portanto, para a percepção, a cognição e a experimentação do mundo-em-si, significado, em um momento posterior, de acordo com um arcabouço simbólico acessório que em nada lhe afeta a realidade.

A alucinação não reserva qualquer diferença de nível sensorial com a experimentação da realidade – o que possibilita a determinada corrente da neurociência, inclusive, argumentar que a própria realidade consciente é subproduto de processos alucinatórios (Seth, 2017). O traço diacrítico, portanto,

das experiências tidas como reais seria a corroboração da percepção por meio de marcadores externos à unidade perceptiva³ que existem em si mesmos, de maneira independente e desconectados da percepção: perceber, no sentido de interpretar os ícones comunicativos enviados pelo mundo-em-si que permitem sua significação, não funda a realidade, apenas toma nota dela. Dessa forma, a camada simbólica aplicada sobre a realidade não lhe altera as propriedades: há uma dimensão transcendente aos fenômenos do mundo-em-si que lhe garantem a existência ainda que não haja ninguém para significá-la. Assim, a teoria das alucinações pretende resolver o paradoxo filosófico de Berkeley, uma vez que se uma árvore cai no meio de uma floresta sem que ninguém ouça o som de sua queda, ela continua, sim, existindo, pois a realidade da árvore ultrapassa a necessidade de percepção de outrem sobre o fenômeno. O mundo externo funda a realidade, ao passo que o mundo interno a confunde. Por outro lado, ver e ouvir uma árvore caindo sem que ela, enquanto mundo-em-si irredutível a si mesma, esteja *de fato* caindo não pode ser nada além de uma alucinação.

Tal divisão entre interno e externo é igualmente importante. Como argumentou Luhmann (2011), definir se a fonte da experiência é interna (*of the self*) ou externa (*not of the self*) é crucial para a definição do que é ou não uma alucinação. Caso a fonte da percepção seja interna às “mentes” e aos “cérebros”, ou seja, não compartilhada, produtora de um mundo eminentemente individual e descontinuado do mundo comum, ela será mais facilmente categorizável enquanto um fenômeno alucinatório: “está só na sua cabeça”, ou “é só você que vê” (Branco-Pereira, 2013). Entretanto, definir se um fenômeno sensorialmente ativado por um estímulo tido enquanto externo está, *de fato*, “lá”, em um espaço externo objetivo (Chiu, 1989; Luhmann, 2011), é uma tarefa que requer árbitros externos ao cérebro ou à mente individuais – é, portanto, da esfera da construção de um mundo compartilhado. Tal mundo não existe previamente à sua construção, como argumentou Latour (2011a, 2011b), uma vez que essa realidade é sempre alucinatória: se não há diferenças substanciais entre as percepções alucinatórias e as reais que não a existência do estímulo externo, é preciso aferir tal existência coletivamente, e a realidade é, pois, da esfera da construção comum.

3 Chamo de unidade perceptiva o compósito a que se referem a medicina e a psicologia, além das disciplinas contíguas, quando falam de cérebros, sistemas nervosos e mentes (ou psiquês).

Stengers (2005) argumenta que os físicos, responsáveis por definir a realidade (física) como objetiva e transcendente às ficções humanas, igualavam os ataques a seu campo de conhecimento com ataques à própria racionalidade. Sob essa perspectiva, ou se estava de acordo ao que apresentavam enquanto realidade (física), ou se estaria não apenas contra os físicos, mas contra a própria razão (Stengers, 2005, p. 183-184). A definição da realidade a partir da elaboração de uma natureza externa, irreduzível a si mesma e alheia aos significados que se lhe atribuem é um fenômeno cotidiano, e seu questionamento produz tensões e expõe assimetrias realçando que existem posições privilegiadas de definição do que é ou não real, e, assim, sobre quais mundos existem ou não.

Da mesma forma, portanto, que Bunzl (1996) formula ao tecer comentários sobre Franz Boas: a divisão marcada entre um mundo natural unívoco, cuja análise é da alçada das *law-giving sciences*, e uma infinidade de mundos particulares produzidos a partir da *natureza* multissimbólica (ou multicultural) da humanidade define a abordagem metodológica – eminentemente política e, por que não, ideológica – a ser adotada. Define-se também o que será universal, e o que será situado e contextual, com leis aplicáveis apenas a uma sorte limitada de eventos reduzidos a meras variações de uma base que os transcendem em escala e complexidade. Alucinações e realidade – ou mundos particulares versus mundo universal e unívoco – são apenas diferenciáveis por determinantes outros que via de regra remetem a assimetrias de poder e à centralização da possibilidade de tessitura do real.

“O meu delírio é a experiência com coisas reais”⁴

A síndrome da cabana é uma condição psicológica que remete ao medo desproporcional de sair de casa. A condição, descrita pela primeira vez no início do século XX, ganhou relevo novamente enquanto descrição do sofrimento psicológico (e potencialmente psiquiátrico, em uma divisão entre distúrbios de dimensão simbólica e aqueles de origem biológica, mais *reais* enquanto processos patológicos) relativo ao caráter ansiogênico causado pelo isolamento

4 Trecho da letra da canção “Alucinação”, lançada em 1976 por Belchior em álbum homônimo.

forçado em decorrência da pandemia, especialmente ligado aos planos de reabertura colocados em moção no Brasil a partir de junho e julho de 2020 após meses de restrições à mobilidade e de fechamento de serviços considerados não essenciais.

As disputas sobre as melhores formas de gerenciamento da pandemia já vinham ocorrendo desde os primeiros casos registrados no Brasil: de um lado, o governo federal e, em especial, o presidente da República, combatia as diretrizes de isolamento social preconizadas pela OMS como únicas formas de proteção contra o vírus, minava a aplicação de medidas de restrição de mobilidade e de aglomerações e qualificava a doença como uma “gripezinha”, além de utilizar termos como “histeria” e “fantasia” para se referir às reações à pandemia (Gripezinha..., 2020); de outro, autoridades de estados e municípios corroboravam e legitimavam a instituição de quarentenas restritivas declarando que continuariam a adotar medidas baseadas no que afirmava a ciência (Turtelli, 2020). O governador de São Paulo, estado com maior número de casos e de mortes no país, afirmou que o conflito com o governo federal “não era apenas político”, mas justificava-se pois Bolsonaro era “um antagonista da ciência e da medicina” (Cotrim; Silva, 2020), e afirmou peremptoriamente que “a decisão [de renovar a quarentena no estado] foi amparada pelo Grupo de Contingência da Covid-19, pelos especialistas que nos orientam. Aqui nós não brigamos com a ciência, e a orientação da ciência foi para prorrogar a quarentena”, dizendo, ao fim, que “não tomava decisões baseadas na ideologia” (Aqui..., 2020).

Gradualmente, entretanto, a defesa intransigente da ciência conjugada à refutação das “decisões baseadas na ideologia” foi acomodando demandas pela reabertura do comércio de rua, shoppings, academias e outros serviços considerados não essenciais. A quarentena, cujo pilar de fundamentação lógica era o isolamento de pessoas saudáveis para que estas não servissem de vetor de transmissão do vírus e, em decorrência disso, houvesse sobrecarga do sistema de saúde, foi ganhando nuances e gradações capazes de dialogar com determinadas métricas que pudessem corroborar as flexibilizações propostas: a taxa de ocupação dos leitos de UTI; as novas formas de avaliação, como a chamada média móvel de novos casos e de novas mortes; o suposto atraso na comunicação de determinadas mortes pela demora na entrega de resultados de testes; e, ainda, a justificativa de que os aumentos dos casos e mortes estavam associados a um aumento da capacidade de testagem, e não a um aumento

da transmissibilidade. Em alguns casos, a substituição das autoridades públicas de saúde por aquelas responsáveis pela gestão da política econômica em entrevistas coletivas e em processos de tomada de decisão tornou-se frequente (como no caso das coletivas de imprensa do governo do estado de São Paulo), e a reabertura proposta era vendida como aquela que seguia “todos os protocolos de segurança” e se dava em razão de uma estabilização da doença verificável em indicadores estatísticos que eram aferidores da realidade concreta da pandemia sob essa perspectiva.

Assim, diante de uma estabilidade que cronificava a perda diária de mais de mil vidas no país, tornou-se comum associar a crítica aos planos de reabertura a uma reação psicológica que não se ancorava nos índices de imanência da realidade. Os detratores dos planos de reabertura e defensores da quarentena viam-se repentinamente descontinuados da concretude de números que, supostamente, retratavam um mundo incapaz de ancorar o medo de sair de casa. Era, nas palavras de Kohn (2013, p. 49, tradução minha), o pensamento simbólico “correndo solto” e criando mentes “radicalmente separadas da base indexical que seus corpos poderiam fornecer”. A experimentação do medo torna-se, assim, uma elaboração alucinatória diante de um mundo em que tal medo não resistia ao teste empírico: caso os defensores da quarentena fossem menos “pessimistas” e mais “realistas”, caso se despissem das lentes ideológicas matizantes da realidade de maneira a enxergá-la como ela, de fato, era, e não como acreditam ou gostariam que fosse, eles perceberiam a realidade “para além de nossas meras ficções humanas” (Stengers, 2005, p. 185, tradução minha). O polo privilegiado de definição do real e do mundo comum possível estava, assim, nas mãos do Estado, enquanto metáfora obviada de João Doria, amparado no conhecimento científico tido como axiologicamente neutro e imaginado como desimplicado nas lutas ideológicas mundanas da política.

A maneira como são descritas as pessoas teoricamente acometidas pela síndrome da cabana é exemplar dessa asserção. Em uma das primeiras matérias jornalísticas sobre o tema no Brasil, publicada ainda em maio (Nardelli, 2020), a manchete diz “entenda por que há quem não queira o fim do isolamento”, alocando essa posição na esfera do desejo pessoal. A reportagem prossegue dizendo que, a despeito de o isolamento ter causado sofrimento nos primeiros dias, ele passou a ser prazeroso. Uma personagem imaginada fala “para que sair se posso fazer compras, trabalhar, treinar e até mesmo me divertir dentro

de casa, num ambiente acolhedor e livre de riscos?” como exercício retórico ilustrativo dos questionamentos de quem *deseja* ficar em casa mesmo ao fim da pandemia. Por fim, diagnostica que “se você faz parte desse time que sente calafrios só de imaginar o retorno para a civilização pós-pandemia, talvez seja mais uma das vítimas da síndrome da cabana”, aludindo a uma “civilização pós-pandemia” que, em teoria, já existia. Especialistas ouvidos confirmam a existência da síndrome, e um psiquiatra lista os sintomas: falta de motivação e ânimo, alteração de humor, perda de memória e concentração, sensação de frustração e impotência, alteração do sono, distúrbio alimentar e ansiedade, ressaltando que pessoas introvertidas seriam mais suscetíveis a adquirir a condição.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), agência de notícias ligada ao governo federal, também veiculou reportagem sobre o tema por três vezes. Na primeira, em junho (Coronavírus..., 2020), diz que a síndrome pode causar medo de voltar à rotina “mesmo usando proteção”. Na segunda, em julho (Síndrome..., 2020), a neuropsicóloga ouvida pela reportagem afirma que, após um longo período de isolamento, “o cérebro passa a entender que só em casa estamos seguros”, embora reconheça que “o medo” dessas pessoas “é real” – dizer que o medo é real não significa, entretanto, que suas causas o são, ou seja, que há o estímulo externo aferível capaz de desencadear tal medo. A terceira, também em julho (Vitor, 2020), afirma que “o distúrbio ocorre quando a pessoa percebe que ficar em casa é mais vantajoso que sair”. Assim, com a pandemia ainda em curso, a síndrome tornava-se artifício de dissimulação de pessoas que, forçadas ao retorno à rotina de trabalho e ao uso do transporte público, por exemplo, na realidade sentiam *prazer* no isolamento e, por isso, resistiam à reabertura. A máquina estatal, “amparada na ciência” – inclusive naquela de profissionais, como psicólogos e psiquiatras, que referendavam a imanência da condição chamada de síndrome da cabana, inscrita *no cérebro* das pessoas por ela acometidas (e não há imanência maior no campo da saúde mental do que as neurosinapses) –, afirmava que a reabertura era segura sob determinados protocolos e, portanto, não havia motivo *real* para resistir a ela ou dizer que ela era nada além de segura.

A crença na irrefutabilidade da ciência enquanto descritora da realidade unívoca do mundo-em-si materializada nos efeitos potencialmente inegáveis da pandemia também embasou os argumentos dos defensores das medidas de isolamento social mais restritivas. O biólogo Atila Iamarino (2020b, grifo meu), que ganhou grande notoriedade durante a pandemia, afirmou que

“o problema pra quem tenta *negar a realidade* com a COVID-19 é que ela avança rápido e tem muito país passando pelo problema, além de muito estudo”. Em outro momento, enquanto sendo entrevistado no programa *Roda Viva* (Iamarino, 2020a), da TV Cultura, o biólogo comparou o fenômeno do negacionismo, que classificou como sendo da ordem da narrativa – i.e., da dimensão simbólica acessória à realidade –, nos casos específicos do aquecimento global e da pandemia de Covid-19: enquanto a confrontação da narrativa negacionista do aquecimento global com a realidade, capaz de negar a negação, poderia demorar décadas, aquela relativa à pandemia dar-se-ia em poucas semanas. Atila vaticina: “Quem está negando agora, eu só tenho que sentar e esperar.” Nunca, portanto, havíamos visto “uma narrativa sendo confrontada tão rápido com a realidade”, que, de tão real, não está sujeita a elucubrações de ordem simbólica, pois é imanente em si mesma e independe de significação para existir. Também aqui se delineia um outro polo privilegiado de produção da realidade, pois a biologia insere-se, dessa forma, em uma dimensão supranarrativa semelhante à física na descrição de Stengers (2005).

Dessa forma, a doença se torna real na mesma medida que seus efeitos são da ordem do mundo-em-si e imune a narrativas. O que Löwy (2006) descreve como o ato de tornar o invisível (em casos de patógenos microscópicos) visível passa por tornar seus efeitos visíveis em descrições acima das narrativas ficcionais das crenças “negacionistas”, “acientíficas” e pré ou extramodernas. Assim, as métricas da pandemia e os esforços de construção de indicadores capazes de tornar seus efeitos visíveis por meio de taxas de transmissibilidade e letalidade, de médias móveis e de boletins epidemiológicos de toda sorte são tentativas de estabelecimento de uma realidade não alucinatória, ainda que, no limite, a informação seja, por excelência, incompleta (Caduff, 2014). Os efeitos invisíveis, impreenchíveis pelas informações disponíveis, são, portanto, *menos reais e mais alucinatórios*, e tornar determinadas métricas índices de realidade acaba por conceder o poder decisório sobre quais mundos existem ou não ao Estado e a determinadas disciplinas da ciência ligadas à apreensão de um mundo-em-si invariável e imune aos processos de simbolização que se lhe aplicam. Se a topografia da subnotificação de casos de Covid-19 é irregular, a invisibilização de contágios e mortes de determinados grupos leva a concretude desse fato à esfera das realidades produzidas enquanto narrativas: não são, portanto, *reais* – e isso encontra paralelo em uma miríade de outros fenômenos relacionados

a grupos socialmente marginalizados, como o racismo, a violência policial e tantos outros cuja incidência é maior sobre as populações negras, indígenas, migrantes, refugiadas, femininas, LGBTQI+ e tantas outras.

Conclusão

O processo de definição da imanência da realidade é um processo política e simbolicamente disputado, e a análise da pandemia de Covid-19 no Brasil permite apontar como a disputa sobre quais de seus efeitos estavam ou não ancorados nos índices concretos do mundo-em-si definiu a gestão estatal da ciência (uma não narrativa), da técnica e das metodologias de mensuração dos efeitos da doença no país. O polo privilegiado de definição do real e do mundo comum possível estava, assim, nas mãos do Estado, amparado no conhecimento científico tido como axiologicamente neutro e imaginado como desimplicado nas lutas ideológicas mundanas da política. As pretensas supranarrativas científicas, apesar de serem, por vezes, antagônicas, raramente abrem mão do lugar, embebido de poder, de definidoras de um mundo-em-si não sujeito às elucubrações de ordem simbólica, mera camada acessória ficcional de uma natureza que se impõe. A disputa, portanto, é para definir quem está alucinando enquanto mira a realidade por meio das lentes matizantes desta ou daquela crença, e quem está percebendo e descrevendo o real.

Assim, a dimensão simbólica não é acessória à imanência da realidade, mas, como argumentou Wagner (2012, 2017), a produz na mesma medida em que é por ela produzida. “A ‘estrutura’”, nos diz Wagner (2017, p. 173, grifo do autor), “não é definida como determinadora do sentido, mas antes como *subsumida*”. O significado é uma parte da experiência, mas também algo que a experiência constrói; um ambiente em que elementos simbólicos relacionam-se entre si, simultaneamente formado pelo ato de relacioná-los (Wagner, 2012, p. 111). Essa, entretanto, não é uma formulação idealista-ingênua, mas materialista semiótica, nos termos de Haraway (2019): o discurso (ou a narrativa) é mundificante (*worlding*). Sentar e esperar que a realidade concreta se imponha é abster-se, portanto, da disputa pelo real, que não é um dado do que se imagina ser a natureza: o risco é descobrir-se alucinando sobre um mundo-em-si autoevidente que acabará por nunca ter existido.

Referências

'AQUI nós não brigamos com a ciência', diz Doria ao prorrogar quarentena. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 abr. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/17/interna_nacional,1139613/aqui-nao-brigamos-com-a-ciencia-diz-doria-ao-estender-quarentena.shtml. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRANCO-PEREIRA, A. "Mas é só você que vê?": a percepção social da loucura e o processo de reconstrução do universo simbólico do sujeito diagnosticado. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRANCO-PEREIRA, A. O refúgio do trauma. Notas etnográficas sobre trauma, racismo e temporalidades do sofrimento em um serviço de saúde mental para refugiados. *REHMU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 51, p. 79-97, 2018. DOI: 10.1590/1980-85852503880005306.

BRANCO-PEREIRA, A. *Viajantes do tempo*: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

BRANCO-PEREIRA, A. *Viajantes do tempo*: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo. Curitiba: Ed. CRV, 2020a. DOI: 10.24824/978854444061.2.

BRANCO-PEREIRA, A. Autismo e maternidade migrante: psicopatologizando relações em mobilidade. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 56, p. 21-41, 2020b. DOI: 10.21680/2238-6009.2020v1n56ID23676.

BRANCO-PEREIRA, A. Aculturalidade e hiperculturalidade: entre saberes e crenças em um serviço de saúde mental para imigrantes e refugiadas. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 256-279, 2020c.

BUNZL, M. Franz Boas and the Humboldtian tradition: from Volksgeist and Nationalcharakter to an anthropological concept of culture. In: STOCKING, G. (ed.). *Volksgeist as method and ethic: essays on Boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996. p. 17-78.

CADUFF, C. Sick weather ahead: on data-mining, crowd-sourcing and white noise. *The Cambridge Journal of Anthropology*, New York, v. 32, n. 1, p. 32-46, 2014. DOI: 10.3167/ca.2014.320104.

CHIU, L. P. W. Differential diagnosis and management of hallucinations. *Journal of the Hong Kong Medical Association*, Hong Kong, v. 41, n. 3, p. 292-297, 1989.

CORONAVÍRUS: síndrome pode causar medo de voltar à rotina. 1 vídeo (1min30s). Brasília: TV Brasil, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/06/coronavirus-sindrome-pode-causar-medo-de-voltar-rotina>. Acesso em: 24 ago. 2020.

COTRIM, C.; SILVA, M. R. Bolsonaro é antagonista da ciência e da medicina, diz Doria. *UOL*, São Paulo, 18 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/18/bolsonaro-e-antagonista-da-ciencia-e-da-medicina-diz-doria-em-entrevista.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DESCOLA, P. As duas naturezas de Lévi-Strauss. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 35-51, nov. 2011.

“GRIPEZINHA” e “histeria”: cinco vezes em que Bolsonaro minimizou o coronavírus. *Congresso em Foco*, Brasília, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/gripezinha-e-histeria-cinco-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-o-coronavirus/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

HARAWAY, D. A giant bumptious litter: Donna Haraway on truth, technology, and resisting extinction. *Logic*, [s. l.], n. 9, 2019. Disponível em: <https://logicmag.io/nature/a-giant-bumptious-litter/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

HARPER, C. A. *et al.* Functional fear predicts health compliance in the COVID-19 pandemic. *International Journal of Mental Health and Addiction*, New York, 2020. DOI: 10.1007/s11469-020-00281-5.

IAMARINO, A. [Entrevista ao programa] *Roda Viva*, São Paulo, 30 mar. 2020a. 1 vídeo (91min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s00BzYazxvU>. Acesso em: 24 ago. 2020.

IAMARINO, A. *O problema pra quem tenta negar a realidade com a COVID-19 é que ela avança rápido e tem muito país passando pelo problema, além de muito estudo*. São Paulo, 3 jun. 2020b. Twitter: @oatila. Disponível em: <https://twitter.com/oatila/status/1268241690608926721>. Acesso em: 24 ago. 2020.

KOHN, E. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press, 2013.

LATOURETTE, B. *Waiting for Gaia: composing the common world through arts and politics*. [Palestra]. London: French Institute, 2011a.

LATOURE, B. There is no such thing as a common world: it needs to be composed. *Multitudes*, Paris, v. 45, n. 2, p. 38-41, 2011b.

LATOURE, B. Another way to compose the common world. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, v. 4, n. 1, p. 301-307, 2014.

LÖWY, I. Tornar o invisível visível: viagens, coletas e análises de laboratório. In: LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 197-249.

LUHRMANN, T. M. Hallucinations and sensory overrides. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 40, p. 71-85, 2011.

NARDELLI, B. Síndrome da cabana: entenda por que há quem não queira o fim do isolamento. *Metrópoles*, Brasília, 31 maio 2020. Disponível em: <https://www.metro-poles.com/vida-e-estilo/comportamento/sindrome-da-cabana-entenda-por-que-ha-quem-nao-queira-o-fim-do-isolamento>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PAKPOUR, A.; GRIFFITHS, M. D. The fear of COVID-19 and its role in preventive behaviors. *Journal of Concurrent Disorders*, Woodbridge, 2020. Preprint.

SETH, A. K. Your brain hallucinates your conscious reality. 1 vídeo (17min). [S. l.]: TED Conferences, 2017. Disponível em: https://www.ted.com/talks/anil_seth_your_brain_hallucinates_your_conscious_reality. Acesso em: 10 ago. 2020.

SÍNDROME da cabana: quando o medo de sair de casa se transforma em doença. Brasília: EBC Rádio, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2020/07/sindrome-da-cabana-quando-o-medo-de-sair-de-casa-se-transforma-em-doenca>. Acesso em: 24 ago. 2020.

STENGERS, I. Introductory notes on an ecology of practices. *Cultural Studies Review*, Sydney, v. 11, n. 1, p. 183-196, 2005.

TEEPLE, R. C.; CAPLAN, J. P.; STERN, T. A. Visual hallucinations: differential diagnosis and treatment. *The Primary Care Companion to The Journal of Clinical Psychiatry*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 26-32, 2009. DOI: 10.4088/pcc.08r00673.

TURTELLI, C. Em carta, governadores pedem apoio a Bolsonaro e reafirmam medidas apoiadas na ciência. *Estadão*, São Paulo, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-governadores-pedem-apoio-a-bolsonaro-e-reafirmam-medidas-apoiadas-na-ciencia,70003249192>. Acesso em: 23 ago. 2020.

VITOR, D. De volta às ruas, pessoas relatam Síndrome da Cabana e temem qualquer interação. Brasília: Radioagência Nacional, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/saude/audio/2020-07/na-volta-ao-convivio-fora-de-casa-pessoas-relatam-sindrome-da-cabana-e-temem/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WAGNER, R. *Símbolos que representam a si mesmos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

Recebido: 29/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/29/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

La sociedad del espanto. Mallas de vidas en cuarentena

The society of astonishment. Meshwoks of lives quarantined

Octavio Bonet¹

<https://orcid.org/0000-0002-9742-2968>

octavio.bonet@gmail.com

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumen

La pandemia del virus Covid-19 tiene el efecto paradójico de ponernos en una situación completamente nueva para el mundo moderno y, al mismo tiempo, movilizar conceptos que conocemos desde hace mucho tiempo. El objetivo de este artículo es proponer que la pandemia del coronavirus explicitó el entramado del mundo y al hacerlo nos transformó en lo que llamo la “sociedad del espanto” habitada por una nueva subjetividad que se caracteriza por la figura de los “nuevos heridos”, desarrollada por Catherine Malabou. A través de establecer asociaciones entre Mauss, Bateson e Ingold se intenta entender las relaciones entre el hombre y el mundo como un conjunto entrelazado de líneas de vida, crecimiento y movimiento, que permite comprender las relaciones entre las dimensiones biológica, psicológica y social. Se propone pensar la pandemia y la cuarentena como un evento traumático a través de la cual se podría construir una nueva identidad colectiva e individual.

Palabras clave: antropología; subjetividad; pandemia; espanto.

Abstract

The COVID-19 virus pandemic has the paradoxical effect of putting us in a completely new scenario in the modern world and at the same time mobilizing concepts that we have known for a long time. The purpose of this article is to suggest that the coronavirus pandemic made explicit the entanglement of the world, but in doing so it transformed us into what I call the “society of astonishment” inhabited by a new subjectivity, characterized by the “new wounded” as conceived by Catherine Malabou. Through establishing associations between Mauss, Bateson and Ingold, an attempt is made to understand the relationships between man and the world as an interlocking set of lines of life, growth and movement, which allows us to understand the relationships between the biological, psychological and social dimensions. It is proposed to understand the pandemic and quarantine as a traumatic event through which a new collective and individual identity could be built.

Keywords: anthropology; subjectivity; pandemic; astonishment.

La pandemia del virus Covid-19 tiene el efecto paradójico de ponernos en una situación completamente nueva para el mundo moderno y, al mismo tiempo, movilizar conceptos que conocemos desde hace mucho tiempo. En esta extraña situación que vivimos, encaja perfectamente la frase de Borges (1981, p. 279): “no nos une el amor, sino el espanto”. El objetivo de este artículo es proponer que la pandemia del coronavirus explicitó el entramado¹ del mundo y al hacerlo nos transformó en lo que llamo la “sociedad del espanto” habitada por una nueva subjetividad que se caracteriza por la figura de los “nuevos heridos”.

El virus une pasado, presente y futuro en una trama de líneas a través de las cuales vamos experimentando nuevos afectos, repensando viejos conceptos y mirando perplejos lo que vendrá. Con la frialdad de lo Real (en el sentido lacaniano)² el virus Covid-19 nos informa que no podemos separar la naturaleza de la cultura, que no podemos separar nuestra dimensión biológica de las dimensiones psicológica y social y que el mundo tiene su enmarañado como característica fundamental. De un plumazo, el virus cuestiona el núcleo de la modernidad.

Pero ya sabíamos todo eso. Sin embargo, como dice Gregory Bateson (1982), a veces es necesario repetir las perogrulladas porque se olvidan, ya que “todo el mundo lo sabe”.

1 El concepto de malla, según Ingold, tiene como una de sus principales características configurarse como una maraña de líneas; de ese modo más que hablar de entramado, para respetar la idea del autor en este texto usaremos *enmarañado* y *enmarañamiento* al referirnos a esa propiedad de la malla.

2 No se trata de explicar en una nota a pie de página el concepto de Real en Lacan, sino de explicar en qué estaba pensando al referirme a la “frialdad de lo Real”. Para Lacan, lo Real forma parte de la estructura psíquica del sujeto junto con lo Imaginario y lo Simbólico, representados en forma de nudo borromeo o de tres círculos enlazados. Lo Real, a diferencia de la realidad fenoménica, pertenece al orden de lo imposible, a lo que escapa a lo simbólico, al pensamiento. Es el límite, lo abyecto, que no está integrado. Es lo que no se puede aprehender directamente, pero que se alcanza a través de lo simbólico. Para Lacan, este Real, fuera del sentido, es “el objeto de angustia por excelencia” (Lacan, 1985). Cuando me refiero a la frialdad de lo Real, aludo a esa imposibilidad de sentido, pero que está ahí y por eso impulsa una búsqueda; es así como se puede asociar la falta de sentido con el espanto y con los debates en busca del sentido que ha proporcionado el virus.

Las mallas de vidas y las enseñanzas del virus

La idea central del argumento que pretendo desarrollar está asociada al concepto de malla de Tim Ingold, entendido como un conjunto de líneas entrelazadas, como un enmarañado de líneas de vida, crecimiento y movimiento (Ingold, 2012a, 2015). Dos conceptos son fundamentales para la noción de malla de líneas de vida: el de medio ambiente y el principio de unión o correspondencia. El segundo se refiere a un entrelazamiento de devenires, a una respuesta mutua que se establece en este movimiento de seres “a través de” (Ingold, 2012a). La conceptualización del ambiente como zona de entrelazamiento se refiere a la ruptura de cualquier límite definido entre una supuesta interioridad del organismo y una supuesta exterioridad del mundo (Ingold, 2015). Esta última idea tiene como corolario la proposición de que las cosas se filtran, es decir, no son autocontenidas por la forma, sino en constante interacción con el ambiente (Ingold, 2012a).

Comencé el artículo diciendo cómo el virus vino a recordarnos el grado de enmarañamiento del mundo y cómo no podemos separar naturaleza y cultura. A lo largo de los meses impregnados por Covid-19, es posible leer numerosas publicaciones que se deslizan desde una dimensión molecular del virus –llamado enemigo invisible– a dimensiones molares, que hacen referencia a las dimensiones económica, social y política y sus consecuencias para las naciones. Lo micro y lo macro juntos resignificando múltiples costumbres tan cotidianas como el simple apretón de manos, un abrazo, y tan complejas como los distintos “arreglos de cuidado” (Fazzioni, 2018) con los que intentamos mitigar las consecuencias para nuestra salud y para la salud de las personas cercanas a nosotros.

Aunque la oposición naturaleza/cultura es fundamental para la tradición del conocimiento antropológico, ha sido cuestionada durante las últimas décadas.³ Así, el virus trajo la noticia de algo que ya sabíamos, pero que en cierto momento fuimos perdiendo de vista. Ingold sitúa este punto de inflexión en los siglos XVI-XVII junto con el proceso de modificación del acto de leer. En la Edad Media, la lectura era un acto continuo entre el texto y el lector, quien

3 No es el propósito de este artículo retomar este debate que, por su centralidad, tiene numerosos aportes.

acompañaba la lectura con la mano ya que no había espacio entre las palabras. A finales del siglo XVII, el acto de leer se convirtió en una lectura con los ojos, no acompañada de la voz ni del gesto. Junto con este fenómeno, el texto pasa a dividirse en palabras y, en consecuencia, el libro de la naturaleza también se puede dividir en entidades discretas, que se pueden organizar en una taxonomía (Ingold, 2012b). Ese proceso de cambio subjetivo puede ser traducido diciendo que ganamos objetos (clasificables en taxonomías) y perdimos las relaciones entre ellos.

Esta última frase tiene fuertes resonancias con la obra de Gregory Bateson cuando escribe que en el momento en que perdemos la visión sistémica del mundo y comenzamos a guiarnos por propósitos conscientes, por fines en sí mismos, nos distanciamos de la dimensión del enmarañamiento, de los patrones que conectan y de las relaciones. Bateson llamó a este enmarañamiento de proceso mental, de vida o de espíritu. Y las características de estos sistemas nos permiten explicar tanto a los humanos como a los virus y los bosques (Bateson, 2000; Bateson; Bateson, 1989). En una conferencia que el autor dio en 1970, afirmó: “Tenemos ante nosotros un mundo que está amenazado no solo por las múltiples formas de desorganización, sino también por la destrucción de su ambiente, y nosotros, hoy día, somos incapaces de pensar claramente sobre las relaciones entre un organismo y su ambiente” (Bateson, 2000, p. 455). Para Bateson, el problema estaba en comprender qué era la unidad. En otras palabras, se preguntó: “¿qué evoluciona?” La unidad para él tenía que ser el hombre en su entorno; esa unidad formaba un proceso mental. Por lo tanto, cada uno de nosotros es una mente que está inmersa, y en retroalimentación, en una mente más amplia que Bateson llamó ecología planetaria (Bateson, 2000, p. 467).

En una tradición antropológica diferente, pero que también enfatiza las relaciones, se pueden mencionar dos artículos de Marcel Mauss, en los que desarrolla ideas muy pertinentes para el momento actual: *La expresión obligatoria de los sentimientos*, de 1921 (Mauss, 1974) y *Las técnicas del cuerpo*, de 1935 (Mauss, 2004b). Explicitando el concepto de “hombre total”, Mauss dice que los sentimientos son expresiones colectivas, un lenguaje, por lo tanto, simbólicos. Pero para Mauss, además de signos y símbolos colectivos, los sentimientos son manifestaciones y distenciones orgánicas (trabaja específicamente con risas, lágrimas y gritos en los rituales funerarios). Por eso, para ser explicados, necesitan una perspectiva que junte Sociología, Psicología y Fisiología.

En el artículo sobre las técnicas corporales retoma esta idea del triple punto de vista que permite explicar su perspectiva sobre los fenómenos corporales; los tres elementos que componen el “hombre total” tienen que estar “indisolublemente mezclados” (Mauss, 2004b, p. 405), por lo que habla de “ensambles fisio-psico-sociológicos”.

El concepto de “hombre total” presente en los dos artículos mencionados se hace eco del concepto de hecho social total, desarrollado en el *Ensayo sobre el don* (Mauss, 2004a), texto de 1925, en el que Mauss conecta lo social y lo individual y los fenómenos sincrónicos y diacrónicos: “Todos estos fenómenos [que estudiamos] son a la vez legales, económicos, religiosos, e incluso estéticos, morfológicos, etc.” (Mauss, 2004a, p. 309).

Los tres autores, Mauss-Bateson-Ingold, que seleccioné para construir el trípode que sustenta mi argumento se justifican por el énfasis en las relaciones que se encuentra en cada una de sus perspectivas teóricas. Aunque son de diferentes tradiciones antropológicas y de diferentes momentos históricos, creo que es posible incluirlos en una misma línea de pensamiento.

El diálogo que Ingold establece con Bateson, es más claro y explícito a través de su obra en numerosas referencias (Ingold, 2000, 2015), proximidad que fue explicitada por Velho (2001) y Bonet (2014) entre otros. Ingold (2015) establece fuertes relaciones entre su concepto de malla y el concepto de mente desarrollado por Bateson, mencionado anteriormente. Ambos autores realizan una transición de pensar en organismos-personas como entidades contenidas, para pensar en las relaciones y flujos entre ese organismo-persona y el ambiente. En Ingold, es posible percibir este cambio en las ideas de líneas abiertas y no cerradas y en el interés por vivir “a lo largo de” (Ingold, 2015, p. 147); y en Bateson en el énfasis en la mente como un sistema abierto o un circuito de autocorrección (Bateson, 1982, p. 174) o en lo que él consideraba un pasaje de la clasificación al proceso (Bateson, 1982, p. 171). De la misma forma, se puede encontrar en los textos de Ingold numerosas referencias a la obra de Mauss, especialmente al referirse al artículo sobre técnicas corporales (Ingold, 2015, p. 92, 103)

Creo que lo que permite establecer una línea de conexión entre Mauss, Bateson e Ingold es el interés compartido por el conocimiento transdisciplinar. Y a pesar de las diferencias de abordajes, los tres autores parten de una perspectiva que integra diferentes saberes para dar cuenta de los fenómenos

estudiados. Por eso el énfasis en la interdisciplina o en la transversalidad de los campos del conocimiento.

Si Mauss abogaba por la necesidad de cooperación entre Sociología, Psicología y Fisiología, en los textos comentados anteriormente, Bateson pensaba en términos de grandes sistemas ecológicos y buscó los patrones que permitirían pensar tanto en las sociedades, los ecosistemas marinos o el mundo de la embriología. Finalmente, si Ingold comenzó interesado en proponer una transición de la *complementariedad* a la *obviación* (Ingold, 2001), lo que implicaba una forma diferente de pensar sobre la relación entre antropología, psicología y biología, actualmente está interesado en pensar en la relación entre lo que él llama cuatro “As”: antropología, arqueología, arquitectura y artes (Ingold, 2013). La perspectiva de la *obviación*

tiene la intención de acabar con los límites por lo que estos componentes [biológicos, psicológicos y sociales] han sido caracterizados. Reivindica que el ser humano no es una entidad constituida por partes separadas mutuamente complementarias, como el cuerpo, la mente y la cultura, sino un *locus* único de crecimiento creativo dentro de un campo de relaciones que se desarrolla continuamente. (Ingold 2001, p. 256).

Se podría pensar que la perspectiva de la *obviación* sería un desarrollo que radicalizaría la línea de pensamiento presente en la propuesta de Mauss de las relaciones entre Sociología, Psicología y Fisiología, a la luz de los nuevos desarrollos en las tres disciplinas.

Considero que la perspectiva relacional que explicité en los tres autores trabajados reverbera en los debates actuales sobre las consecuencias de la pandemia y la cuarentena asociadas al Covid-19. En otras palabras, quiero decir que el virus ha venido a mostrar la necesidad de pensar lo molar y lo molecular juntos, las diferentes dimensiones de la persona asociadas a las dimensiones colectivas, sean económicas y/o políticas; sin embargo, el virus lo hace paradójicamente: nos muestra cómo estamos interconectados, enmarañados, separándonos y aislándonos en nuestros hogares.

El abordaje relacional presente en mi argumentación hace eco en el debate actual. Jérôme Baschet (2020a), en el texto *Covid-19: el siglo XXI comienza ahora*, retoma la idea de que la pandemia actual es “un hecho total en el cual

la realidad biológica del virus es inseparable de las condiciones sociales y sistémicas de su existencia y difusión” (Baschet, 2020a).⁴ El autor sostiene que la pandemia del Covid-19 no es la enfermedad del antropoceno, como se la había llamado, sino del capitaloceno: sistema histórico situado que tiene como características principales la maximización del beneficio y la inmediatez, que organiza el mundo según la economía y pone su énfasis en el interés privado y en el individualismo. Este sistema asociado a la globalización habría creado las condiciones para la posibilidad de una pandemia y se convirtió, según Baschet, en el verdadero enemigo.

La explicitación de este enmarañado del mundo señalada por los autores mencionados se evidencia en la proliferación de bichos, como dice Franco Berardi (2020b).⁵ Para él, en este proceso pandémico, el hombre habría perdido su centralidad:

El año 2020 debe verse como el año en el que la historia humana se disolvió, no porque los seres humanos desaparecieran del planeta Tierra, sino porque el planeta Tierra, cansado de la arrogancia humana, lanzó una microcampaña para destruir su “voluntad de poder”. La Tierra se rebela contra el mundo, y sus agentes son las inundaciones, los incendios y, sobre todo, los bichos. (Berardi, 2020b).

Este desplazamiento del hombre hacia los bichos habla de una descentralización del hombre como agente de la evolución, de micro-flujos y de múltiples estrategias de proliferación. Para Berardi (2020b), este desplazamiento “es el fin de la subjetividad como motor del proceso histórico”.

En la terminología de este texto, el desplazamiento en la centralidad del hombre explicita el enmarañamiento de relaciones, de líneas en las que siempre estamos involucrados, pero que olvidamos al perseguir los propósitos conscientes inmediatos, o al perseguir la maximización económica de vida.

4 Publicado originalmente en el periódico *Le Monde*, el 2 de abril de 2020 (Baschet, 2020b).

5 Berardi aclara en su texto que utiliza la noción de “bichos” en el sentido elaborado por Donna Haraway. El texto original de Berardi se publicó en inglés (Berardi, 2020a).

La sociedad del espanto y los nuevos heridos

Si al principio del artículo la pregunta central era cómo el virus nos hizo retomar conceptos que ya conocíamos, ¿vale la pena preguntarnos por lo que no sabíamos?

Para empezar a dar respuesta a esta pregunta, me gustaría recordar el excelente libro de Claudine Herzlich y Janine Pierret (1991) titulado *Malades d'hier, malades d'aujourd'hui* en el que sostienen que cada época tiene un tipo de paciente y, por tanto, su enfermedad específica. El período de las epidemias en la Edad Media es el primer momento histórico que definen las autoras, en el que la enfermedad se asoció con la idea de número, impotencia, exclusión y muerte. La enfermedad era vivida por la sociedad en su conjunto, era un fenómeno colectivo. El segundo momento se caracterizaría por la aparición de la tuberculosis, en el siglo XIX, cuando se produce un cambio fundamental: la enfermedad dejará de ser un fenómeno de masas, pasando a ser un tema individual y una forma de vida. Con esta modificación surge el concepto moderno de 'enfermo': "la realidad e imagen de la enfermedad dejó de ser colectiva para ser la de un daño individual. El paciente es el individuo, sin que su vecino tenga nada que ver con él. Su enfermedad no es una advertencia ni una amenaza para su entorno. En su realidad orgánica, solo le concierne a él" (Herzlich y Pierret, 1991, p. 77). Con la transformación del enfermarse, que se vuelve individual y que va a provocar la muerte lentamente (la enfermedad como forma de vida), aparece el 'enfermo' como estatus y estigma. La contemporaneidad sería el momento de las enfermedades crónicas, en el que el paciente vive de forma individual y aislada su enfermedad asociada a su responsabilidad individual. El argumento se basaba en la noción de que las enfermedades epidémicas, aunque endémicas en algunas regiones del mundo, no representarían una amenaza para la humanidad.

Esta transformación de nuestro tiempo en el que las enfermedades crónicas son la prioridad, que nos involucran como individuos, permite introducir una de las posibles respuestas a la pregunta sobre el conocimiento. No sabíamos cómo vivir en una pandemia. No sabemos cómo lidiar con una cuarentena. No sabemos cómo lidiar con la proximidad diaria de la muerte. No es con una posible muerte en algún momento (que quizás sea la única certeza), sino con la noticia concreta y cotidiana de la muerte de personas conocidas o

familiares. Esta es la nueva situación en la que nos ha puesto el virus. Aún no sabemos cómo afrontar las transformaciones subjetivas que impone la cuarentena. Hasta ahora las epidemias (ébola, cólera, H1N1 y otras) las sufrían otros, las crisis de migración masiva se veían en la televisión, pero el Covid-19 se ha expandido por el mundo, a pesar de las gigantes diferencias entre las diferentes regiones geopolíticas. El virus nos llegó, ahora forma parte de nuestra vida diaria. Y con eso, está en marcha una transformación de nuestra subjetividad.

El virus trajo un “miedo difuso” a la calle, a las cosas que vienen de la calle, a los abrazos y saludos. Espanto angustiado por las fotografías de ataúdes alineados. Quizás podríamos haber visto una imagen similar en algún momento, pero ahora esta visión macabra se asocia a la posibilidad de que nos pase a nosotros o a alguien próximo.

Quizás, precisamente porque vivimos en la era de las enfermedades individualizadas y de la medicina individualizada, no sabemos cómo vivir una epidemia. Quizás por eso estamos perplejos por la cuarentena y por el vacío de las calles provocado por esta amenaza invisible. A pesar de nuestro modelo de paciente, hoy nos enfrentamos a un nuevo virus que “paró al mundo”. Quizás eso es lo que tampoco sabíamos: sobre la posibilidad o la necesidad de parar.

No es que no supiéramos sobre el aislamiento y la distancia para combatir una pandemia. Foucault (2011) en *El nacimiento de la medicina social* escribe que en la historia de la medicina occidental se desarrollaron dos modelos de organización médica: uno causado por la lepra y el otro por la peste. Desde la Edad Media, cuando un enfermo de lepra era identificado se lo expulsaba del espacio común, de las ciudades; es decir, el modelo era el de la exclusión y del exilio. El segundo modelo de organización fue el de la peste: en este caso el paciente no era expulsado, sino identificado. El poder político de la medicina, según Foucault (2011, p. 89) consistía en “distribuir a los individuos uno al lado del otro, aislarlos, individualizarlos, vigilarlos uno a uno, verificar el estado de salud de cada uno [...] fijar a la sociedad en un espacio que se escanea, se divide, se inspecciona...”. El modelo de organización de la peste es el de la cuarentena, que se conoce desde la Edad Media, y que la medicina urbana del siglo XVIII ha perfeccionado y que ahora consiste básicamente en: quedarse en casa, dividir la ciudad en barrios y disponer de vigilantes en cada calle que realizarían los informes diarios. En otras palabras: aislamiento e información. Sabemos esto

desde hace mucho tiempo, pero todavía, en medio de la epidemia de Covid-19, algunos todavía continúan discutiendo su efectividad.⁶

La sociedad del espanto que propongo en este artículo se inscribe en una serie de transformaciones que tendían su inicio en la *sociedad de la disciplina* propuesta por Foucault (1998). El autor francés propuso una sociedad disciplinar con sus fábricas, cárceles y asilos, que producía obreros, presos y locos con sus cuerpos dóciles, ajustados y disciplinados; sociedad que habría alcanzado su apogeo en el siglo XX. Posteriormente, Deleuze (1992) argumenta que esta sociedad modular de la disciplina estaría siendo reemplazada por la *sociedad del control*. Esta sería una sociedad de modulaciones, como un molde que se auto-modifica permanentemente, sería la sociedad de la empresa, de las sanciones sustitutivas, del salario por mérito, de la formación permanente, de la rotación rápida, del corto plazo. Es una sociedad de fronteras difusas, pero con GPS que permiten un control permanente de los movimientos.

Una tercera transformación es propuesta por Byung-Chul Han (2015) en el libro *La sociedad del cansancio*; ésta es una sociedad enfocada en el desempeño y en la productividad, y con eso genera depresivos y fracasados; individuos agotados por tener que ser ellos mismos, que “ya no pueden más poder”. Para Han, la sociedad del cansancio se despliega en las prácticas de doping, en la estimulación cognitiva, en el exceso de positividad. Esta sociedad se referiría a un cansancio individualizado que borra el mundo. Sin embargo, Han (2015, p. 39) marca una salida a esta trampa del cansancio de la sociedad, que estaría asociada a otro tipo de cansancio que él llama cansancio fundamental, que le permitiría al hombre “un sosiego especial, un no-hacer sosegado... No consiste en un estado en que se agoten todos los sentidos, [sino que] permite el acceso a una atención totalmente diferente, de formas lentas y duraderas que se sustraen de la rápida y breve hiperatención”. Se puede ver cómo las características de esta sociedad del cansancio son las del capitaloceno, según la propuesta de Basquet antes mencionada.

6 Aún se puede decir que Brasil tiene un sistema de prevención y atención de salud suficientemente organizado que se basó en la territorialización y la división de la ciudad en áreas y micro-áreas, llamado Programa Salud de la Familia, pero que fue desmantelado por el poder público en los años anteriores a 2020.

Quizás esa era la discusión en la que estábamos cuando la pandemia de Covid-19 se extendió por todo el mundo y cambió toda la agenda; la pregunta ahora está implícita en frases como: “cuando termine la cuarentena...”, o “cuando todo vuelva a la normalidad...”, o “cuando descubramos la vacuna...”. Pero surge la pregunta: ¿la nostalgia de estas frases se refiere a qué “normal”? ¿A qué mundo volveremos? ¿De nuevo corriendo para producir más y más hasta que sintamos que el cansancio nos obliga a parar? En esta nueva sociedad que va tomando forma, la muerte está presente a diario, invisible y posible. Esta situación nos deja absortos y asombrados. ¿Será que estamos mutando, como el virus y por el virus, en la *sociedad del espanto*? El virus nos lleva a un estado de espanto, nos está transformando en una sociedad de espanto.⁷

Aunque propongo la idea de una sociedad del espanto, no significa que todos estemos espantados de la misma manera, así como se puede pensar que la depresión es la enfermedad actual de la sociedad del cansancio, sin afirmar que todos nos tornamos depresivos; o que vivimos en la sociedad de las disciplinas, pero éstas no nos afectan a todos de la misma manera. Es innegable que la pandemia provocó una transformación de la vida cotidiana a nivel mundial, las fotografías de calles vacías en diferentes capitales del mundo, el recuento de muertos, las filas de fosas en los cementerios, los protocolos sanitarios, se convirtieron en el tema de nuestras conversaciones independientemente del idioma. Quizás se necesiten varios trabajos etnográficos que muestren, a diferentes escalas, cómo y por qué cada grupo reaccionó de una manera específica. La perspectiva de lo particular (Abu-Luhgod, 2018) debe caminar paralelamente a la dimensión del espanto colectivo que hemos vivido desde el inicio de la pandemia.

7 En el artículo titulado “Aprendiendo del virus”, Paul Preciado (2020) afirma que la pandemia de Covid-19 puede ser una mala noticia o una gran oportunidad. Y que la cura y los cuidados necesarios para salir de esta pandemia solo pueden surgir de un proceso de transformación política, que implica nuevas formas estructurales de cooperación planetaria. Ya sabemos que el virus muta, a medida que avanzamos en la pandemia se descubren nuevas cepas, producto de cómo el virus cambia cuando se replica; en este sentido, si algo podemos aprender del virus, como quiere Preciado, es que debemos mutar. Preciado distingue un tipo de mutación forzada y una deliberada, podríamos decir que la mutación forzada es la transformación en la *sociedad del espanto*, pero sería necesario reapropiarse del proceso de mutación para “imaginar la revolución que viene” (Preciado, 2020).

Se puede pensar en dos formas de entender este significativo espanto. En un primer sentido, el espanto se refiere al estado de ánimo producido por la pandemia, con la vulnerabilidad asociada a ella, debido al número de muertos y a las tumbas abiertas. Es en este sentido que nos encontramos perplejos por la muerte que surge, que está presente.

Sin embargo, el espanto puede tener una pedagogía y renovar el compromiso del hombre con el mundo y esto lleva al segundo sentido del significativo.

En el libro *Estar vivo*, Ingold (2015) sostiene que el mundo como fuente de espanto significa vivir cada momento mundano como si fuera el primero, sintiendo su pulso, preguntándose cómo es posible un mundo así. El espanto, en un mundo en formación, en perpetuo movimiento, se refiere a una apertura al mundo. Pero si el espanto nos abre al mundo, también nos deja vulnerables porque se ha roto la fantasía de una conexión entre el hombre y el mundo. En otras palabras, el mundo ha dejado de funcionar como lo conocíamos, por lo que debemos repensarlo. Es así como el espanto puede ser fuente de fuerza, resistencia y sabiduría, que Ingold asocia con ontologías animistas. De esta forma, el conocimiento científico se configuraría para retomar esta perspectiva, integrada por la observación, la participación y el compromiso (Ingold, 2012b).

¿Cuál sería la subjetividad característica de esta sociedad del espanto? Aún no lo sabemos, pero quizás una posible respuesta se pueda encontrar en la categoría de Catherine Malabou: los nuevos heridos. En el libro *The new wounded: from neurosis to brain damage* (Malabou, 2012), la autora define esta categoría para pensar los sujetos que sufrieron daño cerebral, por accidente o degenerativo, pero también incluye en esta categoría otros trastornos clásicos del psicoanálisis, como compulsivo, esquizofrénico, autista; los nuevos heridos serían sujetos que “se caracterizarían por perturbaciones emocionales que consisten en un mal funcionamiento de las señales afectivas necesarias para tomar decisiones” (Malabou, 2012, p. 10). Hay dos características que Malabou explicita que me interesan. La primera es que amplía la categoría de “nuevos heridos” para abarcar a todo paciente en shock, que, sin haber sufrido lesiones cerebrales, tiene su equilibrio emocional modificado por un evento traumático. Y, en ese sentido, todos somos susceptibles de convertirnos en nuevos heridos. Este tipo de transformación no solo es visible en lesiones cerebrales, sino también en sobrevivientes de guerras, ataques terroristas y todo tipo de opresión. Lo que aporta la perspectiva de Malabou es una extensión del trauma que enfatiza la

porosidad entre el trauma orgánico y el trauma sociopolítico, sin embargo, este trauma es experimentado de manera diferente por los sujetos. Perspectiva que podría complementarse con la idea de la “distribución diferencial de la vulnerabilidad” propuesta por Judith Butler (2016), cuando la autora sostiene que si bien todos compartimos una vulnerabilidad o precariedad original, algunas vidas son pasibles de duelo y otras no lo son; en este sentido, la “condición precaria designa la condición políticamente inducida en la que ciertas poblaciones sufren de deficientes redes de apoyo social y económico y están expuestas de manera diferente a violaciones, violencia y muerte” (Butler, 2016, p. 46).

La segunda característica asociada a la conceptualización de los “nuevos heridos” es la noción de plasticidad. Para Malabou, la plasticidad se referiría tanto a la creación de la forma como a su destrucción. Refiriéndose a los sujetos que sufrieron daño cerebral, Malabou asocia los dos significados de plasticidad y argumenta que una nueva forma de identidad puede surgir de un evento traumático. Malabou denomina plasticidad destructiva a esta creación de forma a través de la destrucción.

Se puede pensar en la pandemia como ese evento traumático que permite construir una nueva identidad colectiva e individual. Quizás porque necesitamos darle sentido a este trauma, esta extraña situación que se dio en esta pandemia, es que se observa una vasta producción de conocimiento en diferentes vehículos, ya sean académicos o no. Como si estuviéramos comprometidos en un movimiento colectivo de buscar saber, de entender cómo afrontar la cuarentena, cómo afrontar el trauma asociado a la nueva configuración subjetiva.

En conclusión: ¿Qué nos vino a decir el virus?

Esta pregunta hace referencia al ensayo de Ingold (2012b) “Caminando con dragones: hacia el lado salvaje” cuando describe el fenómeno de la experiencia y cita un texto de Irving Hallowell en el que cuenta la historia del pájaro-trueno, al que pocos ven, pero que su existencia se reconoce por el sonido del trueno que emite cuando vuela. El mundo *Ogibwa*, dice Hallowell, está habitado por seres más-que-humanos que son interlocutores vitales para los humanos. En este sentido, el mundo *Ogibwa* “es políglota, un híbrido de voces mediante las cuales diferentes seres, en sus diferentes lenguajes, enuncian su presencia,

se sienten y producen su efecto” (Ingold, 2012b, p. 21). En un relato contado a Hallowell, el hombre *Ojibwa* le preguntó a la mujer: “¿Escuchaste lo que dijo el trueno?”, “No lo hice bien”, respondió la mujer. Hallowell señaló que la respuesta es la misma que se le daría a un ser humano al que no comprendimos. Ingold interpreta que escuchar un trueno no es una cuestión de traducción, sino de empatía, de establecer una relación de comunión y afecto; es decir: “Significa abrirse al ser del otro” (Ingold, 2012a, p. 21). Y el hacerlo, nos permite retomar nuestro compromiso con el mundo de la vida.

¿Cómo abrírnos al otro o al mundo de la vida? Una posible respuesta se encuentra en el ensayo de Berardi (2020b) cuando pregunta: ¿qué necesitamos? Él responde que a la larga necesitamos una nueva cultura de ternura, solidaridad y frugalidad, una sociedad libre de las compulsiones de la acumulación y el crecimiento económico. Para Berardi (2020b), “la propagación masiva de la muerte que estamos presenciando en esta pandemia podría reactivar nuestro sentido del tiempo como un fruto, y no como un aplazamiento de la alegría”. En la misma dirección, se dirige el pensamiento de Baschet cuando dice que la verdadera guerra no es contra el coronavirus, sino contra el imperativo categórico de la economía en beneficio de una buena vida para todos. El camino, dice Baschet, es “la preferencia por la intensidad alegre de lo cualitativo [...] [que] podría sumarse al cuidado de los lugares habitados y las interacciones del sistema vivo, a la construcción de lo común, al mutuo apoyo y a la solidaridad” (Baschet, 2020a).

Quizás, si podemos lograr una relación más comprometida con el mundo, si podemos “abandonarnos” para sentir los enmarañados de líneas de vida en las que todos estamos, en ese momento sea posible “entender” lo que vino a decir el coronavirus y que el espanto de la frase de Borges adquiriera el segundo sentido del significante, que abre la posibilidad de volver a unir el hombre y el mundo.

Referencias

ABU-LUGHOD, L. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.

BASCHET, J. COVID-19: o século XXI começa agora. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (17). São Paulo: n-1 edições, 2020a. Disponible en: <https://www.n-1edicoes.org/textos/50>. Acceso: 3 ago. 2020.

BASCHET, J. Le XXI^e siècle a commencé en 2020, avec l'entrée en scène du Covid-19. *Le Monde*, Paris, 2 avril 2020b. Disponible en: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/02/jerome-baschet-le-xxie-siecle-a-commence-en-2020-avec-l-entree-en-scene-du-covid-19_6035303_3232.html. Acesso: 3 ago. 2020.

BATESON, G. *Espírito y naturaleza*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1982.

BATESON, G. *Step to an ecology of mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

BATESON, G.; BATESON, M. C. *El temor de los ángeles*. Barcelona: Gedisa, 1989.

BERARDI, F. Beyond the breakdown: three meditations on a possible aftermath. *e-flux conversations*, [s. l.], 1 Mar. 2020a. Disponible en: <https://conversations.e-flux.com/t/beyond-the-breakdown-three-meditations-on-a-possible-aftermath-by-franco-bifo-berardi/9727>. Acesso: 3 ago. 2020.

BERARDI, F. Para além do colapso: três meditações sobre um possível depois. In: N-1 EDIÇÕES. *Pandemia crítica* (51). São Paulo: n-1 edições, 2020b. Disponible en: <https://www.n-1edicoes.org/textos/85>. Acesso: 3 ago. 2020.

BONET, O. Itinerários e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 327-350, 2014.

BORGES, J. L. *Obra poética, 1923-1977*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FAZZIONI, N. H. *Nascer e morrer no Complexo do Alemão*: políticas de saúde e arranjos de cuidado. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HERZLICH, C.; PIERRET, J. *Malades d'hier, malades d'aujourd'hui*. Paris: Payot, 1991.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T. From complementarity to obviation: on dissolving the boundaries between social and biological anthropology, archaeology, and psychology. In: OYAMA, S.; GRIFFITHS, P. E.; GRAY, R. D. (ed.). *Cycles of contingency: developmental systems and evolution*. Massachusetts: The MIT Press, 2001. p. 255-279.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012a.

INGOLD, T. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, C.; CARVALHO, I. C. M. (org.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012b. p. 15-29.

INGOLD, T. *Making: anthropology, archaeology, art and architecture*. London: Routledge, 2013.

INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

LACAN, J. *O seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MALABOU, C. *The new wounded: from neurosis to brain damage*. New York: Fordham University Press, 2012.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 325-335.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004a. p. 183-319.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004b. p. 399-422.

PRECIADO, P. B. Aprendiendo del vírus. *El País*, [s. l.], 28 mar. 2020. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acceso: 9 feb. 2020.

VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 133-140, out. 2001.

Recebido: 30/08/2020 Aceito: 01/02/2021 | Received: 8/30/2020 Accepted: 2/1/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Como compor com um vírus!? Reflexões sobre os *animal studies* no tempo das pandemias

How to compose with a virus!? Reflections on animal studies in pandemic times

Eliane Sebeika Rapchan^I

<https://orcid.org/0000-0003-1605-9886>
esrapchan@gmail.com

Fagner Carniel^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-7453-1993>
fcarniel@uem.br

^I Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

^{II} Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR, Brasil

Resumo

O que os *animal studies* teriam a nos ensinar sobre as catástrofes sanitárias de nossa geração? Este ensaio propõe que análises da pandemia provocada pela Covid-19 podem ser estimuladas pelas reflexões que a antropologia tem realizado ao longo das últimas décadas a respeito dos efeitos plurais do convívio entre animais humanos e não humanos. Relações tão íntimas e, por vezes, tão imprevisíveis com conjuntos de seres cuja agência e modos de existência nem sempre conseguimos identificar com precisão. A provocação é a de que a animalidade, enquanto um marcador relacional, não expressa somente o contraponto definido por alteridades interespecíficas que estabelecemos com certos animais diferentes de nós, mas configura-se como uma “categoria-metáfora” que nos habilita a perceber os múltiplos e complexos modos pelos quais compomos nossas vidas em relação à “natureza” de tudo aquilo que nos cerca.

Palavras-chave: animalidade; antropologia das relações humano-animais; Covid-19; pandemia.

Abstract

What does animal studies have to teach us about the health catastrophes of our generation? This essay proposes that analyzes of the pandemic caused by COVID-19 can be stimulated by the reflections that anthropology has carried out over the last decades regarding the plural effects of the interaction between human and non-human animals. Relationships so intimate and, at times, so unpredictable with sets of entities whose agency and modes of existence are not always able to identify precisely. The provocation is that animality, as a relational marker, not only expresses the counterpoint defined by interspecific alterities that we establish with certain animals different from us, but is configured as a “category-metaphor” that enables us to perceive the multiple and complex ways in which we compose our lives in relation to the “nature” of everything around us.

Keywords: animality; anthropology of human-animal relations; COVID-19; pandemic.

Apresentação

A pandemia responsável pela doença que está assolando o planeta em 2020 e 2021, causada pela nova variação do coronavírus (Sars-CoV-2), parece ter começado a explicitar aspectos da organização de nossas sociedades e de nossas relações com tudo aquilo que consideramos não humanos que a tradição moderna-colonial tacitamente nos ensinou a ignorar (Rapchan; Carniel, 2020).

Por um lado, estamos aprendendo na própria pele que as políticas neoliberais, que geram fortunas e concentram renda, sustentam-se sobre um capitalismo financeiro que restringe ao mínimo a participação dos Estados nas áreas da saúde, moradia, alimentação, educação, trabalho, direitos civis (Stengers, 2015). As sociedades que conseguiram preservar minimamente instituições que assegurassem direitos e formas de bem viver a suas populações são as mesmas que têm conseguido se proteger relativamente do açoitado da doença (Santos, 2020). Onde isso não foi feito, como é o caso do Brasil de Bolsonaro (Koury, 2020), escancaram-se profundas assimetrias e desigualdades sociais. O contágio desenfreado e suas consequências são uma expressão desses abismos sociais, revelando que as maiores vítimas da Covid-19, direta e indiretamente, são as mesmas cotidianamente atingidas pela miséria, pelo imperialismo, pelo racismo, pelo machismo, pelo capacitismo e pelas múltiplas formas de rebaixamento social.

Por outro lado, também parece estar se rotinizando certa compreensão de que o contágio pelo vírus, que provavelmente saltou de espécies silvestres, está relacionado com a acentuação das interações entre humanos e animais selvagens e com a superexploração de certas espécies domésticas, como porcos (Blanchette, 2020), gado bovino (Wallace, 2020) ou aves (Porter, 2019). Trata-se de mais uma expressão da invasão e devastação de ecossistemas que todas as recomendações científicas sobre os riscos associados ao desmatamento, ao aquecimento global e à extinção em massa não têm conseguido desacelerar (Latour, 2018). Em que pese a significativa redução dos índices de poluição decorrentes das medidas de isolamento social em alguns países, como a China (Cole; Elliott; Liu, 2020), a população mundial daqui em diante terá que aprender a lidar com muitas outras epidemias (Kelly; Keck; Lynteris, 2019) e, quem sabe, descobrir que a natureza também está em nós e se relacionar melhor com essa evidência (Rapchan; Carniel, 2016).

No entanto, como poderíamos construir estratégias de coexistência com seres que simplesmente não enxergamos? Desde o estabelecimento da microbiologia moderna (Löwy, 2006), somos informados que os agentes infecciosos que nos causam tanto pavor possuem uma estrutura invisível aos olhos humanos e circulam pelo ambiente associando-se a outros organismos sem que possamos percebê-los – ao menos até a aparição dos primeiros sintomas. Talvez essa intangibilidade dos vírus possa explicar em parte as acusações contemporâneas de manipulação, a descrença em relação às recomendações sanitárias ou mesmo a insensibilidade diante dos efeitos sociais de uma pandemia. Entretanto, a invisibilidade desses “tipos diminutos de vida”, para utilizar uma expressão empregada por Louis Pasteur no século XIX (Latour, 1999), não parece representar um mero problema de comunicação, mas a própria metáfora de que precisamos para imaginar horizontes de *reexistência*. Afinal, os cenários que enxergamos e pelos quais atualmente especulamos são restritamente limitados àquilo que podemos (ou queremos) considerar.

Neste ensaio, apresentamos uma reflexão a respeito de contribuições potenciais que a antropologia das relações humano-animais poderia oferecer aos estudos da pandemia provocada pela Covid-19. Para isso, mobilizamos repertórios teóricos e investigações empíricas acumuladas pela disciplina em diálogo com o campo dos *animal studies* para abordar as múltiplas e contraditórias relações que coletividades humanas assumidamente modernas estabeleceram com conjuntos heterogêneos de seres cuja agência e modos de existência nem sempre conseguimos identificar com precisão.

Portanto, nosso propósito é sugerir que a noção de “animalidade” não precisaria expressar apenas o contraponto definido por alteridades interespecíficas ou pelas relações que estabelecemos com certos animais diferentes de nós. Em vez disso, lançamos a hipótese de que podemos assumi-la como uma “categoria-metáfora” que comporta o potencial de revelar as múltiplas maneiras pelas quais compomos nossas vidas em relação à “natureza” de tudo aquilo que nos cerca – inclusive em relação ao novo coronavírus e à atual pandemia de Covid-19.

Quem sabe assim possamos compreender em profundidade o modo como nossos mundos foram e seguem sendo forjados a partir de relações plurais e contraditórias entre humanos diversos e naturezas mal conhecidas. O que, cá entre nós, talvez nos ajudasse a construir maneiras de lidar melhor com um

futuro no qual, para o bem e para o mal, teremos que enfrentar os desafios postos pelo inevitável estreitamento das relações entre humanos e não humanos.

Recompondo humanos e não humanos: contaminações antropológicas

Ao imaginar aproximações possíveis entre os animais e a pandemia de Covid-19, talvez a “sopa de morcegos” ou o consumo de algum outro animal silvestre nos mercados úmidos de Wuhan sejam as únicas imagens que nos ocorram. No entanto, a tentativa duvidosa de se acusar certas coletividades por seus hábitos alimentares supostamente “exóticos” para, assim, localizar a origem da mutação desse agente infeccioso, como uma parcela significativa da mídia ocidental procurou realizar ao longo do último ano (Segata; Beck; Muccillo, 2020), certamente não representa uma contribuição significativa dos *animal studies* ao estudo de catástrofes sanitárias como esta que estamos vivenciando.

Dedicar nossa atenção às várias camadas de práticas e de significados implicadas na história das interações entre animais humanos e não humanos nos parece uma disposição muito mais produtiva para estimular análises antropológicas de eventos que estão provocando o que Bruno Latour (2017, p. 24) denominou recentemente de “uma profunda mutação em nossa relação com o mundo”. Tais interações foram intensificadas no continuum moderno-colonial pelos violentos deslocamentos de populações europeias pela América, África e Ásia durante os processos de colonização ocorridos nos últimos cinco séculos. Assim, animais selvagens, habituados ou domesticados, seres microscópicos ou cosmológicos até então impensáveis começaram a fazer parte das narrativas sociais nos mais diversos contextos artísticos, técnicos, literários, filosóficos, bélicos, cosmológicos, ecológicos.

Mas nada disso representa exatamente uma novidade para a antropologia. Seja na tradição francesa de Mauss a Lévi-Strauss, seja na tradição anglo-saxã de Morgan a Evans-Pritchard e Bateson, ou ainda via a antropologia materialista de Harris, a perspectiva ecológica de Rappaport e as pesquisas em etnobiologia, aprendemos que a composição “humana” do social é sempre produzida em relação à coexistência de outros animais, bactérias, fungos, montanhas, plantas, rios. O que talvez seja novo neste momento em que nos encontramos

não é a constatação empírica da presença de outros seres e de outros modos de coexistência multiespécie diferentes daqueles propalados pelo capitalismo agroindustrial (Kirksey; Helmreich, 2010), mas o adensamento contemporâneo das reflexões antropológicas sobre as relações entre humanos e não humanos. Um movimento intelectual que indica certo sentido de urgência na revisão dos parâmetros teórico-epistemológicos ocidentais que sustentam as análises dessas relações (Galvin, 2019).

Tal revisão parece sugerir ao menos duas consequências marcantes para o pensamento contemporâneo. A primeira impacta o modo de se produzir conhecimento, demonstrando a necessidade de assumirmos a consciência dos efeitos resultantes da intensificação de contatos entre espécies, da destruição de recursos não renováveis (Young *et al.*, 2016) e dos resultados da ação humana sobre a vida e sobre o planeta (Moran, 2010). Para interpretar os efeitos sociológicos e culturais desses eventos sobre as estruturas biossociais, costumam ser mobilizadas categorias tão diversas como o antropoceno (Latour, 2018), a biopolítica (Foucault, 2008) ou o biocapital (Blanchette, 2015). O que tem sustentado críticas epistemológico-filosóficas dirigidas à ciência moderna que deságuam na crescente suspeita da validade explicativa dos dualismos por ela estabelecidos (Haraway, 1989) e sobre a capacidade do pensamento dito moderno de oferecer ideias para equacionar as relações entre humanos e não humanos (Latour, 1994; Lemm, 2013).

Um dos méritos desses movimentos é a ênfase na consciência de que os seres humanos não estabelecem relacionamentos apenas entre si, em termos sociais e simbólicos, mas também vivem profundamente conectados ao seu próprio corpo e ao mundo que esse corpo habita (Macnaghten; Urry, 2001), a outros seres vivos, bem como a artefatos (Appadurai, 1988), tecnologias (Haraway, 2015), recursos e lugares específicos (Janowski; Ingold, 2016).

A segunda diz respeito à oportunidade de repensarmos a singularidade humana. Critérios como bipedia, cérebro grande, uso de ferramentas, complexidade social e capacidade cognitiva, largamente utilizados para diferenciar humanos de outros seres vivos, desde a emergência da ciência moderna, têm-se mostrado insatisfatórios (Rapchan, 2019). Ao mesmo tempo, e diante da constatação de que todos os humanos estão em relação com outros seres, práticas como a domesticação de animais e de plantas, outrora consideradas exemplos da diligência humana, estão sendo observadas pela via das relações multiespécie (Kirksey; Helmreich, 2010).

O que revela que tais processos também são relações de troca. São vias de contágio por patógenos, conexões com o “mundo selvagem” e com a oscilação entre a natureza e a cultura (Bennet, 2010). Aliás, há dúvidas de que a domesticação tenha ocorrido exclusivamente por ações humanas conscientes e sabe-se que tais processos estão fortemente relacionados com patogêneses, zoonoses e epidemias, tornando-se mais agudos em cenários de criação e confinamento em escala. Além disso, há fortes suspeitas de que a domesticação seja uma via de mão dupla, ou melhor, que ela transformou os humanos na mesma medida em que animais e plantas transformavam-se.

Nesse sentido, etnografias como a que Keck (2010) realizou junto aos vários atores envolvidos na criação de respostas à epidemia da gripe, desencadeada pelo vírus H1N1 na década passada, constituem apenas um entre tantos outros exemplos de contribuições antropológicas que podem auxiliar a compreender as habilidades de que dispomos para enfrentar as catástrofes ambientais e sanitárias que aterrorizam nossa geração e equacionar formas de a antropologia participar ativamente desse debate público. De acordo com Keck, o “mundo gripado” que emergiu em 2009 evidenciou a articulação que mantemos com algo que assumimos ser “externo” ao humano e que, paradoxalmente, está inevitavelmente associado a nós.

Contudo, o esforço de reconectar os laços que nos vinculam ao mundo em meio a uma pandemia exige que se ultrapasse o temor causado pelas perturbações que uma doença pode acarretar na constituição “natural” de nossos corpos biológicos. Parece ser preciso reaprender a problematizar o próprio modo pelo qual nos relacionamos com tudo aquilo que entendemos por “natureza” – em especial com os animais não humanos. O momento que vivemos é propício a esse exercício intelectual, pois permite aproveitar a mobilização social em torno de um vírus para construir instrumentos oblíquos que tornem visíveis o que nossa tradição científica muitas vezes invisibiliza: o fato de que partilhemos um mundo que não está desconectado de nós, mas que se compõe e se descompõe na pluralidade dos seres que o habitam.

Nesse caso, a pandemia de Covid-19 poderia ser encarada como mais uma manifestação contemporânea dos efeitos colaterais do projeto moderno-colonial. Ainda que as consequências desse surto para os sistemas públicos de saúde ao redor do planeta tenham provocado transformações dramáticas no modo como vivemos nossas vidas e ampliado as desigualdades sociais em uma escala assustadora, essa não foi a primeira vez que cepas de vírus até então

desconhecidas saltaram de hospedeiros não humanos para contaminar populações humanas – e provavelmente não será a última.

A epidemia da Sars, ocorrida em 2002 e 2003, a pandemia da influenza H1N1, de 2009, o surgimento do coronavírus Mers, em 2014, e o surto de Ebola, entre 2014 e 2016, são exemplos recentes de agentes infecciosos que se originaram de transmissões zoonóticas e geraram doenças graves e mortais em grandes populações mundiais. Ao menos, esses microrganismos estão nos ensinando uma primeira lição: a consciência de que vivemos em coletivos formados por humanos e não humanos é vital para o nosso presente e para o nosso futuro (Auffrai *et al.*, 2020).

Na década de 1980, a aparição da encefalopatia espongiforme bovina, popularmente conhecida como “doença da vaca louca”, já havia nos alertado para a urgência de se fomentar o desenvolvimento de comunidades epistêmicas capazes de borrar as fronteiras entre o que se considera cultura e natureza e oferecer respostas adequadas à aceleração do surgimento de novos surtos precipitados por nossos próprios estilos de vida. O problema, como observa Segata (2020), é que quando um agente patogênico se espalha ele não carrega consigo apenas a probabilidade de causar doenças. Ele também favorece a composição de agendas contingentes que logram universalizar suas políticas de *global health* (Mol, 2008; Rajan, 2017) Nesse cruzamento de fronteiras e de escalas, se não conseguirmos construir alianças que nos permitam friccionar nossas diferenças e desigualdades por entre as lacunas deixadas pelas instáveis retóricas universalistas de nossa época, como analisa Tsing (2015), estaremos sujeitos a perpetuar os modos perversos que expressam a monocultura liberal e desenvolvimentista que nos trouxe até aqui.

Trata-se, portanto, de atender ao vibrante senso de urgência em produzirmos alternativas intelectuais e agendas políticas cada vez mais heterogêneas, mais articuladas, mas, ao mesmo tempo, cada vez menos concentradas na formulação de dispositivos biopolíticos globais de monitoramento e de controle dos seres vivos. Desse modo, talvez, seja possível vislumbrar o que Lévi-Strauss (2009) já chamou de “a lição de sabedoria das vacas loucas”; ou seja, a compreensão de que compartilhamos com outras espécies o desafio de termos de conviver com nossas semelhanças e diferenças para coexistir.

Todavia, combater as assimetrias que estruturam nossas relações com a natureza e com outros seres vivos para gerar novas experiências com o mundo

nunca foi uma tarefa isenta de conflitos e controvérsias, pois implica reverter o desaparecimento de modelos locais de produção da natureza e dos ecossistemas. A exemplo do que argumenta Escobar (2005, p. 137), a preponderância do espaço global sobre o lugar, ou do universal sobre o particular, opera como um tipo de dispositivo de dominação profundo que moldou tanto o eurocentrismo quanto a condição moderno-colonial em que vivemos. Isso porque nossos marcos de referência para atuar no mundo, centrados em ontologias naturalistas e racionalistas, dificultam a compreensão de que os efeitos de fenômenos globais, como a recente pandemia provocada pela Covid-19, ativam desigualdades históricas. Portanto, remontam a legados indigestos e pouco debatidos do colonialismo que se expressam no presente e delineiam futuros nas mais diversas localidades do planeta.

Nesse sentido, gostaríamos de argumentar neste texto que a contiguidade entre animais humanos e não humanos, sejam eles autônomos ou dependentes, domesticados ou selvagens, literais ou ficcionais, suscita problemas antropológicos, ecológicos e políticos que possuem uma longa tradição no mundo moderno-colonial. Afinal, a pergunta pelo modo como poderemos nos relacionar com os vírus que circulam pelo planeta parece estar articulada com as maneiras através das quais temos nos relacionado com a diversidade de modos de vida no curso de nossas histórias. O que significa que a animalidade não expressaria exatamente a identidade de certos animais diferentes de nós, mas revela-se como um dos múltiplos marcadores que organizam o imaginário hegemônico de nossa época, moldado tanto pela influência do pensamento científico moderno quanto pela filosofia política e pela literatura colonial.

***Animal studies* no futuro do pretérito, considerações finais**

Os *animal studies* recebem críticas constantes a respeito de suas dificuldades em analisar as diferentes facetas das relações de poder e as múltiplas desigualdades produzidas nas coletividades constituídas por humanos e outros animais. Tais provocações enfocam particularmente, mas não exclusivamente, os aspectos relativos ao estatuto ético ou jurídico de certos animais (Despret, 2016; Korsgaard, 2018; Lemm, 2013; Nussbaum, 2007; Wolfe, 2003), bem como os limites potenciais das proposições inspiradas pelo chamado “giro ontológico”

e que se dedicam a composições multiespécie em ambientes isolados e descon-textualizados (Bessire; Bond, 2014; Fischer, 2014; Holbraad; Pedersen, 2017).

De fato, a secundarização teórica e metodológica dos processos e dos dispositivos que tornam potencialmente “animalizáveis” todas as pessoas submetidas aos sistemas moderno-coloniais de dominação constitui um desafio central para o futuro dos estudos sobre as relações entre humanos e outros animais (Corbey; Theunissen, 1995; Galvin, 2019; Gruen, 2018; Kim, 2018; Marino, 2018; Tuck; Yang, 2012). Inclusive, retomando Ingold (1994), talvez seja possível afirmar que a classificação de seres nas categorias humanidade ou animalidade – que possibilitou a própria postulação dos *animal studies* e a de seus críticos – depende menos da “natureza” intrínseca dos seres, e das composições especiais que criamos com eles, do que da força e da regularidade dos atributos identitários que lhes conferem materialidade e inteligibilidade.

Portanto, entendemos que eventos como este que estamos vivenciando, desde a aparição do Sars-CoV-2 e do estabelecimento da pandemia de Covid-19, comportam certo potencial (reflexivo) de chamar a atenção de quem se dedica aos *animal studies* (Münster *et al.*, 2021), em relação aos efeitos limitantes das retóricas disciplinares do “absolutamente animal” quando precisamos formular respostas significativas frente às consequências das relações com outros seres e aos efeitos da intrusão de conjuntos de seres e de relações que são muito mais plásticas do que nos habituamos a considerar. Por isso, sugerimos neste ensaio que a aproximação entre a antropologia e os *animal studies*, mediada pelo tipo de atravessamento que a noção de animalidade tem produzido entre os domínios da natureza e da sociedade, pode nos ajudar a assumir de uma vez por todas que os fundamentos das diferenças e desigualdades não se constituem exclusivamente entre humanos, mas também são sustentados pelas relações com outros seres vivos (Gruen, 2018), uma vez que ambas tendem a conectar-se e justificar-se mutuamente.

Esse quadro indica que a ênfase em perspectivas públicas e relacionais da antropologia das relações entre humanos e outros animais pode se somar aos avanços na defesa da reprodução da pluralidade e da diversidade em favor da resiliência frente às formas totalitárias de governo, de vida social e de produção de conhecimento (Latour, 2016; Tsing 2015). Ao mesmo tempo, o diagnóstico aponta ao menos dois caminhos possíveis diante dos imensos desafios colocados para a análise e a coconstrução de políticas ecológicas pautadas em

princípios de cuidados, de direitos e de garantia de vida em contextos de vulnerabilidade (Münster *et al.*, 2021).

O primeiro inclui a revisão do pensamento científico ocidental no que se refere às concepções homogeneizantes e dominantes sobre a natureza e sobre o lugar do humano no mundo, o que diz respeito tanto às biociências quanto às ciências sociais. Tal perspectiva, que, como outras semelhantes, nasceu sob forte influência de paradigmas inspirados nas hierarquias sociais do século XIX e no positivismo, insiste em descarnar os humanos de seus corpos e das relações com os não humanos, defende a legitimidade exclusiva das concepções ocidentais e teima em analisar os processos evolutivos como fenômenos independentes do próprio fluxo da vida (Oyama, 2000; Oyama; Griffiths; Gray, 2001).

O segundo aponta para a expectativa de efetivamente superarmos as hierarquias que colocam o conhecimento científico de inspiração moderno-colonial como a única forma legítima de saber e de agir no mundo, em detrimento de outras formas de viver e de produzir conhecimento e tecnologia. O reconhecimento da legitimidade desses saberes e a capacidade de promover alianças entre diferentes saberes podem nos poupar muitas perdas. É preciso, contudo, estarmos cientes que esse movimento é particularmente arriscado em tempos em que abundam teorias da conspiração e movimentos anticientíficos. Por isso, devemos entrar nos territórios movediços que constituem os mundos multiespecíficos para reunir subsídios que nos permitam reconhecer o que tem o potencial de nos destruir. Nessa direção, pesquisas etnográficas atreladas à reflexão antropológica podem ser aliadas valiosas.

Ao destacar esses caminhos, pretendemos frisar as contribuições que os *animal studies* estão oferecendo para a problematização do excepcionalismo humano. Através de conhecimentos e de práticas localmente situadas, que podem ou não estar globalmente articuladas, esses estudos apresentam outras camadas de complexidade às assimetrias do biopoder (Korsgaard, 2018), às complexidades atreladas aos princípios éticos e morais (Lemm, 2013) ou mesmo às lógicas contratuais que buscam homogeneizar e padronizar as participações de humanos e de outros seres vivos nas relações multiespecíficas (Nussbaum, 2007). Tais movimentos nos parecem favorecer aproximações e colaborações baseadas em situações específicas e pesquisas locais que articulam áreas de conhecimento e coletividades diversas de modo a produzir um conhecimento mais sensível, responsável e comprometido com todos os envolvidos, humanos e não humanos.

Talvez esse seja o sentido de urgência que estamos tentando sinalizar. Afinal, como deveríamos estar aprendendo com as duras lições desta pandemia, o futuro da vida humana, de outras vidas não humanas e do planeta como o conhecemos parece depender disso (Danowski; Viveiros de Castro, 2014; Kolbert, 2014; Van Dooren, 2014). O problema comum dessa constatação se expressa na ânsia de produzir um tipo de conhecimento-poder que regule e homogeneíze o que é diverso de modo a torná-lo “controlável”. Como argumenta Tsing (2015), o desejo de domesticar a natureza para controlar o social, tão recorrente nas histórias que o mundo euro-americano conta sobre si mesmo, converteu-se em uma espécie de “monocultura civilizacional”. Isso submeteu violentamente as gerações que nos antecederam ao estabelecimento de fronteiras biopolíticas cada vez mais rígidas que visaram reestruturar territórios e modos de vida que, nos discursos de “seus representantes”, a exemplo “dos nossos” (Stengers, 2015), autoproclamavam seus méritos na construção de um estado constante de “progresso” tecnológico e societário. As ilusões de controle absoluto da natureza, dos animais não humanos e dos humanos animalizados, alimentadas pelo extermínio, pela submissão ou pelos abusos cometidos contra animais, pessoas, territórios e recursos são postas em xeque todas as vezes em que uma zoonose vira uma epidemia.

A ficção científica frequentemente faz uso de um recurso literário que consiste em introduzir (ou retirar) uma única variável em determinado corpo social e analisar os impactos disso nas mais variadas dimensões: relações com a natureza, com o poder, com a velhice, entre gêneros, com o transcendente, com os oprimidos, com outros seres vivos, etc. Esse pequeno deslocamento e suas consequências profundas oferecem a oportunidade de realizar uma reflexão sobre o quanto o nosso mundo é complexo e interconectado.

Daí o sentido de nossa proposta: pensar a partir do vírus e compor com o vírus. O cenário constituído a partir da atual pandemia e os seus impactos estão associados à infecção global provocada por uma entidade microscópica. A introdução dessa pequena entidade-vírus associada ao seu caráter ambíguo e híbrido promoveu impactos que alteraram nossas vidas e que podem nos ajudar a refletir sobre o nosso mundo – afinal, estamos falando de um bicho, de uma proteína com agência ou de um ser vivo? O vírus não precisa ser encarado exclusivamente como um “inimigo” a se combater. Sua disseminação também nos ensina sobre nossos erros societários e evidencia conexões que insistimos

em negligenciar, como as que se referem aos humanos, os outros animais, os lugares que habitamos e o planeta como um todo.

No caso da antropologia, nossa proposta se dirige à valorização das relações entre humanos e não humanos a partir de seus contextos vitais. O que significa, simultaneamente, abordar questões de poder e marginalidade frente ao capitalismo e à globalização, tomar humanos e não humanos como espécies companheiras e encarar a possibilidade de a antropologia abordar o mundo vivido, sem apartá-lo da política e da história.

Referências

APPADURAI, A. (ed.) *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

AUFFRAI, C. *et al.* COVID-19 and beyond: a call for action and audacious solidarity to all the citizens and nations, it is humanity's fight. In: SSRN. Rochester: SSRN, 25 June 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3630412. Acesso em: 10 ago. 2020.

BENNET, J. *Vibrant matter: a political ecology of things*. Durham: Duke University Press, 2010.

BESSIRE, L.; BOND, D. Ontological anthropology and the deferral of critique. *American Ethnologist*, Washington, DC, v. 3, n. 41, p. 440-456, Aug. 2014.

BLANCHETTE, A. Herding species: biosecurity, posthuman labor, and the American industrial pig. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 30, n. 4, p. 640-669, Nov. 2015.

BLANCHETTE, A. *Porkopolis: American animality, standardized life, and the factory farm*. Durham: Duke University Press, 2020.

COLE, M., ELLIOTT, R.; LIU, B. *The impact of the Wuhan Covid-19 lockdown on air pollution and health: a machine learning and augmented synthetic control approach*. Birmingham: University of Birmingham, 2020.

CORBEY, R.; THEUNISSEN, B. (ed.). *Ape, man, apeman: changing views, 1600-2000*. Leiden: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 1995.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Desterro, Cultura e Barbárie, 2014.

DESPRET, V. *What would animals say, if we asked the right questions?*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 69-86.

FISCHER, M. M. J. The lightness of existence and the origami of “French” anthropology: Latour, Descola, Viveiros de Castro, Meillassoux, and their so-called ontological turn. *HAU*, Chicago, v. 1, n. 4, p. 331-355, Summer 2014.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVIN, S. S. Interspecies relations and agrarian worlds. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 47, p. 233-249, Oct. 2019.

GRUEN, L. Introduction. In: GRUEN, L. (ed.). *Critical terms for animal studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018. p. 1-14.

HARAWAY, D. *Primate visions: gender, race, and nature in the world of modern science*. New York: Routledge, 1989.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, Durham, v. 6, n. 1, p. 159-165, May 2015.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M. A. *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

INGOLD, T. Humanity and animality. In: INGOLD, T. (ed.). *Companion encyclopedia of anthropology*. London: Routledge, 1994. p. 14-32.

JANOWSKI, M.; INGOLD, T. (ed.). *Imagining landscapes: past, present and future*. New York: Routledge, 2016.

KECK, F. *Un monde grippé*. Paris: Flammarion, 2010.

KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019.

KIM, C. J. Abolition. In: GRUEN, L. (ed.). *Critical terms for animal studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018. p. 15-35.

KIRKSEY, S. E.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 25, n. 4, p. 545-576, Oct. 2010.

KORSGAARD, C. M. *Fellow creatures: our obligations to the other animals*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KOLBERT, E. *The sixth extinction: an unnatural history*. New York: Henry Holt, 2014.

KOURY, M. G. P. Antropologia e situações-limites: neoliberalismo e pandemia. *Dilemas*, Rio de Janeiro, n. esp., p. 1-8, jun. 2020.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LATOUR, G. Foreword: the scientific fables of an empirical La Fontaine. In: DESPRET, V. *What would animals say, if we asked the right questions?*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016. p. vii-xiv.

LATOUR, B. *Facing Gaia: eight lectures on the new climate regime*. Cambridge: Polity Press, 2017.

LATOUR, B. *Down to earth: politics in the new climatic regime*. Cambridge: Polity Press, 2018.

LEMM, V. *Nietzsche y el pensamiento político contemporáneo*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 211-216, 2009.

LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MACNAGHTEN, P.; URRY, J. (ed.). *Bodies of nature*. London: Sage Publications, 2001.

MARINO, L. Captivity. In: GRUEN, L. (ed.). *Critical terms for animal studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018. p. 106-120.

MOL, A. *The logic of care: health and the problem of patient choice*. New York: Routledge, 2008.

MORAN, E. F. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: Edusp, 2010.

MÜNSTER, U. *et al.* Multispecies care in the sixth extinction. In: FIELDSIGHTS. [S. l.]: Society for Cultural Anthropology, 26 Jan. 2021. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/series/multispecies-care-in-the-sixth-extinction>. Acesso em: 27 jan. 2021.

NUSSBAUM, M. *Frontiers of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

OYAMA, S. *Evolution's eye: a systems view of the biology-culture divide*. Durham: Duke University Press, 2000.

OYAMA, S.; GRIFFITHS, P. E.; GRAY, R. D. *Cycles of contingency*. London: A Bradford Book, 2001.

PORTER, N. *Viral economies: bird flu experiments in Vietnam*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

RAJAN, K. S. *Pharmocracy: value, politics, and knowledge in global biomedicine*. Durham: Duke University Press, 2017.

RAPCHAN, E. S. *Somos todos primatas: e o que a antropologia tem a ver com isso?*. Curitiba: Appris, 2019.

RAPCHAN, E. S.; CARNIEL, F. Natureza ou cultura na formação escolar brasileira. *Inter-Legere*, Natal, v. 1, n. 18, p. 76-94, 17 nov. 2016.

RAPCHAN, E. S.; CARNIEL, F. Desigualdades entrelaçadas: figurações da animalidade no imaginário colonial-moderno. *Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales*, Buenos Aires, v. 2, n. 7, p. 278-303, dez. 2020.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020. (Pandemia Capital).

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020.

SEGATA, J.; BECK, L.; MUCCILLO, L. A Covid-19 e o capitalismo na carne. *Tessituras, Pelotas*, v. 8, n. 1, p. 355-373, jan. 2020.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: como resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TUCK, E.; YANG, K. W. Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, Toronto, v. 1, n. 1, p. 1-40, Sep. 2012.

VAN DOOREN, T. *Flight ways: life and loss at the edge of extinction*. New York: Columbia University Press, 2014.

WALLACE, R. *A pandemia e o agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante: Igrá Kniga, 2020.

WOLFE, C. (ed.). *Geontologies: the question of the animal*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

YOUNG, H. S. *et al.* Patterns, causes, and consequences of anthropocene defaunation. *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics*, Palo Alto, v. 47, p. 333-358, Nov. 2016.

Recebido: 12/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/12/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Pós-pandemia ou a “endemização do (extra)ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil

The post-pandemic era or the “endemization of the (extra)ordinary”? A comparative analysis between the experiences of hunger, Zika Virus and COVID-19 in Brazil

Lis Furlani Blanco^I

<https://orcid.org/0000-0001-7677-9725>

lisfblanco@gmail.com

Jonatan Sacramento^{II}

<https://orcid.org/0000-0003-2018-7696>

jonatansacramento@gmail.com

^I Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social (bolsista Fapesp)

^{II} Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil
Doutorando em Ciências Sociais (bolsista Fapesp)

Resumo

Passado um ano da “chegada” do novo coronavírus no Brasil, apesar dos números de infecção não apresentarem declínio, iniciou-se um processo de retomada das atividades e adaptação ao “novo normal”. É o objetivo deste artigo mostrar como uma epidemia é construída enquanto uma emergência sanitária, quais os marcadores de sua temporalidade e, principalmente, como ela se produz em um processo de obliteração e externalização de fatores que muitas vezes são inerentes aos seus efeitos. Para tanto, recuperamos a trajetória de duas experiências “epidêmicas” anteriores, vivenciadas em território brasileiro, a fome e o Zika vírus. Mostraremos, a partir dessa comparação, que a epidemia de Covid-19 deve ser entendida levando em consideração que sua trajetória é produzida conjuntamente com outras experiências de saúde e doença. Se os significados do “novo normal” estão sendo disputados, é importante trazer à luz os processos que reproduzem cotidianamente o “normal de novo”.

Palavras-chave: epidemia; fome; Zika vírus; Covid-19.

Abstract

One year after the ‘arrival’ of the new coronavirus in Brazil, although the infection numbers did not show any decline, a process of resumption of activities and adaptation to the ‘new-normal’ has started. Thus, the main goal of this article is to show how an epidemic is built as a health emergency, what are the markers of its temporality and mainly, how it is produced in a process of obliteration and externalization of factors that are often inherent to its effects. In order to do so, we recalled the trajectory of two previous ‘epidemic’ experiences, lived in Brazilian territory, hunger and the Zika virus. We aim to show, through this comparison, that the COVID-19 epidemic needs to be understood taking into consideration that its trajectory is produced in conjunction with other health and disease experiences. If the meanings of the ‘new normal’ are being questioned, it is important to bring to light the processes reproduce daily the ‘normal anew’.

Keywords: epidemic; hunger, zika virus; COVID-19.

Introdução¹

No início de maio de 2020, quando já se somavam mais de 4 milhões de casos confirmados do novo coronavírus por todo o mundo, Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), afirmou em entrevista coletiva (Chade, 2020) que a Covid-19 “pode se transformar em uma doença endêmica e nunca desaparecer, se ações firmes não forem tomadas”. A agência também comunicou que “o mundo talvez precisasse de quatro ou cinco anos para lidar com a crise”, e traçou comparações com o HIV, dizendo que a endêmicação do novo coronavírus é uma das possibilidades dentre alguns cenários previstos pela organização. Segundo a OMS, “esse vírus [e essa doença] pode se tornar mais um vírus endêmico em nossa comunidade”.

Passados meses das declarações acima, o “milagre” da vacina ainda não havia se disseminado e o mundo somava mais de 130 milhões de casos confirmados da doença. Apesar disso, a volta à normalidade ou o que foi sendo convencionalmente chamado de “novo normal” passou a ditar e justificar as diversas formas de flexibilização das medidas de contenção do vírus.

Não somente originário do senso comum, mas também presente na análise científica, o “novo normal” se tornou a premissa estruturante para a compreensão do mundo nesse processo de reabertura e de adaptação a um contexto pandêmico, sob a alegação, amplamente aceita, de que o isolamento rigoroso, ainda que apontado como necessário para conter o contágio, traria impactos tão negativos para a economia que não compensaria o benefício à saúde coletiva, tampouco poderia ser exercido por uma grande parcela da população, que não teria condições de trabalhar remotamente. No entanto, essa lente analítica, que visa entender a transformação da realidade em decorrência de uma crise econômica e de saúde vista como sem precedentes, nos parece estar dissociada de processos sócio-históricos mais amplos.

1 Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelas bolsas concedidas (Processo Fapesp 2016/07810-6 e 2018/06547-5). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Ao partilhar com Briggs (2020) a ideia de que temos sido bombardeados com informações que atestam um momento sem precedentes na história, isto é, que não possuímos um enquadramento analítico para compreensão dessa pandemia, nos parece central reforçar que, apesar do caráter único de cada evento pandêmico podemos traçar paralelos e mesmo continuidades com outros momentos históricos semelhantes, questionando, primeiramente, as condições de produção dessa epidemia específica (Briggs, 2020), a partir de experiências locais (Segata, 2020c).

Assim, é objetivo central deste texto pensar como uma epidemia² é construída enquanto uma emergência sanitária, quais os marcadores de sua temporalidade e, principalmente, como ela vai sendo produzida em um processo de obliteração e externalização de fatores que muitas vezes são inerentes aos seus efeitos. Ao levar a sério a premissa de Caduff (2020), de que a excepcionalidade dessa pandemia não reside no vírus em si, mas na resposta a ele e nos efeitos que essa resposta tem produzido, se mostra essencial compreendermos que a própria epidemia, enquanto fenômeno social e sanitário, está inscrita em processos anteriores a ela e produz processos outros que não se encerram em si (Briggs, 2020).

Nesse sentido, lançaremos nosso olhar para duas “epidemias passadas”, buscando traçar paralelos entre seus processos de endemização com o que vivenciamos hoje, mas, principalmente, buscaremos qualificar o que tem sido discutido como o “normal” de antes da “crise”, concebendo-o como parte central na produção da própria pandemia. A experiência com a fome e o Zika vírus em território brasileiro são importantes lócus de partida para o questionamento acerca da maneira como experiências sanitárias, coletivas e individuais são materializadas e conformadas a partir das relações sociais que as compõem.

2 Por epidemia, a Organização Mundial de Saúde entende a ocorrência de uma determinada doença ou evento em saúde em um número acima do esperado e/ou de uma forma não delimitada. Pandemia, por sua vez, é entendida como uma epidemia que acontece, ao mesmo tempo, em diferentes países e continentes. Aqui usamos epidemia quando queremos falar do fenômeno de forma localizada, suas causas e seus desdobramentos, inseridos nas dinâmicas das relações sociais de um determinado grupo social, em determinado território e em um tempo histórico específico.

Uma antropologia das epidemias

Ao compreender que as epidemias são sempre momentos de crises biológicas e sociais e que essas crises ao mesmo tempo dissolvem e refazem o mundo (Kelly; Heck; Lynteris, 2019), partimos do pressuposto de que esses eventos oferecem um locus privilegiado para analisar aspectos obliterados da vida cotidiana, permitindo trazer à luz algumas preocupações antropológicas fundamentais (Segata, 2020a, 2020b, 2020c).

Levando em consideração que a atual pandemia ainda está longe do seu fim “oficial”, acreditamos que olhar para duas outras epidemias pode nos ajudar a compreender os processos de transformação semântica do extraordinário em algo ordinário e, principalmente, as dinâmicas de obliteração e desvelamento envolvidas nesse movimento. Para isso, é fundamental a ideia de que a compreensão das epidemias requer o estudo não apenas da doença em si e dos modos como ela afeta relações sociais, mas dos seus modos de “antecipação, visualização, ficcionalização e materialização” (Kelly; Heck; Lynteris, 2019, p. 16, tradução nossa), ou seja, de suas externalidades,³ que ajudam a construir esse processo enquanto uma crise marcada temporalmente e localmente.

Em outra ocasião, mostramos (Blanco; Sacramento, 2020) a pertinência de compreender as doenças como elementos que dão forma às dinâmicas sociais e como os processos de saúde e doença estão intimamente ligados às práticas cotidianas do gestar e do gerir o Estado. Nesse sentido, vale lembrar as formulações de Foucault (2008) acerca da compreensão das epidemias como eventos essenciais para conformar processos de gestão da vida ao possibilitarem a modelagem de saberes, instituições, ofícios e práticas com vistas a disciplinar (em seu sentido mais amplo) a ideia de população e de ambiente.

Uma antropologia das epidemias aqui proposta procura elucidar os processos de coprodução entre saúde, doença, ciência, política, economia e “cultura”, ou seja, como “vírus” e “sociedade” produzem o fenômeno da doença em suas escalas de

3 Compreendemos externalidades a partir da perspectiva de Stengers (2002) que discute a concepção do excepcionalismo humano como um processo que organiza o “mundo natural” como sendo uma externalidade ao social. Aqui propomos, no entanto, incentivar a reflexão a partir da inversão dessa proposição, isto é, como na análise das epidemias – enquanto eventos singulares – se produz uma ideia de social (econômico, cultural) enquanto agente externo à própria produção e experiência das doenças.

surto, epidemia e pandemia. Assim, a ideia de determinantes sociais em saúde, ou seja, de que os elementos de diferenciação influenciam e/ou condicionam os processos de saúde e doença, nos parece indispensável. Essa concepção tende a considerar não apenas os aspectos materiais dos processos de produção e distribuição de oportunidades de acesso, mas também suas marcas de diferenciação (Barata, 2009). Dessa forma, posições de classe, gênero, raça/etnia, geração e posição geográfica, quando em relação, criam as condições de acesso à saúde, bem como são condicionantes de modos e experiências de vida específicos.

Nesse sentido, é necessário atentarmos para como as marcas da diferença permitem ou não, em maior ou menor grau, o acesso à saúde e/ou agravam a situação de determinados corpos em contextos de crises sanitárias. Na epidemia de Covid-19 esses marcadores se materializam em um maior cenário de desigualdade social em populações específicas. Para entendermos como tais diferenças se transformam em desigualdades, precisamos compreender como esses marcadores são historicamente construídos e mobilizados no contexto da sociedade brasileira e no interior dos processos de saúde e doença, e como eles conformam as ideias de comorbidades, precariedades e as próprias dinâmicas do cuidado em saúde para diferentes grupos sociais (Brandi, 2020; Paula, 2020; Redondo, 2020). Nessa direção, nossa proposta é pensar justamente nessas desigualdades, a materialização dessas diferenças, seja a fome ou a desigualdade de acesso aos cuidados e tecnologias em saúde, a partir de duas outras epidemias: a fome e a epidemia de Zika vírus.

Uma antropologia preocupada em entender os processos por trás da definição de certas doenças e epidemias, compreendendo seus efeitos e expressões sociais, pode nos ajudar a desvelar as relações entre as condições de existência de uma população e a própria ideia de construção social de uma doença. Assim como a fome ou o Zika vírus, a epidemia de coronavírus também está baseada em processos estruturais anteriores a ela.

A fome

Retomando o início da epidemia de Sars-CoV-2 no Brasil, podemos ver que o aumento exponencial da fome era visto como uma de suas mais impactantes consequências (United Nations, 2020). Apesar disso, ou precisamente

em decorrência dessa constatação, a narrativa em torno dos desdobramentos socioeconômicos da pandemia foi construída a partir da oposição entre a manutenção da sobrevivência através do acesso à comida, assegurando as principais atividades econômicas familiares, e a proteção contra o vírus através de medidas de isolamento restritivas. Desde meados de março de 2020, o questionamento “morrer de vírus ou morrer de fome” era constante em algumas narrativas estatais,⁴ bem como na produção de um discurso público sobre o tema.

Em meio a essa oposição fortemente marcada por uma tentativa do governo federal de impedir que a “economia parasse”, e consequentemente “quebrasse”, intelectuais, pesquisadores,⁵ médicos e sanitaristas tentavam mostrar como essa dualidade constituía uma falsa oposição. Até mesmo o ministro da saúde da época, Luiz Henrique Mandetta, fez um pronunciamento (Lindner; Sabino, 2020) conciliador, explicitando que “a saúde não é uma ilha”, e que, portanto, as medidas e diagnósticos sobre esse campo deveriam ser compreendidos a partir de sua conexão com as diversas esferas da vida socioeconômica e cultural.

Para além dos efeitos de tal disputa narrativa, seu aparecimento enquanto questão central na produção de respostas do governo brasileiro à crise iminente associada à pandemia de Covid-19 despertou grande interesse analítico. Em meio ao desenvolvimento de sua pesquisa de doutorado sobre a definição de fome na trajetória social do programa Fome Zero, Blanco foi percebendo que a relação entre ambas, a Covid-19 e a fome, era mais estreita do que se pensava, e ia além das implicações econômicas tão mencionadas pela mídia (Blanco, 2019, 2020b). Essa relação ganhava forma a partir de materialidades e práticas situadas, que produzem a epidemia de Covid-19 nos corpos e nas sensibilidades coletivas (Segata, 2020c). Sendo a fome um problema real no Brasil e, mais ainda, sendo “o governo da fome” e “pela fome” (Blanco, 2019) um processo definidor da governamentalidade brasileira, se tornou evidente que não era possível começar a entender a produção da epidemia do novo coronavírus no país sem levar em consideração as estruturas preexistentes – comumente

4 Podemos encontrar alguns exemplos dessas narrativas nas falas do presidente Bolsonaro, bem como na mídia internacional (Bitencourt, 2020; Husain, 2020).

5 Blanco (2020a) partilha da análise de Young (2020) e de outros autores que questionam a dualidade “morrer de vírus e morrer de fome”.

obliteradas na construção de uma ideia de epidemia enquanto evento isolado e “sem precedentes” (Briggs, 2020).

A fome, mais do que um objeto de comparação ou uma lente analítica para compreensão e questionamento acerca da ideia de “novo normal”, é entendida aqui como parte constitutiva da experiência da pandemia de Covid-19 no Brasil. Assim, olhar para a história da fome no país pode nos ajudar a compreender como se dá um processo tão presente em nossa sociedade: a endemização do (extra)ordinário. Para além de evidenciar as camadas de vulnerabilidade vivenciadas por tantos brasileiros, uma mirada atenta à relação entre Covid-19 e fome nos lembra que a realidade produzida pela presente pandemia não é totalmente nova, e não está, de maneira alguma, dissociada de outros processos epidêmicos marcantes em nossa história.

Quando pensamos em fome, associamos esse fenômeno às imagens do que é denominado na bibliografia sobre o tema (Castro, 1948, 1959, 1965; Devereux, 1993; Edkins, 2000; Freitas, 2003; Hastrup, 1993; Klein, 2013; Vernon, 2007) como crises de fome, isto é, eventos de fome aguda, de epidemias causadas por fatores ecológicos como a seca; ou políticos e econômicos, como a guerra, e que levam uma população à total inanição. Esses processos são uma realidade cada vez mais distante no Brasil.

Desde 2014, o país não faz mais parte do Mapa da Fome (Cunha, 2014) da Agência para Agricultura e Alimentação da ONU (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014), e muitos especialistas afirmam que vivemos um período de consolidação da transição nutricional/alimentar, onde ocorre um declínio da prevalência de desnutrição em crianças e a elevação da prevalência do sobrepeso/obesidade em adultos (Batista Filho; Rissin, 2003).

Não obstante, recuperando os estudos de Josué de Castro (1948, 1959, 1965) e traçando paralelos com a atual conjuntura nacional, podemos afirmar que apesar das crises de fome não serem mais uma constante no país, isso não equivale a dizer que finalmente erradicamos essa mazela. É precisamente a fome endêmica e sua compreensão como uma questão estrutural que pode iluminar a presente discussão. A fome endêmica é, portanto, entendida aqui como diretamente relacionada à produção da epidemia de coronavírus, como mostram as análises sobre o estado atual de insegurança alimentar no país (Jaime, 2020; Oxfam Brasil, 2020) e sua relação com outros determinantes sociais da saúde e, principalmente, com a desigualdade social (Freitas; Silva; Cidade, 2020).

O conceito de fome enquanto categoria de gestão e principalmente enquanto um problema social tem uma história recente. Sua compreensão como uma

categoria sociocultural, bem como uma condição material, nos permite questionar a premissa de que ela é apenas uma consequência ilustrativa de outras histórias, como o desenvolvimento do capitalismo e de Estados de bem-estar social. (Vernon, 2007, p. 8, tradução nossa).

Essa proposição nos parece importante porque possibilita compreender que a fome, enquanto produto e produtora do social, também sofreu processos de transformação de uma epidemia para uma endemia, que, ao ser “normalizada”, muitas vezes se torna invisibilizada. Isso porque a maneira como essa mazela é compreendida, através da produção de métricas, instrumentos e estatísticas, produz o próprio objeto e seus efeitos na realidade (Klein, 2013; Simmons, 2015; Vernon, 2007).

No Brasil, foi somente a partir de meados dos anos 1930 que ocorreu uma “descoberta da fome” enquanto problema estrutural. Foi principalmente a partir da obra de Josué de Castro (1959), *As condições de vida da classe operária no Nordeste*, de 1935, que a fome oculta foi conhecida, e foi possível disputar a ideia de que o problema do subdesenvolvimento brasileiro não era a raça, mas sim a fome (Lima, 2000). Voltando a atenção a uma população que convivía cotidianamente com a fome, Castro procurou compreender “como não se morria de fome nessas condições”. O autor concluiu então que se vivia nessas condições (sobre)vivendo diariamente com ela, com todas as consequências disso: ocasionando uma maior facilidade de contrair doenças infecciosas, bem como suscitando problemas de desenvolvimento físico e mental, resultando em pouca produtividade, entre outras mazelas (Castro, 1959).

A descoberta da fome oculta por Josué de Castro (1959) foi central para a produção desse objeto como um problema biológico de origem social e política, permitindo o desenvolvimento de diversas políticas não apenas centradas na esfera da saúde (Pinto, C., 2005; Pinto, H., 2014a, 2014b), mas também da economia, que passaram a garantir condições mínimas de sobrevivência para a classe trabalhadora, como é o caso do salário mínimo, do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e também da seguridade social (Amorim, 2016).

O que é importante salientar aqui diz respeito precisamente à maneira como esse objeto se torna foco de atenção e como ele é produzido enquanto problema estrutural que gera consequências amplas para o país e seu desenvolvimento. Isso porque, apesar das políticas de combate à fome, estabelecidas ao longo do século XX no Brasil, sua compreensão no senso comum ainda estava associada às crises de fome dos séculos XVIII e XIX. Foi somente no início dos anos 2000, a partir do lançamento do programa Fome Zero, que houve uma grande mobilização para combater a fome estrutural e emergencial, e para uma mudança nos paradigmas de sua compreensão.

Apesar das críticas que podem ser feitas ao programa Fome Zero, criado no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), pode-se afirmar que este foi um marco no desenvolvimento das políticas sociais no Brasil (Aranha, 2010). Com o Fome Zero foram criadas políticas públicas que visavam combater a fome epidêmica, mas também garantir que a “fome oculta” (Castro, 1948; 1959; 1965) fosse erradicada. Para isso, foi necessária a criação de parâmetros (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009) de medida que abarcassem os fatores envolvidos na produção da fome endêmica.

É consenso na bibliografia (Arretche, 2015; Belik, 2012; Takagi, 2006; Yasbek, 2004) que estuda os efeitos dessa política na situação de insegurança alimentar no país, que o programa Fome Zero foi essencial para a retirada de milhões de famílias e indivíduos da zona de insegurança alimentar grave, entendida como fome (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014). No entanto, nos últimos anos, foi se tornando mais evidente que a linha entre a fome crônica e a fome aguda é tênue, assim como é tênue a separação entre aqueles que passam fome e aqueles que saíram dessa zona, mas vivenciam cotidianamente o risco dessa mazela (Radimer *et al.*, 1992). Um exemplo marcante desse processo se configura na fala do atual presidente Jair Bolsonaro, que afirmou em coletiva de imprensa que “não existia fome no Brasil”, porque afinal de contas “não via nenhum esquelético por ali” (Cople, 2019).

Foi então a incidência da fome aguda, das crises de fome, que voltou a aparecer como problema central na produção da epidemia de Covid-19 no país, tornando evidente que o processo de endemização de algumas doenças, a depender da população que atinge e produz, pode ser transformado em um processo de obliteração de seus efeitos e de sua própria existência. A fome oculta, apesar de “descoberta” por Josué de Castro nos anos 1930, é constantemente

invisibilizada a partir de certos aparatos tecnopolíticos, o que produz, ao longo dos anos, uma dissociação entre a compreensão de tal mazela como um produto de relações sociais específicas e como parte constituinte de certas experiências de saúde e doença vivenciadas por uma população fortemente marcada pela fome endêmica.

Esse movimento nos faz pensar que é necessário questionar métodos de análise lineares e universalizantes que produzem uma doença, principalmente quando ela está diretamente associada a determinantes sociais mais amplos, como desigualdades de acesso a recursos e desigualdades regionais. É precisamente por isso que uma “antropologia das epidemias precisa estar atenta não somente aos processos biológicos que permitem a emergência e a transmissão de uma doença, mas também às condições que possibilitam a identificação e materialização de certos eventos biológicos” (Nguyen, 2019, p. 166, tradução nossa). A própria ideia de uma trajetória da doença, com uma incidência temporal em determinadas populações, é central nesse processo.

Nesse sentido, buscamos enfatizar que a definição de uma doença, enquanto fenômeno endêmico em uma sociedade, deve levar em consideração as externalidades que a promulgam e o impacto direto em outras condições de saúde, além do contexto social do qual ela faz parte e o que ela mesma produz. Olhar para a epidemia de Zika vírus se mostra útil para compreendermos como essas externalidades e contextos conformam a experiência epidêmica e o processo de endêmicação, se não da doença em si, ao menos de suas consequências diretas.

A epidemia de Zika vírus

Durante quase dois anos, entre 2015 e 2016, o país se viu diante de uma epidemia de um novo arbovírus, o Zika, que, a despeito de seus efeitos primários mais leves, quando comparados com os outros vírus transmitidos também pelo mosquito *Aedes aegypti*, como febre, erupções cutâneas, dores no corpo, etc., trouxe consigo efeitos secundários não presentes nas outras duas doenças: a microcefalia e todo o espectro da Síndrome Congênita do Zika vírus.

Naquele período, o aumento dos casos de microcefalia, principalmente na região Nordeste (mas não apenas), e a confirmação, via diagnóstico laboratorial,

da ligação com o Zika vírus, representou um problema sanitário que ganhou importância internacional. No âmbito das ações de saúde global (Brown; Cueto; Fee, 2006; Gaudillière, 2014), a incerteza em torno do binômio Zika vírus e microcefalia fizeram com que a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) decretasse emergência sanitária internacional (*public health emergency of international concern* – PHEIC). A versão brasileira da emergência sanitária (emergência de saúde pública de importância nacional – Espin) levou o governo federal a mobilizar uma ação interministerial e intersetorial que resultou em financiamento para pesquisas, ações de combate ao mosquito vetor e de cuidado à microcefalia, como os serviços de estimulação precoce e as pensões para as crianças nascidas com o distúrbio.

O tom exitoso com o que se narra os eventos do parágrafo anterior não é uma ingenuidade. Ao contrário, assim como na atual epidemia de Covid-19, a epidemia de Zika vírus mobilizou esforços nacionais que se traduziram não apenas em agendas e financiamentos de pesquisa, como também em recursos financeiros públicos que destoavam da retórica de contingenciamento e crise política e financeira que o país vivia nos anos de 2015, 2016 e 2017. As dificuldades e desigualdades na materialização desses recursos em impactos efetivos na vida cotidiana daqueles afetados diretamente pelo Zika vírus, como mostram as pesquisas de Fleischer (2017), Diniz (2016), Scott *et al.* (2017) e Porto (2020), por exemplo, conformam, junto com esse “êxito institucional”, a experiência da epidemia de Zika vírus no Brasil. Na epidemia de Covid-19 vemos um cenário parecido: uma retórica de crise política e financeira, recursos nacionais e internacionais e impactos distintos e desiguais na vida cotidiana.

O advento de uma nova arbovirose transmitida por um mosquito vetor já conhecido no país somente tornou-se preocupação nacional e internacional a partir da hipótese de ligação (posteriormente confirmada via diagnóstico laboratorial) entre o novo vírus e a microcefalia. À incerteza momentânea causada pela relação de causalidade entre os dois fenômenos juntaram-se todas as incertezas a respeito de outras formas de transmissão da doença (como a sexual e o fato de o vírus ter sido encontrado na saliva e em outros fluidos corporais), da melhor maneira de diagnosticá-la e diferenciá-la das outras arboviroses e de que cuidados empregar na tentativa de preveni-la.

Assim, as respostas institucionais (Matta; Nogueira; Silva, 2020) à epidemia de Zika vírus recaíram em torno do combate ao mosquito vetor e da

microcefalia causada pela doença, o que levou a um investimento significativo de dinheiro na pesquisa científica, principalmente aquelas de desenvolvimento de tecnologias diagnósticas e vacinas, mas que também resultou nas estratégias de combate ao mosquito, nem sempre exitosas, e na criação de protocolos de cuidado em saúde para as crianças nascidas com microcefalia⁶ – o que não se traduziu, necessariamente, na criação de novas instituições, aparelhos e serviços de saúde, mas na utilização dos já existentes.

No entanto, o foco das respostas direcionadas a esses dois pontos específicos não conseguiu dar conta da complexidade que a epidemia de Zika vírus. O foco no combate ao mosquito vetor ignorava, por exemplo, as históricas e malfadadas tentativas de erradicação do mosquito ao longo de todo século XX (Lopes, 2020; Löwy, 2006), além de ignorar os determinantes estruturais que conformam a experiência do *Aedes aegypti* e das doenças por ele transmitidas (Diniz, 2016, 2017; Matta *et al.*, 2019; Segata, 2016). À desigualdade social que se reflete na falta de acesso ao saneamento básico, em água potável encanada, em moradia e em coleta de lixo, por exemplo, e que conforma o cenário propício para a atuação do mosquito, juntam-se os marcadores sociais da diferença, gênero, raça/etnia, classe, geração, posição geográfica, que materializam diferentes posições simbólicas na conformação da vida social e diferenças no acesso à saúde e aos serviços e que acabam por se traduzir em desigualdades sociais.

Por sua vez, o foco na microcefalia como expressão maior de perigo da doença, escondia uma gama de outras alterações daquilo que vem sendo entendido como a Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZ). Consequência dessa escolha é que mais de 80% das crianças nascidas durante a epidemia e cujas mães foram diagnosticadas com Zika vírus tiveram seus diagnósticos classificados

6 Nem todas as crianças nascidas com microcefalia ou com alguma alteração provocada pela SCZ conseguiram alcançar o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, pelos critérios rígidos de classificação médica. E mesmo aquelas que tiveram sua condição enquadrada pelo diagnóstico médico enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de estimulação precoce ou aos medicamentos e suplementos alimentares que necessitam (Lima; Fleischer, 2020). Atualmente, dos mais de 200 casos notificados de microcefalia no Brasil em 2020, apenas 10 tiveram um diagnóstico relacionado com o Zika vírus. Menos do que a eliminação da doença, a cifra tímida de diagnósticos diz respeito ao penoso caminho que essas famílias têm de percorrer para alcançar os inúmeros exames e procedimentos que podem comprovar, na lógica da biomedicina contemporânea, a doença congênita de seus filhos.

como descartados, prováveis ou inconclusivos, ainda que se encontrem no espectro da SCZ (Matta; Nogueira; Silva, 2020). Isso se traduziu, por exemplo, no alijamento dessas crianças e famílias dos benefícios sociais em decorrência da doença e das políticas de cuidado em saúde tais como o protocolo de estimulação precoce (Matos; Quadros; Silva, 2019).

Ainda que a epidemia tenha acabado em 2016, a despeito da não diminuição dos mosquitos *Aedes aegypti* ou da não melhoria na infraestrutura e na qualidade de vida da população (Matta; Nogueira; Silva, 2020), os desdobramentos da epidemia, notadamente a microcefalia e a SCZ, mas também o próprio vírus, que continua a circular pelo país, se manterão a longo prazo. Se a doença em si não se endemizou, suas consequências, a microcefalia e a Síndrome Congênita do Zika vírus, se farão presentes na vida daqueles afetados⁷ pelo vírus – principalmente as crianças e suas famílias.

A epidemia de Zika vírus e, principalmente, a microcefalia e a SCZ, se manifestaram majoritariamente nos estados da região Nordeste (Diniz, 2016, 2017). É nessa região também que se encontram os grandes bolsões de pobreza e de desigualdade social, além da falta de aparelhos de Estado para o cuidado em saúde e assistência social. Essa epidemia conjugou a um só tempo risco sanitário com risco social e nos mostra a pertinência de se olhar para os fenômenos de saúde e doença sob a ótica dos determinantes sociais em saúde e das desigualdades produzidas nesse processo.

O acesso precário aos cuidados em saúde ainda é uma realidade das famílias das crianças com microcefalia e SCZ (Carneiro; Fleischer, 2018; Porto, 2020; Scott *et al.*, 2018; Williamson, 2018), assim como o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos não se ampliou no contexto epidêmico, a despeito das tentativas de fazê-lo (Prado, 2018; Sacramento; Costa, 2020). Ao mesmo tempo, as promessas técnico-científicas que visavam proteger e/ou diminuir os riscos oriundos da epidemia de Zika vírus também não se concretizaram – a exemplo de uma vacina (Castro; Fleischer, 2020). Tais ausências mostram algumas das limitações das respostas à epidemia, como também são a materialização das relações

7 Além disso, no âmbito das já existentes políticas sociais de distribuição de renda, foi criada uma pensão especial para as crianças nascidas com microcefalia em decorrência do Zika vírus – pensão provisória em um primeiro momento, mas posteriormente tornada vitalícia.

entre vírus e as “externalidades” que compõem aquilo que temos entendido como sendo a epidemia de Zika vírus no Brasil.

Afinal, o que faz uma epidemia?

Como bem nos lembrou Segata (2020a, p. 277), “surto, epidemias e pandemias não formam apenas tendências epidemiológicas. Como eventos críticos, eles expõem estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade.” O que parece importante aqui, no entanto, é que além de trazer à luz e “evidenciar as muitas camadas de vulnerabilidade” (Segata, 2020a, p. 277) que conformam a vida em território brasileiro, buscamos compreender as características epidemiológicas da Covid-19 como efetivamente formadas por processos e produtos que são anteriores à própria doença.

Ao observarmos a “evolução da epidemia” da Covid-19 no Brasil é evidente que a pandemia incide de maneira desigual por todo o território brasileiro e no interior das diversas classes e experiências sociais. Apesar dos primeiros casos de coronavírus terem surgido nas classes sociais mais altas (Croda *et al.*, 2020), são as populações mais vulneráveis que acabam mais afetadas (Rede de Políticas Públicas & Sociedade, 2020a, 2020b; Santos *et al.*, 2020), e embora existam muitas razões para isso, elas podem ser resumidas aos condicionantes sociais de saúde e às iniquidades estruturais do país.⁸

A principal justificativa para esse fenômeno pode ser encontrada, precisamente, nos meandros da afirmação de Mandetta. A saúde não é mesmo uma ilha. Para analisarmos uma epidemia é necessário entender então o que estava lá antes dela chegar (Briggs, 2020), e, junto a isso, questionar a construção da normalidade de certos processos anteriores à “nova crise”.

A atenção à “temporalidade” e a própria definição de uma doença enquanto crise ou epidemia pode nos mostrar, assim, um caminho para uma análise mais abrangente e crítica da atual conjuntura. Sabemos que muitas doenças tropicais e/ou negligenciadas como a dengue, a febre amarela e a zika são

8 Na cidade de São Paulo, por exemplo, não só a taxa de infecção decaiu nas esferas mais abastadas da população após o surto inicial, como a incidência de mortalidade vem se tornando cada vez mais desigual entre os diversos estratos sociais (Assis; Moreno, 2020).

experiências endêmicas em países do sul global, e só se tornam emergências de saúde pública de interesse internacional (PHEIC) quando afetam os países do norte (Segata, 2020a) ou quando representam uma ameaça até então desconhecida, que ainda não pode ser “domesticada”. Por isso, é central entender que tratar certos processos como crises, como extraordinários, é “normalizar a exceção” (Segata, 2020a, p. 303), é não se atentar para a endemização de fenômenos estruturais e sua posterior ocultação.

A experiência brasileira com o Zika vírus ajuda a nos lembrar que não existe pós-pandemia. Já a história da fome no Brasil e a tentativa de questionar a própria definição de tal mazela – sua vivência corporificada e territorializada – permite entender que tal fenômeno, como outros, por ser, ao mesmo tempo, evento e estrutura, processo e produto, conforma a experiência de Covid-19 no país. Entendendo a epidemia do novo coronavírus como uma sindemia⁹ (Bambra *et al.*, 2020), um movimento em que fatores de risco e comorbidades se inter-relacionam, interagem e se acumulam, exacerbando doenças prévias e desigualdades existentes, se torna evidente que não existe nada de novo no “novo normal”.

Esse processo pode nos atentar então para o fato de que outras “externalidades”, lidas como de cunho “apenas” econômico ou social, fazem a atual pandemia de Covid-19 fenômeno muito maior que apenas o vírus. Assim, colocamos como principal objetivo de tal esforço reflexivo uma análise dos marcadores temporais da atual pandemia, e dos processos que a constroem, questionando, principalmente, as possibilidade e os limites de vislumbrar um novo normal quando não há nenhuma ruptura com o passado.

Considerações finais: a saúde não é uma ilha

A relação proposta aqui entre a fome, a epidemia de Zika vírus e a epidemia de coronavírus não é, portanto, um recurso retórico. Como tentamos mostrar, um

9 De acordo com Bambra *et al.* (2020) as desigualdades nas taxas de infecção e mortalidade associada ao novo coronavírus são resultado de uma “sindemia” de Covid-19, conjuntamente às desigualdades relacionadas a doenças crônicas e aos determinantes sociais de saúde. Uma sindemia acontece quando fatores de risco e mais de uma “doença” se associam.

dos principais problemas da atual pandemia – fenômeno global performado a partir de contextos locais – não corresponde apenas ao número de infectados, mas também ao agravamento das desigualdades e à crise econômica e social que leva um grande número de pessoas à pobreza e à miséria. Esse processo está diretamente associado ao aumento do fenômeno da fome aguda, que mata tanto pela falta de comida como pela exposição ao vírus da Covid-19, que se torna mais letal na população de baixa renda (Pires; Carvalho; Xavier, 2020), principalmente por causa de uma “sindemia” (Bambra *et al.*, 2020) entre fatores de risco e comorbidades vivenciadas por essa população.

As epidemias não são acontecimentos naturais inevitáveis ou desconectados das relações econômicas, políticas e culturais de um país. Ao contrário, é justamente a imbricação dessas várias esferas que conformam a experiência epidêmica tal como ela é vivenciada e, por isso, faz com que a mesma não tenha o mesmo significado e/ou impacto em todos aqueles que a experienciam. Mais do que isso, segundo Carlo Caduff (2020), os processos de saúde e doença não podem ser pensados fora da experiência corporal das pessoas, pois elas também não existem fora das relações de diferenciação (e desigualdade) que seus corpos, racializados, generificados, marcados por classe, idade e posição geográfica, produzem e são produzidos.

Nesse sentido, a epidemia de Covid-19 deve ser entendida levando em consideração que sua trajetória é produzida conjuntamente com outras experiências de saúde e doença vivenciadas por uma população. Se os significados do “novo normal” estão sendo disputados, é importante trazer à luz os processos que reproduzem cotidianamente o “normal de novo”. A retomada da trajetória da fome e da epidemia de Zika vírus busca evidenciar que não é mais uma opção excluir as “externalidades” na compreensão da atual epidemia, precisamente porque “para muitas pessoas, essas chamadas ‘externalidades’ constituem suas próprias condições de sobrevivência” (Caduff, 2020, p. 11, tradução nossa).

Assim, menos que fazer previsões ou uma comparação em sentido estrito, tentamos recuperar aqui experiências passadas que são materializadas nas condições de existência de diversas populações no país, como também nas relações institucionais e políticas de um determinado contexto sócio-histórico, de forma a problematizar as possíveis análises do atual processo epidêmico que, muitas vezes, é lido como uniforme e inédito e que exige uma resposta de um fôlego imaginativo e político antes nunca visto.

Referências

- AMORIM, H. R. *"Um pequeno pedaço do incommensurável": a trajetória política e intelectual de Josué de Castro*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- ARANHA, A. V. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. In: ARANHA, A. V. (org.). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. v. 1, p. 74-119.
- ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- ASSIS, J.; MORENO, C. Estudo mostra que 66% de mortos por Covid-19 na Grande SP ganhavam menos de 3 salários mínimos. *GL*, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://gl.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghml>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BAMBRA, C. *et al.* The COVID-19 pandemic and health inequalities. *Journal of Epidemiology and Community Health*, London, v. 74, p. 964-968, 2020.
- BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. S181-S191, 2003.
- BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar: concepção e resultados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.
- BITENCOURT, R. No Twitter, Bolsonaro fala em 'tirania do isolamento total' na pandemia. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 16 maio 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/16/no-twitter-bolsonaro-fala-em-tirania-do-isolamento-total-na-pandemia.ghml>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BLANCO, L. F. Alguns apontamentos sobre a transformação da fome a partir da trajetória social do programa Fome Zero. *Revista Ingesta*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 112-113, 2019.
- BLANCO, L. F. Alguns questionamentos sobre governo, um vírus e a fome. In: COVID-19. Blogs de Ciências da Unicamp. Campinas: Unicamp, 30 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/alguns-questionamentos-sobre-governo-um-virus-e-a-fome/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BLANCO, L. F. Is life only about a virus? COVID-19 and its impacts on food security. *Gastronomica*, Berkeley, v. 20, n. 3, p. 76–77, 2020b.

BLANCO, L. F.; SACRAMENTO, J. O que nos espera depois da pandemia?. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 77-81.

BRANDI, B. F. A última janela da vida: humanização e trabalho emocional na equipe de enfermagem em tempos de pandemia. In: CASTRO, B. (org.). *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2020. p. 261-277.

BRIGGS, C. L. Anthropologists have an important role to play in public health crises, veteran scholar says. [Entrevista concedida a] Eman Kamel. *Al-Fanar Media*, 17 July 2020. Disponível em: <https://www.al-fanarmedia.org/2020/07/anthropologists-have-important-role-to-play-in-public-health-crises-veteran-scholar-says/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BROWN, T. M.; CUETO, M.; FEE, E. A transição de saúde pública ‘internacional’ para ‘global’ e a Organização Mundial da Saúde. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 623-647, 2006.

CADUFF, C. What went wrong: corona and the world after the full stop. *Medical Anthropology Quarterly*, Arlington, v. 34, n. 4, p. 467-487, 2020.

CARNEIRO, R.; FLEISCHER, S. R. “Eu não esperava por isso. Foi um susto”: conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 709-719, 2018.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1948.

CASTRO, J. de. As condições de vida das classes operárias no Nordeste [1935]. In: CASTRO, J. de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1959. p. 75-91.

CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, R.; FLEISCHER, S. Políticas científicas e economias éticas no desenvolvimento de vacinas contra Zika. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 63-95, 2020.

CHADE, J. OMS: coronavírus pode “nunca desaparecer” e virar doença “endêmica”. *UOL*, São Paulo, 13 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/05/13/oms-sem-acao-virus-pode-nunca-desaparecer-e-virar-endemica.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COPLE, J. 'Passar fome no Brasil é uma grande mentira', diz Bolsonaro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CRODA, J. *et al.* COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 53, e20200167, 2020.

CUNHA, M. Brasil saiu do mapa da fome produzido pela ONU. *Rádio Senado*, Brasília, 16 set. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-saiu-do-mapa-da-fome-produzido-pela-onu>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DEVEREUX, S. *Theories of famine*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

DINIZ, D. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DINIZ, D. *Zika em Alagoas: a urgência de direitos*. Brasília: LetrasLivres, 2017.

EDKINS, J. *Whose hunger?: concepts of famine, practices of aid*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Relatório. Brasília: FAO, 2014.

FLEISCHER, S. Segurar, caminhar e falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma "mãe de micro" no Recife/PE. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 93-112, 2017.

FREITAS, C. M. de; SILVA, I. V. de M.; CIDADE, N. C. COVID-19 as a global disaster: challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, e0115, 2020.

FREITAS, M. C. S. *Agonia da fome*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAUDILLIÈRE, J.-P. De la santé publique internationale à la santé globale. L'OMS, la Banque mondiale et le gouvernement des thérapies chimiques. In: PESTRE, D. (dir.). *Le gouvernement des technosciences: gouverner le progrès et ses dégâts depuis 1945*. Paris: La Découverte, 2014. p. 65-96.

HASTRUP, K. Hunger and the hardness of facts. *Man: New Series*, London, v. 28, n. 4, p. 727-739, 1993.

HUSAIN, A. After the pandemic, a global hunger crisis. *The New York Times*, New York, 12 June 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/12/opinion/coronavirus-global-hunger.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar* – 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

JAIME, P. C. The Covid-19 pandemic: implications for food and nutrition (in)security. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2504, 2020.

KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019.

KLEIN, K. Humanitarianism and the anthropology of hunger. *Washington University Undergraduate Research Digest*, Saint Louis, v. 8, n. 2, 2013.

LIMA, E. da S. *Mal de fome e não mal de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar no Brasil – 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LIMA, F.; FLEISCHER, S. Nourishment dilemmas: the complex science of caring for children with CZVS. In: SOMATOSPHERE. [S. l.: s. n.], 24 Feb. 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/care-children-czvs.html/>. Acesso em: 30 ago. 2020

LINDNER, J.; SABINO, M. Mandetta reafirma defesa por isolamento, mas diz que é possível compatibilizar plano com economia. *Estadão*, São Paulo, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,mandetta-presidente-bolsonaro-esta-certissimo-quando-fala-sobre-crise-economica,70003251916>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LOPES, G. *O feroz mosquito africano no Brasil: o Anopheles gambiae entre o silêncio e a sua erradicação (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Rio de Janeiro, entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MATOS, S. S.; QUADROS, M. T.; SILVA, A. C. R. A negociação do acesso ao Benefício de Prestação Continuada por crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus em Pernambuco. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 44, n. 2, p. 229-260, 2019.

MATTA, G.; NOGUEIRA, C.; SILVA, L. A literacy history of Zika: understanding Brazilian state responses through documents of emergency. In: BARDOSH, K. (ed.). *Locating Zika: social change and governance in an age of mosquito pandemics*. New York: Routledge, 2020. p. 55-76.

MATTA, G. *et al.* Zika outbreak in Brazil: in times of political and scientific uncertainties mosquitoes can be stronger than a country. In: LYNTERIS, C. (ed.). *Framing animals as epidemic villains: histories on non-human disease vectors*. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 211-228.

NGUYEN, V. K. Of what are epidemics the symptom? Speed, interlinkage, and infrastructure in molecular anthropology. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 154-177.

OXFAM BRASIL. *O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto*. [Comunicado de imprensa oficial.] São Paulo: Oxfam Brasil, 8 jul. 2020.

PAULA, F. F. A familiarização da gestão da pandemia: notas sobre desigualdades de gênero no Assentamento Milton Santos. In: CASTRO, B. (org.). *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2020. p. 180-197.

PINTO, C. R. J. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 195-228, 2005.

PINTO, H. S. *A segurança alimentar e nutricional no Brasil (parte 1): a modernização do Estado e os avanços na superação da fome*. Brasília: Senado Federal, 2014a. (Textos para Discussão, n. 150).

PINTO, H. S. *A segurança alimentar e nutricional no Brasil (parte 2): desafios atuais*. Brasília: Senado Federal, 2014b. (Textos para Discussão, n. 152).

PIRES, L. N.; CARVALHO, L.; XAVIER, L. L. *COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil*. [S. l.: s. n.], abr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em: 30 ago. 2020.

PORTO, R. M. Zika vírus e itinerários terapêuticos: os impactos da pós-epidemia no estado Rio Grande do Norte. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 169-199, 2020.

PRADO, H. Ce que l'épidémie du virus Zika dévoile des droits reproductifs et sexuels au Brésil. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 88-89, p. 79-96, 2018.

RADIMER, K. L. *et al.* Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. *Journal of Nutrition Education*, Amsterdam, v. 24, n. 1, supl. 1, p. 36-45, 1992.

REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS & SOCIEDADE. A vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da Covid-19. [Boletim] *Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade*, [s. l.], n. 2, 17 abr. 2020a. Disponível em: <https://rededesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS & SOCIEDADE. Mudanças no transporte coletivo de grandes cidades aumentaram o risco de contágio dos grupos mais vulneráveis. [Boletim] *Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade*, [s. l.], n. 10, 11 jun. 2020b. Disponível em: https://rededesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/06/boletim-10-pps_11junho.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

REDONDO, M. F. Com ênfase no trabalho doméstico: o mito do cuidado e a perspectiva do cre no contexto da Covid-19. In: CASTRO, B. (org.). *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2020. p. 315-329.

SACRAMENTO, J.; COSTA, M. C. Zika vírus, expertises e moralidades. A ADPF442 e as controvérsias em torno da descriminalização do aborto. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 200-228, 2020.

SANTOS, M. P. A. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020.

SCOTT, R. P. *et al.* A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 73-92, 2017.

SCOTT, R. P. *et al.* Itinerários terapêuticos, cuidados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 673-684, 2018.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEGATA, J. A doença socialista e o mosquito dos pobres. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 372-389, 2016.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, 2020a.

SEGATA, J. COVID-19, crystal balls, and the epidemic imagination. In: JOURNAL of the American Anthropological Association. Chicago: American Anthropological Association, 2 July 2020b. Disponível em: <http://www.americananthropologist.org/2020/07/02/covid-19-crystal-balls-and-the-epidemic-imagination/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SEGATA, J. COVID-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020c. p. 44-46.

SIMMONS, D. *Vital minimum: need, science, and politics in modern France*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

TAKAGI, M. *A implantação da política brasileira de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

UNITED NATIONS. *Policy brief: the impact of COVID-19 on food security and nutrition*. [S. l.]: United Nations, June 2020.

VERNON, J. *Hunger, a modern history*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

WILLIAMSON, K. E. Cuidado nos tempos de Zika: notas da pós-epidemia em Salvador (Bahia), Brasil. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 685-696, 2018.

YASBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

YOUNG, V. Morte pela Covid-19 ou pela fome, será esta a questão?. In: COVID-19. Blogs de Ciências da Unicamp. Campinas: Unicamp, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/morte-pela-covid-19-ou-pela-fome-sera-esta-a-questao/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil

Health and migration: the COVID-19 pandemic and immigrant workers in slaughter-houses in southern Brazil

Daniel Granada^I

<https://orcid.org/0000-0003-0193-5679>

daniel.granada@ufsc.br

Marcia Grisotti^{II}

<https://orcid.org/0000-0003-0389-7100>

marcia.grisotti@ufsc.br

Priscila Pavan Detoni^{III}

<https://orcid.org/0000-0002-7436-2229>

ppavandetoni@gmail.com

Rosmari Cazarotto^{IV}

<https://orcid.org/0000-0001-8072-7346>

rosmari.cazarotto@univates.br

Maria Conceição de Oliveira^I

<https://orcid.org/0000-0002-4731-4993>

conceicao.oliveira@ufsc.br

^I Universidade Federal de Santa Catarina – Curitibanos, SC, Brasil

^{II} Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, Brasil

^{III} Universidade Federal da Fronteira Sul – Passo Fundo, RS, Brasil

^{IV} Universidade do Vale do Taquari – Lajeado, RS, Brasil

Resumo

Com base na relação saúde e migrações, o artigo analisa as condições sociais e de saúde de imigrantes que trabalham nos frigoríficos de carnes e derivados, nos municípios do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no contexto da pandemia de Covid-19. As dificuldades de acesso à saúde e aos direitos básicos (como a biossegurança), a discriminação racial, a xenofobia e as vulnerabilidades socioeconômicas são fatores que marcam as condições de trabalho desses migrantes nos frigoríficos do Sul do país. As conclusões apontam a necessidade de implementar políticas públicas de saúde que incorporem novas formas de interdependência entre os sistemas produtivos e os indivíduos e grupos sociais, oriundos de processos migratórios, e a mitigação das vulnerabilidades sociais e iniquidades em saúde às quais esses trabalhadores estão expostos para o enfrentamento à pandemia.

Palavras-chave: migrações e saúde; Covid-19; frigoríficos; pandemia.

Abstract

Based on approaches to the relationship between health and migration, the article analyzes the social and health conditions of international migrants working in the slaughterhouses for meat and meat products, in the cities of the interior of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, in the context of the pandemic de COVID 19. Difficulties in accessing health and basic rights (such as biosafety), racial discrimination, xenophobia and socioeconomic vulnerabilities are factors that mark the working conditions of these migrants in slaughterhouses in the south of the country. The conclusions point to the need to implement public health policies that incorporate new forms of adaptation and integration of individuals and groups, derived from migratory processes, and mitigation of the social vulnerabilities and health iniquities to which these workers are exposed, to face the pandemic.

Keywords: health and migrations; COVID-19; slaughterhouses; pandemic.

Introdução¹

A crise sanitária provocada pela disseminação da Covid-19 tem evidenciado uma série de problemas decorrentes do comércio e da circulação rápida de mercadorias, pessoas, animais e microrganismos. Tais problemas impactaram profundamente, embora de forma diferenciada, as esferas globais e regionais de gestão da pandemia, especialmente em relação às diretrizes de governança global em saúde estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a sua efetiva aplicação em todas essas esferas de gestão (Grisotti, 2016, 2020).

A partir do debate sobre saúde e migrações, este artigo analisa as condições sociais e de saúde de imigrantes que trabalham nos frigoríficos de carnes e derivados, nos municípios do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no contexto da pandemia de Covid-19. Segundo dados publicados na imprensa em maio de 2020, o número desses trabalhadores contaminados representava um terço do total da população que foi diagnosticada com Covid-19 no RS.² As notícias recentes sobre os casos de disseminação do coronavírus em frigoríficos do Sul do país, cuja força de trabalho é em boa parte composta por imigrantes,³ levantam questões sobre as ações de informação e de cuidados específicos com a saúde dessa população que, se comparada às populações locais, possui desvantagens cumulativas no acesso aos serviços

-
- 1 Este artigo é resultado do projeto da pesquisa “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” A pesquisa responde a uma encomenda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC (Convênio Ref.: 0464/20 Finep/UFRGS) que integra a Rede Covid-19 Humanidades. Também resulta de uma pesquisa em curso desde 2018 intitulada “Saúde e migrações no Sul do Brasil de uma perspectiva sócio-antropológica”, contemplado com financiamento do CNPq no edital Universal de 2018 (processo nº 404681/2018-2).
 - 2 O Ministério Público do Trabalho (MPT) contabilizava 2.079 casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus entre trabalhadores de 21 frigoríficos distribuídos por 16 municípios do Rio Grande do Sul (Araujo, 2020).
 - 3 Uma matéria publicada pela *BBC News Brasil*, baseada em dados recolhidos da Relação Anual de Informações Sociais de 2018, demonstra que o setor de abate e fabricação de produtos de carnes é o que mais emprega imigrantes no país, contabilizando 15.730 estrangeiros trabalhando nesse setor naquele ano (Mota, 2020).

de saúde ditos universais, conforme já desenvolvido em outros trabalhos.⁴ A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2013 na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, e, a partir de 2018, também no centro-oeste de Santa Catarina, sendo que as peculiaridades do processo migratório para a região do Vale já foram amplamente discutidas e problematizadas pelo grupo de pesquisadores.⁵

Ao longo do artigo é possível compreender que as situações descritas se relacionam com um quadro mais amplo de gestão da pandemia que já foi conceituada como necropolítica (Granada, 2020; Mbembe, 2016). Não há espaço para aprofundar o conceito, mas cabe dizer que concordamos que o Brasil, ao longo de sua história, passou por diversos “regimes necropolíticos” – o conceito evoca associações etimologicamente embutidas de gestão, criação de regras e aplicação, invocando não apenas esforços de regulamentação, mas um modo mais organizado de governança e consequentemente controle sobre aqueles que podem viver e os que são deixados morrer. Para nos distanciar das apropriações do senso comum sobre o conceito de “necropolítica”, é preciso dizer que compreendemos a pandemia como um fator potencializante de tendências e orientações político-ideológicas que vinham ganhando terreno no país desde pelo menos meados da década passada.

Essas políticas que visam a produção da desigualdade social como um valor positivo foram radicalizadas pelo advento da pandemia, cuja propagação em nosso país foi favorecida por uma gestão intencional voltada para proporcionar a propagação do vírus e consequentemente as mortes por ela decorrentes.⁶ A negação da ciência, o desrespeito às regras internacionalmente recomendadas, a prescrição de medicamentos sem efeitos comprovados são apenas exemplos de um dramático quadro que, para os que vierem depois de nós, demonstrará um dos momentos mais difíceis da história de nosso país. A situação dos trabalhadores imigrantes, colocada em relevo em nosso artigo, oferece mais uma dimensão da tragédia humana pela qual estamos passando.

4 Ver Granada *et al.* (2017) e Granada e Detoni (2017).

5 Ver Cazarotto e Mejía (2018); Ferreira (2017); Granada e Stork (2018).

6 Para maior detalhe sobre as políticas governamentais que favoreceram a propagação da pandemia no Brasil ver o importante trabalho realizado pela Conectas Direitos Humanos em parceria com o Cepedisa/USP, *Boletim direitos na pandemia*, em especial o número 10 (Asano *et al.*, 2021).

Em virtude das restrições de contato vigentes neste período de distanciamento social,⁷ conforme orientado pela OMS, e de haver dados já coletados ao longo da pesquisa, foram utilizadas estratégias de etnografia on-line (Hine, 2015), como conversas via WhatsApp ou Messenger e troca de e-mails, pelas quais coletamos informações junto aos nossos contatos com agentes comunitários de saúde e demais informantes moradores das cidades de Lajeado e Encantado (RS) e Concórdia e Chapecó (SC). Como estratégia de coleta de dados também utilizamos entrevistas disponibilizadas em sites de rádios, além de entrevistas realizadas por telefone com imigrantes haitianos. Outras informações sobre a situação dos frigoríficos foram obtidas através das publicações da imprensa, como notícias em jornais e blogs, e publicações circuladas em redes sociais.

A realização coletiva deste trabalho deixa transparecer diferentes tessituras do texto, em que a própria redação é atravessada por uma construção coletiva em que interagem diferentes mãos para dar forma ao documento compartilhado virtualmente. Esse esforço conjunto pode ser entendido como um artesanato intelectual, conforme a clássica formulação de Mills (1972), no sentido de que comporta dados de densidade variável que exprimem as possibilidades do momento, bem como os interesses e trajetórias de cada um de seus autores. Se na perspectiva clássica a densidade era considerada uma virtude e a superficialidade dos dados deveria ser evitada, na abordagem multissituada a superficialidade ou a densidade dos dados se tornam elementos-chave da análise antropológica (Marcus, 2002).

Migrações e frigoríficos

A imigração de haitianos se intensificou no Brasil após 2010 em decorrência da situação de crise política e econômica agravada pelo terremoto naquele país, e, no caso do Vale do Taquari, é basicamente caracterizada por ser uma migração

7 O chamado “distanciamento social” tem sido definido como o conjunto de medidas que se destinam a reduzir as interações entre os indivíduos de uma dada comunidade, incluindo pessoas já infectadas ou não, e, neste caso, ainda não isoladas. Essas medidas incluem o fechamento de escolas, locais de trabalho, comércio, eventos, redução e restrição da mobilidade inter e intra-municipal, entre outros (Aquino *et al.*, 2020).

de trabalho (Granada; Stork, 2018). No caso de Santa Catarina, também se trata de uma imigração laboral, inicialmente haitiana e nos últimos anos venezuelana, e existem relatos de imigrantes sobre exploração de mão de obra, preconceito, dificuldades de moradia e de acesso aos serviços de saúde. Nesse estado, o foco do estudo concentra-se em Chapecó e Concórdia, cidades que abrigam grande número de imigrantes que trabalham nas indústrias de alimentos.

As indústrias frigoríficas têm sido foco de infecção e disseminação da Covid-19 também em outros países, como Estados Unidos, Alemanha e França (Mota, 2020). As condições no ambiente de trabalho e os termos de ajustamentos de conduta gerados pelas procuradorias do Trabalho após os primeiros surtos da infecção nesses ambientes contribuíram para o elevado número de casos confirmados.

Os casos registrados nos frigoríficos do Sul do Brasil (Chapecó, Concórdia, Lajeado e Encantado) colocam em evidência o descompasso, a ser investigado, entre os altos índices de qualidade de vida preconizados oficialmente para esses municípios e a contabilização de altos índices de casos confirmados de Covid-19 em ambientes marcados pela acentuada presença de trabalhadores imigrantes.⁸

Corpos, carnes e ossos

No comunicado à imprensa intitulado “Os abatedouros: um alvo maior para a prevenção da Covid-19”, publicado em 24 de junho de 2020, a Academia Nacional de Medicina e a Academia Veterinária da França lançam um alerta sobre a situação dos frigoríficos (Les abattoirs..., 2020). O conteúdo do documento explica que desde o início da pandemia os abatedouros industriais (especialmente de porcos e aves) foram locais importantes de disseminação da Covid-19 em diversos países, entre eles França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Brasil. No maior abatedouro de porcos

8 O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), indicador composto por renda, saúde e educação, segundo dados disponíveis do IBGE que datam de 2010, colocam Lajeado em 16º lugar no estado do Rio Grande do Sul (0,778) e Encantado em 36º lugar (0,767). Em Santa Catarina, a cidade de Chapecó figura na posição 18 (0,790), enquanto Concórdia na posição 11 (0,800) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

da Europa, na Alemanha, de 6.139 pessoas que trabalhavam no estabelecimento 1.500 foram afetadas, na maioria dos casos devido à situação de vulnerabilidade e precariedade social na qual se encontravam (Les abattoirs..., 2020).

Segundo esse comunicado, a origem da contaminação é humana e não tem relação com os animais abatidos. Foi experimentalmente demonstrado que os porcos e as aves eram resistentes ao Sars-CoV-2 e que não haveria perigo de contaminação para os consumidores. A possibilidade da contaminação em animais (e sua transmissão para os humanos) é tema de grande impacto social em alguns países europeus, pois traz à memória as experiências de abate de animais, como foi o caso da *bovine spongiform encephalopathy* (conhecida popularmente como mal da vaca louca). Também é mencionado que os fatores ambientais – a atmosfera dos locais de abate e corte é fria e úmida – favoreceram o desenvolvimento de focos de Covid-19 nos abatedouros. Nos ateliês de desossa e corte, onde frequentemente as temperaturas são baixas, o vapor d'água liberado pela respiração dos trabalhadores leva a uma condensação rápida e a uma umidificação das máscaras, o que prejudicaria sua capacidade de filtração. Em suma, as condições de trabalho tornam difícil o respeito a um distanciamento físico, tanto nos vestiários como na linha de produção (Les abattoirs..., 2020).

Ainda de acordo com o comunicado, os fatores socioeconômicos desempenham um papel importante no risco de Covid-19. A diversidade de línguas e de culturas dos trabalhadores estrangeiros seria um fator que complicaria a aplicação e a operacionalização de medidas de biossegurança. Os trabalhadores estrangeiros são contratados, frequentemente, através de empresas terceirizadas, e são pessoas que vivem de modo precário, em alojamentos coletivos com forte densidade humana e em habitações insalubres com famílias numerosas, onde, em virtude das condições de vida, aumentam os riscos de contágio. Somam-se a isso os meios de deslocamento desses trabalhadores em transporte coletivo, o que favorece a difusão do vírus, tanto no interior quanto no exterior desses estabelecimentos (Les abattoirs..., 2020).

Diante desses argumentos recomendam: integrar, entre as pessoas em situação de precariedade, os trabalhadores dos abatedouros em um programa nacional de testagem da Covid-19; reforçar a fiscalização médica sobre os trabalhadores dos abatedouros; reforçar o controle das condições de trabalho e o respeito das medidas de prevenção, segundo instrução conjunta do Ministério do

Trabalho e do Ministério da Agricultura e da Alimentação daquele país. Esses controles devem visar, prioritariamente, os equipamentos de proteção individual, os meios de distanciamento físico e as condições de alojamento coletivo. Embora não seja possível averiguar a efetividade prática das recomendações sociotécnicas preconizadas pelo documento, a sua produção e divulgação sinalizam possíveis tomadas de decisões e atribuição de responsabilidades, o que não acontece no caso brasileiro, onde, apesar das reiteradas denúncias de contaminação entre trabalhadores dos frigoríficos, não encontramos protocolos similares.

No caso brasileiro, os locais de abate, corte e desossa de animais se encontram em condições de trabalho precárias, às quais se submetem trabalhadores que não têm outra alternativa além de aceitar condições desumanas de emprego e de salário que permitam sua sobrevivência.

Como explica Antunes (2020), a pandemia de coronavírus pode ser compreendida como consequência de uma simbiose entre uma crise estrutural do capital e crises sociais e políticas profundas. A imbricação trágica entre o sistema de metabolismo antissocial do capital, a crise estrutural e a explosão do coronavírus pode ser sintetizada na expressão “capitalismo pandêmico” (Antunes, 2020, p. 17).

Considerando todas essas adversidades, às quais se soma a pandemia, busca-se entender os frigoríficos como meio de subsistência de muitos migrantes, ao mesmo tempo que se configuram como focos de contágio de Covid-19.

Trabalhadores imigrantes e a interiorização da Covid-19 no Rio Grande do Sul: o caso das cidades de Lajeado e Encantado

O primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no estado do Rio Grande do Sul, confirmado no dia 10/03/2020, foi de um homem de Campo Bom que retornou de viagem à Itália (Secretaria da Saúde, 2020). No Vale do Taquari, região formada por 36 municípios e localizada na porção centro-oriental do Rio Grande do Sul, os primeiros casos confirmados foram no dia 21 de março, nos municípios de Lajeado e Estrela, tratando-se de pessoas que retornaram de viagens à Europa e de um cruzeiro marítimo pela costa brasileira (Ribeiro, N., 2020). No dia 10/06/2020, o Rio Grande do Sul já havia chegado

a 13.619 casos confirmados, sendo 1.489 em Lajeado. Encantado teve o primeiro caso confirmado em 07/04/2020 (Hautrive; Cássia, 2020) e o primeiro óbito em 16/05/2020, sendo de um haitiano que se encontrava em tratamento devido a um câncer e que havia trabalhado em um frigorífico até o final de 2018 (Pedersini, 2020).

Conforme a Relação Anual de Informações Sociais, disponibilizada pelo Ministério da Economia (Brasil, 2019), em 2018 o contingente de imigrantes internacionais com vínculos formais de trabalho no Vale do Taquari era de 1.310 pessoas, o que representava 8,47% do total da mão de obra estrangeira contratada formalmente no estado do Rio Grande do Sul. Na referida região, 82% dos trabalhadores formais estrangeiros atuavam no setor da indústria de transformação, seguidos de 8% em serviços, 6% no comércio e 3% na construção civil. A principal nacionalidade estrangeira no mercado de trabalho formal era a haitiana, perfazendo 80,4% do total, seguida da nacionalidade argentina, com 4,6%. Quanto à faixa etária, 42% dos imigrantes com vínculo formal de trabalho tinham de 30 a 39 anos. Porém, ao totalizar o intervalo de idades entre 18 e 49 anos, este alcança 94% das pessoas (Cazarotto; Sindelar, 2020).⁹

As cidades de Lajeado e Encantado desempenham importante papel nos complexos agroindustriais de carne de frango e de suíno instalados na região. São 12 unidades de beneficiamento de produtos cárneos distribuídas pelos municípios da região. A cidade de Lajeado conta com dois frigoríficos, Minuano e BRF (Brasil Foods), e possui o maior número de vínculos formais de trabalho do estado do Rio Grande do Sul: mais de 4.982 trabalhadores nesse setor (Brasil, 2019). A cidade de Encantado, com o frigorífico Dália Alimentos, contribui para que o município seja o segundo maior empregador do Rio Grande do Sul nessa área, com 1.690 empregos. Devido à concentração expressiva de postos de trabalho e à proximidade com as cidades de seus entornos, muitos trabalhadores deslocam-se diariamente de cidades vizinhas, o que contribui para a disseminação do vírus.

Os imigrantes internacionais contemporâneos também se inserem nessa dinâmica. Conforme relata Chaparini (2020): “O foco é nos trabalhadores

9 O protagonismo dessas cidades como polos de concentração de imigrantes laborais já foi bastante discutido pelos autores em outros trabalhos. Cf. Cazarotto e Mejía (2018) e Granada e Stork (2018).

dos frigoríficos [de Lajeado]. De acordo com o secretário [de Saúde] Elmar Schneider, 169 moradores de Estrela trabalham nas unidades. Destes, 79 são haitianos.” Essa situação de contaminação e de propagação do vírus entre as pessoas de convívio, como familiares e outras pessoas das cidades próximas, começou a preocupar a região. No dia 19 de maio, a cidade de Estrela informou que recebeu os resultados dos testes feitos nos trabalhadores da BRF que residem no município e 30 deram positivo (Estrela..., 2020).

Faz-se necessário indagar se estes trabalhadores infectados e os que estão ainda atuando em frigoríficos possuem os equipamentos de proteção individual (EPI), como máscaras, aventais, luvas, gorros e macacões descartáveis, uma vez que não há nem materiais para os profissionais de saúde que estão atuando na linha de frente de enfrentamento ao vírus (Oliveira *et al.*, 2020). A falta de protocolos de biossegurança aliada às incertezas quanto à epidemiologia, diagnóstico, tratamento e prevenção da Covid-19, aumentam a insegurança em relação ao contato com indivíduos infectados.

Os imigrantes já estavam em condições precárias de trabalho e moradia, uma vez que não possuem fiadores locais para alugar melhores residências, o que lhes obriga a dividir uma casa entre várias famílias e estar em lugares insalubres, muitas vezes invadidos pelas enchentes (Granada *et al.*, 2017). Esse fato se repetiu fortemente com a enchente de julho de 2020, que atingiu tanto imigrantes de Lajeado como de Encantado que residem em áreas próximas aos locais de trabalho, porém desvalorizadas pelo setor imobiliário devido às cheias. Considerando o número de pessoas em uma residência e o acesso aos insumos de proteção e higiene, essas pessoas podem acabar por se tornar os *bodes expiatórios* da disseminação do vírus.

As características dos locais de moradia favorecem que, num contexto de pandemia em que se estimula o distanciamento social, haja aglomerações não apenas nas residências onde frequentemente habitam diversas pessoas, mas também, no caso de catástrofes ambientais como as enchentes sazonais na região, nos ginásios municipais para onde as famílias que moram em áreas inundáveis são removidas. Nesses locais, o distanciamento social é praticamente impossível, agravando o quadro de exposição ao contágio. As precárias condições de moradia dessa população colocam limites para a política de prevenção materializada na política do *fique em casa*. Afinal, quem pode ficar em casa e como manter distância física?

Após o pedido da Justiça estadual de 15 dias de interdição dos frigoríficos de Lajeado, Minuano (em 07/05/2020) e BRF (em 08/05/2020), as aglomerações nas ruas se intensificaram. O objetivo do fechamento temporário foi o de evitar a propagação dos contágios do novo coronavírus em função do alto índice de funcionários que testaram positivo nestes estabelecimentos (Hautrive, 2020). O fato das aglomerações como reflexo do fechamento dos frigoríficos foi relatado pelo jornal *Independente*: os moradores reclamaram da movimentação de pessoas em bares na área central de Lajeado (Maior..., 2020).

Trabalhadores imigrantes e a interiorização da Covid 19 em Santa Catarina: os casos em Chapecó e Concórdia

O caso das migrações no estado de Santa Catarina apresentou duas fases do processo migratório. De acordo com Magalhães (2017), a primeira fase estaria relacionada com o recrutamento, por empresas do estado, diretamente da região Norte e de São Paulo, em um contexto de maior mobilidade Norte-Sul da população de imigrantes.¹⁰ Para o autor, a segunda fase inicia em 2014, e é caracterizada por processos de mobilidade interna do Vale do Itajaí para as regiões do centro-oeste catarinense, em particular aquelas localidades que possuem atividades econômicas com grande demanda de mão de obra e alta volatilidade de trabalhadores, no caso dos frigoríficos.

No oeste de Santa Catarina, o movimento migratório tem características semelhantes. O fluxo iniciado em 2011 na região de Chapecó contabilizava, em 2016, em torno de 4.000 imigrantes internacionais que haviam procurado a divisão regional da Polícia Federal para providências com relação a passaporte, dos quais 90% eram haitianos, e os demais senegaleses e de outras nacionalidades (Bordignon; Langoski, 2018). Os dados referem-se à região de abrangência da delegacia que responde por 84 municípios, sendo que, segundo as autoras, a maior parte dos imigrantes encontram-se instalados em Chapecó.

10 Magalhães (2017) cita o papel de destaque de três empresas catarinenses no recrutamento de haitianos: a Multilog, a Ambiental e a Imbrasul Construtora e Incorporadora, as quais atuam no setor de logística, limpeza urbana e construção civil, respectivamente.

Em Concórdia o processo é semelhante: os trabalhos existentes sobre o tema expõem dinâmicas migratórias associadas à migração de trabalho e relacionadas com a grande demanda de trabalhadores nos frigoríficos, onde se estima a presença de aproximadamente 500 trabalhadores migrantes na BRF de Concórdia (Ribeiro, V., 2018). Tanto nos estudos sobre as migrações no centro-oeste catarinense quanto na região do Vale do Taquari destacam-se o papel das redes sociais nos processos migratórios, os processos discriminatórios em função da cor da pele e da nacionalidade estrangeira, as dificuldades com as locações para moradia, a vontade dos imigrantes de conquistar postos de trabalho mais valorizados, bem como os casos de exploração de sua mão de obra – ver Cazarotto e Mejía (2018); Ferreira, 2017; Granada e Stork (2018); Sales (2016); Magalhães e Baeninger (2017); Magalhães (2017); Bordignon e Langoski (2018); Risson, Magro e Lajús (2017); Ribeiro, V. (2018). O estado teve seu primeiro caso confirmado no dia 13/03/2020. No dia 17 do mesmo mês, com sete casos contabilizados, o governador de Santa Catarina publicou um decreto contendo medidas de restrição de mobilidade e distanciamento social (Santa Catarina, 2020). Essa medida é considerada fundamental na contenção da expansão da contaminação no estado, onde até março foram contabilizados 235 oficialmente infectados. Será a partir da flexibilização, decisão tomada a partir de 01/04/2020, que o número de casos começará a subir. Assim, em 14/04/2020, o estado já contabilizava 853 casos confirmados e 31 óbitos. Inicialmente, a disseminação do coronavírus se concentrou na faixa litorânea, na Grande Florianópolis, no Vale do Itajaí e em alguns municípios do sul catarinense.

Até abril foram contabilizados apenas 20 casos confirmados na mesorregião Oeste e a imprensa começava a noticiar os dois primeiros casos confirmados de Covid-19 em Ipumirim, município com pouco mais de 7.000 habitantes, vizinho a Concórdia. Os trabalhadores são funcionários da JBS, que, em reportagem ao *GI SC*, afirmou estar prestando atendimento às famílias e tomando as medidas de segurança e prevenção preconizadas pela OMS (Agroindústria..., 2020). Um mês depois, em 15/05/2020, os jornais noticiavam que Chapecó, com 446 casos confirmados, era o segundo município com maior número de casos, atrás apenas de Florianópolis, com 466. O município de Concórdia se encontrava até então na sexta posição em número de casos, com 241 confirmados (SC tem..., 2020). No final de junho, o mesmo jornal trazia como manchete que Santa Catarina passava de 9.600 casos de coronavírus com 148 mortes,

com o subtítulo: “Chapecó voltou a ser a cidade com mais pacientes, com 939. Concórdia aparece logo em seguida, com 935” (Caldas, 2020).

Em entrevista realizada com um trabalhador informante de um frigorífico em Chapecó, que conta com cerca de 6.000 trabalhadores, dos quais 1.200 são imigrantes haitianos e senegaleses e em torno de 600 são venezuelanos contratados no ano passado (2019), ele relatou que:

As medidas tomadas para a higienização e distanciamento seguro entre os trabalhadores não são suficientes, afinal os trabalhadores vêm todos no mesmo ônibus dos municípios ao redor com lotação máxima, e não houve revezamento no transporte, nem na produção e pouco nas áreas administrativas. Como manter um distanciamento com 6.000 pessoas trabalhando em um mesmo lugar? Tudo isso causa grande sofrimento para todos trabalhadores, ao retornarem para suas casas e encontrarem seus filhos, com medo da transmissão do vírus. Ainda mais para aqueles que estão em situação precária de moradia, por estarem há pouco tempo na região, e parte da família ainda estar na condição de refugiado, sem documentação e por isso acabam nem acessando os serviços de saúde. (Entrevista com trabalhador de frigorífico por WhatsApp em 12/08/2020).

Segundo os dados do relatório do Observatório das Migrações, entre janeiro e julho de 2019 foram contratados 8.382 trabalhadores migrantes com carteira assinada no estado de Santa Catarina (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2019). Em matéria publicada em 16/07/2020, o maior jornal do estado noticiava que Santa Catarina tinha 3.132 trabalhadores do setor frigorífico infectados e 2.399 casos suspeitos. A mesma notícia informou que o Ministério Público do Trabalho exigiu a retirada da premiação por assiduidade em dinheiro para evitar que os funcionários escondessem os sintomas da doença (Bastos, A., 2020).

Corpos, carnes e a pandemia

Se analisarmos o caso da disseminação da Covid-19 nos frigoríficos nas cidades de Lajeado e Encantado, e de Chapecó e Concórdia, podemos encontrar diversos pontos em comum que auxiliam na interpretação das relações entre mobilidade humana, disseminação do vírus e processos de saúde e adoecimento.

A tentativa de compreender os motivos pelos quais essas cidades (que concentram frigoríficos, possuem altos índices de qualidade de vida e atraem imigrantes) apresentaram os maiores números de casos confirmados de Covid-19, no interior de seus respectivos estados, nos provoca a pensar sobre a interiorização e o impacto da pandemia em cidades de médio e pequeno porte do interior do país. Além das condições de trabalho, sugere-se a hipótese de que os frigoríficos, classificados como serviços essenciais, são também, polos de circulação de pessoas e mercadorias que não pararam durante a orientação do isolamento. O transporte dos produtos faz com que exista circulação por via rodoviária entre as cidades do interior e as capitais. Nesse sentido, a exploração da mão de obra presente nos frigoríficos, na ocasião da pandemia, se potencializa, evidenciando as vulnerabilidades e fragilidades relacionadas a esses trabalhadores migrantes. A disseminação do vírus Sars-CoV-2 nas cidades foco deste estudo desvenda uma relação subterrânea, que se torna evidente com o impacto da doença, entre a exploração do trabalho e a consequente baixa remuneração juntamente com a dependência destes trabalhadores ao emprego, mesmo nas condições descritas no artigo.

A classificação dos frigoríficos como serviços essenciais, por se tratar de indústria alimentícia, fez com que as rotinas dos trabalhadores não fossem alteradas pelos decretos de distanciamento social (Brasil, 2020). Nesse caso, transparece uma complexa relação entre mobilidade humana, capitalismo e pandemia. Longe de serem fortuitas, essas relações são previsíveis, e se inserem em um quadro mais amplo de políticas que se destinam a atribuir o poder de escolher quais indivíduos devem ser protegidos e quais podem ser expostos aos riscos de contaminação.

A falta de medidas de contenção da disseminação do vírus nos frigoríficos em nome da produtividade teve como efeito colateral inicial a suspensão das importações pela China. No final de junho, diversos jornais noticiavam que a China havia suspenso a importação de carnes de determinados frigoríficos (China..., 2020). E surge a notícia de que foram identificados traços de Sars-CoV-2 em embalagens de frango exportado do Brasil, e, segundo a reportagem, a empresa responsável pelo envio das asas de frango contaminadas para o país era de Santa Catarina (Mendonça, 2020).

A realidade trágica da pandemia, quando passamos a marca de 200.000 mortos nos registros oficiais do governo brasileiro, acaba por descortinar com

maior evidência um presente sombrio para os migrantes laborais, pois, além de todos os riscos das travessias para chegar ao Brasil citados por Cristiana Bastos (2020), são postos a trabalhar em condições de salubridade questionáveis, expondo sua saúde a riscos de contaminação.¹¹

No caso dos frigoríficos, aquelas pessoas que abatem e cortam os animais também são classificadas como menos prioritárias. É um setor em que a produção é essencial, mas as pessoas são descartáveis. O controle dos corpos, nesse caso, passa por aqueles cujos corpos não podem parar de produzir, e, se pararem por força da doença, poderão ser substituídos a baixo custo. A necropolítica (Mbembe, 2016) aqui age de forma dissimulada, em um quadro em que a manutenção das atividades essenciais para a vida de certas pessoas pode colocar em risco a vida dos que podem ser deixados para adoecer ou morrer.

Constitui-se, assim, nos frigoríficos da região Sul do Brasil um triste cenário. No local onde se abatem e cortam os animais não humanos longe dos olhos dos consumidores, existem também outras taxonomias para os animais humanos, que os dividem em diferentes categorias de humanidade.

Referências

LES ABATTOIRS: une cible majeure pour la prévention de la COVID-19. *Bulletin de l'Académie Nationale de Médecine*, Issy-les-Moulineaux, v. 204, n. 8, p. 788-789, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.banm.2020.07.027>.

AGROINDÚSTRIA do Oeste de SC tem dois funcionários internados com novo coronavírus. *G1 SC*, Florianópolis, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/04/14/agroindustria-do-oeste-de-sc-tem-dois-funcionarios-internados-com-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

11 É importante mencionar que quando submetemos o artigo para avaliação em agosto de 2020 estávamos passando a marca de 100.000 mortos na pandemia. Agradecemos o comentário do parecerista que solicitou para situarmos ou atualizarmos o número, pois no momento em que estamos fazendo as correções, em fevereiro de 2021, estamos ultrapassando a marca de 230.000 mortos; provavelmente, quando o artigo for publicado, já estaremos com outro número que traçará a evolução da pandemia.

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2020.

ARAUJO, L. A. Coronavírus: frigoríficos concentram um terço dos casos de covid-19 no RS, diz Ministério Público do Trabalho. *UOL*, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/05/26/coronavirus-frigorificos-concentram-um-terco-dos-casos-de-covid-19-no-rs-diz-mp-do-trabalho.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ASANO, C. L. *et al.* (ed.). *Direitos na pandemia: monitoramento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, n. 10, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BASTOS, A. Coronavírus em frigoríficos: SC tem 3,1 mil trabalhadores do setor infectados e 2,4 mil casos suspeitos. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/casos-de-coronavirus-em-frigorificos-de-santa-catarina>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BASTOS, C. Febre a bordo: migrantes, epidemias, quarentenas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 27-55, ago. 2020.

BORDIGNON, S. A. F.; LANGOSKI, D. T. GEIROSC – Grupo de estudo sobre imigrações para a região oeste de Santa Catarina: apoio e atendimento ao imigrante. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 750-765, jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 21 ago. 2020.

CALDAS, J. Santa Catarina passa de 9,6 mil casos de coronavírus, com 148 mortes. *G1 SC*, Florianópolis, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/06/02/santa-catarina-passa-de-96-mil-casos-de-coronavirus-com-148-mortes.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org.). *Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2019*. Brasília: OBMigra, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAZAROTTO, R. T.; MEJÍA, M. R. G. Repercussão socioespacial da imigração haitiana numa pequena cidade: o caso de Encantado – Rio Grande do Sul – Brasil. *Ra'eGa*, Curitiba, v. 45, p. 170-186, dez. 2018.

CAZAROTTO, R. T.; SINDELAR, F. C. W. A dinâmica da imigração laboral internacional contemporânea: o caso do Vale do Taquari/RS no período de 2010-2018. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p257/43425>. Acesso em: 19 ago. 2020.

CHAPARINI, M. Município orienta haitianos. *A Hora*, Lajeado, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://grupoahora.net.br/conteudos/2020/04/30/municipio-orienta-haitianos/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CHINA suspende importações de frigoríficos brasileiros, diz ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/china-suspende-importacoes-de-frigorificos-brasileiros-diz-ministerio.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2020.

ESTRELA recebe resultado de testes da Covid 19 em funcionários da BRF. *Grupo Independente*, Lajeado, 19 maio 2020. Disponível em: <https://independente.com.br/estrela-recebe-resultado-de-testes-da-covid-19-em-funcionarios-da-brf/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERREIRA, D. G. Negritude e diferença no caso da imigração haitiana no sul do Brasil. *Périplos: Revista de Estudos Sobre Migrações*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 118-125, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/6556. Acesso em: 25 ago. 2020.

GRANADA, D. A gestão da pandemia do coronavírus (Covid 19) no Brasil e a necropolítica: um ensaio sobre uma tragédia anunciada. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 541-543.

GRANADA, D.; DETONI, P. Corpos fora do lugar: saúde e migração no caso de haitianos no Sul do Brasil. *Temáticas*, Campinas, v. 25, n. 49/50, p. 115-138, 2017.

GRANADA, D.; STORCK, F. P. Migrações contemporâneas: relações de trabalho e direitos humanos no caso dos haitianos no sul do Brasil. In: MEJÍA, M. G. (org.). *Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental*. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. p. 149-156.

GRANADA, D. *et al.* Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 285-296, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2020.

GRISOTTI, M. Governança em saúde global no contexto das doenças infecciosas emergentes. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 377-398, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2020.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300202, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2020.

HAUTRIVE, G. BRF retoma produção com mais de 50% dos funcionários. *Grupo Independente*, Lajeado, 27 maio 2020. Disponível em: <https://independente.com.br/brf-retoma-producao-com-mais-de-50-dos-funcionarios/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

HAUTRIVE, G.; CÁSSIA, R. de. Encantado confirma primeiro caso de coronavírus no município; no Vale são 21. *Grupo Independente*, Lajeado, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://independente.com.br/encantado-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-municipio-no-vale-sao-21/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HINE, C. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MAGALHÃES, L. F. A. *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322136>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MAGALHÃES, L. F.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. *Geografias*, Belo Horizonte, ed. esp., p. 100-111, 2017.

MAIOR movimento nas ruas tem sido de estrangeiros em Lajeado, afirma proprietário de bar. *Grupo Independente*, Lajeado, 13 maio 2020. Disponível em: <https://independente.com.br/maior-movimento-na-rua-tem-sido-de-estrangeiros-em-lajeado-afirma-proprietario-de-bar/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MARCUS, G. Au-delà de Malinowski et après Writing Culture: à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie. *Ethnographiques.org*, n. 1, avril 2002. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2016.

MENDONÇA, H. Covid-19 em frango brasileiro enviado à China, entre a guerra comercial e o medo do contágio. *El País*, [s. l.], 13 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-14/covid-19-em-frango-brasileiro-enviado-a-china-entre-a-guerra-comercial-e-o-medo-do-contagio.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOTA, C. V. Covid-19 se alastra em frigoríficos e põe brasileiros e imigrantes em risco. *BBC News Brasil*, São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53477319>. Acesso em: 16 ago. 2020.

OLIVEIRA, W. A. de *et al.* Impactos psicológicos e ocupacionais das sucessivas ondas recentes de pandemias em profissionais da saúde: revisão integrativa e lições aprendidas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 37, e200066, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100503&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2020.

PEDERSINI, H. Encantado tem a primeira morte por Coronavírus. *Grupo Encantado de Comunicação*, Encantado, 16 maio 2020. Disponível em: <https://www.rdencantado.com.br/ultimas-noticias/saude/item/encantado-tem-primeira-morte-por-coronavirus.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RIBEIRO, N. Estrela e Lajeado confirmam os primeiros pacientes infectados como coronavírus no Vale. *Grupo Independente*, Lajeado, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://independente.com.br/brf-de-lajeado-tem-quatro-funcionarios-com-covid-19/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RIBEIRO, V. S. *A interação haitiana em Concórdia/SC*. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2666>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RISSON, A.; MAGRO, M.; LAJÚS, M. Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. *Périplos: Revista de Estudos Sobre Migrações*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 144-152, 2017.

SALES, E. S. *Haitianos em Concórdia: relatos de vida em mobilidade*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173845/TCC%20Eliete%20Sales.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SANTA CATARINA. Decreto nº 509, de 17 de março de 2020. Dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (covid-19) nos órgãos e nas entidades da administração pública estadual direta e indireta e estabelece outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de Santa Catarina*, ano 86, n. 21-223-A, p. 1-2, Florianópolis, 17 mar. 2020.

SC TEM maior taxa de ocupação de leitos de UTI de Covid-19 desde início da pandemia no estado. *G1 SC*, Florianópolis, 15 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/05/15/sc-tem-maior-taxa-de-ocupacao-de-leitos-de-uti-de-covid-19-desde-inicio-da-pandemia-no-estado.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SECRETARIA DA SAÚDE (RIO GRANDE DO SUL). *Confirmado o primeiro caso de novo coronavírus no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SES, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Recebido: 26/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/26/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Vejez y vida cotidiana en tiempos de pandemia: estrategias, decisiones y cambios

Aging and daily life in pandemic times: strategic, decisions and changes

Paulina Osorio-Parraguez¹

<https://orcid.org/0000-0002-6438-3712>
posorio@uchile.cl

Pamela Jorquera¹

<https://orcid.org/0000-0002-2042-6733>
pjorquera@facso.cl

Matías Araya Tessini¹

<https://orcid.org/0000-0002-1591-7159>
matias.arayat@gmail.com

¹ Universidad de Chile – Santiago de Chile, Chile

Resumen

En el presente artículo se presentan experiencias de personas mayores que muestran la diversidad en la vida cotidiana en la vejez durante la pandemia por Covid-19 en Chile. Para ello se aplicaron entrevistas a distancia a una mujer, a un hombre y a una pareja de personas mayores de distintas condiciones socioeconómicas y etarias. Los resultados muestran una serie de estrategias desplegadas para sobrellevar los cambios y alteraciones de su vida diaria, en el ámbito laboral, afectivo, económico, residencial y familiar. Se concluye que las personas mayores poseen distintas fortalezas y capacidad de agencia, adquiridas a partir de su experiencia biográfica, las cuales les permite afrontar la crisis sociosanitaria, desde su posición como población vulnerable y de alto riesgo. Sus estrategias no sólo se encuentran marcadas por su condición de vejez, sino que también están cruzadas por la posición social, condición laboral, género y residencial.

Palabras clave: vejez; pandemia; agencia; vida cotidiana.

Abstract

This article exposes experiences of older people that show the diversity of the everyday lifestyle at the old age during the COVID-19 pandemic in Chile. Virtual qualitative interviews were conducted with to a woman, a man and a couple of old age people of different age and socioeconomical conditions. The results show a series of strategies deployed to overcome the changes and the transformation of their everyday life: job, affective, economical, residential, and familiar. It is concluded that older people have different strengths and agency capacities, acquired from their biographical experiences, which allows them to face the sociosanitary crisis, from their position as vulnerable and of high-risk population. Their strategies are not only marked by their old age condition, but also, they are crossed by the social, laboral, gender and residential position.

Keywords: aging; pandemic; agency; daily life.

Introducción

A finales del 2019 el mundo se vio sacudido por el surgimiento del Covid-19. Su alta capacidad de contagio provocó su rápida propagación, siendo declarada pandemia por la Organización Mundial de la Salud (OMS) a mediados de marzo del 2020. Muchos países adoptaron distintas medidas sanitarias para disminuir los contagios en la población y el colapso de los sistemas de salud, entre las que destaca el confinamiento a través de la implementación de cuarentenas.

En Chile el primer caso de Covid-19 se da a conocer el 3 de marzo, veinte días después se decreta toque de queda nocturno y cuarentena total en algunas zonas del país. La OMS (World Health Organization, 2020) establece que las personas mayores se encuentran entre los grupos de mayor riesgo a desarrollar síntomas graves. En esta misma línea, Huenchuan (2020) también señala que el aislamiento social y la soledad tendrá repercusiones en la salud física y emocional de las personas mayores.

Mundialmente asistimos a un proceso de envejecimiento de la población y, Chile no es la excepción. La población mayor de 65 años representa el 16,2% de los habitantes (Instituto Nacional de Estadística, 2017). De la misma forma, se espera que para el 2050 ese número aumente a un 28,2%. Frente a esta realidad demográfica, Chile enfrenta importantes desafíos. Cabe destacar que para la comprensión integral del proceso de envejecimiento y de la vivencia de la vejez, debe reconocerse el componente social y cultural que la define. Esto permite comprender que muchas de las situaciones de exclusión o vulnerabilidad social a la que se enfrentan las personas mayores dependen del contexto social más que de una característica propia de ese grupo etario.

Esto se relaciona con su designación como población vulnerable en el marco de la pandemia Covid-19. En esta línea, distintos estudios han investigado los efectos del aislamiento social durante la pandemia en la población en general (Cervio, 2020), y en las personas mayores en específico (Armitage; Nellums, 2020; Berg-Weger; Morley, 2020; Cataldi, 2020; Jones, 2020). Desde la psicología Scholten *et al.* (2020) aborda la problemática de las personas mayores en el contexto latinoamericano y advierte sobre el mayor riesgo de que desarrollen problemas ligados a salud mental, debido a su condición como grupo de riesgo, y su dificultad para adoptar nuevos hábitos cotidianos ante la irrupción

de sus rutinas. Del mismo modo, la socióloga Xenia Jones (2020) afirma que, en el caso del Reino Unido, el aislamiento y la soledad acrecentada a causa de las medidas de confinamiento podrían potenciar las ya elevadas cifras de suicidios de personas mayores en el país. Producto de esto, ambas investigaciones destacan la importancia de fomentar el aprendizaje y la inclusión digital en las personas mayores, en consideración de la gran relevancia que adquiere la tecnología al momento de comunicarse con el entorno social y familiar en tiempos de aislamiento.

Desde la epidemiología Armitage y Nellums (2020), concuerdan con la importancia que adquiere la tecnología y la comunicación en línea para afrontar los problemas de aislamiento y soledad en el grupo de personas mayores, pero agregan que no solo en la salud mental habrá repercusiones producto del confinamiento, sino que también puede aumentar el riesgo de padecer y empeorar cuadros médicos debido a la disminución de estímulos físicos y sociales.

El antropólogo Palacios (2020) aborda el surgimiento de conflictos en la esfera doméstica en México producto de la obligación que supone el confinamiento por compartir mayor tiempo y espacio entre personas que habitan un mismo hogar. Este hecho que caracteriza como un reencuentro y redescubrimiento familiar implica, para las personas mayores, la necesidad de buscar estrategias que promuevan relaciones sanas en un contexto de convivencia forzada. Afirma que en este panorama de convivencia existe una importante diferencia de vulnerabilidad entre viejos jóvenes de menos de 75 y quienes superan esta edad, debido al mayor nivel de autonomía, comunicación y redes de apoyo del primer segmento. Desde otra perspectiva, la antropóloga colombiana Berena Torres-Marín (2020) advierte sobre el peligro del edadismo en medidas preventivas tomadas por distintos países en pos de proteger a las personas mayores del virus. De acuerdo con la autora, el confinamiento obligatorio focalizado en las personas mayores se trataría de una generalización que establece un trato desigual y discriminatorio, que desconoce la autonomía y capacidad de autocuidado de las personas mayores. Esta generalización tendería, a la vez, a enfatizar los riesgos de la pandemia en aspectos biológicos individuales, minimizando la importancia a nivel epidemiológico de la desigualdad social y las condiciones precarias de vida que influyen de manera significativa a la vulnerabilidad que se encuentra sometida la población más pobre de la sociedad.

A conclusiones similares se aproxima la investigación desarrollada por Fuentes-García y Osorio-Parraguez (2020) en el contexto chileno, que desde un enfoque de curso de vida y desigualdades analizan el lugar de las personas mayores en pandemia. Aseguran que las formas cotidianas de interconexión de las vidas de las personas mayores se han transformado, a nivel social y simbólico, desde relaciones recíprocas e interdependientes a relaciones unidireccionales y dependientes, posicionándoles como simples receptores. Este escenario ha sido propiciado por diferentes medidas diseñadas e implementadas únicamente desde la premisa de su condición de vulnerabilidad biológico-cronológica, invisibilizando su condición de sujeto con una biografía vital que dispone de capacidad de agencia y autocuidado. La crisis por Covid-19 en Chile profundizó las desigualdades ya existentes en la vejez y develó la real situación de precariedad de las condiciones de vida de las personas mayores bajo el modelo económico neoliberal. Por esto, afirman, existe la urgencia de transformar la concepción de fragilidad acerca de la vejez hacia el reconocimiento como una etapa dinámica y diversa, situada social, política y territorialmente.

Simone Dourado (2020), menciona distintos artículos que han reflexionado, desde las ciencias sociales, acerca de cómo la pandemia se ha convertido en un escenario que ha favorecido la profundización e intensificación de estigmas en torno a la vejez (Beltrão, 2020; Henning, 2020; Pait, 2020). En específico, Dourado (2020) realiza una crítica al uso del término grupo de riesgo, noción que ha sido utilizada anteriormente en pandemias como el VIH y que tuvo como resultado el desarrollo de conductas y prácticas discriminatorias hacia grupos específicos de personas. La exclusión social generada en el contexto del VIH mantiene un paralelismo con la situación de las personas mayores en la pandemia por Covid-19, pues el riesgo, asegura Dourado, es una categoría problemática que conduce a reiteración de estereotipos sociales, por lo que resulta más conveniente la consideración de las características de cada individuo para evaluar su grado de vulnerabilidad ante el virus. Por último, advierte sobre el conflicto que han suscitado las medidas de aislamiento social, llamando a que las personas mayores se mantengan confinadas en sus hogares, que han estancado diversas luchas desarrolladas por este grupo poblacional con el fin de conquistar derechos que garanticen su inclusión y participación en la vida pública de la sociedad.

Conceptos claves y enfoque teórico

En el campo de la investigación científica, la vejez se nos presenta como un concepto multidimensional. Por esto, se hace necesario identificar un marco contextual y disciplinar al momento de su definición. Desde un enfoque etnográfico y biográfico, comprendemos la vejez y el proceso de envejecimiento, desde la articulación de lo subjetivo y lo social. Vale decir, “como una construcción biográfica-individual e histórica-cultural” (Osorio, 2006, p. 12).

La lectura del concepto de agencia lo hacemos desde Archer (2003). La autora esquematiza el concepto a partir de: i) reflexividad, que la define como la capacidad de desplegar tácticas, estrategias y alternativas inmediatas frente a obstáculos que se presenten; ii) memoria o registro histórico de los agentes y, iii) pensamiento racional y eficaz de causalidad, que lo define como el proceso de confección de una planificación perdurable o proyecto que calcula medios y fines. El abordaje etnográfico de la investigación permitió acceder a la reflexividad de las personas mayores en un contexto sociosanitario de pandemia por Covid-19.

Relacionado con el concepto de agencia consideramos el concepto de estrategia desde el pensamiento de Bourdieu (Wilkis, 2004). Este autor define estrategia como “acciones objetivamente orientadas a fines, que bien no pueden ser los fines subjetivamente buscados”. Este abordaje permite pensar la agencia sin un imperativo racional, es decir que los sujetos actúen con fines definidos de forma clara y anticipada. De tal forma, el concepto de estrategia articulado con el de agencia ofrece aproximarnos a la comprensión de la vida cotidiana de las personas mayores desde un enfoque que incorpore la potencialidad creadora e innovadora presentes en ellas. En esta misma línea teórica (Bourdieu, 1997), comprendemos que las personas mayores poseen una serie de recursos o capitales –económicos, culturales, sociales y simbólicos– a través de los cuales se posicionan dentro de una estructura social, y despliegan ciertas estrategias en su vida cotidiana.

El presente artículo busca mostrar las diversas formas en las que se expresa la vida cotidiana en tiempos de pandemia en personas mayores, enfatizando los procesos de agenciamiento y las diversas estrategias desplegadas durante la vejez para lidiar con los distintos escenarios cotidianos que surgieron a partir del aislamiento social y confinamiento obligatorio en sus hogares, lo cual implicó la discontinuidad y transformación de actividades que formaban parte de sus rutinas diarias.

Metodología

La metodología aplicada para este estudio fue de carácter cualitativa e inductiva. La producción de información se basó en entrevistas a distancia. En algunos casos la técnica se aplicó a través de llamada telefónica, videollamada y, en otro a través de una plataforma virtual. La muestra fue intencionada, definiendo criterios de diversidad de género, territoriales, de residencia, socioeconómico y etarios. Se trabajó con tres casos para la producción de microrelatos etnográficos de experiencia en pandemia en la vejez, de una población vulnerable y definida de alto riesgo en la crisis sociosanitaria. A través de cada caso, se busca comprender de qué forma se vive la vida cotidiana en confinamiento y la diversidad del *saber hacer* en el cruce de vejez y pandemia.

Al tratarse de entrevistas no presenciales, se aplicó un consentimiento informado oral al inicio de cada encuentro, donde se comunicaban las características del estudio y sus aspectos éticos. Toda esta información quedó registrada en la grabación de las entrevistas.

Resultados

A continuación, se presentan tres relatos etnográficos de personas mayores que han desplegado una serie de estrategia en tiempos de pandemia y cómo este contexto sociosanitario marca discontinuidades en sus vidas cotidianas.

Gema y Lalo: “No nos preparamos en términos de largo plazo; nos preparamos para una contingencia”

Al momento que se declara la pandemia del Covid-19, Gema y Lalo estaban volviendo de sus vacaciones de verano. Su retorno a la capital les esperaba con diversas actividades y proyectos a realizar. Habían decidido cambiarse de casa y programado un viaje para visitar a sus amistades en el extranjero. La pareja participaba activamente en diversas actividades comunitarias y sociales. Desde febrero ya se habían informado de algunos casos de Covid-19 en el mundo y asumieron que llegaría también a nuestro país. Sin embargo, reconocen que “nunca nos pusimos en la perspectiva que iba a ser de las dimensiones

que ha tomado hoy en día en Chile... No nos preparamos en términos de largo plazo; nos preparamos para una contingencia”.

Al poco tiempo, las presiones familiares los llevan a “decidir” ir a pasar el confinamiento en su casa en la costa. Siempre pensando que sería una situación pasajera, que la significaron como una extensión de sus recientes vacaciones en ese mismo lugar. Por lo tanto, su traslado no tuvo grandes preparativos, pensando que no estarían más de tres semanas. La presencia familiar en su vida cotidiana se hacía notar a pesar del distanciamiento físico y geográfico: “[...] y cuando la familia vio que los abuelos estaban a salvo, por lo menos en un lugar aislado, bajaron la presión, pero instalaron una barrera que no podíamos ir ni siquiera a la esquina”, relata Lalo, agregando que ya llevan cuatro meses sin ver a nadie. Reflexionan sobre eso, y reconocen que el lugar más seguro para ellos para evitar un posible contagio era estar efectivamente en un lugar aislado, sin ver a nadie. Ahora se sienten protegidos por ese mismo aislamiento y la posibilidad de moverse por el entorno natural de la zona más libremente.

Su vida cotidiana en las primeras semanas y, en las sucesivas, se configura sobre la base de una serie de actividades que habían dejado pendientes por falta de tiempo. Ahora cuentan con ese tiempo propio, que les provee el confinamiento; se han inscrito en diversos cursos y talleres a distancia sobre la contingencia política o social del país. Esto no solo por el conocimiento y manejo de tecnologías que poseen, sino también por sus capitales sociales, culturales y simbólicos, acumulados a lo largo de sus cursos de vida. A medida que transcurrían las semanas, el aislamiento y el confinamiento comienzan a ser experimentado de otra forma. La pareja recuerda que “al inicio, para mí, fue bastante liberador. Además, dejamos de manejar, dejamos de perder el tiempo andando en auto, dejamos de desplazarnos; fue un periodo sin ninguna obligación, o sea, el uso del tiempo para uno era muy grande”. El uso del espacio también va configurando su vida cotidiana, que no solo la viven al interior de la casa, sino también en el jardín y al aire libre. Reconocen la tranquilidad de estar en un entorno natural con bosque y mar. Esos espacios son ocupados diferenciadamente por la pareja: ella, adentro en el escritorio y él afuera, en el huerto. La cocina es el principal espacio de interacción durante el día.

Assumen que las responsabilidades domésticas y de subsistencia las tienen que realizar solos, reflatando estrategias adquiridas a lo largo de la vida.

La experiencia de asilo y posterior exilio a un país de Europa durante el régimen militar en Chile, les proveen de las herramientas y la fortaleza que requieren para el día a día. Si bien, pertenecen a la definida población de riesgo en pandemia, a sus 70 años de vida ya han tenido un proceso de socialización hacia las discontinuidades y situaciones de crisis: “Por la vida habíamos vivido situaciones de emergencia, yo estuve asilado en la embajada, con situaciones parecidas a ésta, en aislamiento, donde te apropias del espacio y generas rutinas, buscas cómo abastecerse”, generando redes de apoyo y estrategias. En la actualidad salen cada mes y medio a hacer compras de alimentos al pueblo más cercano. Para eso se preparan y toman todos los resguardos necesarios, de tal forma de reducir al máximo el riesgo de un posible contagio. También lo viven como una experiencia que rompe con la rutina del encierro.

A medida que avanza la cuarentena y pasan las semanas y los meses, el distanciamiento de la familia se va dejando notar y en términos emocionales se va haciendo más complicado. Para Gema y Lalo, también ha sido una experiencia nueva el hecho de vivir solos tanto tiempo; si bien llevan 47 años casados, “la verdad es que nunca habíamos pasado tanto tiempo juntos, así 24 horas al día juntos; por nuestros trabajos pasábamos tiempo fuera o en el exilio, teníamos mucha gente que pasaba por nuestra casa. Entonces estar los dos solos, cada uno consigo mismo, eso es una novedad total”. El aislamiento los ha llevado a re-pensarse, re-crearse como pareja, a hacer más cosas juntos.

El tema de la incertidumbre de lo que va a pasar, es algo que está presente en su reflexión, junto con preguntarse en qué momento vamos a salir de esto o en qué momento se podrán resolver los asuntos pendientes. Esa incertidumbre se vive desde un sentido de realidad, sabiendo que en el aquí y en el ahora no lo podrán resolver.

Rosita: “Me aprovecho de mis vecinos”

Rosita tiene 79 años, vive sola en una comuna populosa de la capital. Rosita es contadora y trabaja desde que tenía 20 años. Mucho tiempo lo hizo en una empresa, pero después de tener diferencias con sus patrones, decidió renunciar e iniciar su propia empresa junto con su amiga Teresa. Si bien se jubiló a los 54 años, continuó trabajando para poder costear sus gastos los cuales aumentaron con el ingreso de su única hija a la Universidad. Actualmente continúa

trabajando de forma menos intensa, situación que le agrada mucho debido a que señala que lleva mucho tiempo haciéndolo.

De esta manera, la pandemia la encontró trabajando, en un comienzo, cuando todavía no se decretaba la cuarentena obligatoria en la comuna donde reside, continuó con su rutina de trabajo, es decir, trasladándose a la casa de Teresa dos veces por semana. Una vez que se decretó la cuarentena obligatoria se quedó en su casa, coordinándose con Teresa para llevar a cabo las labores por teléfono e internet.

Al ser considerada población de riesgo por su edad, decidió enfrentar la cuarentena y la pandemia sola en su casa. Si bien vive sola en su departamento, antes de la pandemia se visitaba constantemente con su hija y la familia de esta. Así todos los domingos se dirigía a la casa de su hija para pasar un tiempo juntas. Esta situación fue descontinuada por la pandemia, decidiendo mantener el distanciamiento. Rosita señala que es más tranquilizador para ella mantenerse alejada de su hija y nieta, tanto para su protección como la de ellas. Esto lo hace por precaución puesto que declara que “mientras más miedo se tiene, más se atrae el bicho, lo único que sí es andar con mascarilla, con guantes”.

Si bien con el inicio de la cuarentena se abasteció muy bien en el supermercado junto a su hija, y aun cuando declara que todavía le queda mercadería de esa compra, Rosita debe proveerse de lo necesario para la vida diaria. Para poder hacerlo y al mismo tiempo cuidarse, Rosita señala que “me aprovecho de mis vecinos”. Esto quiere decir que se apoya en sus vecinos más jóvenes para proveerse de lo necesario, esto es gracias a que vive hace más de 40 años en su condominio y los conoce desde la infancia, destaca que son “cosas que uno siembra y después recoge”. Este cuidado no solo nace de ella, sino que también de los propios vecinos quienes siempre le preguntan si necesita algo, e incluso le llaman la atención cuando la ven fuera de su departamento.

Rosita reconoce que ha experimentado cambios siendo el uso de internet central para hacer frente a la situación de confinamiento. Internet es el principal medio que la conecta con su trabajo, con Teresa, con su hija y nieta. En tiempos pre pandemia no tenía en su casa y solo conectándose en la casa de Teresa cuando trabajaban. Como en otras etapas de su vida, Rosita se ha adaptado y de a poco se ha aventurado en ese mundo virtual. Aprendiendo a revisar y enviar correos electrónicos y revisar la página web de impuestos internos. Esto lo aprendió viendo a Teresa y después se apoyó en su memoria.

Rosita ha sorteado bien los cambios que le ha impuesto la situación de pandemia y el confinamiento, organizando su rutina diaria al espacio de su departamento, así de lunes a viernes trabaja y los fines de semana se dedica a descansar. Como es invierno, decidió acomodarse un espacio dentro de su dormitorio para trabajar, esto porque es un espacio más pequeño y puede calentarse más fácil, situación muy importante dada su artritis. Así ubica una pequeña mesa y una silla para revisar sus tareas, primero prepara los documentos a realizar en un cuaderno para después traspasarlos al computador. Destaca que la cuarentena le ha dado más tiempo para incursionar en el uso del computador, lo cual ha hecho sin problemas. Cuando Rosita no trabaja ve televisión y películas en la plataforma YouTube, lo cual es gracias a que su yerno le instaló un plan de internet en su casa. Si bien confiesa que a veces se siente sola, no le falta en qué entretenerse. Si no ve películas, pasa el tiempo leyendo la gran cantidad de libros que tiene en su casa. Los que si bien ya ha leído, leerlos nuevamente le da una visión diferente puesto que señala que “una cuando más edad tiene es otra manera de ver las cosas, va madurando”.

Sin embargo, extraña las salidas y la posibilidad de ejercitarse. Como persona mayor dice necesitar el ejercicio por lo que trata de subir y bajar las escaleras de su edificio, además de esperar con ansias los días de permiso decretados por la autoridad en donde las personas mayores pueden salir una hora a la calle. El encierro ha sido difícil, incluso señala sentirse presa en su departamento. Situación que le recuerda el tiempo de los toques de queda durante la dictadura chilena donde no se podía salir. Pese a lo angustiante de la experiencia a Rosita no le faltó viveres, puesto que su madre tenía buenas relaciones con sus vecinos y un dueño de almacén que se los guardaba. De la misma manera, Rosita se apoya en sus redes de apoyo para sortear el actual momento de pandemia.

Antonio: “Mejor que estés aquí no más, no importa que yo me enferme”

Hace 13 años que Antonio recibe el pago de una jubilación anticipada, otorgada meses antes de enviudar, sin embargo, él continúa trabajando como conductor de buses. Vive en Santiago y sus días los divide entre dos residencias, su casa, donde convive con su hijo menor, su nuera y sus tres nietas, y el departamento de su pareja, Sonia. Cuenta que se mueve dependiendo de los horarios que se le

asignen en su trabajo, en turnos nocturnos prefiere volver a su casa, mientras que en los turnos matutinos decide irse al departamento de Sonia.

Su experiencia de la pandemia se encuentra marcada por haberse contagiado en su trabajo. Los días anteriores a que se confirmara la positividad de su colega aprovechó de estar junto a sus nietas y realizar unos trabajos domésticos pendientes en su casa. Relata que con anterioridad habían llegado a un acuerdo con su pareja en que caso de que él se contagiara: “Lo conversé con ella. Le dije, bueno, ¿si me enfermo me vengo para acá o me quedo en mi casa? ‘No, te venís [vienes] para acá’, me dijo, ‘yo sé que tenís [tienes] niños chicos allá, contagiado te van a mandar para otro lado después, mejor que estés aquí no más, no importa que yo me enferme’”.

Antonio afirma que de no haberse ido al departamento de su pareja, se hubiese trasladado a una residencia sanitaria,¹ para no exponer a sus nietas a enfermarse. El día 12 de junio recibe el resultado del examen que confirma su contagio, y a pesar de las medidas de higiene y de la separación de camas con su pareja, a los dos días Sonia contrae el virus también. Cuenta que las infusiones de distintas hierbas fueron su mejor remedio, la hidratación fue necesaria para lidiar con la falta de apetito que tuvieron ambos durante semanas. Cincuenta días pasaron en confinamiento total, por lo que les fue necesario contar con una red de ayuda (familiares y vecinos) para conseguir insumos básicos. La hija de Sonia les llevaba alimentos y se los dejaba en la puerta, ellos se encargaban después de desinfectarlos y guardarlos.

A pesar de la ayuda de estos vecinos, Antonio cuenta que intentaron mantener en secreto su enfermedad por temor a la reacción de la comunidad, debido a que varias personas del edificio eran mayores y tenían problemas de salud graves: “si nosotros decimos que estamos contagiados, olvídate, queda la escoba.² Capaz que nos hubieran sacado a nosotros dos de ahí y nos hubieran mandado a una [residencia sanitaria]”. Esto nos habla de un cierto (auto)estigma por parte de Antonio que los lleva a ocultar su contagio con sus vecinos.

1 “Las residencias sanitarias son una estrategia para controlar la propagación del COVID-19. Está dirigida a las personas que han sido diagnosticadas con la enfermedad y que no pueden realizar una cuarentena efectiva en su domicilio” (Chile, 2020).

2 Expresión chilena que hace referencia a algo que generó un gran desastre.

Si bien Antonio acostumbraba a pasar días en el departamento de su pareja, nunca había estado tanto tiempo allí encerrado, incluso nunca en su vida había tenido una experiencia similar de aislamiento. Afirma que lo peor del encierro es la ansiedad que genera no poder salir a caminar y la restricción de movimiento. Durante los casi dos meses de confinamiento total decidieron turnarse para realizar los quehaceres del hogar, para que esas tareas no recayeran únicamente en Sonia. El tiempo libre lo pasaban juntos escuchando música y viendo televisión; aunque Antonio asegura que, a pesar del encierro, cada uno tenía su propio espacio y pasatiempos personales. La reparación de muebles, aparatos y ropa fue uno de sus principales pasatiempos. Sin embargo, reconoce que la lectura de la Biblia fue y es su actividad diaria más importante: “yo siempre le pido a Él que me ayude. Lo más que pedía era que no me diera más fuerte para poder ver mis nietas y mis nietos que estén grandes, verlos crecer”. El temor a la muerte se deja ver en las palabras de Antonio, y su estrategia o modo de afrontarlo es a través de su fe y creencia religiosa.

Relata que el distanciamiento con sus familiares lo pudo resolver a través de videollamadas con sus dos hijos para ver y saber de sus nietas y nietos. De modo que el conocimiento y manejo de los nuevos medios de comunicación virtual resultaron una herramienta fundamental al momento de mantener el contacto con sus seres queridos durante el encierro.

Finalmente, con el alta médica pudo volver a su casa y visitar a sus nietas “pero con mascarilla y de lejitos no más”, dice. Con ello también regresó a las micros, y de acuerdo con lo que ha podido observar durante sus recorridos por la ciudad pronostica que el futuro se viene complicado por tres factores: las condiciones de inestabilidad económica, el resurgimiento de las protestas y la posibilidad de un rebrote por la desobediencia de la población a adoptar las medidas sanitarias.

Conclusiones

En este artículo nos hemos aproximado a la experiencia cotidiana de la vejez durante la pandemia, a través del análisis de tres casos de personas mayores que han desplegado una serie de estrategias y realizado ajustes y cambios

en sus actividades diarias, ya sean laborales, familiares o afectivas. Asimismo, vemos de qué forma la situación sociosanitaria de los últimos cinco meses en el país ha ido reconfigurando la vida cotidiana en la vejez en la ciudad.

En los casos revisados aparece una resignificación del hogar como un espacio de intimidad en el cual se realizan nuevas actividades. Así, a las prácticas de cuidado propias del espacio familiar se suman prácticas de producción asociadas a otros espacios en tiempos pre pandemia. El “quedarse en casa” obliga a readecuar los espacios y las rutinas para sobrellevar la vida cotidiana constituyéndose en una nueva normalidad. En el caso de Rosita, su hogar se convierte en espacio laboral debiendo prepararlo para tal fin. Gema y Lalo se dividen los espacios para realizar sus rutinas diarias, Lalo en el jardín y Gema en el escritorio. En el caso de Antonio, debió cambiarse al hogar de su pareja. Esto nos muestra al hogar como una forma específica de organización social, un pequeño universo donde se articulan distintos mecanismos de producción, reproducción, distribución y circulación de normas, valores, recursos, conflictos y creencias (Elías, 1998 *apud* Cervio, 2020, p. 3). Pequeño universo que es atravesado por la pandemia y el confinamiento, produciendo cambios en la vida cotidiana de los interlocutores.

Dentro de estas experiencias de cambio, se observa –para los tres casos analizados– un quiebre en las relaciones y, contacto directo entre abuelos/as y nietos/as, que genera el confinamiento y aislamiento por las medidas de cuarentena. Esta separación responde, por una parte, a estrategias de cuidado y autocuidado de ambas partes ante los riesgos asociados al contagio del virus, optando por reemplazar el contacto físico-personal por otras formas de contacto basadas en la comunicación a distancia. Y por otra, a cumplir y respetar las medidas definidas por las autoridades en el país. Estas últimas, y la crisis sociosanitaria, han significado en la experiencia de los/las participantes de este estudio, una agudización de la desigualdad social, manifestadas en un doble estigma (Goffman, 1970). En primera instancia un estigma social que yace bajo la construcción de la identidad de las personas mayores en torno a estereotipos de fragilidad, dependencia, deterioro e inactividad; y en segunda instancia un auto estigma producido a partir de su autopercepción como persona mayor en riesgo de enfermar, o como en el caso de Antonio y su pareja, haberse enfermado y ser un posible vector de contagio para la comunidad.

La feminización de los cuidados también está presente en los relatos. En el caso de Antonio, es su pareja Sonia quien cumple el rol de cuidadora, tomando decisiones y desplegando distintas estrategias para el cuidado; es ella quién provee su departamento como el espacio para que ambos pasen el periodo de su cuarentena, una vez que él se contagia. La estrategia de Sonia y Antonia muestra cómo estas se orientan a fines que pueden ser vista como irracionales: finalmente ambos se contagiaron. En el caso de Rosita, ella decide quedarse en su casa sola, no solo como una forma de autocuidado, sino de su hija, manteniendo el rol de cuidadora dentro de su familia.

Destaca la importancia de experiencias biográficas previas y aprendizajes para enfrentar la pandemia y el aislamiento que ésta les significa. Tal es el caso de Gema, Lalo y de Rosita que relacionan esta experiencia con lo vivido durante la dictadura militar, entendidas ambas situaciones como crisis sociales que impactan en sus vidas. Desde este punto de vista, la vejez y tener una trayectoria de vida más larga, se presenta como una fortaleza, dadas por la experiencia y la memoria. De igual forma, las creencias y el ethos religioso, de Antonio, han significado una articulación biográfica y fortaleza en su vejez.

Las diversas experiencias y estrategias que viven y despliegan las personas mayores en contexto de pandemia, no sólo dicen relación con su condición de vejez, sino que se cruzan con las diversas posiciones que ocupan en la estructura social (Bourdieu, 1997), ya sea el género, la clase social, el lugar de residencia, entre otros. Cada uno de los relatos etnográficos expuestos, nos muestran que las personas mayores poseen una serie de fortalezas, capacidad de agencia (Archer, 2003) y de tomar decisiones sobre sus propias vidas y salud, a pesar de ser definidas como población de alto riesgo en esta crisis sociosanitaria.

Lo anterior ofrece un marco interpretativo de la pandemia Covid-19, que articula aspectos epidemiológicos con aspectos sociales y subjetivos. En este sentido, reconocer la agencia de las personas mayores, así como las diferentes estrategias que despliegan en su vida cotidiana, permitirá abordar la situación pandémica y definir medidas sanitarias a partir de un enfoque integral donde se identifiquen fortalezas y debilidades que pueden aportar de forma más eficaz a la prevención y/o tratamiento de la misma.

Referencias

ARCHER, M. *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ARMITAGE, R.; NELLUMS, L. B. COVID-19 and the consequences of isolating the elderly. *The Lancet Public Health*, [s. l.], v. 5, n. 5, e256, 2020.

BELTRÃO, J. F. Autonomia não se confunde com teimosia! Discriminação por idade em tempos de COVID-19. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 26, 23 abr. 2020. Disponible en: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2340-boletim-n-26-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acceso: 28 ago. 2020.

BERG-WEGER, M.; MORLEY, J. E. Loneliness and social isolation in older adults during the Covid-19 pandemic: Implications for gerontological social work. *The Journal of Nutrition, Health & Aging*, Paris, v. 24, n. 5, p. 456-458, 2020.

BOURDIEU, P. *Razones prácticas*. Barcelona: Anagrama, 1997.

CATALDI, M. El aislamiento social en las personas mayores institucionalizadas en el marco de la Pandemia de coronavirus COVID-19. *Margen*, Buenos Aires, n. 97, p. 1-6, 2020.

CERVIO, A. *En cuarentena, en casa. Prácticas y emociones durante el aislamiento social, preventivo y obligatorio por COVID-19 en hogares urbanos de Argentina*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas: Centro de Investigación sobre Comunidad Local, Participación y Política Social: Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos, 2020.

CHILE. Ministerio de Salud. Residencias sanitarias. In: MINISTERIO DE SALUD. Santiago: Minsal, 2020. Disponible en: <https://www.minsal.cl/residencias-sanitarias/>. Acceso: 28 ago. 2020.

DOURADO, S. P. A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em “grupo de risco”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, supl., p. 153-162, 2020.

FUENTES-GARCÍA, A.; Y OSORIO-PARRAGUEZ, P. Una mirada a la vejez en tiempos de pandemia: desde el enfoque de curso vida y desigualdades. *Revista Chilena de Salud Pública*, Santiago de Chile, n. esp., p. 90-102, 2020.

GOFFMAN, E. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

HENNING, C. E. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020.

HUENCHUAN, S. *Covid-19: recomendaciones generales para la atención a personas mayores desde una perspectiva de derechos humanos*. Ciudad de México: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020. Disponible en: <http://104.207.147.154:8080/bitstream/54000/1122/1/covid-rev11.pdf>. Acceso: 28 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censo 2017*. Santiago de Chile: INE, 2017.

JONES, X. R. *Covid-19: an exposition, with a focus on social isolation in the elderly (UK)*. Milton Keynes: The Open University, 2020.

OSORIO, P. La longevidad: más allá de la biología. *Papeles del CEIC*, Leloa, n. 22, p. 1-28, 2006.

PAIT, H. A vida dos “velhinhos”, as conexões sociais e as lideranças institucionais. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 26, 23 abr. 2020. Disponible en: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2340-boletim-n-26-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acceso: 28 ago. 2020.

PALACIOS, F. R. V. Miradas etnográficas del envejecer en la pandemia. *Antropología Americana*, Ciudad de México, v. 5, n. 10, p. 139-162, 2020.

SCHOLTEN, H. *et al.* Abordaje psicológico del COVID-19: una revisión narrativa de la experiencia latinoamericana. *Revista Interamericana de Psicología*, [s. l.], v. 54, n. 1, e1287, 2020.

TORRES-MARÍN, B. El derecho a envejecer con dignidad no se confina. In: ROBLEDO MARÍN, C. (ed.). *La vejez: reflexiones de la post pandemia*. Medellín: Opción Colombia, 2020. p. 225-233.

WILKIS, A. Apuntes sobre la noción de estrategia en Pierre Bourdieu. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 118-130, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report 57*. [S. l.]: WHO, 2020. Disponible en: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200317-sitrep-57-covid-19.pdf?sfvrsn=a26922f2_4. Acceso: 28 ago. 2020.

Recebido: 30/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/30/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco

Pregnancy, childbirth and postpartum in the pandemic: the multiple meanings of risk

Fernanda Loureiro Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-5520-4647>

fernandaloueirosilva@gmail.com

Jane Russo¹

<https://orcid.org/0000-0002-4383-334X>

jane.russo@gmail.com

Marina Nucci¹

<https://orcid.org/0000-0003-3465-9201>

marinanucci@gmail.com

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

No Brasil, diferentemente de outros países afetados pela pandemia de Covid-19, mulheres grávidas e puérperas foram logo de início incluídas nos grupos de risco para a nova doença. Esse fato teve grande repercussão no movimento de humanização do parto no país. Neste artigo, analisamos os argumentos favoráveis a essa inclusão no debate on-line entre ativistas pelo parto humanizado, assim como as possíveis mudanças impulsionadas pelas noções de risco que essa pandemia traz para a cena do parto. A partir de uma leitura antropológica sobre a construção do risco na gravidez e no nascimento, argumentamos que três sentidos de risco são evocados: a vulnerabilidade dos corpos de mulheres grávidas e puérperas; a noção de contágio; e o problema da mortalidade materna. Buscamos também tecer reflexões sobre os paradoxos e tensões que a caracterização como “grupo de risco” pode representar para a assistência humanizada e para a vida reprodutiva das mulheres brasileiras.

Palavras-chave: risco; Covid-19; gravidez; parto humanizado.

Abstract

In Brazil, unlike other countries affected by the COVID-19 pandemic, pregnant women and women who have recently given birth were included in risk groups for the new disease. This fact had great impact into the Brazilian childbirth humanization movement. In this article, we examine the online debate among activists to understand the favorable arguments to this inclusion, as well as change proposals driven by notions of risk that this pandemic brings to the delivery scene. From an anthropological perspective on the risk construction in pregnancy and childbirth, three different meanings of risk were evoked: the vulnerability of the pregnant/postpartum bodies; the notion of contagion; and maternal mortality. We also seek to weave some reflections on the paradoxes and strains that the “risk group” labeling can represent for humanized healthcare and for the reproductive matters of Brazilian women.

Keywords: risk; COVID-19; pregnancy; natural childbirth.

Introdução

Um mês após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a pandemia provocada pelo novo coronavírus, mulheres grávidas, puérperas e após abortamento passaram a ser consideradas “grupo de risco” para Covid-19 no Brasil. Chamou-nos atenção o fato de ativistas ligadas ao parto humanizado terem exaltado essa inclusão. Afinal, fazer parte de um grupo de risco, sobretudo no caso dessa nova doença, seria motivo para inquietação e angústia. Passamos então a coletar *posts* de ativistas em redes sociais para compreender suas perspectivas. Nossa atenção voltou-se para a repercussão de novas diretrizes no “movimento de humanização do parto” (MH), examinando, de forma exploratória, como o perigo de contágio pelo novo coronavírus poderia impactar a proposta do “parto humanizado”.

Neste trabalho pretendemos discutir a forma como a caracterização de grávidas e puérperas como “grupo de risco” se articula com propostas de (re)definição das práticas de pré-natal e assistência ao parto. Em nossa discussão buscaremos apontar as articulações entre essas práticas e os múltiplos sentidos de risco que a pandemia evoca, bem como apresentar reflexões – preliminares e, possivelmente, transitórias – acerca das tensões que essa “rotulagem de risco” pode representar para a assistência humanizada e para as experiências reprodutivas de mulheres brasileiras.

Cabe ressaltar que o MH é múltiplo e polissêmico (Carneiro, 2015; Diniz, 2005), sendo formado por profissionais de diversas áreas, além de mulheres e parceiros/as simpatizantes das reivindicações que estruturam o ideário do movimento. O MH vem promovendo, há pelo menos duas décadas, encontros e debates entre ativistas de diversas partes do Brasil através da internet: inicialmente, utilizando as já obsoletas “listas de discussão”, como a lista “Parto Natural” (Jones, 2015), e atualmente, através de grupos, páginas e perfis nas redes sociais Facebook e Instagram. Com o início da pandemia, o uso desses espaços como forma de apresentar reivindicações associadas ao movimento e divulgar informações sobre a nova doença foi intensificado.¹ Como mencionamos

1 As restrições de contato fizeram com que as consultas com doulas, “rodas de gestantes” e outros encontros promovidos pelo MH fossem transferidos para o ambiente virtual.

em trabalho anterior (Russo *et al.*, 2019), acreditamos que tais informações e reivindicações compõem um mosaico de ideias, opiniões e relatos, através dos quais é possível fazer uma espécie de imersão no MH e reunir material para fundamentar os argumentos aqui apresentados.

Assim, para esta análise, concentramos nossa observação nos perfis de algumas profissionais da “assistência humanizada”, especialmente de doulas, médicas e enfermeiras. Entre elas, focamos especialmente nas publicações e *lives* de uma médica e uma enfermeira obstétrica que compõem o Grupo Brasileiro de Estudos de Covid-19 e Gravidez (GBECG),² protagonista na divulgação de informações sobre Covid-19 dentro do MH. Além disso, coletamos publicações de organizações da sociedade civil, como a rede Parto do Princípio, a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa), o coletivo de advogadas Nascer Direito e as associações de doulas (nacional e regionais), atores centrais nas reivindicações para a manutenção dos direitos das grávidas, parturientes e puérperas durante a pandemia. O material abordando os impactos da doença na gestação, parto e puerpério foi coletado entre março e julho de 2020. Nele incluímos, além dos *posts* e *lives* a que nos referimos acima, reportagens publicadas em sites de jornais brasileiros, artigos publicados em revistas científicas internacionais, bem como diretrizes e notas técnicas da OMS e do Ministério da Saúde (MS).

Gestantes e puérperas como grupo de risco para Covid-19

Covid-19 é uma doença nova, e as informações sobre fatores de risco para desenvolvimento de sua forma grave ainda são limitadas. Baseando-se em dados disponíveis no início da pandemia, a OMS classificou como grupos de risco pessoas acima de 65 anos e pessoas com doença preexistente (problemas cardíacos, hepáticos ou renais crônicos, hipertensão, diabetes, “obesidade grave”, pessoas “imunocomprometidas”, entre outros).

2 Este grupo foi criado no período da coleta de nosso material, em abril de 2020. Ver https://www.instagram.com/covid_and_preg_braz_group/.

Diante do “terreno movediço” de evidências limitadas e instáveis acerca da Covid-19, a informação divulgada pela OMS em março de 2020 é ambígua³ no que se refere aos riscos para mulheres grávidas e puérperas, quando comparadas à população adulta de modo geral: “Data are limited, but at present there is no evidence that they are at higher risk of severe illness than the general population”.⁴ Em consonância com essa informação, o Ministério da Saúde publicou no começo de abril uma nota técnica na qual afirmava que a Covid-19 não estava associada a maior risco de agravamento para mulheres grávidas e puérperas, tendo estas apresentado quadros clínicos e taxas de complicação semelhantes aos de adultos não gestantes (Brasil, 2020). Ainda assim, a partir de 9 de abril *todas* as gestantes e puérperas no Brasil passaram a ser consideradas como “grupo de risco” no caso da epidemia.

Segundo Carneiro (2020), essa inclusão levanta inúmeros debates na seara da vida reprodutiva das mulheres brasileiras. Um deles é sobre o melhor local para se dar à luz, pois a ideia do hospital como lugar seguro para o nascimento está sendo colocada em xeque.⁵ Esta questão, porém, é atravessada por recortes de classe e raça/cor, já que o parto domiciliar planejado exige recursos financeiros e condições geográficas/de localização favoráveis para a sua realização. Cabe acrescentar que além desses atravessamentos, a decisão sobre o nascimento no domicílio ou em casas de parto depende, antes, de critérios de “risco obstétrico”, como problemas cardíacos, diabetes ou hipertensão. Outro debate

3 Lembramos que certo grau de ambiguidade e incerteza faz parte da linguagem científica. A cautela na divulgação de informações sobre a doença aparece em expressões como “não há evidências de que”, que nos habituamos a ler nos últimos meses, não apenas sobre gravidez e nascimento.

4 Essa informação foi publicada no site da OMS na seção “perguntas e respostas sobre Covid-19, gravidez e parto”, tendo sido atualizada em setembro de 2020. A nova orientação segue o padrão de classificação de risco aplicado à população em geral, que considera idade, peso e “doenças pré-existent” como fatores de risco, passando a ter a seguinte redação: “Pregnant women or recently pregnant women who are older, overweight, and have pre-existing medical conditions such as hypertension and diabetes seem to have an increased risk of developing severe COVID-19. When pregnant women develop severe disease, they also seem to more often require care in intensive care units than non-pregnant women of reproductive age” (World Health Organization, 2020).

5 Davis-Floyd, Gutschow e Schwartz (2020) apresentam como gestantes nos EUA têm buscado partos fora do hospital – no domicílio ou em casas de parto – com medo da contaminação do ambiente hospitalar.

diz respeito ao direito da presença de acompanhantes na hora do parto, frente à necessidade de diminuir o número de pessoas na sala de parto, visando reduzir riscos de contaminação. Esse ponto também foi discutido por Santana (2020) e Aleixo (2020), e por Tempesta (2020) no que tange especificamente à atuação das doulas.

Um terceiro debate levantado por Carneiro (2020), que nos interessa em especial, é como a própria noção de risco carrega ambivalências em relação à gestação, parto, e ao corpo feminino em si. Assim como pode representar proteção, a caracterização de grávidas e puérperas como grupo de risco pode implicar também violação dos direitos das mulheres a um pré-natal adequado e um parto digno e respeitoso. Assim, concordamos com Carneiro acerca da necessidade de refletirmos sobre os significados e sentidos de práticas e relações que se estabelecem e se fragilizam nesse contexto.

De fato, a ideia de risco associado à gravidez e ao nascimento é bastante difundida. Contudo, a leitura de gravidez e parto que vem sendo propugnada pelo MH, foco deste artigo, busca distanciar-se desse risco-ameaça, da ideia de que “gravidez é doença” ou de que o parto vai dar errado. Essa leitura enfatiza tais momentos como normais na vida das mulheres, que devem ser vividos de forma simples e desdramatizada. Entretanto, essa visão guarda uma ambivalência importante: no ideário da humanização, gestantes e parturientes são, ao mesmo tempo, poderosas e vulneráveis. Mais adiante discutiremos como essa ambivalência opera no cenário atual. Antes, apresentaremos uma leitura antropológica sobre a construção do risco na gravidez e no nascimento, buscando diferenciá-lo da perspectiva biomédica. Em seguida, apontaremos os deslizamentos nas noções de risco associados à gravidez e nascimento no ideário que sustenta a proposta humanizadora. Depois, analisamos os argumentos usados no debate on-line.

Aspectos gerais sobre risco na gravidez e no nascimento

Gravidez e nascimento, enquanto processos que atravessam o corpo das mulheres e (re)produzem novos sujeitos, têm sido alvo de saberes especializados e do desenvolvimento de novas tecnologias, assim como tema de debates públicos que influenciam a construção de políticas de saúde. Esses processos também revelam,

conforme observa Rezende (2011), como o corpo é cingido e vivenciado a partir de significados e práticas que variam entre as épocas e culturas, assim como entre diferentes segmentos sociais que coexistem em uma mesma sociedade.

Nas sociedades em que gravidez e nascimento foram medicalizados, os discursos de risco se intensificaram, tornando-se este um conceito-chave para gestão e prevenção de desfechos indesejáveis (Coxon *et al.*, 2016; Lupton, 2012; Scamell; Alaszewski, 2012). Os discursos de risco nos modelos biomédicos de atenção ao pré-natal e parto operam dentro de uma abordagem técnico-científica (Chadwick; Foster, 2014). A avaliação objetiva dos riscos ampara-se no pressuposto de que eles podem ser conhecidos, quantificados e minimizados (Neves, 2008).

Nessas sociedades, pré-natal e parto passaram a ser gerenciados por especialistas e orientados para o monitoramento dos riscos, incluindo uma série de intervenções para identificar e corrigir complicações. Segundo Weir (2006), as “técnicas de risco” foram associadas à gravidez e ao nascimento com a intenção de reduzir a mortalidade perinatal, norteadas pelo gerenciamento de cuidados pré-natais. A partir de uma orientação preventiva e calculista do risco epidemiológico, essas avaliações foram padronizadas, passaram a ser rotina na prática clínica e impregnaram os cuidados com as gravidezes. Assim, visando garantir o nascimento seguro de bebês saudáveis, desde o início do pré-natal, as mulheres são classificadas de acordo com categorias de risco. No Brasil, as grávidas são divididas em dois grupos: alto risco e baixo risco (ou “risco habitual”) – nunca “sem risco”.

A sociologia e a antropologia vêm contribuindo para a relativização do conceito de risco nas sociedades ocidentais contemporâneas. Essa relativização é fundamental para a compreensão de que – apesar da centralidade do risco biomédico – as construções associadas a esse conceito são complexas, pois variam entre os diferentes atores envolvidos e de acordo com contextos socioculturais e históricos específicos. Embora haja diferenças entre as abordagens cultural e sociológica, ambas apontam para a tensão entre um conhecimento perito que “determina” os riscos e uma população leiga que os “percebe”. Apontam também para os limites das avaliações técnicas/quantitativas que pressupõem que as sociedades compartilham consensos sobre os riscos (Guivant, 1998). Essas avaliações são criticadas, sobretudo, por simplificarem os contextos relacionados aos riscos.

Na abordagem cultural, as categorias risco/perigo são analisadas a partir de sua natureza coletiva, seu caráter simbólico e moral, e dos rituais que orientam comportamentos nessas situações (Neves, 2008). Esses sistemas conceituais devem ser compreendidos em relação à estrutura classificatória de cada cultura, visto que suas cargas simbólicas revelam assimetrias e hierarquias que regem a vida social. Assim, cada cultura estabelece os estados portadores de risco, cuja definição associa-se às exigências morais da sociedade, e não necessariamente ao caráter objetivo do perigo (Neves, 2008). A abordagem cultural está interessada no perigo como mecanismo para policiar as fronteiras simbólicas, isto é, como um meio de manter a ordem e a coesão social (Chadwick; Foster, 2014).

A categoria risco, enquanto construção coletiva de ordenamento da vida social, atua no âmbito da estrutura do pensamento e das ações sociais, orientando percepções, julgamentos e ações na vida cotidiana (Neves, 2008). Classificações de risco carregam valores definidos pelo entorno social que servem para “qualificar” acontecimentos, coisas e pessoas. Ao rotular indivíduos ou comportamentos, por exemplo, elas acabam por “[situá-los] num sistema hierarquizado em conformidade com a apreciação valorativa vigente” (Neves, 2008, p. 36). Seguindo nessa perspectiva, Guivant (1998, p. 5) aponta que “na seleção dos riscos relevantes, nem sempre a evidência científica teria o papel esclarecedor, pelo fato de que a escolha responderia a fatores sociais e culturais, e não naturais”. Isto é, essa seleção é parte de um processo sociocultural que acontece de acordo com o papel que os riscos assumem no reforço da solidariedade social. Assim, “[ao] se considerar que os riscos são percebidos e administrados de acordo com princípios inerentes que reforçam formas particulares de organização social, deixa de ser possível tratar os riscos de forma neutra, com ferramentas metodológicas quantitativas” (Guivant, 1998, p. 6).

Deslizamentos das noções de risco e o movimento de humanização

Que formas particulares de organização social são reforçadas no caso do risco associado à gravidez e ao parto? Na constituição da obstetrícia científica, a concepção desses acontecimentos como eminentemente perigosos integrou um

processo mais amplo de controle do corpo da mulher e da reprodução (Martins, 2004), sendo a mulher vista como naturalmente fraca e vulnerável (quando comparada ao homem). Transformações socioculturais a partir de meados do século XX, influenciadas principalmente pelo feminismo de “segunda onda”, impactaram de forma crucial a relação entre a mulher e a medicina. A visão médica da gravidez, parto e puerpério passou a ser objeto de crítica, sendo paulatinamente construída outra visão desses momentos, na qual busca-se transformar a noção de risco a eles associados.⁶ Uma nova construção que enfatiza o corpo como relacional, consciente e capaz, e não como fonte de potenciais perigos ou como receptores passivos de tecnologias médicas para reduzir o risco (Chadwick; Foster, 2014). Essa crítica, também vinda do interior da própria obstetrícia, desenvolveu-se nas últimas décadas do século passado, desembocando no movimento pela “humanização do parto” (Russo *et al.*, 2019).

De modo muito breve poderíamos caracterizar o parto humanizado por seu distanciamento da “cena de parto” hospitalar convencional, na qual a gestante fica deitada, recebendo soro, sendo atendida por um conjunto de profissionais treinados para realizar intervenções danosas, como episiotomia, manobra de Kristeler e uso indiscriminado da ocitocina sintética. O MH abarca um conjunto de valores e propostas que se opõem às formas “medicalizadas” e “intervencionistas” de assistência ao parto, visando sua transformação (Silva; Russo, 2019). A “humanização do parto”, apesar de seu caráter múltiplo e polissêmico e de apresentar vertentes com diferentes abordagens,⁷ busca, em linhas gerais, promover uma “valorização de modos de intervenção mais ‘soft’ e ‘flexíveis’” (Robles, 2015, p. 144), e implementar comportamentos e práticas que promovam um acolhimento respeitoso à gestante (incluindo a oferta de informações, o consentimento da mulher acerca das intervenções e o respeito à sua autonomia). Trata-se portanto de “desmedicalizar” o parto – uma desmedicalização

6 Embora vários de seus pressupostos façam parte das recomendações da OMS e do MS, ainda há uma resistência do establishment obstétrico brasileiro a abandonar práticas mais pesadamente medicalizantes – incluindo a cesárea eletiva – tendendo a ver o parto como uma ação realizada pelo médico (Nakano; Bonan; Teixeira, 2017).

7 Segundo Tornquist (2004), o MH apresenta duas principais correntes de pensamento, a “alternativa” e a “biomédica”, que se influenciam mutuamente a partir de uma “negociação de significados” na qual a categoria “natureza” é ponto de acordo.

sui generis, pois calcada na medicina baseada em evidências (Russo *et al.*, 2019). O ideário que sustenta a proposta humanizadora, em sua forma mais suave ou mais radical, também enfatiza o protagonismo da mulher no momento do parto.

Entretanto, ao mesmo tempo que gravidez e parto são descritos como acontecimentos naturais (devendo ser vividos de forma natural), também são considerados eventos de enorme relevância moral e emocional. Momentos especiais na vida das mulheres, através dos quais elas podem vivenciar experiências inesquecíveis e transformadoras. Seriam, portanto, muito delicados. A intensidade e delicadeza (física-moral-emocional) desses eventos faz com que eles se transformem, assim, em situações de vulnerabilidade e perigo potencial. A ambivalência se complexifica quando se contrapõe a teoria e a prática da obstetrícia biomédica ao “saber” inscrito nos corpos das mulheres (que confere a elas um poder a ser respeitado).

Para o MH, gravidez e parto devem ser vistos como eventos que, embora possam requerer alguma assistência, geralmente se desenrolam sem maiores problemas. Isto é, apesar de comportar algum risco (de complicações, e possível morte), não devem ser definidos por isso. Pelo contrário, devem ser conceituados como uma experiência que, se bem vivida, pode ser prazerosa e feliz. O grande perigo estaria associado justamente ao excesso de intervenções, bem como aos maus-tratos e negligência na assistência (Diniz, 2009).

O risco no/do corpo

A inclusão das grávidas e puérperas nos grupos de risco foi recebida com certo entusiasmo por uma parcela das ativistas do MH. “Finalmente! Precisamos proteger as gestante e puérperas. O binômio mãe-bebê”, afirmou uma médica obstetra em seus perfis no Facebook e Instagram no dia 11 de abril, ao anunciar esse fato para seus seguidores.

Diferente da classificação realizada rotineiramente durante o pré-natal – no qual as mulheres são categorizadas de acordo com a presença de “fatores de risco” para o desenvolvimento de complicações na gestação e no parto – a caracterização de *todas* as grávidas e puérperas como grupo de risco parece levar em consideração não um risco maior decorrente de fatores preexistentes

ou uma suscetibilidade maior de contrair o vírus, mas um risco aumentado de desenvolverem complicações caso sejam infectadas pelo vírus, conforme explicou a médica em uma *live* no dia 16 de abril:

A gente não sabe exatamente a magnitude dos danos que podem acontecer durante a gravidez. [...] Hoje em dia a gente sabe que a grávida pode pegar Covid-19 como qualquer pessoa, mas em alguns estudos começam a aparecer que talvez lá pelo final da gravidez, comecinho do puerpério, pode ser que ela esteja mais suscetível a complicações. *E isso, assim, se a gente for pensar é bem lógico: a imunidade da grávida está mais diminuída, a grávida tem modificações no organismo do ponto de vista respiratório, do ponto de vista cardíaco e do ponto de vista da coagulação, então ela pode estar mais suscetível.* Inclusive a gente já viu isso com o H1N1, a gente já viu isso no cenário da Sars e da Mers. A gente vê isso com qualquer virose e eu não vejo por que seria tão diferente. Então, existe essa preocupação que a gente não pode afastar.

Os argumentos, portanto, referem-se principalmente a experiências anteriores com doenças respiratórias provocadas por outros coronavírus (Sars e Mers) além da influenza A (H1N1), sendo reconhecida a falta de evidências específicas para a Covid-19.⁸ Tais argumentos salientam as alterações fisiológicas que acometem grávidas e puérperas deixando-as mais suscetíveis a infecções respiratórias e desenvolvimento de pneumonia grave, principalmente se tiverem doenças crônicas ou apresentarem complicações durante a gravidez – o que, nesse caso, representaria uma “soma de fatores de risco”.

Nos últimos anos o MH vem se pautando em evidências científicas recentes para transformar o modelo de assistência obstétrica, de modo que este seja centrado na “experiência positiva” das mulheres. Contudo, quando se trata de Covid-19, apesar do volume de estudos realizados, as evidências produzidas

8 O GBECG publicou uma nota, em abril de 2020, na qual buscava chamar atenção da comunidade médica internacional para “os dados” de países em desenvolvimento, como o Brasil, que naquela época já estavam “levantando a possibilidade do aumento no risco de mortes maternas por Covid-19” (Amorim; Takemoto; Fonseca, 2020, p. 298, tradução nossa), conforme abordaremos adiante. Nessa nota, as autoras citam as “adaptações fisiológicas” da gravidez, parto e pós-parto como “fatores de risco” para agravamento da doença e morte.

ainda são pouco ou nada conclusivas, apresentando dados que mudam a todo momento a compreensão sobre o vírus, e que não são capazes de explicar os efeitos da epidemia nos diferentes contextos ou grupos populacionais.

Um exemplo dessa “instabilidade científica” refere-se à possibilidade de transmissão vertical, isto é, da mulher para o feto/bebê durante a gravidez ou no parto. Antes do início da pandemia, quando o problema ainda estava circunscrito à China continental, algumas publicações diziam não haver “evidências confiáveis” de que o vírus pudesse ser transmitido (Chen *et al.*, 2020; Qiao, 2020). Mas, como a suspeita é suficiente para justificar mais atenção e escrutínio, desde então começaram a surgir novas evidências, baseadas em estudos de pequenos números de casos, sugerindo que a transmissão pode acontecer.

A pandemia também vem causando problemas na compreensão de evidências já consolidadas. Esse é o caso dos estudos sobre o apoio contínuo oferecido por doulas (como fator que favorece desfechos positivos) que entraram em choque com novas evidências que apontam o distanciamento social como uma das poucas medidas capazes de reduzir a propagação do novo coronavírus, conforme discutiremos a seguir.

Contágio e redefinição da cena do parto

A Covid-19 atualiza, em certa medida, o medo difuso associado à experiência das antigas pestes e a velha noção de contágio, como algo que “passaria de uma coisa para outra diretamente, de pele a pele; ou indiretamente, mediado por objetos; também poderia ocorrer à distância sem mediação de nenhum objeto” (Czeresnia, 1997, p. 50). O perigo de contágio que marca a atual epidemia – perigo não apenas para mulheres que buscam atendimento nos serviços de saúde, mas também para os profissionais que as atendem – aponta para algumas transformações na gestação, parto e pós-parto.

As diretrizes e notas técnicas divulgadas por integrantes do MH recomendam que durante a gravidez as mulheres tomem as mesmas precauções que outras pessoas para evitar a infecção (lavar as mãos, evitar tocar a face, manter distanciamento social e praticar higiene respiratória), além de continuar comparecendo às consultas pré-natais. Entretanto, diante da necessidade de readequação dos serviços de saúde para atendimento prioritário às pessoas

com Covid-19, com consequente fechamento de alguns serviços de maternidade (Médico..., 2020; Prefeitura Municipal de Curitiba, 2020), as ativistas vêm clamando para que a assistência pré-natal não seja comprometida durante a pandemia. As profissionais de saúde afirmam categoricamente que atitudes precisam ser tomadas para proteger o “binômio mãe-bebê” e que os cuidados devem ser rigorosos e contínuos, independentemente do histórico clínico das pacientes, pois se trata de um “grupo vulnerável” e que necessitaria, portanto, de cuidados adicionais. O argumento é que, mesmo se no futuro tais cuidados se mostrarem exagerados, ou mesmo que novas informações levem à modificação desses cuidados, as decisões precisam ser tomadas com urgência.

Mas se, por um lado, o “pré-natal mínimo” precisa ser garantido para não “deixar passar mulheres cuja condição pode se agravar ao longo da gravidez”, por outro, a rigor, a exposição da mulher a ambientes potencialmente contaminantes, como postos de saúde e hospitais, aumenta o risco de contágio. Ou seja, o contato com serviços de saúde durante o pré-natal e, sobretudo, no parto, passa a ser objeto de maior cuidado e atenção. Esse risco de contágio impactou na transformação da cena do parto, fato que afeta particularmente profissionais e as mulheres adeptas do parto humanizado.

Como mencionado anteriormente, o direito de estar acompanhada durante o parto, seja por familiares ou por uma doula, tem sido tema de debate durante a pandemia e motivo para dissenso entre ativistas do MH. A recomendação para limitar o número de pessoas circulando nos hospitais/maternidades está presente em diversas diretrizes relativas à assistência ao parto. Assim, só seria permitido um acompanhante por mulher, que seja de seu convívio, não pertença aos grupos de risco e não apresente sintomas gripais, sendo vedado o rodízio de pessoas. Para algumas ativistas, essa restrição é necessária nesse momento para reduzir a disseminação do vírus, isto é, como “um direito coletivo que vai se sobrepor ao direito individual” da mulher que pare. Contudo, para outras, o direito das mulheres a uma assistência digna e respeitosa está sendo “relativizado”, já que a Lei do Acompanhante segue sendo descumprida em muitos hospitais/maternidade e a limitação de pessoas não seria aplicável a outros profissionais, como anestesistas e pediatras, por exemplo.

Outra recomendação é para que toda a equipe dentro da unidade obstétrica e as mulheres com suspeita ou diagnóstico confirmado da Covid-19

usem máscaras e outros equipamentos de proteção durante o parto. Entretanto, conforme relatou uma enfermeira obstetra em uma *live* no Instagram em 23 de abril:

No trabalho de parto, principalmente no expulsivo, é difícil a gestante continuar usando a máscara. *É um momento de desorganização, vamos dizer assim, desses padrões de controle do risco de infecção [...].* Pessoas confirmadas ou suspeitas, seja sintomática ou assintomática, podem transmitir a partir da emissão de gotículas [...]. Imagina, então, uma pessoa que está no expulsivo, que tá empurrando, fazendo força, que tá gritando, vocalizando, a chance de que existam gotículas no ambiente nesse momento é bastante considerável [...]. A ideia por trás dessa interdição [do contato pele-a-pele, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria] é porque esse bebê, em tese, saudável, iria para o pele a pele em um momento em que haveria uma chance bastante considerável de gotículas presentes pela própria dinâmica do expulsivo.

Desconstruir/desorganizar o *setting* hospitalar tradicional onde se desenrolava o parto está no âmago do modo de parir proposto pelo MH. Este *setting*, com tudo que implica do ponto de vista de paramentos, instrumentos e isolamentos, deve ser abandonado em nome da “normalidade” do parto e do protagonismo da parturiente.

Ao contrário do *setting* tradicional, uma sala de parto humanizado deve ser o mais próxima possível de um quarto qualquer. A parturiente pode escolher ficar sentada em almofadas, deitada na cama, de pé deambulando. Pode dar à luz no quarto ou na banheiro, na posição que for mais cômoda para si. O contato entre ela e as pessoas que a acompanham não deve ser mediado por aparatos ou vestimentas. Pelo contrário, proximidade, contato corporal e o toque das mãos são valorizados. Como se costuma dizer, o “pele a pele”. Igualmente, os fluidos devem circular livremente. Líquido amniótico, sangue, lágrimas, urina e fezes – não há uma preocupação especial em separar os fluidos ou neutralizá-los. A preocupação higiênica não deve ser uma barreira para a vivência integral desse momento de ímpar relevância subjetiva. Além disso, a placenta destaca-se como símbolo da conexão mãe-bebê, devendo a mulher decidir se vai “plantá-la”, consumi-la em cápsulas ou in natura, ou utilizá-la como “carimbo” em gravuras. A corporalidade valorizada pelo parto humanizado

implica necessariamente contato, mistura, cruzamentos e embaralhamentos com/entre substâncias e pessoas.

Como observamos acima, parir durante a pandemia, enquanto “momento de desorganização dos padrões de controle da infecção”, faz com que certos aspectos já consolidados na humanização sejam novamente debatidos e, em alguma medida, modificados. Enquanto o alojamento conjunto e a amamentação permanecem nas recomendações como práticas a serem mantidas e estimuladas, mesmo para mulheres com suspeita ou diagnóstico confirmado da Covid-19, o contato pele a pele seria contraindicado nesses casos. A lógica dessa interdição é que quanto maior a proximidade e mais tempo se passar perto de uma pessoa infectada, mesmo que assintomática, maior o risco de contágio; e a prática do pele a pele é, por definição, contato íntimo, imediato e prolongado com o bebê (momento denominado *golden hour*). Nesse sentido, a recomendação dos profissionais humanizados para essa prática, por exemplo, é realizar, após o nascimento, uma higienização com clorexidina das partes do corpo da mulher que terá contato com o bebê (para remover as “gotículas”) e colocar a máscara antes de pegá-lo no colo. Além dessas mudanças, o parto na água, considerado um recurso não farmacológico importante para alívio da dor, está sendo desaconselhado, e a placenta, que representava a “árvore da vida” (Menezes, 2019), agora está sendo considerada resíduo potencialmente infectante, devendo ser imediatamente descartada.

Assim, o risco de contágio parece afetar grande parte do que caracteriza um parto humanizado. O contato corporal, a mistura de fluidos, o desenrolar “desorganizado” devem ser controlados quando o Outro representa fonte de perigo. Porém, conforme aponta Czeresnia (1997, p. 9), “o sentimento de ameaça, que está na base dessa experiência, convive com a circunstância de que a relação com o outro é necessária ou mesmo primordial, o que remete a uma condição paradoxal”.

O que ou quem está em risco?

A questão da mortalidade materna – considerada pelos especialistas desse campo como um indicador importante e politicamente poderoso (Storeng; Béhague, 2017) – também foi alvo das denúncias que encontramos nos *posts*.

Na época em que houve a inclusão, o Brasil contabilizava três casos de morte materna em decorrência da Covid-19, em um total aproximado de 1.100 mortes. Atualmente, em agosto de 2020, seguindo uma evolução catastrófica no (des)controle da epidemia, o país contabiliza mais de 200 mortes maternas em um total de mais de 100 mil mortos. Diante da falta de dados oficiais do MS e da subnotificação de óbitos por Covid-19 no país, essas mortes estão sendo compiladas e divulgadas pelo MH.⁹ Uma estatística amplamente divulgada é que entre dez mortes maternas por Covid-19 ocorridas no mundo, oito são de brasileiras (Lisaukas, 2020). Aqui seria necessário discutir a mortalidade materna tout court no país, que já era alta antes da pandemia. Também é necessário perguntar: quem são as mulheres que figuram nessa alta taxa de mortalidade?

Com a evolução da epidemia, ficou evidente que as populações mais atingidas – do ponto de vista da gravidade da doença e da mortalidade – são os grupos socialmente vulneráveis e marginalizados, como negros e pobres que vivem tanto nas periferias quanto em áreas distantes dos grandes centros urbanos, além das populações indígenas, vítimas de verdadeiro genocídio. É possível imaginar um cruzamento dessa estatística com a mortalidade materna por Covid-19 – ou seja, as mulheres que estão apresentando quadro agravado da doença, com alta probabilidade de morte, possivelmente pertencem a esses grupos de risco socialmente (e não medicamente) definidos. Assim como o recorte de classe e raça/cor, o desmonte do SUS nos últimos anos, como sabemos, também vem desempenhando um papel primordial nesses resultados.¹⁰

Desse ponto de vista, o “entusiasmo” pela inclusão de *todas* as gestantes e puérperas nos grupos de risco deve ser visto com cautela. Isso porque os argumentos utilizados, ao enfatizarem parâmetros biomédicos, apesar de estarem baseados em observações médicas, deixam de lado gritantes evidências sociológicas. É claro que não queremos negar que transformações corporais

9 Esse trabalho está sendo realizado, principalmente, pelo GBECG. O grupo reúne e analisa as informações sobre óbitos maternos a partir de reportagens e de relatos de profissionais da assistência, e publica notas de pesquisa em periódicos nacionais e internacionais.

10 Esses atravessamentos foram reconhecidos pelo MH a partir da nota publicada pelo GBECG na revista *Clinical Infectious Diseases*. Nessa nota de pesquisa, Santos *et al.* (2020) abordam o impacto desproporcional da doença entre mulheres negras no Brasil.

acontecem durante a gravidez, no parto e no pós-parto, tampouco negamos os desafios impostos pela nova doença, que instala um contexto extraordinário afetando particularmente grávidas, parturientes e puérperas. Queremos chamar atenção para o modo como a expressão “fator de risco” é utilizada dentro da lógica biomédica, que ressalta uma espécie de “vulnerabilidade essencial” dessas mulheres, ofuscando as desigualdades estruturais que marcam os desfechos perinatais no país.

Gostaríamos de encerrar este artigo tecendo reflexões sobre algumas tensões que se estabelecem nesse contexto. A caracterização de grávidas e puérperas como grupo de risco representa uma estratégia política importante, que visa chamar atenção para a “saúde materna”, assim como assegurar o cumprimento de direitos para grávidas e puérperas (de cuidados de saúde e de afastamento do trabalho, por exemplo). Contudo, o preço a se pagar pode ser a reafirmação da “vulnerabilidade” dessas mulheres, independentemente das diferenças que possam existir entre elas. Ademais, considerando que circunstâncias “de risco” podem justificar mais intervenções na cena do parto, é importante que nos perguntemos: quais serão os impactos nas práticas de assistência e nas subjetividades de quem está “mais em risco”? Seriam essas transformações na cena (com a possível perda de protagonismo, e consequente fragilização do poder da parturiente em comandar o próprio parto) uma nova “volta do parafuso da medicalização”? Ainda, quais serão os impactos na disputa entre as diferentes perspectivas obstétricas e entre os diferentes profissionais envolvidos nesse novo cenário? Afinal, se a equipe deve ser reduzida ao mínimo possível, quem se mostrará indispensável?

Por fim, cabe dizer que este artigo foi escrito nos meses iniciais da pandemia e, nesse período, tivemos que lidar com informações que foram (e ainda estão) se transformando no decorrer do tempo. Nossa curiosidade foi instigada pela pressão exercida por representantes do MH no sentido de incluir gestantes e puérperas no grupo de risco. Buscamos compreender os argumentos favoráveis a essa inclusão e as propostas de mudança na cena do parto induzidas pelas noções de risco que a pandemia evoca. Esperamos com isso contribuir para aprofundar as reflexões em torno desse período peculiar da vida de tantas mulheres, que envolve políticas de Estado, profissionais diversos e movimentos da sociedade civil num complexo emaranhado de desafios, lutas e alianças que a pandemia agora põe à prova.

Referências

- ALEIXO, M. O acompanhamento à gestante em tempos de Covid-19: notas para o debate. In: GRUNVALD, V. et al. (ed.). *antropOLÓGICAS EPIDÊMICAS*, [s. l.], 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/o-acompanhamento-%C3%A0-gestante-em-tempos-de-covid-19-notas-para-o-debate>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- AMORIM, M.; TAKEMOTO, M.; FONSECA, E. Maternal deaths with coronavirus disease 2019: a different outcome from low- to middle-resource countries?. *American Journal of Obstetrics & Gynecology*, New York, v. 223, n. 2, p. 289-299, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Ciclos da Vida. Coordenação da Saúde da Mulher. *Nota técnica nº 12/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Infecção COVID-19 e os riscos às mulheres no ciclo gravídico-puerperal*. Brasília: MS, 18 abr. 2020.
- CARNEIRO, R. *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.
- CARNEIRO, R. Gestar e parir em tempos de COVID-19: uma tragédia anunciada?. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 29, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2343-boletim-n-29-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CHADWICK, R.; FOSTER, D. Negotiating risky bodies: childbirth and constructions of risk. *Health, Risk & Society*, Abingdon, v. 16, n. 1, p. 68-83, 2014.
- CHEN, H. et al. Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women: a retrospective review of medical records. *The Lancet*, [s. l.], v. 395, p. 710-711, 2020.
- COXON, K. et al. Editorial: reconceptualising risk in childbirth. *Midwifery*, Oxford, v. 38, p. 1-5, 2016.
- CZERESNIA, D. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.
- DAVIS-FLOYD, R.; GUTSCHOW, K.; SCHWARTZ, D. A. Pregnancy, birth and the COVID-19 pandemic in the United States. *Medical Anthropology*, Abingdon, v. 39, n. 5, p. 413-427, 2020.
- DINIZ, C. S. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005.

DINIZ, C. S. Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 313-326, 2009.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 46, p. 3-38, 1998.

JONES, R. Apresentação à nova edição brasileira. In: BALASKAS, J. *Parto ativo: guia prático para o parto natural*. São Paulo: Editora Aquariana/Ground, 2015. p. 13-18.

LISAUSKAS, R. Oito em cada dez gestantes e puérperas que morreram no mundo eram brasileiras. *Estadão*, São Paulo, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://emails.estadão.com.br/blogs/ser-mae/oito-em-cada-dez-gestantes-e-puerperas-que-morreram-de-coronavirus-no-mundo-eram-brasileiras/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LUPTON, D. 'Precious cargo': foetal subjects, risk and reproductive citizenship. *Critical Public Health*, Abingdon, v. 22, n. 3, p. 329-340, 2012.

MARTINS, A. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

MÉDICO denuncia fechamento de maternidade em Jabotão; gestantes chegam e ficam sem atendimento. In: TV JORNAL. Recife: JCPM, 10 maio 2020. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/2020/05/10/medico-denuncia-fechamento-de-maternidade-em-jaboatao-gestantes-chegam-e-ficam-sem-atendimento-188313>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENEZES, R. "Usei o 'carimbo' da placenta do Valentin para fazer um quadro da árvore da vida", diz Carol Dantas. *Crescer*, Rio de Janeiro, 1 out. 2019. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Pais-famosos/noticia/2019/10/usei-o-carimbo-da-placenta-d-valentin-para-fazer-um-quadro-da-arvore-da-vida-diz-carol-dantas.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

NAKANO, A.; BONAN, C.; TEIXEIRA, L. O trabalho de parto do obstetra: estilo de pensamento e normalização do "parto cesáreo" entre obstetras. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 415-432, 2017.

NEVES, E. *Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco*. São Luís: Edufma, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Maternidade Bairro Novo transfere partos e reforça rede de combate à covid-19*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/maternidade-bairro-novo-transfere-partos-e-reforca-rede-de-combate-a-covid-19/55456>. Acesso em: 10 ago. 2020.

QIAO, J. What are the risks of COVID-19 infection in pregnant women?. *The Lancet*, [s. l.], v. 395, p. 760-762, 2020.

REZENDE, C. Um estado emotivo: representação da gravidez na mídia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 315-344, 2011.

ROBLES, A. Da gravidez de “risco” às “maternidades de risco”: Biopolítica e regulações sanitárias nas experiências de mulheres de camadas populares de Recife. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 139-169, 2015.

RUSSO, J. *et al.* Escalando vulcões: a releitura da dor no parto humanizado. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 519-550, 2019.

SANTANA, N. “Medo do desconhecido” – atenção às gestantes, parturientes e puérperas no contexto da COVID-19. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 29, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2343-boletim-n-29-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, D. *et al.* Disproportionate impact of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) among pregnant and postpartum black women in Brazil through structural racism lens. *Clinical Infectious Diseases*, [s. l.], 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa1066>.

SCAMELL, M; ALASZEWSKI, A. Fateful moments and the categorisation of risk: midwifery practice and the ever-narrowing window of normality during childbirth. *Health, Risk & Society*, Abingdon, v. 14, n. 2, p. 207-221, 2012.

SILVA, F.; RUSSO, J. “A porta da transformação só abre pelo lado de dentro”: notas etnográficas sobre o processo da (trans)formação de si em cursos de capacitação de doulas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 162-180, 2019.

STORENG, K.; BÉHAGUE, D. “Guilty until proven innocent”: the contested use of maternal mortality indicators in global health. *Critical Public Health*, Abingdon, v. 27, n. 2, p. 163-176, 2017.

TEMPESTA, G. Como apoiar o início da vida em tempos de morte? Pensando sobre o ofício das doulas durante a pandemia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 49, 27 maio 2020. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2371-boletim-n-49-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TORNQUIST, C. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WEIR, L. *Pregnancy, risk, and biopolitics: on the threshold of the living subject*. New York: Routledge, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease (COVID-19): pregnancy and childbirth*. [S. l.]: WHO, 2 Sept. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-on-covid-19-pregnancy-and-childbirth>. Acesso em: 8 set. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

***A xawara* e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19**

The *xawara* and the dead: Yanomami people, mourning and fighting along COVID-19 pandemic

Marcelo Moura Silva^I

<https://orcid.org/0000-0002-2105-8813>

mouramarcelosilva@gmail.com

Carlos Estellita-Lins^{II,III}

<https://orcid.org/0000-0001-9509-1811>

carlos.estellita@icict.fiocruz.br

^I Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutorando em Antropologia Social

^{II} Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III} Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Pesquisador associado

Resumo

A partir de uma etnografia das primeiras repercussões da pandemia do coronavírus entre os Yanomami, apontamos cruzamentos e tensões entre concepções nativas sobre a morte e a origem das doenças e discursos da epidemiologia e da biossegurança, sobretudo na imposição do sepultamento biosseguro dos corpos dos Yanomami vítimas da Covid-19. Acompanhamos algumas traduções da pandemia feita pelos Yanomami, na Terra Indígena Yanomami, destacando a correlação entre a categoria nativa *xawara* e a história do contato com os *napë* (brancos), principalmente no modo como a chegada de uma nova doença reativa a memória das epidemias do passado e reelabora os perigos da proximidade com os brancos. Por fim, ao redor dos excessos patogênicos dos cadáveres, discute-se uma equivocação controlada envolvendo as insistentes permanências dos vírus e dos *pore* (alma-fantasma) dos mortos. Buscou-se reconhecer os embates cosmopolíticos e a necessidade de traduções efetivas entre protocolos de biossegurança e a prática ritual dos funerais Yanomami, onde se mostra útil a adoção da hipótese do multinaturalismo para apresentar práticas compartilhadas na pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: pandemia; etiologia Yanomami; ritos fúnebres; cosmopolítica.

Abstract

Provided an ethnography attentive to the first repercussions of the coronavirus pandemic among the Yanomami, we pointed out tensions and cross-overs between native conceptions about the origin of diseases or death and epidemiology or biosafety discourses, especially due to imposing biosecurity corpse burial rules on Yanomami victims of COVID-19. We did follow some pandemic translation efforts by the Yanomami, in the Yanomami Indigenous Land, highlighting the correlation between the *xawara* and the history of *napë* (whites) contact, focusing especially the way through which new disease arrival reactivates memories of past epidemics and re-enacts dangers of close proximity to white people. Finally, around the pathogenic excesses of the corpses, a controlled equivocation involving the insistent permanence of viruses and the *pores* (ghost soul) of the dead was discussed. We sought to recognize cosmopolitical clashes and a claim for effective translations between biosecurity protocols and the ritual practice of Yanomami funerals. It proved useful to adopt the hypothesis of multinaturalism to discuss shared practices in COVID-19 pandemic.

Keywords: pandemic, Yanomami etiology, funerary rites, cosmopolitics.

Em 9 de abril de 2020 a pandemia do Sars CoV-2 se materializou nos corpos e na vida dos Yanomami. Nesse dia, registrou-se o primeiro óbito por Covid-19 entre os indígenas da etnia. Poucas horas depois de falecer em Boa Vista, na UTI do Hospital Geral de Roraima, a vítima – um adolescente da comunidade Helepe – foi enterrada sem consentimento dos familiares em um cemitério da mesma cidade, sob procedimentos emergenciais recomendados no protocolo de biossegurança do Ministério da Saúde e aplicados pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (os DSEIs) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Quando a notícia passou a circular na floresta, um de nós estava junto dos Yanomami, na comunidade Maxokapiu.¹ Desde declarada a pandemia no Brasil as informações chegavam pela conexão, via radiofonia, entre as comunidades e os Yanomami que acessavam o rádio na sede da Hutukara Associação Yanomami (HAY) em Boa Vista. As mensagens davam conta de deixar todos alertas, o antropólogo inclusive. Os números assustavam e aumentavam todos os dias. “A terra-floresta dos brancos vai ficar vazia” (*napëpë urihi a prokëprario*), diziam os interlocutores na cidade. Nos primeiros momentos as notícias eram recebidas com curiosidade e certa apreensão, mas, com a primeira morte e principalmente o enterro compulsório a que a vítima foi submetida, o medo se instalou entre os Yanomami.

Esse duplo fato, a morte pelo novo vírus e o sepultamento na cidade, inseriu os Yanomami na globalização das estatísticas da Covid-19 e escancarou o fosso de diferença entre a experiência local dessa cultura particular com a doença e a morte e as diretrizes e protocolos adotados por governos e instituições internacionais na administração do contexto pandêmico. Sendo compulsório, o enterro biosseguro enquanto medida de contenção ao vírus pode também ser caracterizado, assim como faz Stengers (2018) para embates cosmopolíticos, por uma “declaração de guerra” dos especialistas – políticos, governantes, legisladores, infectologistas e epidemiologistas – lançada contra aqueles cujas tradições são trazidas à cena para serem condenadas como possíveis vetores da propagação viral. Nos referimos à intraduzível violência que o enterro

1 Comunidade no médio curso do rio Demini, porção central da Terra Indígena Yanomami, onde um dos autores, Marcelo Moura Silva, realiza pesquisa, desde 2018, entre os Yanomami falantes do dialeto *yanomae*.

de um parente morto, e o impedimento que o sepultamento cria para o ritual funerário *reahu* representam para o povo Yanomami e sua sociocosmologia. Em um texto recente, o antropólogo Bruce Albert (2020) expõe a questão: “Dispor de um defunto sem rituais funerários tradicionais constitui, para os Yanomami, como para qualquer outro povo, um ato inumano e, portanto, infame.”

A “infâmia” se originou em um documento, bastante *sui generis* e talvez precipitado, do Conselho Nacional de Justiça. Precipitado porque foi o primeiro documento brasileiro acerca da pandemia, apenas seis dias após publicação análoga sobre o manejo de cadáveres, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). *Sui generis* pois não considera aquilo que outros documentos buscam exprimir ao recomendar ações em saúde – de que modo fazer um enterro digno para a família e seguro para a comunidade.² Não existe nenhuma recomendação que determine sepultamento ou cremação imediatos para as vítimas da Covid-19. Em Nova York proliferaram câmaras frigoríficas; em ambientes de pesquisa as necropsias têm sido praticadas; as recomendações admitem inclusive sepultamento local nas comunidades.³

Entre os Yanomami, a morte enseja o período de luto que se estende até o rito funerário *reahu*. A magnitude do evento, que articula um amplo espectro de fundamentos cosmológicos e da organização do ambiente sociopolítico (cf. Albert, 1985), demanda uma série de preparativos e protocolos, desde o cuidado com o corpo até a organização e o desenrolar do ritual. Resumidamente, os procedimentos para lidar com o corpo morto consistem em embrulhar o cadáver em palhas e içá-lo em uma estrutura posta alta nas árvores da floresta. Permanecerá em processo de putrefação, que objetiva separar a carne dos ossos. Os ossos, então, serão calcinados numa pira funerária junto aos pertences do morto, pulverizados e transformados em cinzas que serão condicionadas em cabaças. Estas, então, são seladas e só voltarão a ser abertas no momento

-
- 2 A portaria conjunta nº 1, de 30 de março de 2020, assinada pelo corregedor nacional de Justiça e pelo ministro da Saúde, estabelece “procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos”, nas hipóteses de “ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado” ou em razão de exigência de saúde pública (Conselho Nacional de Justiça, 2020).
 - 3 O documento aplicando o conceito de manejo seguro “safe management of a dead body” é de 24/03/2020 (World Health Organization, 2020). A importância do tema provém de febres hemorrágicas altamente contagiosas como o Ebola. Poderíamos dizer que os Krahó estudados por Manuela Carneiro da Cunha (1978) são especialistas nesse manejo seguro do corpo dos mortos.

de fazer “desaparecer as cinzas” (*poraximu*). É o momento da realização do ritual propriamente dito, de chorar o morto junto aos corresidentes e visitantes. As cinzas serão, então, enterradas ou diluídas em mingau de banana para serem consumidas no ritual.

O *reahu* é algo de importância vital para os vivos, que administram as fronteiras e as dinâmicas de distanciamento e aproximação entre vivos e mortos, parentes e afins, aliados e inimigos (Albert, 1985) ao trabalharem o luto chorando, coletivamente, as relações do morto em vida. Mas o *reahu* é, também, fundamental para os mortos que podem, enfim, percorrer a trilha final para a vida póstuma. Os Yanomami contam que, na morte, os componentes imateriais da pessoa se desprendem do corpo para se transformarem nos *pore*, almas-fantasmas dos mortos cujo destino, após a vida, é uma aldeia na floresta acima das costas do céu.

Sobretudo, o *reahu* permite o esquecimento. Fazer desaparecer as cinzas e a memória do morto é conjurar a possibilidade de sua permanência no mundo dos vivos e de um possível retorno para atrair seus parentes para si, levando-os à doença e à morte. Desse modo, o enterro biosseguro ao fazer permanecer o morto, além de ser um fato revoltante e uma dor profunda para os parentes, representa um desequilíbrio perigoso entre o mundo dos vivos e dos mortos, atualizado na agência patogênica da saudade e dos *pore*. Até outubro de 2020, foram 11 casos de sepultamentos, em um quadro estatístico para a Terra Indígena Yanomami (TIY) de 10 mortes confirmadas e 13 suspeitas para a Covid-19, dentro de 1.202 casos de contaminação confirmados.⁴ Ao lado do combate à propagação do vírus em suas terras, se inaugura uma contenda jurídica, política, ética, cosmopolítica, ao redor da intenção dos Yanomami de retomarem os corpos de seus parentes vítimas da pandemia.

Muito se discutiu, durante as iniciativas de cooperação do movimento *global health*,⁵ sobre a real possibilidade de acordos ou de algum impacto

4 Ver Machado *et al.* (2020) para um panorama dos efeitos da pandemia na TIY, além do monitoramento divulgado pela Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana (<https://www.facebook.com/RedeProYanomamiYekwana/>).

5 O termo descreve três aspectos articulados constituindo um movimento forte na primeira década do século XXI: a incorporação de iniciativas de medicina tropical e saúde internacional europeias; interesse investigativo anglo-saxão; e cooperação de ONGs, Banco Mundial e agências de fomento internacionais com a OMS/WHO. Trata-se de uma tentativa de fazer ponte entre hemisfério norte e sul no interesse de uma agenda de saúde globalizada.

na aliança da medicina baseada em evidências com os saberes tradicionais baseados em “iminências”. Há posições matizadas, apostas relativistas e algum saudável ceticismo de etnólogos quanto ao caráter pouco saudável do diálogo tecnológico mobilizado na ocasião. Uma vez perdido o elã dessas megainiciativas e igualmente destruída a rede de prevenção e *preparedness* das pandemias asiáticas, restou ao mundo neoliberal do Antropoceno apenas a lição do Ebola: impeça circulação, faça quarentena, saiba que vai morrer, morra de medo e sepulte o cadáver bem lacrado! Nossa questão passa a ser de que modo uma decisão político-jurídica sobre os corpos dos Yanomami pode, ao mesmo tempo, “ser ativamente protegida da ficção segundo a qual os seres humanos de boa vontade decidem em nome do interesse geral” (Stengers, 2018, p. 459) e propor um tipo de reflexão que coloque o problema em presença daqueles corpos e almas que correriam o risco de serem enquadrados sob a lógica do bem comum e verem suas reivindicações desqualificadas como “interesses egoístas” dentro de uma crise generalizada.

É a partir de uma reflexão sobre disputas ao redor do vírus, suas origens, caminhos e permanências, e de uma etnografia dos primeiros efeitos da pandemia entre os Yanomami, que destacamos as relações político-etiológicas entre vivos e mortos, indígenas e não indígenas, situando a pandemia desde um ponto de vista Yanomami. Contudo, essas relações se veem também atravessadas pelos discursos científicos emergentes sobre as relações entre humanos e não humanos. Buscamos refletir sobre os problemas levantados nesse entrecruzamento das ontologias modernas e indígenas, que poderiam ser pensadas enquanto um mal-entendido acerca da natureza e seus limites cósmicos. De um lado, o povo Yanomami tentando resolver um problema provocado pela *xawara*,⁶ trazida pelos brancos. De outro, os brancos colecionadores de vírus investigam de que modo essa “espécie” inesperada teria pulado do animal selvagem para o mercado humano.

Etiologia e história

A militância político-textual de Davi Kopenawa e Bruce Albert anunciava a queda do céu e a peste. Como pensar esse “acontecimento”? Além das camadas

6 Termo utilizado pelos Yanomami para traduzir o conceito de epidemia, além de se referir a doenças infecciosas contagiosas (ver Kopenawa; Albert, 2015, p. 613).

de discussão sobre mito, história e equívoco na tradução, pensamos na morte como matéria semiológica/signalética por traduzir. A profecia xamânica foi aproximada de uma advertência ecológica e de uma sabedoria étnica. Como dimensionar seu caráter profético? Escatologia, sim, mas também teoria do fim, da morte e do esquecimento em outras acepções? Militantes verdes do Antropoceno entendem que BAU – *business as usual* – chega ao fim com o desequilíbrio mundial por recessão econômica. Já pensadores de modos de vida, como Latour, propõem que se pense no fim e se pratique alguns fins de mundo. Kopenawa e outros pensadores indígenas, como Ailton Krenak, nos pedem que adiemos o fim, evitemos a queda do céu. A possibilidade da comunicação de experiências de fim de mundo parece notável e pertinente. Por outro lado, os pedaços do céu que parecem cair na pandemia não se apresentam, para os Yanomami, como evento ou acontecimento do tipo fim do mundo – como para os brancos –, e eles apreendem essa nova *xawara* como mais uma doença do arsenal dos brancos.

A pandemia chegou na TIY primeiramente como notícia. Os Yanomami na cidade transmitiam as informações do avanço do vírus no mundo e no Brasil. Os informes geravam uma enorme audiência, pessoas corriam para se reunir ao redor do rádio para ouvir as palavras sobre a nova doença. Desde outras comunidades, centenas de pessoas interagiam na mesma frequência. O modo como a doença havia se alastrado no mundo, o alto grau de letalidade e a rapidez com que agia, os grupos de risco, a falta de remédios e as incertezas das pesquisas médicas eram elementos enfatizados para mostrar como os brancos estavam com medo: “Hoje os brancos... eles estão com medo, porque eles não sabem/conhecem.” Nessas conversas, a Covid-19 passou a ser conhecida por suas traduções em *yanomae*: *hewẽ* e *opo xawarapẽ*, epidemias do morcego e do tatu.

Queremos nos deter brevemente sobre essa tradução para considerar o rendimento da categoria etiológica *xawara* para uma reflexão sobre como os Yanomami interpretam sua relação com os brancos. É pela tradução *xawara*/epidemia que percebem o coronavírus não como um evento de exceção e singularidade, mas como outro desdobramento histórico do caráter essencialmente patogênico dos *napẽ* e do perigo que representam seus vírus e práticas. Essa correlação entre brancos e poderes patogênicos se constrói desde os primeiros anos de contato, em função da coincidência da chegada dos *napẽ* e o aparecimento das epidemias.

Ampla por definição, a classificação *xawara* compreende doenças de origem exógena, vorazes e devastadoras. Ao longo das últimas décadas a categoria – além de reter uma informação sobre a posição dos brancos em relação aos Yanomami – tem sido agenciada para dar conta da sucessão dos eventos epidêmicos (Albert, 1992, 2002). Apesar de estarem essencialmente atreladas aos *napë* como vetores, as epidemias *xawara* ganham outras classificações, que informam a especificidade dos agentes e eventos que lhes são causa. Em *A queda do céu*, Davi Kopenawa apresenta uma exegese epidemiológica onde encontramos, por exemplo, a “epidemia do padre”, a “epidemia do Oswaldo”, a “epidemia do helicóptero”, também conhecida como epidemia do *Werih sihipi u* (Kopenawa; Albert, 2015, p. 307-309).

É nesse inventário de enfermidades do contato que se acomodou a Covid-19. É *xawara* por sua voracidade e por seu vetor: os *napë*. Os classificadores *hewë* (morcego) e *opo* (tatu), efeitos de traduções similares às anteriores, tomam índices das reflexões epidemiológicas *napë*, para interpretá-los em elaborações xamânicas. Quando indagados sobre o porquê “do morcego” (*hewë xawara a*), os Yanomami respondiam – considerando as notícias que recebiam no rádio – que essa *xawara* havia começado porque, em uma terra muito distante, as pessoas teriam o hábito de comer morcegos. Ora, para os Yanomami comer morcegos é algo reprovável, atividade que só poderia estar relacionada a um povo desconhecido, sobre quem é possível projetar qualquer especulação sobre a *diferença*. Ademais, uma perspectiva sobre a relação entre doenças e a não observação de determinadas restrições culinárias não é, de modo algum, estranha aos Yanomami. Para citar um exemplo, quando estão grávidos, os casais Yanomami passam a observar uma dieta que os priva de comer carne de caças e peixes “grandes”. Explicam que com isso evitam os ataques dos espíritos animais, vingativos e poderosos, que provocariam o adoecimento e a morte da mãe ou do bebê.

Que a pandemia tivesse sido desencadeada por um desequilíbrio alimentar ao redor dos morcegos parecia, assim, perfeitamente condizente com as etiológicas Yanomami. Porém a segunda classificação da *xawara* em uso, “do tatu”, sugere um deslocamento de uma apreciação culinária comum: o tatu é item no cardápio de caças Yanomami. O que os Yanomami relacionavam ao tatu não era uma prática alimentar execrável, mas outra atitude condenável dos *napë*, também diretamente associada à gênese do infortúnio atual. Assim como os *tatus*, há um tipo de inimigo, infelizmente, bem conhecido pelos Yanomami,

que é notável por sua capacidade de cavar buracos: o garimpo. “Tatuzão” é como os Yanomami se referem, em português, aos grandes empreendimentos do garimpo ilegal em suas terras. Associados aos desequilíbrios ambientais do extrativismo desenfreado, a presença do tatu na tradução Yanomami da pandemia se relaciona com outra elaboração xamânica sobre a gênese das *xawara*, por estarem associadas aos minérios: ambos foram enterrados pelo demiurgo Omama no tempo mítico. É dos minérios expostos nos enormes buracos dos garimpeiros que emanam os eflúvios patogênicos das epidemias (cf. Albert, 1992, 2002; Kopenawa; Albert, 2015).

Traduzindo a pandemia

A construção de sentido ao redor da *hewě/opo xawarapě* se dava a todo tempo: nas conversas entre as pessoas no cotidiano da casa e do trabalho, em reuniões com lideranças de outras comunidades e também na relação com os profissionais de saúde que trabalham na floresta. Passou a ser um assunto recorrente da prática xamânica na busca por negociação com os espíritos responsáveis por esse novo mal e, particularmente, se tornou assunto dos discursos *hereamu*. O *hereamu*, proferido à noite ou na aurora da manhã, é o momento em que homens e mulheres expõem seus pensamentos ao grupo desde a praça central da grande casa circular. No período da pandemia, servia também para que fossem transmitidas as informações e reflexões sobre a *xawara*. À noite, uma das lideranças da comunidade, Geraldo Yanomami, falava da *xawara* e das notícias que ouvia pelo rádio. O que se segue são traduções para o português de suas palavras:

Hoje, na cidade, os brancos não estão trabalhando. Eles estão ficando somente dentro de suas casas. [...]. Por isso, eles enviaram suas palavras para nós: “*Awei*, pra vocês Yanomami continuarem vivendo com saúde vocês não vão para Barcelos.”⁷ Porque eles estão preocupados. Essa epidemia não é fraca. Ela é muito

7 Município do estado do Amazonas e principal via de acesso dos Yanomami da região do rio Demini ao mundo dos brancos.

forte mesmo. [...] Nós moramos numa única casa, por isso [se a doença chegar] em um só dia nós vamos acabar. Assim que vai acontecer.

[...] Eles não sabem, hoje as palavras não estão claras. Enfermeiros, médicos, todos eles não sabem. As palavras não são claras. Todos eles vão morrer. Eles podem acabar. Por causa da epidemia do morcego. Não tem remédio para ela. Porque ela é diferente. Só tinha vacina para a epidemia do porco [gripe suína]. Hoje não tem vacina. Nós podemos acabar.

Aqui, há uma consideração da situação das cidades e o fato dos *napë* estarem acossados em suas casas pelo vírus para o qual não têm remédio. O medo de sair para trabalhar é análogo a situações bem conhecidas pelos Yanomami, e enfatizá-lo é um modo de traduzir a pandemia aos termos nativos. Em diferentes momentos da vida Yanomami sair de casa (para roça, para floresta, etc.) é se fazer visível aos inimigos e seus ataques, principalmente em momentos de instabilidade como nos casos dos ritos de reclusão, de doença e de conflitos. São contextos em que ficar em casa é imperativo para uma sobrevivência saudável. Agora, era a vez dos *napë* entrarem em reclusão.

Em certo momento de seu discurso Geraldo passa a refletir sobre o modo como a doença seria mais grave nas pessoas mais velhas. A nova *xawara* vitimaria principalmente os mais fragilizados pelo tempo e por outras doenças. Nesse ponto, receoso, Geraldo percorre sua memória das epidemias do passado:

No passado eu já adoeci. Hoje talvez eu adoeca, eu não sei, não está claro. Pois eu já adoeci muitas vezes por causa das epidemias. Eu adoeci com a epidemia do *Werihí sihipi u* quando eu era criança. Mas eu me recuperei. Eu me recuperei, mas quando fizeram a estrada eu adoeci de novo. Eu me recuperei novamente, mas eu adoeci de novo quando a epidemia do filho do Kixi chegou. Assim aconteceu comigo, por isso, hoje, eu não aguentaria.

Nesse trecho, o vemos elencar três graves epidemias que acometeram os Yanomami nos primeiros anos de contato. Relembrar esses eventos marca não só o medo das comorbidades, mas, principalmente, conecta a *xawara* de hoje às do passado por suas origens: os brancos. Refletindo então sobre a necessidade de manterem-se afastados dos brancos, Geraldo faz uma observação sobre a

portaria da Funai⁸ que, segundo os avisos da Hutukara, proibia a entrada de não indígenas em seu território: “Vocês brancos não devem mais ir à floresta dos Yanomami.” E adiciona: “O governo proibiu, mas eu não sei. Só lá onde estão os garimpeiros que [os brancos] vão chegar. Só eles vão chegar de verdade.” Como vimos, os Yanomami enxergam no rastro de destruição da floresta – os enormes buracos escavados pelos garimpeiros – os índices da chegada da *xawara* que emana dos minérios.

Hoje, em uma matemática mortal, o contexto da TIY é de assombro e medo pela soma pandemia + invasão. Desde 2019, as atividades do garimpo ilegal voltaram a atingir contornos catastróficos, na esteira da ascensão ao poder de um discurso anti-indígena que é, ao mesmo tempo, permissivo e propulsor às violações dos territórios e direitos indígenas. No período da pandemia, o drama da invasão se acentua na medida em que as regiões da TIY mais afetadas pelo coronavírus são, justamente, onde se concentram os principais fluxos da invasão (Machado et al., 2020). De certo modo poderíamos imaginar um tatu grande demais para comer ou caçar, que despeja dejetos prateados de um metal líquido e altamente venenoso: o mercúrio, necessário para extração de ouro.

Curiosamente, lidamos com elementos da tabela periódica e com formas de vida minimalistas que engendram desterritorializações longas e violentas. Ao derreter o gelo dos polos fabricamos desertos. Ao acelerar os contatos com a plethora de vírus nos reservatórios dos mamíferos selvagens criamos zoonoses. O pulo entre espécies característico das zoonoses – termo antropocêntrico ao extremo⁹ – arrasta transformações-devires conectando humanos atuais, laboratórios, fábricas de vacina, morcegos desconhecidos, pangolins e tatus. O esforço de fazer que os vírus falem é permanente, pois são actantes cuja introdução no tribunal das coisas depende de tradução pelos cientistas versados em biologia molecular.

As interpretações da nova *xawara* partiam das informações que chegavam na floresta, traduções das notícias que circularam na cidade. A etiologia xamânica das *napẽ-noses* se reorganiza em um diálogo tradutivo com a etiologia científica das *zoo-noses*. Para os Yanomami, o desequilíbrio das relações humanas

8 Portaria nº 419, de 17 de março de 2020 (Fundação Nacional do Índio, 2020).

9 Deveríamos pensá-las como “exfermidades”? Enfermidades que nos abrem para a exterioridade radical, a partir da intimidade multicausal, em apropriação perspectivista.

com os animais e o meio ambiente está tematizado, assim como na mirada epidemiológica dos *napë*. Contudo, na etiologia Yanomami os brancos, humanos, são os vetores. É importante admitir a ideia de que os Yanomami se veem em contato com uma criação espúria de animais danosos e trazida pelos brancos. Nesse sentido, um vírus não é muito diferente de uma flechinha, dardo, ou um pequeno, e violento, espírito xamânico da floresta. O fato é que um não humano e não vivo é bastante letal, capaz de viver no curto espaço de tempo do contato entre humanos e criar disputas acerca das maneiras de morrer.

Como apontam virologistas, a catástrofe climática pode estar ligada ao desenvolvimento de zoonoses desconhecidas (Keck, 2020) como a pandemia de Covid-19. A grande extinção dos animais, as migrações dos viventes e novas condições/situações instáveis engendram problemas inéditos. Uma aparente simplificação do planeta é, contudo, paradoxalmente sacudida por ecologias microscópicas em permanente transformação e que falam em favor de um multinaturalismo. As políticas da *xawara*, expressas na disputa acerca dos sepultamentos de biossegurança, é um caso privilegiado para reflexão.

Os excessos dos mortos

Quando a notícia do primeiro caso de morte de um Yanomami chegou na floresta, as elaborações sobre a *xawara* do morcego/tatu ganharam contornos dramáticos. A ansiedade se erigia ao redor da nova enfermidade, mas, sobretudo, era a perspectiva do sepultamento que causava espanto. Diante dessa possibilidade, muitos Yanomami afirmavam que recusariam tratamentos médicos na cidade, contaminados por Covid-19 ou não. Nessa mesma tensão se viam os Yanomami internados na Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) em Boa Vista. Em vídeos-protestos que fizeram circular nas redes, exigiam serem levados de volta para suas comunidades com medo, principalmente, de serem enterrados na cidade: “Nós queremos lidar com os mortos da forma própria e correta dentro de nossa cultura. [...] Aqui nessa terra, vocês fazem as coisas atrapalhadas conosco, nós não queremos que vocês nos enterrem!”¹⁰

10 Fala de uma das lideranças parcialmente reproduzida no vídeo-protesto divulgado pela Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana nas mídias sociais (ver Liderança..., 2020).

Delineamentos propostos por uma “antropologia das epidemias” destacam o modo como os protocolos universais e as ações emergenciais de combate aos surtos epidêmicos, ao inscreverem as doenças infecciosas em uma linguagem de medo e risco, acabam por normalizar técnicas e práticas administrativas que tomam os indivíduos infectados, vivos e mortos, como uma ameaça ao ordenamento público (Elbe, 2008). Na coletânea *The anthropology of epidemics*, organizada por Ann H. Kelly, Frédéric Keck e Christos Lynteris (2019), os autores apontam para a importância de uma investigação antropológica dos surtos epidêmicos justamente como forma de questionar os diferentes impactos sociais desses eventos. Assim, demonstram como as repostas epidemiológicas tendem a desconsiderar as práticas nativas locais exceto para as enquadrarem como rotas de transmissão do vírus.

Dado o caráter emergencial das epidemias, os protocolos de biossegurança acabam por “promover o pretexto para a extensão do poder governamental sobre todas as formas de vida e modos de viver” (Keck; Kelly; Lynteris, 2019, p. 4, tradução nossa). É preciso atentar para como a aplicação de protocolos biosseguros universais, no momento em que se inserem em contextos culturais particulares, tendem a promover uma argumentação ao redor do caráter eminentemente insalubre de determinadas práticas de cuidado e ritos funerários nativos, contribuindo para uma estigmatização colonialista que acaba por aprofundar os impactos das epidemias. Nessa retórica de guerra, o impedimento dos ritos funerários tradicionais – e o modo como isso afeta a relação dos vivos com seus mortos – é mera causalidade em um contexto em que a presença do vírus eclipsa outras permanências.

Em particular, destacamos a “ansiedade ao redor dos funerais tradicionais” e a ênfase nos cadáveres infectados como objetos de intervenção pública (Keck; Kelly; Lynteris, 2019, p. 11, tradução nossa) quando o cadáver epidêmico passa a ser visto como um perigo social em sua aliança com o inimigo público, o vírus. Falando sobre o efeito estigmatizante das narrativas sobre os ritos funerários tradicionais no contexto do Ebola, Lynteris e Evans (2019) propõem uma abordagem que interpreta o corpo morto não somente como um objeto a ser administrado, mas como um processo, um agente disruptivo em produção e disputa, de modo que se possam considerar as demandas que esses fazem para a sociedade.

Nessa decisão, que é integralmente política, o que “sobra” no enterro forçado dos Yanomami é todo o espectro de violência contra os corpos e almas, as

famílias e comunidades, contra todo um povo, suas concepções de mundo, da vida, da morte. Afastar um povo de seus mortos é ameaçar suspender os alicerces da estruturação simbólica do ordenamento cosmológico e da agência dos sujeitos no mundo. Na América indígena, como já demonstravam Carneiro da Cunha (1978) e Viveiros de Castro (1986), a separação entre vivos e mortos tem, muitas vezes, um papel mais relevante na construção da ideia de humanidade do que a separação entre humanos e animais. Desagregar tal fronteira representa um risco grave sobre a possibilidade de reprodução da própria sociedade enquanto coletivo humano. Para os Yanomami, enquanto as cinzas dos mortos não desaparecem, sua permanência ressurgue como a causa insistente de possíveis doenças e mortes. O desequilíbrio da relação entre vivos e mortos resultante nesse resíduo é o excesso patogênico dos *pore* que o *reahu* quer eliminar, desaparecendo corpo e memórias. Assim, o enterro biosseguro compulsório é não só uma ofensa ao morto e aos seus parentes, mas uma desestabilização perigosa da separação entre vivos e mortos cuja falência é um “prenúncio do fim da sociedade” (Smiljanic, 2002).

A chegada dos missionários salesianos entre os Yanomami da região do rio Cauaburis criou um problema semelhante ao redor da prática do sepultamento. Como aponta Smiljanic, as primeiras tentativas de enterrar cadáveres impostas pelos salesianos foram frustradas pela resistência dos Yanomami que “reagiram, desenterrando o corpo, realizando a cremação e deixando claro aos missionários que eram contrários a essa prática.” (Smiljanic, 2002, p. 147). Como aponta a autora, a introdução de funerais do tipo cristão resultou no arrefecimento das práticas rituais nessa região, acarretando uma série de conflitos imediatos e repercussões a longo prazo no relacionamento interno dos grupos e entre as diferentes comunidades. Ademais, os Yanomami do rio Cauaburis também passaram a enfrentar os incômodos causados pelos inúmeros fantasmas dos mortos que vagam na floresta e nas aldeias.

Nesse mesmo plano de violência sobre os mortos e os rituais funerários dos Yanomami, lembremos ainda da famosa polêmica envolvendo as amostras de sangue coletada entre os Yanomami na Venezuela e no Brasil, pela equipe do geneticista James Neel e o antropólogo Napoleon Chagnon em 1967. Albert (2006) descreve a consternação dos Yanomami ao descobrirem, nos anos 2000, a existência de seu sangue ainda armazenado em laboratórios. Entre as pessoas cujo sangue havia sido coletado, muitos já estavam mortos. Foi só em 2015 que repatriaram as amostras e puderam, enfim, chorar os mortos e desaparecer

com os vestígios que ainda permaneciam no mundo dos vivos. Na aldeia Piaú, na região do Toototobi, foi realizado o *reahu*. Na cerimônia, depois de chorarem a lembrança dos falecidos os xamãs, de luvas cirúrgicas, despejaram o conteúdo das amostras em um buraco cavado no chão da casa.¹¹

Realizar um *reahu* para desaparecer ampolas de sangue quase 50 anos depois de terem sido coletadas (indevidamente) ilustra, de maneira suficiente, a importância inegociável do rito e o modo como os Yanomami estão dispostos a adaptarem-se para remediar o sofrimento causado pela retenção de seus mortos pelos *napë*. Apesar das idiosincrasias desse *reahu* específico, trataram de encerrar o luto e puderam, também, apaziguar e cuidar dos *pore* ofendidos pela permanência forçada no mundo dos vivos. No contexto da pandemia da Covid-19, os Yanomami impedidos de realizar o funeral de seus parentes serão, novamente, obrigados ao luto estendido, permanecendo expostos aos maus tratos da saudade e dos *pore*.

Conclusões

Na disputa ao redor do sepultamento dos Yanomami, o resíduo patogênico que a biossegurança quer extirpar é qualquer possibilidade de permanência do vírus. O excesso que os Yanomami querem por sua vez eliminar é a permanência, também patogênica, dos mortos no mundo dos humanos vivos. O que se revela é que ambos os lados argumentam pelo perigo do morto em relação ao ordenamento social, contudo estão em relação de equivocação (Viveiros de Castro, 2004), já que o que está em disputa é o desequilíbrio provocado pelas permanências do cadáver – os vírus e os *pore*. Um interpreta o morto como o perigo a ser administrado para impedir a transmissão do vírus, ainda que isso signifique despi-lo de humanidade; o outro advoga para o fato de que a violação do rito funerário é motivo de um desordenamento ainda mais profundo. Se a morte procede um rasgo no tecido das relações, o impedimento da despedida com os procedimentos corretos é outra dilaceração nessa rede de afetos e responsabilidades entre os vivos e os *pore*.

11 Para uma descrição detalhada, ver Souto Maior e Benfica (2015).

O problema da presença e passagem do vírus nos corpos dos vivos e dos mortos acaba por traduzir um desequilíbrio fisiológico em um amplo espectro de distúrbios sociocosmológicos. É preciso, urgentemente, reconhecer a particularidade das experiências indígenas nesse contexto, pois há um abismo insuperável entre a imposição de adaptações biosseguras e a violência de impedir totalmente o cuidado apropriado para com os mortos e o trabalho de luto para os vivos. Nesse sentido, o que se impõe como ferramenta em tal disputa é, necessariamente, um agenciamento político das traduções. Cabe apostar nelas de modo que conduzam a algum controle desses equívocos e sejam capazes de comunicar os termos em causa. Discussões e decisões devem dispor não só da definição objetiva de um vírus, mas também das perspectivas daqueles cujas vidas e práticas se entrecruzaram com o vírus, a enfermidade viral e o acontecimento produzido. No contexto em que nos debruçamos aqui, uma consulta aos cadáveres epidêmicos precisa ser acompanhada de uma consulta aos Yanomami e às almas de seus mortos, para que, no fim, a questão não seja resolvida tendo como mera referência um “mínimo de danos” que não permite enxergar toda a gama de sofrimentos envolvidos.

Por cosmopolíticas, entre outras coisas, Isabelle Stengers (2003, 2018) entende as incógnitas de uma questão relativa à “ecologia das práticas”. Cabe evitar tanto o elogio da ciência pura quanto a denúncia das técnicas (sempre buscando e sempre desprovidas de ética e valores) – aceitando uma diáspora de práticas. Para o etnólogo, assim como para o antropólogo das ciências, é pertinente perceber a natureza múltipla, não unificada, se dizendo de várias maneiras e tentar reconhecer uma guerra sincopada por negociações diplomáticas, que articula cosmologias pré-modernas no interior de impasses das ciências modernas. Isso ocorre na diplomacia política dos cadáveres sujeitos ao sepultamento sob regras máximas de biossegurança, que opõe rituais fúnebres Yanomami – produtores de uma floresta cheia de mortos e vivos sob cosmopolíticas intensivas – aos cuidados desgovernados da nação branca brasileira – imitadora de truques científicos cuja justificativa por vezes lhe escapa.

Há exigência de simetria absoluta entre duas formas de sepultamento distintas. Distintas não por se tratar de culturas que administram cadáveres diferentemente, mas, ao contrário, por fazerem surgir distintos vírus e enfermidades de acordo com naturezas distintas e incomensuráveis. Em uma delas o antigo jirau elevado aos céus, onde o cadáver iria esperar empoleirado para

reduzir-se aos ossos, a serem cremados e depois “desaparecidos” de acordo com ritos prolongados e cuidadosos. Noutra cena, reinam os envoltórios desenvolvidos para necrotério, feitos de polímeros plásticos absolutamente lacrados, com instruções de assepsia e regras sobrepostas às prescrições religiosas (de acordo com o relativismo cultural) desde que o corpo, fábrica de vírus, fique completamente isolado com seus produtos infectantes. O cientista protetor exclusivo dos vivos recomenda/obriga um percurso simples, localizado e discreto. A teoria da infecção só enxerga a luta imunológica do organismo contra moléculas vivas estranhas. Não se trata de pressupor ou buscar a paz perpétua das ciências, mas de deixá-las em suspenso enquanto ecoa um sussurro do tipo “há algo de mais importante em causa”.

Nesse momento, há algo de muito mais importante em causa e não se trata de sussurrar, mas de ecoar um grito pela dignidade dos vivos e dos mortos, para dar voz aos ameaçados, para que os experts compreendam que suas decisões são, também, uma declaração de guerra. “O que aqui importa é a proibição do esquecimento, ou pior, da humilhação” (Stengers, 2018, p. 462). Proibir que nós, brancos, esqueçamos os cadáveres dos Yanomami e a humilhação de mantê-los enterrados. Impedir a invasão, humilhação e violência sobre sua floresta, seus corpos, pensamentos e modos de viver e morrer, para que eles possam, enfim, fazer esquecer seus mortos.

Referências

ALBERT, B. *Temps du sang, temps des cendres*: représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du sudeste (Amazonie brésilienne). 1985. Tese (Doutorado) – Université de Paris X, Paris, 1985.

ALBERT, B. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 89, p. 151-190, 1992.

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (org.). *Pacificando o branco*: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp, 2002. p. 239-276.

ALBERT, B. “Freezer anthropology” e bioética: o caso do sangue yanomami. In: *POVOS indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 337-340.

ALBERT, B. Yanomami: mortos sem sepultura. In: N-1 EDIÇÕES. Pandemia crítica (27). São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/60>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Os mortos e os outros*. São Paulo: Hucitec, 1978.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Portaria conjunta nº 1, de 30 de março de 2020*. Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020.

ELBE, S. Risking lives: AIDS, security and three concepts of risk. *Security Dialogue*, London, v. 39, n. 2-3, p. 177-198, 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Portaria nº 419/PRES, de 17 de março de 2020. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. *Boletim de Serviço da Funai*, Brasília, ed. extra, p. 1, 17 mar. 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Boletim%20de%20Servicos/2020/Boletim%20Edicao%20Extra%20de%2017.03.2020.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

KECK, F. *Avian reservoirs: virus hunters and birdwatchers in Chinese sentinel posts*. Durham: Duke University Press, 2020.

KECK, F.; KELLY, A. H.; LYNTERIS, C. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019. p. 1-24.

KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIDERANÇA Yanomami, CASAI. 1 vídeo (1min29s). [S. l.]: Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana, 16 jun. 2020. Instagram: @proyanomami_yekwana. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CBguqDtFySr/?igshid=1keoblhx83r5o>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LYNTERIS, C.; EVANS, N. H. A. *Histories of post-mortem contagion: infectious corpses and contested burials*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. (Medicine and Biomedical Sciences in Modern History Book Series).

MACHADO, A. M. *et al.* (org.). *Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2020.

SMILJANIC, M. I. Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëitheri: o impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami ocidentais (Amazonas, Brasil). *Journal de la Société des Américanistes*, Nanterre, n. 88, p. 137-158, 2002. Disponível em: <http://jsa.revues.org/document2763/html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SOUTO MAIOR, A. P. C.; BENFICA, E. Yanomami enterram as primeiras amostras de sangue repatriadas dos Estados Unidos. *Instituto Socioambiental*, [s. l.], 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-enterram-as-primeiras-amostras-de-sangue-repatriadas-dos-estados-unidos>. Acesso em: 30 ago. 2020.

STENGERS, I. *Cosmopolitiques, tome 1: la guerre des sciences*. Paris: La Découverte, 2003. 2 v.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores: Anpocs, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, San Antonio, v. 2, n. 1, p. 3-22, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Infection prevention and control for the safe management of a dead body in the context of COVID-19: interim guidance*, 24 March 2020. [S. l.]: WHO, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331538>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

São João em tempos de Covid-19: os impactos da pandemia do novo coronavírus nas experiências de participantes de quadrilhas juninas no interior cearense

**Feast of Saint John in times of COVID-19: the impacts
of the new coronavirus pandemic on the experiences
of dancers in Quadrilhas Juninas in the state of Ceará**

Thiago Silva de Castro^I

<https://orcid.org/0000-0003-0652-8589>

thiagonoda@hotmail.com

Antonio Cristian Saraiva Paiva^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-6478-1297>

cristianspaiva@gmail.com

^I Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil
Doutorando em Sociologia (bolsista Capes)

^{II} Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil
Pesquisador Pq 2/CNPq

Resumo

Com foco nas experiências dos participantes de quadrilhas juninas da cidade de Sobral, localizada na região norte do estado do Ceará, este artigo propõe apresentar os impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano dos indivíduos. A partir de uma reflexão sobre as interseccionalidades de gênero, sexualidade, classe e raça entrecruzadas nas experiências sociais e subjetivas de dançarinos de tradicionais festejos de São João, analisa-se os efeitos da interrupção dos trabalhos dos grupos juninos, em função do estado de quarentena decretado pelo governo cearense, sobre seus cotidianos e sobre os modos de preparar as quadrilhas. Com base nessa realidade etnográfica, amparando-se diretamente nos discursos expressos pelos participantes diante das circunstâncias geradas pelo novo coronavírus, busca-se pensar sobre como essas pessoas se sentem afetadas social e subjetivamente pelo estado pandêmico.

Palavras-chave: quadrilha junina; Covid-19; interseccionalidade; pessoas LGBTI+.

Abstract

Focusing on the experiences of participants in traditional June festivals (square dance) in the city of Sobral, located in the northern region of the State of Ceará - Brazilian Northeast, this article proposes to present the impacts of the COVID-19 pandemic on the daily lives of individuals. Based on a reflection on the intersectionality of gender, sexuality, class and race intertwined in the social and subjective experiences of the June festivals dancers (square dance), we analyze the effects of the interruption in activities of the dancers to the state of quarantine decreed by the Ceará government, about their everyday lives and about the ways of preparing the square dances. Based on this ethnographic reality, based directly on the speeches expressed by the participants in this context, given the circumstances generated by the new coronavirus, we seek to think about how these people feel socially and subjectively affected by the pandemic state.

Keywords: Feast of Saint John; COVID-19; intersectionality; LGBTI+ people.

Este ano não terá São João: e agora?

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?*

Carlos Drummond de Andrade

Nada poderia traduzir melhor o sentimento dos *quadrilheiros juninos*¹ da cidade de Sobral,² no interior do Ceará, do que esse clássico poema de Carlos Drummond de Andrade quando o governador Camilo Santana (PT) decretou estado de quarentena em todo território cearense, o que ocorreu no dia 18 de março de 2020. O Ceará, desde os primeiros momentos em que a pandemia de Covid-19 se abateu sobre o Brasil, demonstrou ser um dos estados mais afetados pela doença em função da localização estratégica da capital como ponto de circulação internacional de pessoas em fluxos de viagens.³ De repente, a necessidade do isolamento social obrigou a maior parte da população a se resguardar em casa. Apenas serviços considerados essenciais se mantiveram.

-
- 1 “Quadrilheiro” é o termo usado pelos participantes das quadrilhas juninas para se autodefinirem. O termo tem um alcance geral, servindo para designar pessoas que se envolvem com os processos de produção de uma quadrilha, seja dançando, coordenando ou apoiando de outras formas. O interesse por esse recorte empírico deve-se ao trabalho doutoral em curso, em que analisamos as expressividades de gênero e sexualidade no contexto das quadrilhas juninas da região de Sobral, a partir dos processos de subjetivação expressos pelos participantes desse universo, conforme explicitado mais à frente.
 - 2 Situada a aproximadamente 240 km de Fortaleza, capital cearense, a cidade de Sobral é considerada a principal cidade da região norte do estado e uma das mais importantes do interior do Ceará. Com uma população estimada em 210.711 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020), o município exerce influência cultural e econômica em praticamente toda sua região, sendo um importante centro industrial, universitário e político no estado. A cidade se caracteriza por congregar um intenso fluxo de indivíduos que vivem em municípios vizinhos, que buscam cotidianamente os serviços ofertados por ela.
 - 3 Até o momento em que escrevemos este trabalho, soma-se o número de 373.417 casos de infecção no Ceará, com 10.476 mortes registradas. Em Sobral, são 14.128 casos, com 328 mortes confirmadas por Covid-19 (Boletim..., 2020).

Naquela altura, os componentes das quadrilhas juninas da cidade já se reuniam há vários meses, preparando suas coreografias, encenações, musicalidades e figurinos. O caráter espetacular e competitivo das quadrilhas juninas em diferentes estados brasileiros já foi amplamente discutido em suas várias nuances por autoras e autores como Menezes Neto (2009, 2015), Noleto (2016), Castro (2018), dentre outros nomes. Semelhante ao que Cavalcanti (2002) mostra em relação a manifestações populares como o Carnaval carioca e os bois-bumbás de Parintins (AM), as quadrilhas juninas hoje constituem espetáculos que mobilizam certo grau de sofisticação artística, articulando diferentes linguagens estéticas com a intenção de promover uma comunicação tanto com o público quanto com as comissões julgadoras que avaliam os trabalhos dos grupos nos concursos juninos, que, no caso do Ceará, acontecem ao longo dos meses de junho e julho na forma de circuitos nas diferentes microrregiões do estado.

O processo de construção desses espetáculos costuma variar entre as quadrilhas, mas seu tempo médio costuma girar entre seis e nove meses. Os grupos de quadrilha junina são, desse modo, parte viva do cotidiano de seus participantes, que constroem com esse universo uma forte relação de afeto e pertencimento, a ponto de muitas pessoas se referirem a eles como *uma segunda família*. Os *bastidores* da festa são permeados por uma intensa sociabilidade que ajuda a moldar seus interesses e comportamentos, uma vez que as quadrilhas juninas passam a não representar para tais indivíduos apenas uma diversão, mas uma atividade que integra suas vidas tal qual a família, o trabalho, os estudos, etc. Utilizando a premissa de Le Breton (2019, p. 138), para quem a expressão das emoções constitui campo fértil na busca por entender o peso da vida social na experiência dos indivíduos, é possível dizer que os quadrilheiros se encontram permanentemente influenciados pelos acontecimentos do universo junino e sendo tocados por eles. Do mesmo modo, seus *não acontecimentos* também se abatem sobre essas pessoas com intensidade semelhante, o que foi possível perceber a partir das limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus.

Mas o que representou essa paralisação para os quadrilheiros? Essa é uma pergunta que merece atenção, e tratar dela nos permitirá trazer algumas reflexões sobre o perfil dos indivíduos que, em sua maior parte, fazem parte desse universo. Os dados etnográficos que dão sustentação ao presente texto são parte da experiência de um de seus autores no campo das quadrilhas juninas

cearenses, em especial dos grupos juninos da cidade de Sobral, na região norte do Ceará, uma das áreas mais afetadas pela disseminação do contágio por Covid-19 no estado. A interrupção dos trabalhos nos leva a pensar no que *esfriou* nessa festa em função da pandemia e como isso impactou os modos de fazer-se pessoa/quadrilheiro e as sociabilidades associadas a essa criação coletiva. *E agora, José?* Ou seria João? Na busca por responder a essas questões, o santo pouco importa. Por outro lado, as experiências dos quadrilheiros importam bastante.

Espetáculo das margens: um encontro de identidades dissidentes e/ou desconformes

É possível dizer que, hoje, já há uma gama significativa de escritos dedicados aos sentidos articulados pelas festas juninas no Brasil. Trabalhos como o de Luciana Chianca (2006, 2007) são exemplos contundentes desse acervo. A autora dedicou parte de seus esforços para demonstrar como os festejos juninos são ressignificados nos espaços urbanos, a partir da construção de uma antítese entre o cidadão e o homem do campo. Nesse sentido, o *São João*, como também são conhecidas as festas juninas, representaria um ressurgimento festivo do interior nas cidades, uma vez que as populações destas seriam compostas por imigrantes das zonas rurais ou por seus descendentes.

Tais nuances das festas juninas, que falam sobre seus aspectos históricos e culturais no imaginário da população brasileira, são comuns nos estudos sobre as manifestações da chamada *cultura popular*. Menos comum nos parecem ser as reflexões sobre o perfil dos sujeitos que protagonizam tais expressões na contemporaneidade, suas nuances e peculiaridades identitárias. Se é verdade que o São João e as quadrilhas juninas, enquanto brinquedo popular que a ele se liga, encontram suas raízes no complexo processo de transformação da sociedade brasileira que, no século XX, transita do status de sociedade rural para urbana, hoje, as questões colocadas pelo perfil dos sujeitos que protagonizam essa festa parecem refletir fenômenos mais alinhados a um panorama contemporâneo.

Analisando os processos sociais vivenciados no universo das quadrilhas juninas da cidade de Belém, Rafael Noleto (2020) é bastante assertivo ao

afirmar que algo que une os quadrilheiros é o fato de pertencerem a uma *condição periférica*. Segundo o autor, para além da caracterização mais convencional de periferia relacionada a indicadores socioeconômicos e de localização espacial nos centros urbanos, esses sujeitos ocupam periferias de gênero e sexualidade, que são atravessadas por experiências subalternas de classe social. O perfil descrito por Noletto também se aplica aos quadrilheiros sobralenses, a saber, jovens em sua maior parte oriundos da periferia da cidade, que é o principal centro econômico da região norte cearense. Há ainda aqueles vindos de municípios vizinhos menores e que ou estudam em Sobral ou se deslocam especialmente para participar de grupos juninos do município.

O público quadrilheiro é formado por uma juventude bastante diversa, que se desloca pelo território da cidade para participar dos ensaios dos grupos, que geralmente ocorrem em quadras de escolas, associações e até em praça pública. As quadrilhas de Sobral estão todas sediadas em bairros populares, alguns deles dispondo de zonas marcadas pelo estigma da violência e habitadas por famílias de baixa renda, representando importante elemento de entretenimento e sociabilidade para os moradores. A despeito desses traços sociais marcantes, o aspecto que talvez mais identifique os grupos juninos hoje seja a forte presença de pessoas LGBTI+,⁴ que hoje representam a base de sustentação dessa manifestação. Como notou Eduardo Di Deus (2014) no contexto das quadrilhas juninas de Rio Branco, percebemos que esses grupos parecem representar um processo de inclusão para pessoas que costumam ser discriminadas em virtude de suas identidades sexuais e/ou de gênero. Hayeska Barroso (2017) chama atenção para o fato de que tais pessoas estão presentes nos diferentes setores do espetáculo, exercendo uma influência direta na produção e nos rumos que ele tem tomado, nos levando a crer que os saberes/fazer dos sujeitos LGBTI+ têm se tornado fundamentais dentro da manifestação.

4 A sigla LGBTI+, hoje adotada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), agrupa identidades políticas associadas a populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e demais coletivos dissidentes em relação à norma cissexual e heterocêntrica e ao esquema binário de sexo-gênero. Representa uma espécie de atualização da sigla LGBT, dando maior visibilidade a pautas e estratégias políticas emergentes dos coletivos. Variações do acrônimo, contemporaneamente encontradas, são: LGBTQ+, LGBTQI+, LGBTQIA+, dentre outras. Ver Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2017) e Reis (2018).

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de a maior parte dos quadrilheiros se reconhecerem como pardos ou pretos. Tal constatação expõe mais um marcador social a ser levado em conta no exercício de tentar identificar esses sujeitos, denotando a necessidade de perceber essa expressão cultural a partir de uma lente interseccional. Autoras como Brah e Phoenix (2004) e Akotirene (2019), no contexto dos estudos de gênero, indicam a interseccionalidade⁵ como uma ferramenta indispensável para a compreensão das identidades, que não devem ser tomadas como universais, uma vez que os sujeitos são atravessados a um só tempo não só pelo gênero, mas pela raça, classe e sexualidade, não estando esses marcadores isolados. Uma leitura interseccional nos chama atenção para a necessidade de perceber os sujeitos entrecruzados por esses marcadores não como sobreposições de camadas, mas como produtores simultâneos de efeitos sobre os corpos e subjetividades dos indivíduos.

Diante de tal caracterização, faz sentido pensar os grupos de quadrilha junina como espaços *liminoides* (Turner, 2015), situados às margens dos grandes processos sociais, absorvendo sujeitos marcados por experiências também *liminares*. As quadrilhas se mostram dotadas de um potencial *antiestrutural*, pois formam um processo social dentro do qual os sujeitos veem sua criatividade corpóreo-subjetiva estimulada, ao contrário do que relatam acontecer no exterior desse espaço, em contextos como o trabalho, o ambiente escolar e até mesmo a família. O universo quadrilheiro (termo êmico encontrado na pesquisa) promove o encontro de sujeitos em geral subalternizados seja pela sexualidade, identidade de gênero, raça ou classe social. A sociabilidade praticada nos bastidores da construção dos espetáculos juninos revela subjetividades e corporalidades mais fluidas, apresentadas na performance social de diferentes experiências LGBTI+ que encontram nesse espaço não apenas um refúgio, mas a possibilidade de *expressão subjetiva e corporal* com maior liberdade. Nesse sentido, o universo quadrilheiro é capaz de levantar problemas para o que Turner

5 Interseccionalidade é um conceito pensado por feministas negras a fim de tensionar a inseparabilidade de raça e gênero, diante da inobservância do feminismo branco em relação à raça e do movimento negro em relação ao gênero. Para a jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, a perspectiva interseccional é importante por se apropriar de eixos de poder que costumam ser pensados como distintos e mutuamente excludentes, como raça, etnia, sexo e gênero. Para ela, tais sistemas frequentemente se sobrepõem e se cruzam nas experiências sociais, “[...] criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (Crenshaw, 2002, p. 177).

chama de *homem social estrutural*, traço das experiências liminares nas sociedades pós-industriais. Para os sujeitos desse universo, o estado de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19 representa não apenas a suspensão de atividades básicas, mas também o confinamento compulsório em um mundo carregado de opressões que os atravessam diretamente, e, como consequência, a suspensão do espaço de sociabilidades clementes (Paiva, 2009), permeadas pela brincadeira, pela dança e pela festa, configurado pelo universo da festa junina.

Vai ter São João... mas cada qual na sua casa!⁶

O São João, para mim, morreu. Foi assim que um participante do grupo junino *Estrela do Luar*, do qual também participo,⁷ definiu seu sentimento quando, no início do mês de junho, questionei em um grupo de WhatsApp como os quadrilheiros que lá estavam se sentiam diante da interrupção das atividades em virtude do novo coronavírus. A resposta me tomou de rompante, pois naquele momento acreditava ser possível manter vivo um sentimento de entusiasmo diante dos símbolos da festa. Foi então que compreendi que mantinha com a manifestação junina uma relação diferente daquela dos demais quadrilheiros, já que a condição de acadêmico e pesquisador me permitia transitar por espaços e interesses que me possibilitavam certo desligamento daquele universo. Esse fato denunciou marcadores de diferenciação em nossas experiências e, por outro lado, me proporcionou o distanciamento necessário para refletir sobre a fala tão fatalista de meu parceiro de grupo.

A frase em questão não falava de uma morte concreta, mas simbólica. E não se referia necessariamente às comemorações sazonais do mês de junho tal como conhecidas popularmente, mas à parte que a quadrilha junina representava em seu cotidiano, que não era pequena. No momento em que as medidas sanitárias impostas pelo governo estadual decretaram o estado de quarentena, os trabalhos juninos já estavam bastante intensos na cidade de Sobral, e havia

6 Trecho da música “Arraiá virtúá”, da banda cearense Mastruz com Leite.

7 O texto, embora produzido a quatro mãos, adota, aqui, propositalmente a primeira pessoa, visando apreender melhor a experiência etnográfica direta de um dos autores.

grande efervescência nos seus bastidores: todo um processo de construção cênica e coreográfica, bem como de produção de indumentárias, já vinha sendo posto em prática há pelo menos três meses. Interromper isso foi como parar um fluxo interpretado como *natural* pelos quadrilheiros, daí a sensação de *morte*. A parada desses processos artísticos representou também a brusca interrupção da interação social vivenciada nesses meandros, que fazia literalmente parte do dia a dia dos sujeitos, o que parece ficar evidente no que expressa Patrick, rapaz gay dançarino da quadrilha Estrela do Luar:

Eu fiquei supertriste, dançar é a minha terapia que mais vejo resultado, senti um vazio porque o *São João* traz a minha alegria. Eu pirei. Tentei me agarrar na esperança, mesmo sendo cancelado. Eu ainda tinha esperança, mas quando chegou em maio e eu vi que não ia ter, me bateu uma *bad*, mas aí eu me confortei só na esperança e na ansiedade para que chegue 2021. (Depoimento registrado em 13 de julho de 2020).

A tonalidade afetiva que modula a narrativa de Patrick – significada como tristeza, vazio e *bad* – pode ser entendida como forma de reação à perda do São João, reação próxima daquilo que a psicanálise teoriza como *melancolia*. Na tentativa de desenvolver uma compreensão acerca dos efeitos do que classifica como estado melancólico, Freud (2013) propõe uma comparação entre esse sentimento e o luto. Para ele, os aspectos que os caracterizam são os mesmos, pois ambos seriam reações à perda de um *objeto querido*, que pode ser tanto uma pessoa pela qual se nutre um afeto quanto uma abstração ou idealização. A diferença entre esses sentimentos residiria no fato de que enquanto o luto promove um movimento de superação da perda por meio do desinvestimento libidinal no objeto perdido, convencendo o sujeito da não mais existência deste, na melancolia há uma identificação narcísica com esse objeto, que passa a viver no próprio eu, promovendo um tipo de sofrimento que direciona sua energia a si próprio. Freud argumenta que no luto se sabe explicitamente o que se perdeu, o que facilita a superação dessa perda; já na melancolia, embora se saiba *quem* ou *o que* morreu, não é possível saber conscientemente o que de fato vai junto com isso que se desfaz.

Naturalmente, não se pode afirmar que o sentimento dos quadrilheiros em relação à ausência do universo simbólico do São João é proporcional

à melancolia descrita por Freud. Entretanto, parece ser inegável que o isolamento social, que de uma só vez retirou das pessoas o convívio com a festa e a sociabilidade por ela proporcionada antes, durante e depois de sua expressão, é acompanhado nos quadrilheiros de um profundo sentimento de perda. No que concerne à elaboração de tal perda, entretanto, percebe-se que esse processo se encontra mais próximo à melancolia do que do luto freudiano, pois longe de ser um desinvestimento emocional no universo junino enquanto objeto, durante o isolamento social, percebe-se uma intensificação no interesse por ele, um aumento da identificação. Apesar da ausência, essa energia não é dispersada para outro objeto, ela volta constantemente ao eu.

Santa Clara (2007) afirma que Freud supõe, no quadro melancólico, uma perda cuja natureza se encontra mais no campo ideal do que físico, algo que se ligaria ao campo afetivo de sua relação direta com o objeto. Desse modo, percebe-se que aquilo que se perde não diz respeito apenas ao outro que “deixa de existir”, mas ao próprio sujeito que sente, já que a identificação narcísica com o objeto perdido o integra ao ego, assim “a presença do objeto pela incorporação, mesmo que ele já tenha morrido ou tenha sido perdido na realidade, é uma verdade falseada e não poderá corresponder com a ‘plena’ satisfação que, antes, o eu obtinha com o objeto ‘real’” (Santa Clara, 2007, p. 137). Percebe-se que o efeito da perda do São João para os quadrilheiros é a incorporação de uma sensação que dá conta da permanência subjetiva dessa manifestação cultural em suas vidas, em uma tentativa de evitar a *dor maior* resultante da ausência da quadrilha junina em virtude do isolamento social.

A interrupção das atividades juninas, levando em consideração as características identitárias da maior parte dos quadrilheiros, tem um impacto subjetivo avassalador sobre suas experiências, produzindo um conjunto de perdas que fazem da renúncia à manifestação cultural uma tarefa bastante penosa, como demonstra a fala de Patrick. Uma dessas perdas, como já indicado, é o próprio fluxo das experiências juninas cotidianas, sentidas, como demonstra a própria frase que abre esta seção, como uma *morte*. Outra forma de expressão de afeto melancólico pode ser percebida à luz das teorizações de Judith Butler (2019a) e Didier Eribon (2008), que, mediante a apropriação da teorização freudiana sobre as reações à perda, referem-se a uma “melancolia de gênero”, ou a uma “melancolia gay”, própria de sujeitos que possuem experiências de gênero e/ou sexualidade dissidentes da matriz *cis-heterocentrada* que rege nossa

sociedade. Tal melancolia seria fruto de um sentimento de desconformidade causado pela perda compulsória do objeto heterossexual, considerado padrão na experiência binária do mundo social ocidental, produzindo efeitos melancolizantes de sujeição psíquica (Paiva, 2012), traduzindo-se em sentimento de inadequação às expectativas sociais sobre os corpos e subjetividades.

Esses delineamentos conceituais sobre os afetos melancolizantes, ensaiados para pensar processos de regulação sociopsíquica de corpos e subjetividades no contexto do isolamento social e da solidão imposta pela pandemia vivida no país, podem nos ajudar a pensar a experiência sentida da perda das festas de São João. A quadrilha junina, assim, mais do que um mero contexto de diversão, parece constituir-se enquanto espaço vital de recriação/recreação do eu e de expressão corporal menos regulado, agregando experiências sociais permeadas pelas dissidências de gênero, sexuais, raciais ou de classe, que frequentemente são recusadas pelos regimes de subjetivação socialmente dominantes. Daí que a perda instantânea desses espaços de sociabilidade clementes seja sentida como um grande impacto. Isso também se soma a experiências de caráter individual, como demonstra a fala de Patrick a seguir:

[O ambiente da quadrilha me faz bem] por conta dos acontecimentos da minha vida pessoal. O São João me ajudou a “amenizar” a dor de dois lutos, dentre outros traumas e angústias [que enfrento]. Eu vejo como uma válvula de escape, sem falar também que eu amo me “montar de dama”, é terapêutico. (Depoimento registrado em 13 de julho de 2020).

Patrick traz em sua performance corporal-subjetiva uma explícita experiência de fluidez de gênero. No primeiro ensaio da quadrilha em 2020, chegou ao local com uma enorme peruca loira e sapato de salto alto, demarcando que deveria ser lida como uma dama, não como cavalheiro. Era esse o lugar que lhe interessava ocupar no contexto artístico do grupo, experiência de gênero que fora então respeitada. Conforme me confidenciou em entrevista, sua performance *drag* não pode ser confortavelmente demonstrada em todos os espaços sociais em que se insere, sendo a quadrilha junina um dos poucos lugares onde *Mia*, sua persona feminina, pode vir à tona com mais tranquilidade. Expressões que dizem que *a quadrilha é uma terapia*, ou que é um espaço *onde se poder ser livre*, são talvez as mais recorrentes entre os indivíduos que compõem esses grupos.

Elas podem apressadamente ser interpretadas como trivialidades, a menos que se entenda quem, em geral, são essas pessoas, muitas vezes marcadas por experiências estigmatizadas pelos padrões binários que orientam as relações sociais em nossa sociedade.

Marcos, que em 2020 completaria 13 anos ininterruptos participando do universo junino de Sobral, percebe a situação imposta pelo isolamento social como um prejuízo para as pessoas que compõem as quadrilhas juninas da cidade. Apesar de entender a importância da medida para o combate ao coronavírus, ele aponta que a ausência dos grupos quadrilheiros representa não apenas a falta de uma atividade cultural, mas a supressão de um espaço de reconhecimento simbólico das potencialidades dos sujeitos que promovem tal manifestação:

O São João serve como palco pra essas pessoas – no caso, nós – terem esse momento de estrelismo, de ser notado, de ser observado, de ser aplaudido, de ser reconhecido [...] é uma forma que não só a periferia, como também a classe LGBT, criou pra gritar, pra dizer que tá ali presente, que também tem talento, que consegue desenvolver qualquer tipo de atividade que seja, que também é artista, que também merece respeito. Então essa falta, dessa inserção, dessa prática, da própria atividade, ela vem sendo assim, de fato, olhando pela vertente geral, muito avassaladora... E assim, eu fico muito triste, de certa forma, em “não poder aglomerar” dentro da quadrilha, não poder de fato matar a saudade, ter esse momento de descontração, tirar o estresse, mas a gente fica nessa esperança que em breve a gente possa de fato reviver tudo isso novamente, que a gente possa continuar lutando pela causa também, mostrar o quanto nossa classe não é somente desvalorizada, mas que também somos artistas de respeito, que fazemos um trabalho de qualidade, e é mais ou menos isso que eu sinto enquanto LGBT, enquanto negro, enquanto da periferia e enquanto quadrilheiro. (Depoimento registrado em 22 de janeiro de 2021).

Judith Butler (2019b) nos chama atenção para o fato de que, do ponto de vista político, também somos constituídos em virtude daquilo que define como *vulnerabilidade social de nossos corpos*, observando que o corpo se constitui como território do desejo, da vulnerabilidade física e como lugar de afirmação e exposição pública. A autora destaca essa vulnerabilidade como um traço

eminentemente humano, efeito da constituição social de nossos corpos, que se encontram sujeitos a perdas, expostos à violência e ameaçados pela ação de outros. Butler nota, porém, que essa vulnerabilidade comum à condição humana está desproporcionalmente distribuída entre os diferentes grupos sociais que compõem nosso mundo, fazendo com que determinadas vidas estejam fortemente protegidas dos fenômenos que atentam contra tal vulnerabilidade, enquanto outras não desfrutam da mesma proteção, o que tem como consequência um rebaixamento da importância de suas vidas/existências.

A pandemia de Covid-19 parece materializar a percepção de Butler, na medida em que demonstra como nenhum corpo se encontra imune à doença, já que ninguém esteve livre das consequências causadas pela disseminação do vírus. O modo como se tem lidado com essas consequências, entretanto, revela enormes desigualdades na forma como a vulnerabilidade, advinda da exposição ao contexto pandêmico, se manifesta. Diante disso, pensar na experiência quadrilheira como sendo permeada por vulnerabilidades é entendê-la como representativa de vivências desprivilegiadas, se apreciadas a partir das normas, expectativas e moralidades do padrão hegemônico de humanidade. O isolamento social imposto como medida de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus veio potencializar essas vulnerabilidades.

Assim, o vazio expresso pelos quadrilheiros, diante desse cenário, está diretamente atrelado às suas experiências periféricas, em sentido amplo do termo, que encontram um tipo de reconhecimento no universo da manifestação cultural que ora permanece ausente enquanto o isolamento perdurar. Mas, como aponta Marcos, que, além de brincante,⁸ é também um profissional que presta serviços para diferentes grupos juninos como coreógrafo, o impacto dessa ausência é também econômico:

[...] pra mim foi muito ruim, porque eu lembro que eu já estava com contrato fechado, e tivemos que entrar num acordo por conta que de fato a pandemia iniciou bem no começo do ano mesmo... Recebi um valor referente ao trabalho que eu já tinha desempenhado, e pra mim foi complicado porque tipo... É uma grana, é um valor financeiro que acaba de certa forma auxiliando na renda que eu já

8 “Brincante” é um outro termo bastante utilizado para definir a experiência dos quadrilheiros, sendo este usado com mais frequência para se referir a quem *dança quadrilha*.

tenho diária... E você passar um ano, durante uma crise mundial, um processo de pandemia, sem aquela renda que você tinha, que de certa forma lhe auxiliava em muitas coisas, gente... É muito ruim, a falta! (Depoimento registrado em 22 de janeiro de 2021).

Do ponto de vista dos ganhos financeiros que a atividade junina lhe proporciona anualmente, Marcos afirma que pouco tem podido fazer para compensar a renda perdida com a pandemia, mas conta que tem tentado compensar a falta da manifestação cultural como pode, integrando grupos no WhatsApp sobre o assunto, participando de *lives* sobre São João e se fazendo presente em eventos virtuais organizados por quadrilhas juninas ou páginas digitais⁹ dedicadas a essa manifestação no estado do Ceará. No fim de 2020, disse ter acompanhado on-line shows protagonizados por *regionais*¹⁰ que executaram canções típicas dos repertórios juninos, assistido a vídeos das apresentações de seu grupo junino *para matar a saudade*, e participado de outras programações direcionadas ao público quadrilheiro na internet: “Essa é a maneira que eu encontro pra, de certa forma, resgatar essa memória que eu tenho do São João, e pra reviver, mesmo à distância, essa questão do movimento junino em si”, disse.

Se, por um lado, alguns participantes do universo junino têm buscado nas atividades virtuais a possibilidade de compensar a ausência da manifestação, outras pessoas, por sua vez, ainda encontram dificuldade de lidar com o cancelamento das festas juninas em virtude da pandemia. “Acredito que eu nem tenha parado pra pensar justamente como uma forma de fuga, pra não sentir a dor doer, né? A dor de não ter São João” – foi isso que me disse Layze (depoimento registrado em 13 de julho de 2020), quadrilheira autodeclarada negra, quando a questioneei sobre o que a ausência do São João significava para ela. Layze expressa um tom melancólico diante da falta da quadrilha, já que, segundo ela, a *atmosfera junina* invade os espaços do cotidiano como uma

9 No Ceará existem alguns portais dedicados exclusivamente às notícias e atividades que envolvem o universo da cultura junina no estado. Algumas dessas mídias digitais possuem grande alcance, estando presentes em plataformas como YouTube, Facebook, Instagram e Twitter. Suas equipes fazem cobertura de eventos realizados pelas quadrilhas juninas, promovem a divulgação de seus trabalhos e desenvolvem quadros e programações envolvendo pautas de interesse no universo quadrilheiro.

10 Grupos musicais pertencentes às quadrilhas.

presença que finca suas raízes mesmo na ausência. “É muito difícil porque tudo lembra, né? Apesar dos dias parecerem ser sempre os mesmos, às vezes as redes sociais e alguns aplicativos fazem a gente lembrar”, afirma. Para ela, as iniciativas de tentar fazer com que o São João permaneça vivo no campo virtual são válidas, diante da necessidade de isolamento social, mas não são suficientes para preencher o espaço deixado pela supressão abrupta do cotidiano vivenciado anualmente em sua experiência junina:

Por mais que as pessoas façam *lives*, principalmente *lives* colaborativas, façam encontros para falar sobre as temáticas que seriam trabalhadas em 2020, e que vão ser trabalhadas em 2021, é muito diferente, nada vai substituir, nada vai ocupar aquele espaço vazio que o São João 2020 deixou. Eu, no início, tinha esperança de que a pandemia fosse controlada e brevemente a gente pudesse retomar os ensaios, e quem sabe só adiar o São João, os festivais, colocar os festivais pra agosto, setembro – apesar de que isso já seria uma mudança muito drástica, né? [...] 2019 realmente a quadrilha ficou totalmente parada, e 2020 já tinha toda uma expectativa de que ia chegar e nós retomariamos os trabalhos... Foi um baque mesmo. (Depoimento registrado em 13 de julho de 2020).

Para os quadrilheiros da cidade de Sobral, imaginar a festa sem o calor dos corpos se encontrando, tanto na dança quanto nas interações cotidianas, sem pensar nos encontros proporcionados pelos concursos ao longo dos meses de junho e julho e, principalmente, sem pensar no grau de liberdade que o contexto das festas juninas é capaz de lhes fornecer é como esvaziar parte significativa do sentido que tais sujeitos atribuem à manifestação. Como expressou a interlocutora: “Eu acho que realmente o significado de não ter São João em 2020 é uma lacuna, acho que é isso... E uma lacuna muito dolorosa!” Para David Le Breton (2013), o sentimento de *dor*, ou melhor, os significados atribuídos a ele, são o resultado das condições sociais e culturais das quais o ser humano é, ele próprio, uma consequência. A trama social composta pelos atores exerce forte influência sobre seus valores e comportamentos, repercutindo em seus sentimentos. Assim sendo, a possibilidade de vivenciar um São João *estando cada qual em sua casa*, por meio de artifícios tecnológicos como *lives* e vídeos nas redes sociais ameniza, mas não estanca por completo a dor da perda: “Vou fingir que 2020 não existiu”, disse Layze.

Até o próximo São João: considerações finais

Percebe-se que, do ponto de vista das subjetividades dos sujeitos que fazem a manifestação junina no contexto apresentado neste trabalho, fazer parte de uma quadrilha junina ou, como muitos dizem, *dançar São João*, possui significados que transcendem em muito a ideia da festa como um ritual sazonal, vinculado a uma suposta identidade cultural nacional e/ou regional. A quadrilha se apresenta como um mundo de experiências múltiplas, marcadas fortemente pelo cruzamento de avenidas identitárias subalternizadas, interseccionando marcadores de sexualidade, gênero, classe social e raça transpassados por processos de exclusão estruturais. Enquanto espaço de sociabilidades e território de experiências e de subjetivações, ainda que marcado pelos dispositivos dominantes de regulação de corpos e identidades (Foucault, 2014), o universo das quadrilhas consegue gerar um lugar propício ao encontro de experiências forjadas em um campo liminar, situado às margens dos processos legitimados pelos saberes/poderes hegemônicos.

Essa percepção nos fornece os instrumentos necessários para acessar os impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano desses sujeitos, que são capazes não apenas de afetar o corpo em sua materialidade orgânica, física, mas também de impactar dimensões sociopsíquicas e culturas afetivas caras aos sujeitos. Vimos, ao discutir a produção de afetos melancolizantes, associados ao isolamento social, à solidão e ao circuito de vulnerabilidades em diversas esferas (afetivas, familiares, de trabalho, etc.), produzidos pelo cenário da pandemia que assola o país desde março de 2020, o quanto a festa junina funciona como criação coletiva “contradepressora”, para usar a expressão de Kristeva (1989), por acolher formas de expressão de si, de corpos e de afetos que, sem a festa, continuam cotidianamente recusados.

Na seara das experiências sociais, a busca por ressignificar a experiência da manifestação junina cumpre alcançar seus objetivos apenas à medida que as expectativas que deveriam ter sido atendidas no São João 2020 são estendidas ao *próximo São João*. Até lá, segue-se esperando o momento de acender a fogueira e voltar a cumprir a marcação dos passos.

Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS. *Estatuto social*. Curitiba: ABGLT, 13 ago. 2017. Disponível em: https://42591db2-5171-4bc2-9173-225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da_14bd1027967a4e06a7d1b42ede2e2c99.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BARROSO, H. C. O São João é gay: horizontes interpretativos sobre as performances trans na festa junina no Ceará. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 6, p. 179-197, abr. 2017.
- BOLETIM epidemiológico novo coronavírus (COVID-19). Fortaleza: IntegraSUS: Governo do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus/coronavirus-ceara>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman?: revalidating intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, Bridgewater, v. 5, n. 3, p. 75-86, May. 2004. Disponível em: <http://vc.bridgew.edu/jiws/vol5/iss3/8>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.
- CASTRO, T. S. de. *Política das relações quadrilheiras: um estudo a partir da experiência do grupo competitivo Estrela do Luar, em Sobral/CE*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C. Os sentidos no espetáculo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 45, p. 37-78, 2002.
- CHIANCA, L. de O. *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal: Editora da UFRN, 2006.
- CHIANCA, L. de O. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 45-59, jan./jun. 2007.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, p. 171-188, jan. 2002.

DI DEUS, E. Quadrilhas Juninas como um movimento de juventude em Rio Branco, Acre. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 75-85, jan./jun. 2014.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FREUD, S. *Luto e melancolia*: Sigmund Freud. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Sobral. [Portal]. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KRISTEVA, J. *Sol negro*: depressão e melancolia. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LE BRETON, D. *Antropologia da dor*. São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2013.

LE BRETON, D. *Antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2019.

MENEZES NETO, H. *O balancê no arraial da capital*: quadrilha e tradição no São João do Recife. Recife: Ed. do autor, 2009.

MENEZES NETO, H. Música e festa na perspectiva das quadrilhas juninas de Recife. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 19, n. 26, p. 103-133, 2015.

NOLETO, R. da S. *Brilham estrelas de São João*: gênero, raça e sexualidade em performance nas festas juninas de Belém/PA. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOLETO, R. da S. Regulamentos da cultura: diversidade sexual e de gênero nos cursos juninos de Belém. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-16. 2020.

PAIVA, A. C. S. *Pulsão invocante e constituição de sociabilidades clementes*: notas sobre karaokê numa sauna em Fortaleza. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2009. p. 1-31.

PAIVA, A. C. S. Melancolia de gênero e envelhecimento homossexual: figurações da velhice no contexto da homossexualidade masculina. In: VALE, A. F. (org.). *França e Brasil*: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais. São Paulo: Anna-blume, 2012. p. 87-116.

REIS, T. (org.). *Manual de comunicação LGBTI+*. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI: GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTA CLARA, C. J. da S. Melancolia e narcisismo: a face narcísica da melancolia nas relações do eu com o outro. *Mental*, Barbacena, v. 5, n. 9, p. 131-150, nov. 2007.

TURNER, V. *Do ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

Recebido: 23/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/23/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

How Brazilian social scientists responded to the pandemic

Como as cientistas sociais brasileiras reagiram à pandemia

Rodrigo Toniol^I

<https://orcid.org/0000-0002-1169-5253>

rodrigo.toniol@gmail.com

Miriam Grossi^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-4399-6544>

miriamgrossi@gmail.com

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brazil

^{II} Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, Brazil

Abstract

In this article, we propose a critical and situational assessment of Brazilian social scientists' production on the COVID pandemic. We take stock of production within the context of the pandemic, yet also go further to sketch out some of the general characteristics of scientific production within Brazilian social sciences. Our major reference is a publication that, from within the social sciences, initiated an entire movement toward public reflections on the pandemic: the *Social Scientists and Coronavirus Bulletin*. It was published on a daily basis under the auspices of the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (Anpocs), in partnership with other scientific associations. We argue that social sciences' reaction to the pandemic both engages and contrasts with the tradition of debates on health within our disciplines. We also offer a classification scheme for the wide range of texts written "in the heat of the moment" by social scientists, in their quest to understand the pandemic and its effects. Finally, we offer a brief and descriptive analysis of the Bulletin's texts characteristics, unfolding into a larger discussion of the institutional transformations that have marked Brazilian social sciences.

Keywords: social sciences; scientific policy; pandemic; health.

Resumo

Neste artigo propomos uma avaliação crítica e situacional sobre a produção das cientistas sociais brasileiras sobre a pandemia de Covid-19. Trata-se de um balanço situado pelo fenômeno da pandemia, mas, procuramos explicitar, também indicativo de características mais gerais da produção científica das ciências sociais brasileiras. Para tanto, tomamos como referência a publicação que iniciou o movimento de reflexões públicas das ciências sociais no Brasil sobre a pandemia, o *Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus* publicado diariamente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em parceria com outras associações científicas (ABA, SBS, ABCP e ACSRM). Destacamos como essa reação à pandemia dialoga e contrasta com a tradição dos debates que articulam as ciências sociais com a área da saúde. Também oferecemos uma reflexão geral e um esquema de classificação do amplo conjunto de textos deste boletim, escritos "no calor da hora" por cientistas sociais na tentativa de compreender a pandemia e seus efeitos. Realizamos, por fim, uma análise descritiva das características dos textos do boletim, desdobrando-as em apontamentos mais amplos, capazes de indicar transformações que marcaram institucionalmente as ciências sociais no Brasil na segunda década do século XX.

Palavras-chave: ciências sociais; política científica; pandemia; saúde.

Introduction

This article discusses what we refer to as an experience in *engaged intellectual production* toward building an understanding of the COVID-19 pandemic in Brazil. It took the concrete shape of a publication that was made available through the Anpocs website, under the title of the *Social Scientists and Coronavirus Bulletin* (Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus, 2020). During the period spanning March – July of 2020, the Bulletin came out on a daily basis, under the joint sponsorship of the National Association of Post-graduate Programs and Research in the Social Sciences (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs) and its member institutions, the Brazilian Anthropological Association (Associação Brasileira de Antropologia – ABA), the Brazilian Political Science Association (Associação Brasileira de Ciência de Política – ABCP), Brazilian Sociological Association (Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS) and the Mercosul Association of Social Scientists for the Study of Religion (Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul – ACSRM).

As the editors of the Bulletin, we reflect here on the meaning that this editorial project has for Brazilian social sciences. As its publication began on the first weekend of social isolation in Brazil, it both initiated and legitimated a movement of public reflections, on the part of social scientists, on the pandemic in Brazil.

Throughout the year 2020, the Bulletin became a significant reference that went beyond the disciplines of sociology, anthropology and political science. It was replicated by the Brazilian Society for the Progress of Science (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) and by other scientific associations, used as teaching material in the classroom and to provide supporting texts to commissions for the combat of coronavirus within several universities. It also became an instrument for foreign researchers wanting to understand the impacts that COVID-19 was having in Brazil under the Bolsonaro administration.¹

1 See examples brought out by participants in the CL01Colloquium: Social Sciences and the Coronavirus Bulletin – The reaction of the Brazilian Social Sciences, held as part of the 44th Annual Meeting of the Anpocs in December of 2020, with participants Rodrigo Toniol (UFRJ), Felipe Fernandes (UFBA), Matheus Zago (Würzburg University) and Pamela Laurentina (UEPI).

In this article we provide a critical and situational analysis of the intellectual field of the social sciences in Brazil, based on articles that were published in the *Social Scientists and Coronavirus Bulletin*, between March and July of 2020. This is a moment of taking stock that takes its contours from the event of the pandemic itself. Yet, as we intend to show here, it also casts light on the more general characteristics of social scientists, and on the scientific production of this field of knowledge in its interdisciplinary interfaces.

The *Social Scientists and Coronavirus Bulletin* brought together a set of articles by social scientists and scholars from other areas of the Human Sciences that were written “at the heat of the moment”, that is, with the emotional intensity that marked the early days of the pandemic. In an accessible language and limited to a mere 1000 words, contributions covered a variety of gazes from the social sciences, as they confronted events and situations pertaining to the context of social isolation and the need to face up to a global pandemic. Articles sought to analyze the impacts that COVID-19 wrought, starting from the date of its recorded arrival in Brazil, in February of 2020, and as it made its way into different places, social groups and research fields throughout the country.²

We wrote a first version of the present introduction in August, 2020, as we were bringing the Bulletin project to a close. The second version, the one we offer here, returns to the major questions of the earlier text, yet moves further in reflections on how theoretical work in Brazilian social sciences impacted public opinion and the construction of scientific interpretations of the global pandemic. Now, in February of 2021, we are still struggling with the pandemic and have no real end in sight – largely due to the lack of governmental planning, whether in terms of pandemic prevention, field hospitals and treatment services or of acquisition, production, distribution and application of vaccines.

Over the last six months, predictions made by a significant part of the worldwide social science community in the world during the first few months of the pandemic have concretized,³ furthermore, the event itself has brought

2 Throughout the text, we will use just the word Bulletin as a shorthand reference to this initiative.

3 We award special mention to the conferences given by Michel Wieviorka (2020) and by Nísia Trindade Lima (2020), at the 44th Annual Meeting of the Anpocs, in December, 2020. The talks are available online (see Encontro Anual da Anpocs, 2020).

about major transformations in global social life and will most likely continue to do so over the decades that follow.⁴ After a full year of pandemic and compulsory social isolation, there is now a vast quantity of production in the human sciences that analyzes the entropic process that this critical event has wrought worldwide.

Much has changed since the period in which the Bulletin was coming out every day. In July of 2020, we were moving close to the 100,000 death mark, already looming large as one of the most serious social and humanitarian tragedies in the history of the country. The death toll continued to rise and now, at the end of February, 2021, we are at over 250,000 pandemic deaths, having peaked at a daily toll of 1,500 per day. Although this is in itself a daunting number, researchers argue that the given numbers fall short of reality, due to underreporting and the fact that many deaths that are linked to COVID-19 are not recorded as such. Furthermore, we are now living the nightmare of the “Brazilian variant” of the virus, the strain that was responsible for the second huge wave of deaths in Manaus and the whole Amazon region and has now reached all the states in the country, pushing the national health system to the brink of collapse.

We have divided the rest of our text into three different parts. In the first section, we weave considerations on the overwhelming and inescapable nature of the impact of the pandemic on production in the social sciences. Explored from a wide range of perspectives, the pandemic as a theme imposed itself on researchers of different disciplines – Anthropology, Sociology, Political Science – consolidating a relatively unprecedented phenomenon in Brazil, in the sense of such considerable attention directed toward just one event. We explore this phenomenon in all its singularity, capturing the similarities and contrasts of its diverse processes. We seek an understanding of how the social sciences as a whole turned their attention to one specific event, in the field of public health, plunging into its multiple

4 By the time the present version of our text is published in the journal *Horizontes Antropológicos*, the context is likely to have undergone further shift, as one of the defining traits of the current pandemic is the constant reconfiguration of the social life that it has affected, whether in its public or private dimensions.

facets. Thus, we give particular salience to the way this situation converses and contrasts with more established traditions in social science approaches to the field of health.

In the second part of this paper, we propose a classificatory framework for a wide set of texts – writings by social scientists of different generations and fields of knowledge, with distinct analyses of the pandemic and its effects. Although based on articles published in the *Social Scientists and Coronavirus Bulletin*, we consider our classificatory scheme to be applicable to many other similar publications. It renders a picture pertinent to similar types of activities that sprouted up over the course of the first year of the pandemic in Brazil.

In the third section, we engage in a more descriptive analysis of the professional status of the authors of texts published in the *Bulletin*, and go on to make broader considerations that provide a picture of how the field of the social sciences is configured in Brazil today. We highlight transformations that have marked the institutional characteristics of this scientific field, such as its capillarization to universities outside major cities and throughout the entire country. This dissemination process was carried out through robust public policies of investment in post-graduate programs and the creation of new public universities during the administrations of Presidents Lula and Dilma Rousseff (2003-2016), allowing for the rapid absorption of young PhDs trained in the three major areas of Brazilian social science.

It is not our purpose here to offer theoretical or ethnographic contributions that undertake the study of the pandemic as a phenomenon. Analyses of this sort may be found in other articles in this issue of *Horizontes Antropológicos*. Our purpose here has been to take stock of the social sciences as a field of study, taking its scholarly production as our focus. The writers whose work we consider here are not necessarily specialists in pandemic events nor in issues of health; rather, they are intellectuals who have felt compelled to reflect on the pandemic because of the way it burst into everyday life, taking its toll on personal and professional lives. COVID-19 had a direct impact on academic practices of teaching and transmission of knowledge, demanding immediate passage from physical encounters to virtual ones. It also affected all fields of research, and this is reflected in the articles published in the *Bulletin*.

Our quest here has been to build a meta-analytic analysis of a particular historical moment. We are also reminded of the fact that it was produced during the pandemic, and that our efforts in putting it together illustrate one of the major characteristics of the Brazilian social sciences, that is, their ability to mobilize both theoretically and practically in the face of pressing political moments. Furthermore, this article will also constitute a historical record of the ways in which social scientists reacted, during the year 2020, in the face of the COVID-19 pandemic in Brazil. We leave our testimony here as an illustration and an archive, so that future generations understand how we acted and how our thinking unfolded in the face of this extremely dramatic moment of social life in Brazil and the world.

The pandemic through the gaze of the social sciences

Pandemic Kaleidoscope

Almost 12 months after the start of the COVID-19 pandemic in Brazil, we have little doubt that *Total Social Fact*, Marcel Mauss's (1974) landmark concept, is the most comprehensive and appropriate point of departure for our understanding of the impact that the circulation of the virus had on public and private life in the country, and for capturing the subject's overwhelming dominion in recent debates within the Brazilian social sciences. While at first we looked to explanations and analyses provided by colleagues in the field of the study of epidemics, viruses and health, we soon realized, from the scope of articles received for publication in the *Bulletin*, that concerns regarding the coronavirus went way beyond the field of health.

Similarly undeniable is the importance of the use of the category *critical event*, proposed by Veena Das (1995) as crucial to our thinking on the pandemic as a global event with local effects, and on the role of the State in confronting the social effects of a virus over the population as a whole. *Lock down, emergency aid, return to school, need for economic recovery, vaccine purchase and rollout* were some of the measures on the part of the State that received wide media treatment and lively discussion in social media, as well as within the more traditional political field and, above all, in the concrete experiences of a population

of 212 million inhabitants⁵ – and in particular, of that part of the population made up by the 69.3 millions of Brazilians who, living in situations of vulnerability, became recipients of state emergency aid.⁶

The social sciences most certainly demonstrated their vitality during this process – a vitality that found resounding expression in the Bulletin that is the subject of this article. At least insofar as anthropology is concerned, this has involved two concomitant processes. On the one hand, there are analyses that hold firmly to a specific dialogue with the theoretical traditions of the subfields to which they are related. On the other hand, the results of this composition may be considered one of the most palpable expressions of the disciplinary project of anthropology, molded from the variety of resources that the field consolidated over the course of the last century. It is a project based on listening to the populations that are studied, yet also speculating on the limitations that our social arrangements have regarding the integration of these groups and the construction of a future in which there is also a place for them. Perhaps this concomitance is one of the reasons why anthropology has stood out, among the three major areas of the social sciences, in the production of analyses of the pandemic and regarding a post-pandemic future.

The COVID-19 pandemic appears to have produced a new milestone and a new type of reflexive research. This is because the pandemic, as a *critical event*, has become a *total social fact* to which not only scholars already devoted to studies in the field of health turned their gaze, but also researchers from many other areas of anthropology. Like a kaleidoscope that at each twist provides a new arrangement of background images and content, studies of the COVID-19 pandemic were made from a wide range of subfields, such as *anthropology of work*, *anthropology of religion*, *economic anthropology* and *anthropology of teaching*. What we have witnessed is not necessarily the expansion of an *anthropology of epidemics*, but rather a singular phenomenon, unique in the global history of

5 Data from the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [2020]).

6 According to the official Brazilian government site, “Emergency Aid payment began in April, in installments of R\$ 600 [per individual] or R\$ 1.200 for mothers providing for their families, totaling five installments. This was followed by an Extended Emergency Aid of R\$ 300, disbursed in up to four installments of R\$ 300 each, or R\$600, in the case of mothers who are heads of households” (Governo do Brasil, 2020).

the discipline, which turned an event that encompasses all of humanity into the starting point for a wide variety of theoretical and thematic analyses.

Social Sciences and the Anthropology of Health

In 1957, in “The nature and status of medical sociology” (Straus, 1957), a text that was central to debates on the historical process of creating ties between the social sciences and the field of health, Robert Straus argued for a distinction between *Sociology in Medicine* and *Medical Sociology*. In Straus’s view, the distinction would serve to differentiate two parallel processes, not necessarily convergent, that were taking hold in the United States. On the one hand, sociology in medicine referred to the ever-growing presence of social scientists acting in partnership with researchers from the medical field or even becoming faculty members at medical schools. This process was associated with a movement that could also be observed in England, in large part the result of efforts to bring medicine and behavior studies together, and emerging in the wake of the strengthening of psychology as a disciplinary field. On the other hand, *medical sociology* referred to an area of growing interest in social science research which turned the field of health into its object of inquiry. Talcott Parsons (1979), Robert Merton, George Reader and Patricia Kendall (1957) and Howard Becker (1967) are among the scholars who did research on related themes during that period.

Certainly, after the publication of Straus’s text, the field underwent thorough transformation and his distinction became too limited to describe later stages of the process. Yet we have returned to it here, less in deference to his initial distinction and more to illuminate a tension that runs through contributions to the social sciences of health. We refer to its ability to constitute an integrated body of research and teaching on medical knowledge and forms of health care, its capacity to fashion medicine, health care and health policies into research objects.

A similar observation had already been made by Cynthia Sarti (2010) in a text on Brazil in which she goes specifically into the issue of the teaching of medicine, recognizing in the centrality of the concept of alterity (otherness) a key element for understanding the major contributions of this knowledge matrix to teaching in the health field. Otherness, in this case, refers not only

to native populations or communities who are less integrated into the logics of Western science; it is also an operational category that summarizes the ability of the social sciences to transform medicine itself, and its practices, into research objects. In other words, when it comes to the study of the body, health and illness from the perspective of the social sciences, the research object becomes, directly or indirectly, the scientific field itself, as an institutional space where truths on the body, and on health and illness in the Western world, are produced.

A recent review of literature written by Sônia Maluf, Érica Quinaglia Silva and Marcos Aurélio Silva (2020), entitled “Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas” [Anthropology of health: knowledge, practices and policies], makes reference to a significant increase, over the course of the last decade, of anthropologists who teach in programs and department of Public Health, widening the classical exchanges between Western biomedical systems and traditional approaches to curing. Undoubtedly, the rapid response to the pandemic on the part of Brazilian social scientists is also fruit of the expansion of this field of research and interlocution on health, illness and cure.

On the whole, the observations of these authors provide evidence of the double nature of dialogue between health and social sciences, consolidated over the course of the 20th century and having heavy repercussions in Brazil. On the one hand, we witness the growing institutional presence of anthropologists, sociologists and political scientists in teaching departments within health science fields. This presence was reflected in the type of intervention carried out by social scientists during the pandemic, intent as they were on maintaining a dialogue with the medical field while insisting on the importance of the social determinants of health. On the other hand, the above-mentioned authors also cast light on the development and multiplication of perspectives within the social sciences, committed to the epistemic decentering of broader concepts such as *body*, *health*, *cure* and *illness*. Related to this is the multiplication of specialized sub-fields, marked by specific interests. As Sarti (2010) and Maluf, Silva and Silva (2020) point out, within the field of anthropology this is a highly consolidated process, as evidenced by the forums for debate and regular academic events that go by names such as the *anthropology of epidemics*, *anthropology of death*, *anthropology of health*, *anthropology of disabilities*, *anthropology of sexual and reproductive rights*, etc.

The *lingua franca* of the pandemic

Another intersecting characteristic of social scientists' engagement with the pandemic involves the issue of risk, for which we turn to Isabel Carvalho's text, published in September of 2020.

For the time being, within this pandemic calamity, we are able to observe – in real time and without historical distancing – that which Seale-Feldman (2020) captured ethnographically during the post-earthquake period in NEPAL, in 2015, and referred to as the *work of disaster*. It was the notion that a disaster situation creates the context for certain humanitarian policies, mobilizes international agencies, justifies extraordinary public policies and configures disputes for handling ensuing social and public health crises. In the case of the epidemic, particularly in Brazil, in the U.S.A. and, once again, in Byelorussia, we have witnessed the politicization of medical protocol on the part of governments that tend to minimize the seriousness of the disease. In Brazil and in the U.S.A., for example, governments advocated the use of particular medications, going against scientific findings that indicate their dubious efficacy and costly side effects. Nonetheless, if we social scientists are able to describe and opine on the “disaster work” of the present, an *analysis* of the disaster still remains to be carried out. What we have are many voices speaking out, certainly richer and more multiple than those of past centuries. Yet we are still awaiting the voices of authorship that speak out with deeper and more lasting meanings and messages, transforming the babble into articulated experiences of the pandemic, with the density that this time deserves, and the authorial sensitivity that work *on* disasters requires. (Carvalho, 2020).

In pondering work “that still has to be done” on the pandemic, the above-cited author also enables us a better understanding of the nature of what has been written thus far, as well as the horizon of that which remains to be realized, even in the face of the dense volume of analyses that have already been produced. Taking this into consideration, we recognize that one of the major contributions of the Social Sciences to this early moment was having demonstrated, as soon as the first cases began to appear in Brazil, that a pandemic

is not merely the result of a potent and contagious biological agent that puts millions of lives at risk.

These analyses have made it clear that pandemics are also the result of laws, decrees, official pronouncements and press conferences that, little by little, produce classifications and give names to facts that in the past were disconnected, such as “a fish market in a Chinese city”, “evangelical pastors in South Korea”, “the consumption of wild animals in Asian countries”, “a football game in Italy”, “a Brazilian tourist in Egypt”, “a maid contaminated by employers who returned from recent holidays in Europe”. These apparently random facts begin to produce a certain interpretive coherency. This is due to the inclusion of elements that, as we add on new data, produce a sort of pandemic lingua franca whose very emergence becomes the object of the attention of social scientists. New terms come into use, such as “flattening the curve”, “SARS”, “confinement”, “COVID-19”, “Wuhan”, “World Health Organization”, “vaccine”, a vocabulary that has been made ordinary and commonplace by the media.

Thus, what is always at stake is the idea that the materialization of the pandemic as a fact does not depend solely on the existence of a virus, but is directly related to abilities to order, classify and name this complex set of phenomena that envelop individuals and States.

The place of the State within the pandemic

It is precisely through this type of formulation that the State emerges as a fundamental agent of pandemic experiences and that, in doing so, becomes a justified focus of the attention of social scientists. Without a State, that is, an entity that constructs a coherent notion and name for the phenomenon, there is no pandemic (Toniol, 2020). Evidently, this does not mean that the devastating biological reality of the virus is being negated, nor does this suggest we embark on the dangerous adventures of conspiracy theories and denialism that have come to be commonplace within WhatsApp groups and other social networks. On the contrary, we seek to reaffirm the complexity of a pandemic that depends not solely on the circulation of a biological agent but on acts that institute and give concreteness to disperse manifestations of a phenomenon, placing it firmly at the center of social life.

In sum, the social sciences joined public debate in order to draw attention to the political and cultural dimensions of the pandemic. In doing so, they also pointed to the problems that were present in those formulations of public opinion that appealed to a certain fantasy that “the virus would be democratic” or egalitarian in the way it affected individuals. Social scientists demonstrated that it was *syndemic* (Plitt, 2020), that is, a pandemic that spread more violently through impoverished communities, provoking more deaths among the socially vulnerable. In this regard another of the intersecting characteristics of social scientists’ engagement with the pandemic comes to the forefront, the issue of risk. There has been insistence on the recognition of the fact that social vulnerabilities reflect asymmetrically on the ability that social actors have to respond to pandemic risks. Thus, to observe, compute and analyze these asymmetries has been a fundamental theme for the social sciences, within the scenario of current public health, social and economic catastrophe.

The political dimensions of the pandemic have been a running theme throughout the humanities and were, in a certain sense, one of the main responses coming from the texts published in the Bulletin. After the introduction developed above, we are now ready to move on to the central issue of this text: when we take a look at the entire set of articles with which social scientists responded to the pandemic, what do they tell us? What are the themes that are repeated, and the most frequently mobilized premises?

Major themes of the Bulletin

In a more systematic, yet still provisional sense, we also believe that it is possible to offer another approach to this set of responses, organizing them into five general themes. The themes that we have identified in no way exhaust classificatory possibilities but are meant to aid in providing guidance in the systematization of the pandemic ‘info-demic’. Thus, we propose the following categorization:

- a) *specialized texts*, making reference to a subfield of the social sciences which we can identify as *anthropology of epidemics*, and promoting gazes

that compare the COVID-19 pandemic to that of other experiences in confronting epidemics (such as AIDS, Zika and Ebola);

b) *diagnostic texts* that map out the effects of the pandemic on different groups, activities and countries. These texts explore issues emerging from the pandemic, without losing sight of the structural aspects that characterize particular cases;

c) *prognostic texts*, which examine possibilities for overcoming the pandemic, attempting to foresee the types of societal demands and dilemmas that may emerge from it as well as its transforming effects;

d) *accounts* of experiences that provide testimony from individual prisms, often written in first person and committed to the description of modes of confronting the pandemic, as well as its daily and subjective effects;

e) *methodological texts* that address their reflections to the interdisciplinary fields of the social sciences, pondering the possibilities, infeasibilities and transformations in the modes of doing research that the pandemic has produced.

These themes offer us a principle for the organization and comprehension of the structures of argument through which the social sciences responded to the pandemic in Brazil, in its early months. In addition to the five categories indicated above, we now turn to examine the themes that were covered in the Bulletin. We introduce and discuss some of the defining characteristics that the Bulletin acquired, using data that help us to situate the initiative and, through it, the more general characteristics of Brazilian social sciences.

In addition to organizing by textual / theoretical approach, we also classify the 150 texts published in the Bulletin into 29 thematic groups which came together in the production of the edited volume *Social Scientists and the Coronavirus* (Grossi; Toniol, 2020). Not simply sections that enable readers to make their way through the book, divisions serve as indicators of the accent that social scientists gave to their approaches to the first months of the pandemic. While this mode of organization certainly reflects the general vigor of certain fields within the discipline, we also believe that it says something about the thematic options that were privileged during the period.

The table below illustrates our classification system, showing how many texts were published within each category.

Eixos temáticos	Número de textos publicados
Economia	9 textos
Gênero: violências, raça e trabalho	8 textos
Ciência	8 textos
Conjunturas políticas	7 textos
Religião	7 textos
Educação e ensino a distância	7 textos
Morte	6 textos
Desigualdades sociais	6 textos
Segurança pública, prisão e violências	6 textos
Balanços da pandemia	6 textos
Pandemia situada	6 textos
Internet e conexões	6 textos
Riscos, incertezas e medos	5 textos
Questões do social	5 textos
Políticas públicas	5 textos
Outras epidemias – zika vírus e cólera	5 textos
Meio ambiente	4 textos
Populações do campo e questões rurais	4 textos
Saúde mental	4 textos
Para além das fronteiras brasileiras	4 textos
Textos de apresentação e balanço do boletim	4 textos
Impactos em populações tradicionais: quilombolas, ribeirinhos e ciganos	4 textos
Arte e imagens da pandemia	4 textos
Velhice	4 textos
Gestação, partos e nascimentos	4 textos
Deficiências	4 textos
Pandemia e história	3 textos
Impactos da pandemia sobre populações indígenas	3 textos
Alimentação	2 textos

Although there is a certain equilibrium among topics, we also note that there are six themes that concentrate over 30% of all texts. The foremost theme is *Economics*. Within it, there is intense concern over the exacerbation of the social inequalities that characterize the country. Also significant is the debate that took place in April of 2020 over the release of an emergency aid that took some time to materialize. It is important to keep the initial moment of the issue in mind, given the fact that the amount of the subsidy was subjected to changes and then ended abruptly at the end of 2020, hitting the most vulnerable segments of the population hard.⁷ A significant characteristic of this thematic axis was that it triggered contributions from all three of the major areas of the social sciences.

Gender and *Science* are the other two themes that attracted a greater number of articles, a total of eight texts each. *Gender* was one of the areas that generated considerable production right at the beginning of the period of social isolation. Texts in this group dealt particularly with two specific issues: the rise in cases of domestic violence and increase in inequalities in the sexual division of domestic labor during the pandemic. On the *Science* theme, debates on the current anti-intellectual wave, disbelief in scientific data and the emergence of anti-vaccine movements in Brazil were constant and intersecting issues throughout the entire period that the project was in effect.

The third set of texts – *Political Conjecture*, *Religion* and *Education* – were represented by seven articles each. Debates on politics emphasized not only analyses of conjuncture, but also the effects that political decisions made in Brazil at the very beginning of the pandemic had on the epidemiological disaster we continue to suffer. Under the theme of religion, controversies involving resistance to the closing of houses of worship were the privileged topic, alongside description and analysis of the adaptation of religious practices during the stage of greatest social distancing. On the theme of education, a common thread running through all the texts was the debate on the limits, benefits and other issues regarding the changes brought about by distance education, which has since been denominated *remote learning*. This theme in particular brought together a series of texts with a variety of different perspectives on the

7 The emergency aid that was reduced by 50% as of September of 2020 was suspended in January and February of 2021.

matter, thereby serving to situate the debate and provide visibility to divergent positions.

A fourth set of topics containing six articles each dealt were grouped according to the themes *Death*, *Overall Evaluation of the Epidemic*, *Situated Epidemic*, *Social Inequality*, *Public Security*, *Internet*. On the topic of *Death*, we find articles that ponder the ritualization of death from COVID-19 and the emotional and cultural impact of being unable to bury the dead. Also from the themes of *Overall Evaluation* and *Situated Epidemic* emerge a series of approaches to the social, cultural and emotional damage of the increase in contamination and deaths in the country. On the theme *Social Inequalities*, *Economic* issues are again brought to the forefront but this time with the specific focus of the effects that the pandemic had on the most vulnerable groups within the population. In the realm of *Public Security*, pandemic impact is approached both with respect to the changes in the way violence was recorded during the period and the toll that the situation took on the incarcerated, a group that is at extremely high risk and did not receive due attention from the State, given the necropolitical directives of the current administration.

After examining the articles published in the Bulletin, we now turn to their authors, for further reflection on the current characteristics of Brazilian academic production.

Profile of the Bulletin article authors

The engagement of the social science community that is connected to our national organization, Anpocs, and its speedy reaction in the face of the pandemic were further revealing of the strong interdisciplinarity that reigns within the field.

Over the months that the Bulletin was being published, we were able to observe the astute capacity of the social sciences at the helm of debate on COVID-19, often working in partnership with other disciplinary fields. In fact, 40% of those who published in the Bulletin were researchers coming from other areas. Another interesting observation is that researchers who had completed their training within the last 15 years were those most engaged in public debate through forms of participation that were not restricted to the most consecrated academic formats, such as journal articles and book chapters.

Academic titles

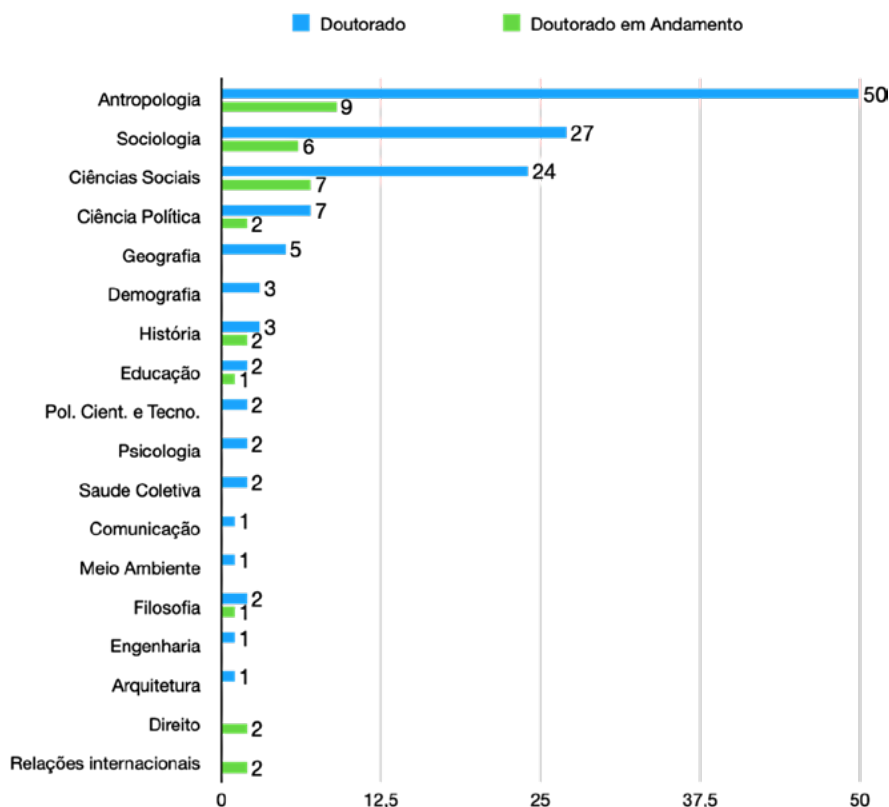
The 150 texts published in the *Social Scientists and Coronavirus Bulletin* were penned by a total of 193 authors. Most of these authors hold doctoral degrees (145 authors, representing 74.4% of the total) or are currently working on PhDs (35 authors, representing 17.9% of the total). The remaining 11.7% of the texts are distributed between authors holding a Master's Degree (2.1%), currently working on a Master's Degree (1.5%), holding 'specialist' titles (0.5%), undergraduate degrees (1.5%), and 1%, students currently working on undergraduate degrees or, another 1% in which authors are represented as research collectives made up of individuals whose names are not given.

The graphs we introduce below demonstrate the diversity of areas of training and engagement of the authors who contribute to the Bulletin, most of whom hold doctorates or are currently working on them.

We observe that the greatest number of authors hold doctorates in Anthropology (fifty with completed degrees and 9 currently working on their PhDs). Sociology appears in second place (27 PhDs and 6 PhD candidates) followed by those who have post-graduate degrees in Social Sciences (24 PhDs and 6 PhD candidates). This is followed by Political Science, with a significantly lesser presence (7 PhDs and 2 PhD candidates) as well as a large number of authors from other areas, with 5 or less PhDs and PhD candidates: Geography, Population Studies, History, Education, Scientific and Technological Policy, Psychology, Public Health, Communications, Environmental Studies, Philosophy, Engineering, Architecture, Law and International Relations.

This data reveals that a) Anthropology prevails as the social science discipline that is most engaged in production on the COVID-19 pandemic and b) social science initiatives in response to the pandemic have been able to attract significant contributions from other disciplines, demonstrating important and growing interdisciplinarity in the field of the social sciences.⁸

8 This data also reveals the crucial engagement of the Anpocs and its ensuing interlocution with other disciplines within the Forum de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes [Forum of Human Sciences, Applied Social Sciences, Literature, Linguistics and Arts] (FCHCSALLA) during the 2019/2020 period.



Areas of involvement

Regarding the areas of activity of researchers with teaching careers, most of them work in one of the three major areas of Social Sciences, in postgraduate programs in Anthropology (30), Sociology (17), Social Sciences (17), Political Science (6) and International Relations (1). The presence of social scientists working at the interface with the areas of Public Health is also significant (8). There is also an expressive presence of authors who work in the major areas of Humanities – Geography (4), Education (3), History (3), Philosophy (1) – and in the Applied Social Sciences: Social Work (2), Architecture (1), Journalism (1), Communication (1) and Engineering (1). The graph below shows the diversity of areas of activity of Bulletin authors, also providing information on how the

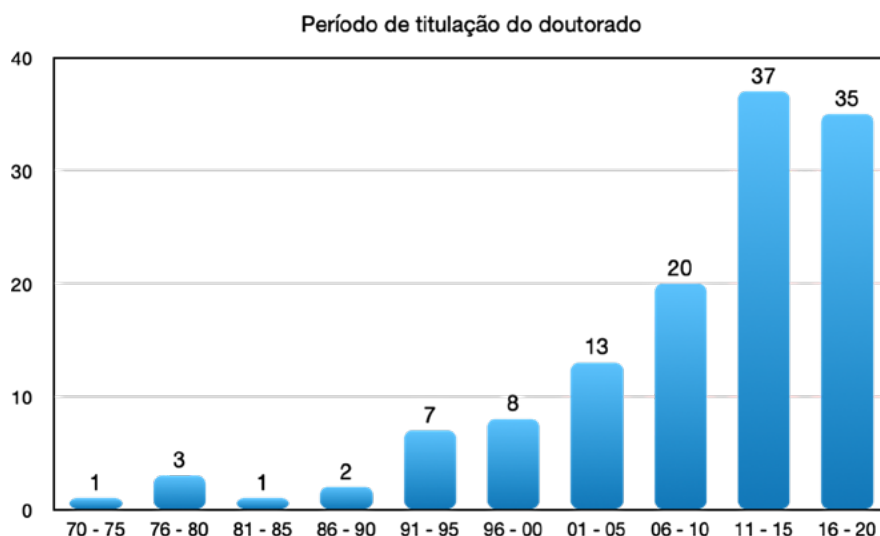
different social sciences act together and in conjunction with other major areas of knowledge.



Authors' time [tenure] in their academic fields

Analysis of authors' trajectories also allows us to understand the expansion of the field of social sciences and to recognize the profound institutional transformation that the area has undergone over the past two decades. Such a transformation can be inferred from a graph providing information on the year in which authors obtained their doctoral degrees.

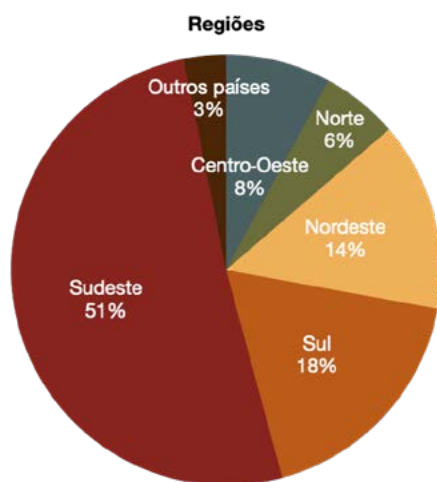
The graph below shows that 69.1% of the authors received their degrees in the last 15 years: 25.7% of the texts were written by doctors who obtained their PhDs in the last 5 years (2016-2020), 27.2% by doctors who received their diplomas during the previous 5 year period (2011-2015), followed by 16.2% of texts by authors with older degrees (2006-2010).



Region of the country⁹

With regard to the regions where the authors work, we note that the Southeast region, traditional center of the production of knowledge in the Brazilian social sciences, contributed 50% of all articles published in the Bulletin. This was followed by the South, responsible for 17.9%, and the Northeast, from which came 14.45% of the total. Nonetheless, there was also a significant presence of authors from the Central West (8.2%) and the North (5.6%). Furthermore, contributions were also received from researchers working abroad (Argentina, Portugal and the United States).

9 The importance of examining social scientists' participation *by region* emanates from Brazil's long history of unequal regional development, and the consequent social, economic and institutional disparities that have traditionally endowed certain regions of the country with a privileged position within the universe of scientific production.



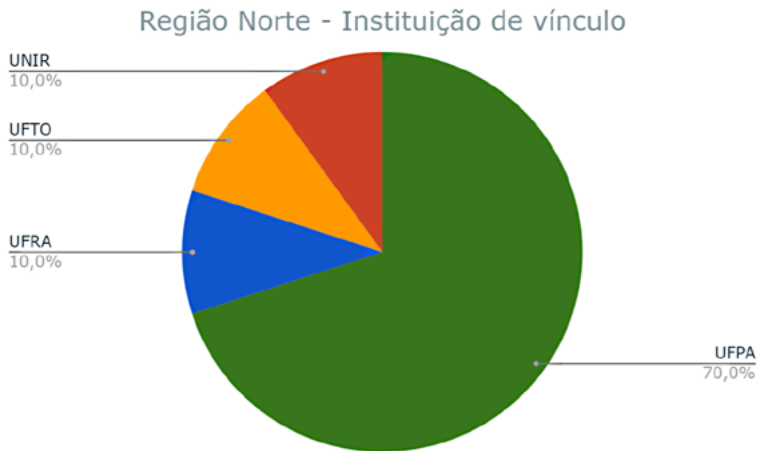
Região	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Outros países
Número de textos	15	12	28	35	97	6

The table above reveals another dimension of the transformation of the Brazilian social sciences, the expansion of the regions covered by authors' institutional affiliations. Although participation from the North and Center-East regions is still lower in percentages than other parts of the country, its significance demonstrates the effects of the greater capillarity of the social sciences, the product of public policies for the expansion of higher education in Brazil that were carried out over the first fifteen years of this century.

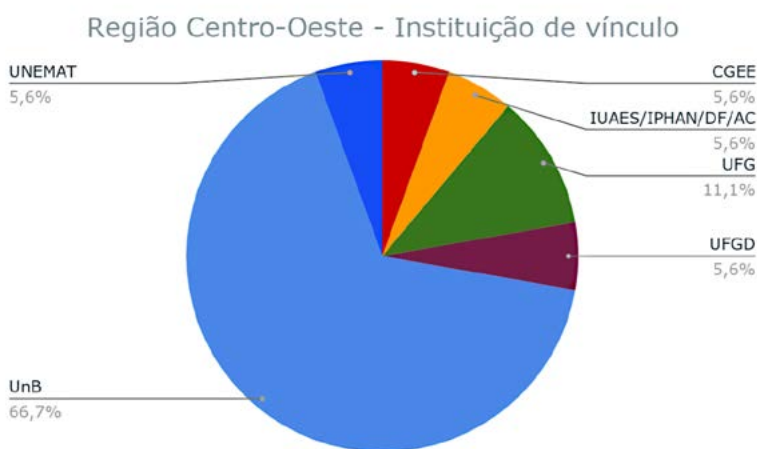
Authors' institutional affiliations by region

Graphs by region and institutional participation are introduced below.

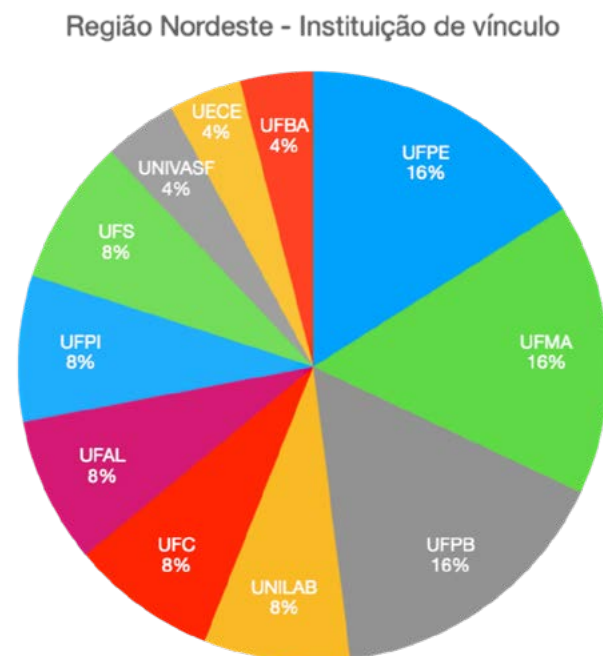
In the North, with 11 texts originating in institutions from that region, the most expressive institution is the UFPA (state of Pará), responsible for 70% of all the publications of the region, followed by the UNIR (Rondônia) and UFTO (Tocantins).



In the Central West, the UnB (Brasília) stands out as the university with the largest number of contributions (66.7%), followed by UFG (Goiás) with 11.1%, UFGD (Mato Grosso do Sul) and UNEMAT (Mato Grosso), with one published article each (5.6%). Also noteworthy is the collaboration of authors linked to non-university institutions such as CGEE and IPHAN (institutions based in Brasília).

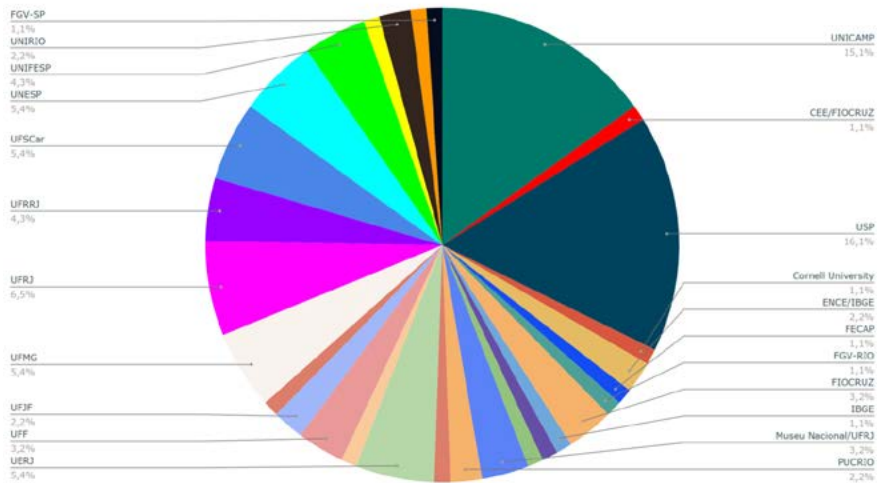


The Northeast region may be noted for its wide variety of participating universities, boasting the presence of social scientists working in universities in all of the states of the region, and diverse in their own right: UFPE (Pernambuco), UFMA (Maranhão), UFPB (Paraíba) with the most texts (16% each), followed by UNILAB (Bahia and Ceará), UFC (Ceará), UFAL (Alagoas), UFPI (Piauí) and UFS (Sergipe) with 8% each and UNIVASF (Pernambuco), UECE (Ceará) and UFBA (Bahia) at 4%.



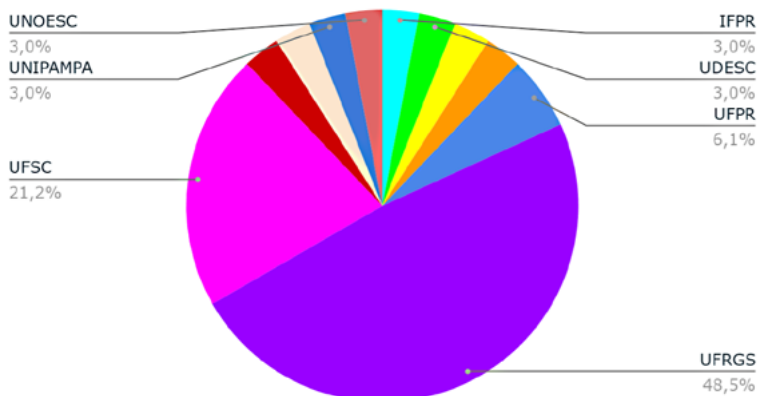
The Southeast is the most diversified region, with 22 institutions producing material for the Bulletin: USP (16.1%) e UNICAMP (15.1%), institutions located in the state of São Paulo, contribute the largest number of texts, followed by the UFRJ (6.5%), Rio de Janeiro, UFMG (5.4%) – Minas Gerais UFSCAR (5.4%) UNESP (5.4%) and UNIFESP (4.6%) both from the state of São Paulo and finally two other institutions from the state of Rio de Janeiro, UERJ (5.4%) e UFRRJ (4.3%).

Região Sudeste - Instituição de vínculo



A surprise, in terms of the South, is the expressive presence of the UFRGS (48.5%) (Rio Grande do Sul), followed by the UFSC (21.2%) (Santa Catarina) and UFPR (6.1%) (Paraná). Other participating institutions are the UDESC e UNOESC (Santa Catarina), UNIPAMPA (Rio Grande do Sul) and IFPR (Paraná) (3% each).

Região Sul - Instituição de vínculo



Final considerations

The Bulletin was produced during the period of social isolation that led all universities and research centers in the country to suspend their physical classes. It filled an important role during the first five months of isolation, nourishing, within social science programs, intense theoretical debate around the impact of the coronavirus. We received countless messages from undergraduate professors from all over the country, expressing how important the Bulletin had been for their class discussions.¹⁰

Although our initial focus was on the Brazilian public, through international partnerships some of the texts that were originally published in the Bulletin were also translated into Spanish and English, and even disseminated through websites and press channels. In early June we established a partnership with the Brazilian Research and Studies Center at Wurzburg University in Germany. The institution took on the project of translating all Bulletin articles into English. Our CONICET colleagues in Argentina demonstrated similar interest in publishing some of the texts that came out in the Bulletin into Spanish.

We are certain that this initiative contributed to the greater public presence of Brazilian social science research, and for the strengthening of a more agile form of public intervention, albeit not disconnected from the more common formats of academic publication. Furthermore, it seems that the coronavirus pandemic establishes itself as a watershed in terms of the recognition of new forms of intellectual production within the social sciences.

The Bulletin was created on the first Sunday of quarantine. The initiative was an institutional response to the systematic attack on the social sciences that had been occurring in Brazil since the early days of the Bolsonaro presidency, coming most directly from the federal government. At that particular moment, we were galvanized by two actions connected to public policies on education, science and technology: the cuts in post-graduate fellowships

10 In the wake of the Bulletin, the editing team also created a podcast, meant to invert relationships of speech and give interlocutors – rather than researchers – a space in which to narrate the concrete impacts that the pandemic had on their lives.

coming from the Capes¹¹ and the federal government Ordinance n° 1.122, dated March 19th, 2020¹² which took the social sciences off the list of MCTI investment priorities,¹³ actions that are expected to have significant impact on financing opportunities in the Human Sciences as a whole. One of the immediate repercussions was the threat to undergraduate research training that receives support through the “Beginning Researcher” Program (Iniciação Científica – Pibic, CNPq). Both of the above-cited measures took place during the period of social isolation that began in March, at the beginning of the pandemic year of 2020.

Since its conception, the Bulletin was thought up as a way to demonstrate and disseminate how decades of social science research have built up a corpus of knowledge that is also indispensable for our understanding of the pandemic, and most particularly, its social, political, cultural and economic effects on society.

Thus, as we argue, just as the social sciences have demonstrated the political dimensions of the circulation of a devastating biological agent and the modes used to combat it, the assault on our disciplines during this period has also led to a new configuration of scientific policy. The Bulletin itself is a result of an unprecedented alliance between five of the country’s major scientific associations, begun at the end of 2018 and known as A4 – Articulação das Ciências Sociais.¹⁴ In addition to those organizations that were directly involved in its creation, the group soon received the support of others, among which were the Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), the Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (Anpege), the Associação Nacional de Pós-Graduação em História (Anpuh), the Associação Nacional de

11 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brazil’s major financing agency for Post-graduate Education, and institution belonging to the Ministry of Education.

12 Priorities made explicit in its Article 2: Establishment as areas of priority, in terms of projects for research, development and innovation, technological fields that are I – Strategic; II – Skill-providing; III – [in the field of] Production; IV – for Sustainable Development; and V – for Quality of Life.

13 Ministry of Science, Technology and Information, to which the CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) belongs.

14 Or “Interconnected Social Sciences”. The A4 was created in October of 2018, during the 42nd Annual Meeting of the Anpocs, by four scientific associations within the field: Anpocs, ABA, ABCP and SBS.

Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) and the Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur),¹⁵ the latter working together through the FCHSALLA.¹⁶ This novel connection has reconfigured the strength of the institutions involved, beyond their specialized academic fields.

In this process, alliances with other areas of the human sciences, and even beyond the latter, have already begun to take shape. This may be explained by the fact that the assault on the humanities has had parallels in other areas of the so-called basic sciences, where responses have come from academics and researchers in biology and life sciences, exact sciences, earth sciences and fields of engineering, under the leadership of the SBPC and the FCHSALLA and scientists from the fields of physics, mathematics and chemistry. In this sense, the defense of science has been renewed, putting social scientists in greater dialogue with other fields and widening the list of allies. The publication of a series of 149 texts through the Social Sciences and Coronavirus Bulletin that we describe and analyze here is also the first result of such a new reconfiguration of forces.

In December of 2020, the initiative that began with the Bulletin gained new shape, as a book made available at no cost through the Anpocs website (Grossi; Toniol, 2020). Divided into thematic sections, it has now been incorporated as compulsory reading in courses taught at a number of Brazilian universities – courses which in and of themselves are remarkable. Fully justified by the health crisis we are submerged in, speculations as to the persistence of such courses within our curriculum are worthwhile. Might this mark a new phase in undergraduate programs in the social sciences? What will the lasting effects of the pandemic on the production and training of new professionals in our areas be like? Answers to these questions will remain for posterity, yet it is essential that, as issues, we already begin to organize ourselves around them.

15 Brazilian Society for Scientific Progress, National Association of Post-Graduate Programs in Geography, National Association of Post-Graduate Programs in History, National Association of Post-Graduate Programs and Research in Literature and Linguistics, National Association of Post-Graduate Programs and Research in Urban and Regional Planning.

16 Fórum de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes.

References

BECKER, H. S. History, culture and subjective experience: an exploration of the social bases of drug-induced experiences. *Journal of Health and Social Behavior*, Thousand Oaks, v. 8, n. 3, p. 163-176, 1967.

BOLETIM CIENTISTAS SOCIAIS E O CORONAVÍRUS. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. Available at: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2325-boletim-semanal>. Access: 20 Aug. 2020.

CARVALHO, I. C. de M. Vozes da pandemia: uma história a ser contada. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 78, 7 jul. 2020. Available at: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2409-boletim-cientistas-sociais-n-78>. Access: 20 Aug. 2020.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 44. [Playlist]. (23 videos). dez. 2020. Published by Anpocs channel. Available at: https://www.youtube.com/playlist?list=PLp6VT-kihN-bv1T0OWJkK6_VbdVaiaMu. Access: 20 Aug. 2020.

GOVERNO DO BRASIL. *Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros*. Brasília: Governo do Brasil, 21 dez. 2020. Available at: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protecao-social-aos-brasileiros-1>. Access: 20 Aug. 2020.

GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Available at: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>. Access: 20 Dec. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Brasília: IBGE, [2020]. Available at: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Access: 20 Aug. 2020.

LIMA, N. T. [Conference]. (1 video, 64min). 11 dez. 2020. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 44., 2020. Published by Anpocs' channel. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=WfAkTYlRpCE&list=PLp6VT-kihN-bv1T0OWJkK6_VbdVaiaMu&index=16. Access: 20 Aug. 2020.

MALUF, S. W.; SILVA, E. Q.; SILVA, M. A. Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 91, p. 1-38, 2020.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*: v. 2. São Paulo: EPU: Edusp, 1974. p. 183-314.

MERTON, R. K.; READER, G.; KENDALL, P. L. (ed.). *The student-physician*: introductory studies in the sociology of medical education. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

PARSONS, T. Definitions of health and illness in light of American values and social structure. In: JACO, E. G. (ed.). *Patients, physicians and illness*. New York: Free Press, 1979. p. 120-144.

PLITT, L. 'Covid-19 não é pandemia, mas sindemia': o que essa perspectiva científica muda no tratamento. *BBC News Brasil*, São Paulo, 20 out. 2020. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785>. Access: 20 Oct. 2020.

SARTI, C. Corpo e doença no trânsito de saberes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 77-90, 2010.

STRAUS, R. The nature and status of medical sociology. *American Sociological Review*, New York, v. 22, n. 2, p. 200-204, 1957.

TONIOL, R. Beyond the virus: there cannot be a pandemic without the State. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, 2020.

WIEVIORKA, M. [Conference]. (1 video, 48min). 7 dez. 2020. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 44., 2020. Published by Anpocs' channel. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=AFki5snJC50&list=PLp6VT-kihN-bv1T00WJkfK6_VbdVaiaMu&index=17. Access: 20 Aug. 2020.

Recebido: 31/08/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 8/31/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Descolonizando a saúde planetária

Decolonizing planetary health

João Biehl¹

<https://orcid.org/0000-0003-4843-4804>

jbiehl@princeton.edu

¹ Princeton University – Princeton, NJ, Estados Unidos

Resumo

Intimamente conectada com decisões políticas e interesses de mercado, a pandemia de Covid-19 é uma calamidade *crônica agudizada* que assola o mundo inteiro, desestabilizando conhecimentos e práticas biomédicas hegemônicas e revelando a precariedade dos sistemas de saúde pública, assim como a impotência profunda das redes de seguridade social e a fragilidade dos laços de solidariedade que imaginávamos estáveis. O artigo reflete sobre os desafios impostos aos cientistas sociais e profissionais da saúde em contextos neoliberais e à beira da autocracia num momento em que seus métodos e conceitos-chave são chamados a dar conta de forma mais adequada aos complexos enredos territorializados pela emergência generalizada e a cultivar micro, meso e macromodos de resistência. Assim, instrumentos analíticos da antropologia médica e da saúde global crítica, como *vulnerabilidade estrutural*, *determinantes políticos*, *racialização*, *farmaceuticalização* e *descolonização do saber*, podem ser valiosos recursos para leitura do presente e de intervenção nele, mas são também desafiados pela dinâmica realidade que se desdobra. Contra o pano de fundo de uma crescente tensão entre a tecnocrática produção de microdispositivos humanitários e o desenvolvimento de uma ciência integrada de saúde planetária, o artigo ilumina a urgência da articulação de uma ética amazônica de cuidado.

Palavras-chave: saúde global crítica e antropologia médica; saúde planetária; descolonização; ética do cuidado.

Abstract

Intimately connected with political decisions and market concerns, the COVID-19 pandemic is an *acute on chronic* calamity that plagues the entire world, destabilizing hegemonic biomedical knowledges and practices and revealing the precariousness of public health systems as well as the deep impotence of social safety nets and the fragility of bonds of solidarity that we imagined existed. The article reflects on the challenges posed to social scientists and health professionals in neoliberal contexts and on the verge of autocracy when their methods and key concepts are being called to better account for the complex plots territorialized by the widespread emergency and to cultivate dynamic micro-meso-macro modes of resistance. Thus, analytical tools of medical anthropology and critical global health, such as *structural vulnerability*, *political determinants*, *racialization*, *pharmaceuticalization* and *decolonization of knowledge*, can be valuable resources for understanding the present and intervening in it, but are also challenged by the dynamically unfolding reality. Against the backdrop of growing tension between the technocratic production of humanitarian micro devices and the development of an integrated science of planetary health, the article illuminates the urgency of articulating an Amazonian ethics of care.

Keywords: critical global health and medical anthropology; planetary health; decolonization; ethics of care.

Mundos no limite

Vivemos à beira do abismo. Esse presságio serviu de premissa a muitos trabalhos realizados em antropologia médica e estudos críticos de saúde global nas últimas duas décadas. A lógica se baseia nas evidências sobre a desigualdade, a violência e a precariedade que ameaçam vidas e sociedades, indicando que muitas delas estariam à beira do esgotamento. Tudo isso mediado pelo populismo extremo e pelos esforços estatais e empresariais para dismantelar agendas fragmentadas, embora significativas, de direitos socioeconômicos. Entrementes, etnografias atentas ao sensorial também lançaram luz sobre a plasticidade das pessoas e das comunidades, sobre seus desejos de mudança e rotas de fuga, enfatizando o poder de criação e agência da gente simples (Biehl, 2020; Biehl; Locke, 2017).

Os tempos do presságio ficaram para trás. Hoje, minha reflexão se faz em meio aos desdobramentos da tragédia. “Essa história acontece em estado de emergência e de calamidade pública”, escreve Clarice Lispector (2017) no preâmbulo do seu último romance, *A hora da estrela*, ecoando vivências que remetem às atuais. Ela segue: “Trata-se de um livro inacabado porque lhe falta a resposta. Resposta esta que espero que alguém no mundo me dê. Vós?”

A pandemia da Covid-19 pode ser pensada como um novo *fato social total*, como teorizou o antropólogo Marcel Mauss (1990, p. 80; Viveiros de Castro, 2020): fato esse que demanda respostas sem precedentes. Intimamente conectada a decisões políticas e interesses de mercado, a pandemia assola o mundo inteiro, desestabilizando conhecimentos e práticas biomédicas hegemônicas e revelando a precariedade dos sistemas de saúde pública, assim como a impotência profunda das redes de seguridade social e a fragilidade dos laços de solidariedade que imaginávamos estáveis. No meio de danos devastadores à saúde, à macro e microeconomia e ao próprio campo político, somos também confrontados com o impacto letal da devastação ambiental, com os limites dos nossos sistemas de prevenção e com as formas arraigadas de violência estrutural. Como temos visto, a Covid-19 continua a se espalhar e a matar de forma desigual em termos de idade, classe, raça, sexo e geografia (Biehl; Günay, 2020), especialmente em contextos de viés autoritário e de negação da ciência.

Saturados pela mídia social e mais divididos que nunca, a situação nos pede que depositemos o que resta de esperança nos fabricantes de vacinas, torcendo

para que restaurem algum sentido de normalidade à vida social e política. Ao mesmo tempo tememos, é claro, que, diante da chegada das tecnologias de salvação, desigualdades se aprofundem e sistemas de controle se fortaleçam (Greene; Vargha, 2020).

Enquanto a vacinação demora, a questão racista chegou a ponto de ebulição, como vimos nos últimos meses aqui nos Estados Unidos, com a população negra e aliados enfrentando abertamente a supremacia branca e o racismo sistêmico que, durante séculos, limitaram e excluíram as oportunidades de vida dos não brancos, muitas vezes sob o pretexto da preservação da ordem política e do humanismo liberal e de sistemas falaciosos de responsabilização (Davis, 2003; Gilmore, 2007; Glaude, 2020; Ralph, 2020; Shange, 2019; Vitale, 2018).

No meio desse sentimento geral de vertigem e perante a promessa fugidia de reparação e abolição, perguntamo-nos de que formas a pandemia e os movimentos por justiça racial se conectam. Não que um necessariamente dependa do outro, mas imagino que esta crise global de saúde pública e as possibilidades de um mundo remodelado pós-Covid-19 inspirem vislumbres de esperança, de um outro horizonte ainda possível.

Para além das intervenções tecnocráticas

O que, então, o momento atual pede à antropologia, à medicina social e aos estudos críticos de saúde global? O que agora se exige da nossa escuta, da nossa produção de evidências e da nossa capacidade de resposta em termos de solidariedade concreta? Como atentar para vulnerabilidades, sofrimentos e experiências de iminência da morte, assim como a formas emergentes de política e de cuidado ainda que à distância? Nesse estado de emergência sem paralelo, pessoas em todo o mundo são impelidas a repensar as arquiteturas e pressupostos do capitalismo médico, do poder político e da vida social e econômica. Do mesmo modo, somos impelidos a repensar o nosso legado disciplinar, os nossos focos de investigação e o nosso papel público enquanto acadêmicos (Biehl, 2011; Biehl; Petryna, 2014).

A nossa tarefa torna-se ainda mais desafiadora diante das origens e legados coloniais das ciências sociais e da própria saúde global (Allen; Jobson, 2016; Asad, 1973; Biehl, 2016a; Kopenawa; Albert, 2013; Povinelli, 2002; Richardson, 2019;

Said, 1989; Simpson, 2014; Smith, 2012; Trouillot, 2003). No seu melhor, tais campos prosperaram ao produzir conhecimento de forma relacional e situada e ao desestabilizar hierarquias de especialização; lograram ao utilizar uma análise historicamente atenta, abrindo também arquivos insurgentes; se destacaram ao se engajar em uma interlocução reflexiva com diversos profissionais que também procuraram desconcertar formas hegemônicas de pensamento sobre o humano, o ético e o político. Tais profissionais e interlocutores, assim como as nossas disciplinas, apontaram assim para a inter-relação do biológico com o social e com o meio ambiente, entendendo a saúde não como a faculdade de restauração da normalidade, mas como uma capacidade normativa de se adaptar em face da ameaça de morte – a saúde como um direito humano a ser exigido e concretizado (Adams, 2013; Biehl, 2007, 2013a; Bourgois; Schonberg, 2009; Briggs; Mantini-Briggs, 2016; Canguilhem, 1978; Das, 2015; Farmer, 2005; Farmer, *et al.*, 2013; Fassin, 2007; Holmes, 2013; Petryna, 2013; Scheper-Hughes, 1991; Wendland, 2010; Whyte, 2015).

Contra o pano de fundo de uma pandemia em expansão e da luta intensificada contra o racismo sistêmico, o meu ensaio se engaja com a convicção de que a antropologia médica e a medicina preventiva são singularmente capazes de refletir sobre o momento que a saúde global vive. Isso é devido ao nosso compromisso etnográfico e ativista com o corpo plural e com distintas condições humanas, bem como à articulação de contribuições teóricas e práticas para a saúde pública e para a arte do cuidado. Engajados com mundos locais (Garcia, 2010; Han, 2012; Kleinman, 2006; Kleinman; Das; Lock, 1997) de maneira “historicamente profunda e geograficamente ampla” (Farmer, 2004, p. 309, tradução minha), realçamos a importância de examinar criticamente as formas de conhecimento que reproduzem e invisibilizam os mecanismos de exclusão, assim como os modos micro, meso e macro de resistência. Permanecemos atentos ao fato de que, como diria James Baldwin (1998, p. 723, tradução minha), “a história está literalmente presente em tudo o que fazemos”; mantemos, assim, os nossos modos de existência e interferência abertos à improvisação e à constante recalibração.

Nesse sentido, vale a pena considerar as críticas importantes que surgiram após a resposta tecnocrática “extremamente inadequada e tardia” (Farrar; Piot, 2014, p. 1545, tradução minha) da saúde global à epidemia de Ebola na África Ocidental de 2014 a 2016. Tal reação provocou disparidades grotescas

em termos de riscos e consequências e, em retrospectiva, ignorou determinantes sociais e políticos que estavam no cerne da crise do Ebola (Biehl, 2016a; Richardson *et al.*, 2017).

Uma primeira vertente crítica destacou a natureza neocolonial da saúde global, ou seja, a associação do *global* com o *modus operandi* euro-americano e os usos de emergências como oportunidades para todo o tipo de experimentações (Anderson, 2014; Cueto, 2007; Dahn; Mussa; Nutt, 2015). Uma segunda vertente explorou a forma como as respostas globais de saúde geralmente refletem e sustentam a *ordem capitalista neoliberal*, uma vez que as intervenções são canais de interesses geoeconômicos, cada vez mais sob a tutela de atores do setor privado (Adams, 2016; Birn, 2014; Birn; Dmitrienko, 2005; Keshavjee, 2014). Uma terceira vertente crítica adotou uma abordagem foucauldiana, centrando-se na emergência de novos regimes de *biossecuritização* que estão passando da prevenção à prontidão, criando assim novos modos de vigilância e encorajando respostas técnicas que pouco consideram as condições de vida locais (Lakoff, 2017; Lakoff; Collier, 2008; Lakoff; Collier; Kelty, 2015; Segata; Mastrangelo, 2020; Ventura, 2016). Um último aporte crítico viu a resposta global de saúde ao surto de Ebola como uma manifestação de *humanitarismo transnacional*, enfatizando a desigualdade e a violência que frequentemente acompanham a assistência (Fassin, 2011; Redfield, 2013; Ticktin; Feldman, 2010; Stevenson, 2014). O fato é que, no pós-epidemia, os limites da saúde global foram mais uma vez expostos na medida em que o financiamento e a atenção eram suspensos e realocados para outros fins – ainda que o sofrimento continuasse na forma de sequelas clínicas, perda de entes queridos, comunidades desfeitas, insegurança alimentar e estigma social (Cancedda *et al.*, 2016; Frankfurter, 2019).

O que está em jogo, então, não é apenas a preparação tecnopolítica, mas também a preparação científico-social e o desafio de abraçar outra ética e mudanças “radicais de comportamento” na governança a nível global, como Richard Horton (2014, p. 2186, tradução minha), editor-chefe do *The Lancet*, então reconheceu. Os estudos críticos da saúde global e os conceitos-chave da antropologia médica têm se revelado, nesse sentido, bastante pertinentes e relevantes em face das forças turbulentas que se desdobram à nossa volta, pressionando nossos métodos e análises a se aproximarem de forma mais adequada aos complexos enredos territorializados do nosso tempo (Biehl; Petryna, 2013; Biehl; Locke, 2017; Schuch; VÍctora; Silva, 2018; Wilkinson; Kleinman, 2015).

Expondo vulnerabilidades estruturais e combatendo o racismo sistêmico

Apesar de vivermos um momento por demais incerto, sabemos que a Covid-19 ilumina vulnerabilidades arraigadas em nossas sociedades (Diniz, 2016). Ela é um evento *acute-on-chronic*, ou *crônico agudizado*, como Paul Farmer (2012, p. 3) sintetizou ao se referir ao terremoto no Haiti em 2010 e à catástrofe humanitária que ocasionou, assim como ao surto de Ebola a que me referi. A *vulnerabilidade estrutural* é uma lente crítica que oferece explicação à propagação tão desigual de um vírus respiratório, que atinge mais gravemente grupos sub-representados, como que no encaço da estratificação social (Ayres; Paiva; França Jr., 2011; Farmer, 2006; Metzl; Hansen, 2014; Quesada; Hart; Bourgois, 2011).

Em sentido semelhante, também o conceito de *racialização* é fundamental para entendermos as desigualdades nas taxas de mortalidade pela Covid-19 e a sua codificação na literatura médica. Penso aqui em trabalhos como os de Carolyn Rouse (2009), Ruha Benjamin (2019) e Catherine Bliss (2012) nos Estados Unidos, mas também no que tem sido feito no Brasil. Há a produção crescente do grupo de trabalho em Racismo e Saúde da Abrasco, com nomes como os de Denize Ribeiro (2014) e Edna Maria de Araújo (Araújo *et al.*, 2009, Araújo *et al.*, 2015; Caldwell; Araújo, 2020; Hogan *et al.*, 2018; Smolen *et al.*, 2018), assim como os estudos ativistas de Jurema Werneck (2009, 2016; Werneck *et al.*, 2013), Maria do Carmo Leal (2017) e Kia Lilly Caldwell (2004, 2017). O conceito de *racialização* e suas variantes ajudam a expor regimes de invisibilização e descaso. O combate à vulnerabilidade estrutural e à racialização requerem, como bem dizem Jonathan Metzl e Helena Hansen (2014), não uma competência cultural, mas uma *competência estrutural* por parte dos profissionais preocupados com uma saúde integral de fato.

Os paradigmas reinantes da *farmaceuticalização* e da *privatização da saúde* para os quais aponto meus trabalhos junto a pacientes psiquiátricos e pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil (Biehl, 2007, 2008, 2013a, 2013b, 2016b, 2016c) revelam-se totalmente inadequados para lidar com as muitas facetas de uma resposta à pandemia (Griner, 2020). As inadequações se evidenciam na logística de testagem, no rastreamento de contatos, na falta de envolvimento de comunidades, bem como na dificuldade de aumentar a capacidade hospitalar para cuidados intensivos em todas as regiões do país. Ainda assim, um

complexo industrial pandêmico capitaliza o *desastre* (como diria a pensadora e ativista Naomi Klein [2008, 2020]) com promessas salvadoras tecnocráticas, baseadas em soluções mágicas de mercado.

Como nexos reveladores de vulnerabilidades infraestruturais, a nova pandemia também colocou em nítido relevo a questão da *casa* como espaço físico, bios-social e afetivo relevante para a saúde pública, os itinerários terapêuticos e a economia (Biehl; Neiburg, 2021). Tornaram-se centrais, nesse contexto de pandemia, as preocupações antropológicas com a forma como os mundos da vida se fazem e refazem na relação com a casa e as configurações habitacionais, entendidas como entes relacionais (Carsten; Hugh-Jones, 1995; Cavalcanti, 2012; Marcelin, 1996; Neiburg, 2019). As casas, juntamente com a reproblemática de regimes de trabalho e cuidado e daquilo que é considerado essencial à vida, têm de certa forma determinado quem a pandemia fará viver ou deixará morrer.

Contrapolíticas e artes do possível

Junto ao escrutínio dos *determinantes políticos da pandemia* (Gore; Parker, 2019; Saúde..., 2020; Ventura, 2020) precisamos também atentar para resistências e formas de *counter-politics*, ou contrapolítica dentro do próprio Estado. É nesse contexto que quero mencionar algumas tendências que despontam em um estudo que ora conduzo sobre a judicialização da Covid-19, em colaboração com o epidemiologista Joseph Amon e o doutorando Lucas Prates (Biehl; Amon; Prates, 2021). Estamos usando vários bancos de dados, inclusive o boletim *Direitos na Pandemia*, organizado pela Deisy Ventura e colegas (Asano *et al.*, 2020), além de entrevistas com diversos protagonistas.

A pandemia evidencia um fortalecimento do papel político do Poder Judiciário (Biehl, 2013a; Vianna *et al.*, 1999). Tal fortalecimento já parecia estar em curso antes de 2020; agora, contudo, percebemos não só um acirramento da briga decisória entre o Judiciário e os outros poderes, mas também o Judiciário tomando as rédeas das grandes decisões políticas do país (Especialistas..., 2020; Freitas, 2020). Isso ficou claro tanto em âmbito federal (com os embates recentes entre o STF e o presidente Jair Bolsonaro) quanto nas bases de nossa democracia. Diante da dúvida sobre implementar ou não medidas de distanciamento social, por exemplo, uma solução comumente encontrada em estados e municípios

foi a de *terceirizar* a decisão para a Justiça. Ouvimos de interlocutores que entre a opinião vinda “da [secretaria de] saúde” e a opinião vinda “do jurídico”, prefeitos e governadores ficariam com o direito. Outro importante exemplo foram os vários casos em que juízes ao redor do país decidiram sobre a realocação de vagas de UTI – determinando, na prática, quem sobreviveria e quem morreria.

Também percebemos o Judiciário brasileiro como um campo de embate político ainda mais *aberto* e *distinto* do que antes. *Distinto* porque parece ter assumido um papel de crescente protagonismo num cenário em que a política tradicional se recusa ou não consegue dar respostas urgentes na área da saúde. *Aberto* porque se realçam a inconstância e a instabilidade decisórias nesse mesmo contexto, que exige uma dinamicidade para que a solução jurídica seja, ad hoc, a que melhor se adapte ao contexto político, econômico e de saúde pública. Há certamente divergências interpretativas importantes aqui: alguns autores, por exemplo, defendem que estamos vendo o Judiciário assumindo o seu papel de sempre, apenas aparando arestas democráticas (Fontainha; Castro, 2020). Estaria de fato o Judiciário se portando meramente como um contraponto político, ou estaria, na onda da pandemia, realizando uma contrapolítica desde um outro projeto de poder? E o que essa judicialização da política via pandemia diz sobre a saúde de nossa democracia e sobre os desafios de políticas públicas que se nos apresentam?

A pandemia também explicita os determinantes políticos do próprio Poder Judiciário, e vice-versa. Durante a crise da Covid-19, temos visto que o acesso à Justiça se encontra ainda mais restrito que o normal. Com muitas delegacias, defensorias públicas e outros órgãos de Justiça atendendo remotamente, pessoas sem acesso à internet e a equipamentos eletrônicos encontram mais uma grande barreira para registrar boletins de ocorrência, realizar consultas jurídicas, iniciar procedimentos judiciais, e assim por diante (Diniz; Medeiros, 2020; Soprana, 2020). Este parece ser mais um exemplo de que a casa e as configurações habitacionais são essenciais para a análise da pandemia e de suas consequências.

“A pluralidade das formas de vida”

Quero concluir com um breve comentário sobre dois modelos emergentes – *design thinking* humanitário e saúde planetária (Biehler; Ong, 2019) – que estão impactando as formas como os atores da saúde global reinventam as suas

agendas e intervenções. A saúde global hoje oscila entre soluções de escalas dramaticamente diferentes. Por um lado, há o foco no design de dispositivos de pequena escala destinados ao uso em situações de catástrofe ou extrema pobreza – como purificadores de água, kits de diagnóstico rápido, ou ainda monitores médicos portáteis (Brown; Wyatt, 2010; PATH, 2015; Redfield, 2016). Por outro, há o levantamento de novos recursos e aliados para enfrentar os riscos ambientais relacionados a mudanças geofísicas e ecológicas de larga escala (Brondizio *et al.*, 2016; Horton *et al.*, 2014; Rodin, 2015). É importante entender o que esses modelos produzem ao se assentarem em torno da Covid-19.

Enquanto a guinada para uma *microsaúde global*, como eu a chamo, pode atrair a atenção para ausências ou fraquezas do Estado, e refletir um desencanto com projetos de mudanças mais amplas, os cientistas sociais insistem – acho que com razão – que esses crescentes microdispositivos inovadores são, sob disfarce humanitário, o triunfo encoberto da lógica neoliberal e tecnocrática (Moran-Thomas, 2013; Schwittay; Braund, 2017). No caso do Brasil, podemos ver o “kit-Covid” propagandeado por Bolsonaro, incluindo a infame cloroquina (Collucci, 2020), como um exemplo de truque farmacêuticalizado, em vez de uma resposta nacional de saúde pública robusta e coordenada. É uma expressão clara da politização catastrófica das ações deste (des)governo. Enquanto o Brasil se torna um laboratório biopolítico para o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19, vemos a população brasileira adentrar uma ordem experimental (Petryna, 2009), literalmente vivendo na posição de cobaias (Andreoni; Londoño, 2020).

Um dos principais desafios para uma ciência mais integrada de saúde planetária, por sua vez, tem sido a ênfase em grandes escalas (Chakrabarty, 2012; Frumkin; Myers, 2017). Uma narrativa universalizante de risco ambiental desvia a atenção do que conhecemos sobre os perigos ambientais reais, muitas vezes desigualmente distribuídos e afetando desproporcionalmente comunidades socioeconomicamente vulneráveis (Brulle; Pellow, 2006; Nading, 2017; Singer; Hasemann; Raynor, 2016). A narrativa de grande escala pode também ofuscar as economias políticas particulares que destroem a natureza e perturbam a vida animal – fenômenos que estão no cerne das pandemias recentes, todas oriundas da transmissão animal-humana, a exemplo do HIV, do Ebola, da Zika e, agora, da Covid-19. Num evento recente do Brazil LAB (Covid-19 and Amazonia's future, 2020), o virologista Pedro Vasconcelos falou que mais de 200 arbovírus

já foram identificados por cientistas na Amazônia, e que o feroz desmatamento atualmente em curso pode causar novos cruzamentos virais e potenciais surtos de novas doenças. Ou seja: árvores em pé previnem pandemias (A Terra..., 2020).

É, pois, imperativo aprender com a sabedoria cultural dos guardiões de longa data da floresta, à medida que articulamos esforços para salvaguardar a Amazônia, para o Brasil e para o planeta. E, no entanto, o coronavírus se espalha entre os povos indígenas em ritmo alarmante, como discute de forma comovente a antropóloga Aparecida Vilaça (2020) em seu livro *Morte na floresta*. Dados do Instituto Socioambiental (ISA) mostram que no final de agosto de 2020 já havia 27 mil casos confirmados entre 155 povos no Brasil, somando cerca de 700 mortes (Covid-19 e os povos indígenas, 2020). Mais vulneráveis à pandemia, povos indígenas têm dificuldade de acesso aos serviços de saúde, seja pela distância geográfica ou pela indisponibilidade ou insuficiência de equipes de cuidado – sem mencionar que, junto com o vírus, chegam também os invasores de terra e os garimpeiros.

“Temos que abandonar o antropocentrismo,” diz o líder indígena, ambientalista e escritor Ailton Krenak (2020), “há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade”. Num ensaio recente, Krenak (2020) enfatiza que:

O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise... Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

Criar outras histórias

E assim voltamos ao presente ameaçado e à ética do cuidado que os tempos nos exigem. Há muito por fazer. Qual é, então, o nosso papel, como estudiosos, professores, escritores, ativistas e cuidadores ao interferir nesses mundos no limite – e, ao neles interferir, vermos nossos próprios conceitos e compromissos transformados? Como pode a saúde crítica global permanecer conectada a processos sociais em andamento?

Em outras palavras, e baseando-me no conceito de “horizoning” – *horizontar* ou prospectar horizontes, da antropóloga Adriana Petryna (2015, 2017): como podemos esboçar, ainda com equipamentos inadequados, novos caminhos e projeções de chegada à medida que tentamos remodelar a saúde pública e os campos médico, científico e político? Pergunto não só na esteira da Covid-19, mas também no que se refere ao reconhecimento das múltiplas precariedades, descasos e mesmo possibilidades de extinção que caracterizam e materializam nossos tempos.

Horizontar pode nos ajudar a imaginar como desenvolver capacidades humanas e institucionais que transcendam a repetição da história oficial e que ajudem a defender, num espírito de abertura política radical, o que o saudoso economista e humanista Albert Hirschman (1971, p. 37, tradução minha) chamava de “o direito inalienável de cada pessoa e nação a um futuro não projetado”.

Não escutemos os tiranos ou os pregadores do apocalipse, mas aqueles e aquelas que, como Krenak, tentam compartilhar a mensagem de um outro mundo possível: “Temos de parar de vender o amanhã”, diz o líder indígena. “Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro” (Krenak, 2020).

É hora de escutar, contar e criar outras histórias.¹

1 Agradeço a Lucas Prates e a Arbel Griner por seu engajamento crítico com este ensaio e por sua perspicaz e generosa ajuda editorial. Agradeço também a José Ricardo Ayres, Deisy Ventura, Richard Parker, Joseph J. Amon, Miquéias Mugge e Adriana Petryna por estimulantes discussões.

Referências

- ADAMS, V. *Markets of sorrow, labors of faith: New Orleans in the wake of Katrina*. Durham: Duke University Press, 2013.
- ADAMS, V. *Metrics: what counts in global health*. Durham: Duke University Press, 2016.
- ALLEN, J. S.; JOBSON, R. C. The decolonizing generation: (race and) theory in anthropology since the eighties. *Current Anthropology*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 129-148, 2016.
- ANDERSON, W. Making global health history: the postcolonial worldliness of biomedicine. *Social History of Medicine*, Oxford, v. 27, n. 2, p. 372-384, 2014.
- ANDREONI, M.; LONDOÑO, E. Coronavirus crisis has made Brazil an ideal vaccine laboratory. *The New York Times*, New York, 15 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/15/world/americas/brazil-coronavirus-vaccine.html>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ARAÚJO, E. M. de et al. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, n. 31, p. 383-394, dez. 2009.
- ARAÚJO, E. M. de et al. Apresentação dossiê 'Saúde da População Negra'. *Revista ABPN*, [s. l.], v. 7, p. 12-15, 2015.
- ASAD, T. *Anthropology and the colonial encounter*. Berkshire: Ithaca Press, 1973.
- ASANO, C. L. et al. (ed.). *Direitos na pandemia: monitoramento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos: Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário, n. 1, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no1>. Acesso em: 10 set. 2020.
- AYRES, J. R. C. M.; PAIVA, V.; FRANÇA JR., I. From natural history of disease to vulnerability: changing concepts and practices in contemporary public health. In: PARKER, R.; SOMMER, M. (ed.). *Routledge handbook in global public health*. Abingdon: Taylor and Francis, 2011. p. 98-107.
- BALDWIN, J. The white man's guilt. In: BALDWIN, J. *Baldwin: collected essays*. New York: Library of America, 1998. p. 722-727.
- BENJAMIN, R. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code*. Cambridge: Polity, 2019.
- BIEHL, J. *Will to live: AIDS therapies and the politics of survival*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.

BIEHL, J. Antropologia no campo da saúde global. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 257-296, jan./jun. 2011.

BIEHL, J. *Vita: life in a zone of social abandonment* (updated with a new afterword and photo essay). Berkeley: University of California Press, 2013a.

BIEHL, J. The judicialization of biopolitics. *American Ethnologist*, Arlington, v. 40, n. 3, p. 419-436, 2013b.

BIEHL, J. Theorizing global health. *MAT: Medicine Anthropology Theory*, Amsterdam, v. 3, n. 2, p. 127-142, 2016a.

BIEHL, J. Patient-citizen-consumers: the judicialization of health and the metamorphosis of biopolitics. *Lua Nova*, São Paulo, n. 98, p. 77-105, 2016b.

BIEHL, J. The Postneoliberal fabulation of power: on statecraft, precarious infrastructures, and public mobilization in Brazil. *American Ethnologist*, Arlington, v. 43, n. 3, p. 437-450, 2016c.

BIEHL, J. Do incerto ao inacabado: uma aproximação com a criação etnográfica. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, e263206, 2020.

BIEHL, J.; AMON, J.; PRATES, A. Supreme Court v. necropolitics: the chaotic judicialization of COVID-19 in Brazil. *Health and Human Rights Journal*, Cambridge, v. 23, n. 2, 2021. No prelo.

BIEHL, J.; GÜNNAY, O. How to teach anthropology in a pandemic?. *Somatosphere*, [s. l.], 25 May 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/how-to-teach-anthropology-in-a-pandemic.html/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BIEHL, J.; LOCKE, P. Ethnographic sensorium. In: BIEHL, J.; LOCKE, P. (ed.). *Unfinished: the anthropology of becoming*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 1-38.

BIEHL, J.; NEIBURG, F. Oikography: ethnographies of house-ing in critical times. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 36, n. 4, 2021. No prelo.

BIEHL, J.; ONG, Y. From global health to planetary and micro global health: theorising global health's present remodeling and scaling. In: PARKER, R. G.; GARCIA, J. (ed.). *Handbook on the politics of global public health*. New York: Routledge, 2019. p. 63-78.

BIEHL, J; PETRYNA, A. Critical global health. In: BIEHL, J.; PETRYNA, A. (ed.). *When people come first: critical studies in global health*. Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 1-22.

BIEHL, J; PETRYNA, A. Peopling global health. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 376-389, 2014.

BIRN, A.-E. Philanthrocapitalism, past and present: the Rockefeller Foundation, the Gates Foundation, and the setting(s) of the international/global health agenda. *Hypothesis*, [s. l.], v. 12, n. 1, e8, 2014.

BIRN, A.-E.; DMITRIENKO, K. The World Bank: global health or global harm?. *American Journal of Public Health*, Washington, DC, v. 95, n. 7, p. 1091-1092, 2005.

BLISS, C. *Race decoded: the genomic fight for social justice*. Stanford: Stanford University Press, 2012.

BOURGOIS, P.; SCHONBERG, J. *Righteous dopefiend*. Berkeley: University of California Press, 2009.

BRIGGS, C. L.; MANTINI-BRIGGS, C. *Tell me why my children died: rabies, indigenous knowledge, and communicative justice*. Durham: Duke University Press, 2016.

BRONDIZIO, E. S. *et al.* Re-conceptualizing the anthropocene: a call for collaboration. *Global Environmental Change*, [s. l.], v. 39, p. 318-327, 2016.

BROWN, T.; WYATT, J. Design thinking for social innovation. *Development Outreach*, Washington, DC, v. 12, n. 1, p. 29-43, 2010.

BRULLE, R. J.; PELLOW, D. N. Environmental justice: human health and environmental inequalities. *Annual Review of Public Health*, Palo Alto, v. 27, p. 103-124, 2006.

CALDWELL, K. L. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004.

CALDWELL, K. L. *Health equity in Brazil: intersections of gender, race, and policy*. Champaign: University of Illinois Press, 2017.

CALDWELL, K. L.; ARAÚJO, E. M. de. COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. *The Conversation*, [s. l.], 10 June 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>. Acesso em: 12 set. 2020.

CANCEDDA, C. *et al.* Strengthening health systems while responding to a health crisis: lessons learned by a nongovernmental organization during the Ebola virus disease epidemic in Sierra Leone. *The Journal of Infectious Diseases*, Chicago, v. 214, supl. 3, p. S153-S163, 2016.

CANGUILHEM, G. *On the normal and the pathological*. Traduzido por C. Fawcett. Editado por R. S. Cohen. Boston: D. Reidel, 1978.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CAVALCANTI, M. *From shack to house to fortress: memory, space and favela consolidation in contemporary Rio de Janeiro*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

CHAKRABARTY, D. Postcolonial studies and the challenge of climate change. *New Literary History*, Baltimore, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2012.

COLLUCCI, C. Uso de 'kit Covid', sem eficácia comprovada, gera confronto entre médicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/07/uso-de-kit-covid-sem-eficacia-comprovada-gera-confronto-entre-medicos.shtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

COVID-19 AND AMAZONIA'S FUTURE. In: BRAZIL LAB. Princeton: Princeton University, 22 Apr. 2020. Disponível em: <https://brazillab.princeton.edu/news/covid-19-and-amazonias-future>. Acesso em: 10 set. 2020.

COVID-19 E OS POVOS INDÍGENAS. [S. l.]: Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CUETO, M. *Cold war, deadly fevers: malaria eradication in Mexico 1955-1975*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

DAHN, B.; MUSSA, V.; NUTT, C. Yes, we were warned about Ebola. *The New York Times*, New York, 8 Apr. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/04/08/opinion/yes-we-were-warned-about-ebola.html>. Acesso em: 6 mar. 2018.

DAS, V. *Affliction: health, disease, poverty*. New York: Fordham University Press, 2015.

DAVIS, A. *Are prisons obsolete?*. New York: Penguin Random House, 2003.

DINIZ, D. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. *Acesso à tecnologia e garantia de direitos sociais*. [S. l.]: Instituto Eduardo Correia, 23 jul. 2020. 1 vídeo (71min). Webinar promovido pelo Instituto Eduardo Correia (IEDC). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q9QGVRfOEt0>. Acesso em: 10 set. 2020.

ESPECIALISTAS veem justiça entre excessos e necessidade de atuação em pandemia. *CNN Brasil*, São Paulo, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/08/especialistas-veem-justica-entre-excessos-e-necessidade-de-atuacao-em-pandemia>. Acesso em: 10 set. 2020.

FARMER, P. An anthropology of structural violence. *Current Anthropology*, Chicago, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

FARMER, P. *Pathologies of power: health, human rights, and the new war on the poor*. Berkeley: University of California Press, 2005.

FARMER, P. *Never again?: reflections on human values and human rights*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2006. (The Tanner Lectures on Human Values, v. 26).

FARMER, P. *Haiti after the earthquake*. New York: Public Affairs, 2012.

FARMER, P. *et al.* Introduction: a biosocial approach. In: FARMER, P. *et al.* (ed.). *Reimagining global health: an introduction*. Berkeley: University of California Press, 2013. p. 1-14.

FARRAR, J.; PIOT, P. The Ebola emergency: immediate action, ongoing strategy. *The New England Journal of Medicine*, Boston, v. 371, p. 1545-1546, 2014.

FASSIN, D. *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FASSIN, D. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2011.

FONTAINHA, F.; CASTRO, A. C. Justiça da pandemia: de volta ao 'passivismo' judicial?. *Jota*, Brasília, 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/judiciario-e-sociedade/justica-pandemia-passivismo-judicial-04092020>. Acesso em: 10 set. 2020.

FRANKFURTER, R. Conjuring biosecurity in the post Ebola Kissi Triangle: the magic of paperwork in a frontier clinic. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 33, p. 517-538, 2019.

FREITAS, H. Toffoli: STF atuou como elemento estabilizador da ordem política, econômica e social. *Jota*, Brasília, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/toffoli-stf-atuou-como-elemento-estabilizador-da-ordem-politica-economica-e-social-01072020>. Acesso em: 10 set. 2020.

FRUMKIN, H.; MYERS, S. Health at a planetary scale: why we should think bigger about public health – way bigger. *Politico*, [s. l.], 13 Sept. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/agenda/story/2017/09/13/planetary-health-challenges-000514>. Acesso em: 10 set. 2020.

GARCIA, A. *The pastoral clinic: addiction and Dispossession along the Rio Grande*. Berkeley: University of California Press, 2010.

GILMORE, R. W. *Golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. Berkeley: University of California Press, 2007.

GLAUDE, E. *Begin again: James Baldwin's America and its urgent lessons for our own*. New York: Penguin Random House, 2020.

GORE, R.; PARKER, R. Analysing power and politics in health policies and systems. *Global Public Health*, Abingdon, v. 14, n. 4, p. 481-488, 2019.

GREENE, J. A.; VARGHA, D. How epidemics end. In: BOSTON REVIEW. [S. l.: s. n.], 30 June 2020. Disponível em: <http://bostonreview.net/science-nature/jeremy-greene-dora-vargha-how-epidemics-end>. Acesso em: 10 set. 2020.

GRINER, A. Pandemia, farmacologia e biopoder – ou sobre meu encontro com o SARS-CoV2 e Rosa B. In: BVPS: Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social. [S. l.]: BVPS, 22 maio 2020. Disponível em <https://blogbvps.wordpress.com/2020/05/22/pandemia-farmacologia-e-biopoder-ou-sobre-meu-encontro-com-o-sars-cov2-e-rosa-b-por-arbel-griner/>. Acesso em: 10 set. 2020.

HAN, C. *Life in debt: times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. *A bias for hope: essays on development and Latin America*. New Haven: Yale University Press, 1971.

HOGAN, V. K. *et al.* "We black women have to kill a lion everyday?": an intersectional analysis of racism and social determinants of health in Brazil. *Social Science & Medicine*, Oxford, v. 199, p. 96-105, 2018.

HOLMES, S. *Fresh fruit, broken bodies*. Berkeley: University of California Press, 2013.

HORTON, R. Offline: can Ebola be a route to nation-building?. *The Lancet*, [s. l.], v. 384, n. 9961, p. 2186, 2014.

HORTON, R. *et al.* From public to planetary health: a manifesto. *The Lancet*, [s. l.], v. 383, n. 9920, p. 847, 2014.

KESHAVJEE, S. *Blind spot: how neoliberalism infiltrated global health*. Berkeley: University of California Press, 2014.

KLEIN, N. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Picador, 2008.

KLEIN, N. Coronavirus capitalism – and how to beat it. *The Intercept*, [s. l.], 16 Mar. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/16/coronavirus-capitalism/>. Acesso em: 10 set. 2020.

KLEINMAN, A. *What really matters: living a moral life amidst uncertainty and danger*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (ed.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *The falling sky: words of a Yanomami shaman*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Ebook.

LAKOFF, A. *Unprepared: global health in a time of emergency*. Oakland: University of California Press, 2017.

LAKOFF, A.; COLLIER, S. *Biosecurity interventions: global health and security in question*. New York: Columbia University Press, 2008.

LAKOFF, A. COLLIER, S.; KELTY, C. (ed.). *Limn*, [s. l.], n. 5, Ebola's ecologies, Jan. 2015. Disponível em: <https://limn.it/issues/ebolas-ecologies/>. Acesso em: 10 set. 2020..

LEAL, M. do C. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, p. 1-17, 2017.

LISPECTOR, C. *A hora da estrela: edição com manuscritos e ensaios inéditos*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2017. Ebook.

MARCELIN, L. H. *A invenção da família afro-americana*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MAUSS, M. *The gift: the form and reason for exchange in archaic societies*. London: Routledge, 1990.

METZL, J. M.; HANSEN, H. Structural competency: theorizing a new medical engagement with stigma and inequality. *Social Science & Medicine*, Oxford, v. 103, p. 126-133, 2014.

MORAN-THOMAS, A. A salvage ethnography of the Guinea worm: witchcraft, oracles and magic in a disease eradication program. In: BIEHL, J.; PETRYNA, A. (ed.). *When people come first: critical studies in global health*, Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 207-242.

NADING, A. Local biologies, leaky things, and the chemical infrastructure of global health. *Medical Anthropology*, Abingdon, v. 36, n. 2, p. 141-156, 2017.

NEIBURG, F. *Conversas etnográficas haitianas*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.

PATH. *The IC2030 report: reimagining global health*. [S. l.]: PATH, 2015. Disponível em: https://path.azureedge.net/media/documents/APP_ic2030_fs.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

PETRYNA, A. *When experiments travel: clinical trials and the global search for human subjects*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

PETRYNA, A. *Life exposed: biological citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

PETRYNA, A. What is a horizon? Navigating thresholds in climate change uncertainty. In: RABINOW, P.; SAMIMI-DARASH, L. (ed.). *Modes of uncertainty: anthropological cases*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015. p. 147-164.

PETRYNA, A. Horizons. In: BIEHL, J.; LOCKE, P. (ed.). *Unfinished: the anthropology of becoming*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 243-269.

POVINELLI, E. *The cunning of recognition: indigenous alterities and the making of Australian multiculturalism*. Durham: Duke University Press, 2002.

QUESADA, J.; HART, L.; BOURGOIS, P. Structural vulnerability and health: Latino migrant laborers in the United States. *Medical Anthropology*, Abingdon, v. 30, n. 4, p. 339-362, 2011.

RALPH, L. *The torture letters: reckoning with police violence*. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.

REDFIELD, P. *Life in crisis: the ethical journey of Doctors Without Borders*. Berkeley: University of California Press, 2013.

REDFIELD, P. Fluid technologies: the bush pump, the LifeStraw® and microworlds of humanitarian design. *Social Studies of Science*, London, v. 46, n. 2, p. 159-183, 2016.

RIBEIRO, D. A. Saúde coletiva e as demandas da população negra: desafios e perspectivas. In: SOUZA, M. K. B. de; TAVARES, J. S. (org.). *Saúde coletiva e as demandas da população negra: desafios e perspectivas*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2014. v. 1, p. 105-115.

RICHARDSON, E. T. On the coloniality of global public health. *Medicine Anthropology Theory*, Amsterdam, v. 6, n. 4, p. 101-118, 2019.

RICHARDSON, E. T. *et al.* The Ebola suspect's dilemma. *The Lancet Global Health*, [s. l.], v. 5, n. 3, e254–256, 2017.

RODIN, J. Planetary health: a new discipline in global health. In: THE ROCKEFELLER FOUNDATION. [S. l.]: The Rockefeller Foundation, 16 July 2015. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/blog/planetary-health-a-new-discipline-in-global-health/>. Acesso em: 10 set. 2020.

ROUSE, C. *Uncertain suffering*: racial health care disparities and sickle cell disease. Berkeley: University of California Press, 2009.

SAID, E. Representing the colonized: anthropology's interlocutors. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.

SAÚDE Global e COVID-19=Global Health and COVID-19. Princeton: Brazil LAB, 21 Aug. 2020. 1 vídeo (140min). Publicado no canal Brazil LAB at Princeton University. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R5LDAQOaNAw&feature=emb_logo&ab_channel=BrazilLABatPrincetonUniversity. Acesso em: 10 set. 2020.

SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*: the violence of everyday life in Brazil. Berkeley: University of California Press, 1991.

SCHUCH, P.; VÍCTORA, C. G.; SILVA, S. B. da. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 7-24, jan./abr. 2018.

SCHWITTAY, A.; BRAUND, P. Iterate, experiment, prototype. *Limn*, [s. l.], n. 9, Nov. 2017. Disponível em: <https://limn.it/articles/iterate-experiment-prototype/>. Acesso em: 10 set. 2020.

SEGATA, J.; MASTRANGELO, A. As biosseguranças e suas antropologias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 7-25, maio/ago. 2020.

SHANGE, S. *Progressive dystopia*: abolition, antiblackness, and schooling in San Francisco. Durham: Duke University Press, 2019.

SIMPSON, A. *Mohawk interruptus*: political life across the borders of settler states. Durham: Duke University Press, 2014.

SINGER, M.; HASEMANN, J.; RAYNOR, A. 'I feel suffocated': understandings of climate change in an inner-city heat island. *Medical Anthropology*, Abingdon, v. 35, n. 6, p. 453-463, 2016.

SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies*: research and indigenous peoples. London: Zed Books, 2012.

SMOLEN, J. R. *et al.* Intersectionality of race, gender, and common mental disorders in Northeastern Brazil. *Ethnicity and Disease*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 207-214, 2018.

SOPRANA, P. 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia do coronavírus. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

STEVENSON, L. *Life beside itself: imagining care in the Canadian Arctic*. Berkeley: University of California Press, 2014.

A TERRA é redonda: desnorteados. *Piauí*, São Paulo, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/terra-e-redonda-desnorteados/>. Acesso em: 10 set. 2020.

TICKTIN, M.; FELDMAN, I. (ed.). *In the name of humanity: the government of threat and care*. Durham: Duke University Press, 2010.

TROUILLOT, M.-R. Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness. In: TROUILLOT, M.-R. *Global transformations: anthropology and the modern world*. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 7-28.

VENTURA, D. From Ebola to Zika: international emergencies and the securitization of global health. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, e00033316, 2016.

VENTURA, D. Between science and populism: Brazil and COVID-19. In: AMERICAS' GLOBAL ROLE. London: Chatham House, 2 Apr. 2020. Disponível em: <https://americas.chathamhouse.org/article/between-science-and-populism-brazil-and-covid-19/>. Acesso em: 10 set. 2020.

VIANNA, L. W. *et al.* *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

VILAÇA, A. *Morte na floresta*. São Paulo: Todavia, 2020.

VITALE, A. *The end of policing*. New York: Verso, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Ce qui se passe au Brésil relève d'un génocide. *Philosophie Magazine*, Paris, 19 mai 2020. Disponível em: <https://www.philomag.com/lactu/temoignages/eduardo-viveiros-de-castro-ce-qui-se-passe-au-bresil-releve-dun-genocide-43226>. Acesso em: 10 set. 2020.

WENDLAND, C. *A heart for the work: journeys through an African medical school*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, C. (dir.). *Vents d'Est, vents d'Ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. p. 151-163. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso em: 10 set. 2020.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-548, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 10 set. 2020.

WERNECK, J. et al. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. [S. l.]: Geledés, 2013. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

WHYTE, S. R. (ed.). *Second chances: surviving AIDS in Uganda*. Durham: Duke University Press, 2015.

WILKINSON, I.; KLEINMAN, A. *A passion for society: how we think about human suffering*. Berkeley: University of California Press, 2015.

Recebido: 14/09/2020 Aceito: 20/01/2021 | Received: 9/14/2020 Accepted: 1/20/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Instruções às/ aos autoras/ es

Horizontes Antropológicos é um periódico comprometido com as boas práticas e a ética na gestão dos manuscritos, expressas nas orientações abaixo:

1 – *Horizontes Antropológicos* publica trabalhos originais/inéditos sob a forma de artigos e entrevistas, em português, espanhol, francês ou inglês.

1.1 – As/Os autoras/es que tiverem seus trabalhos publicados devem **observar o intervalo de 18 meses, a contar da data da publicação, antes de realizarem a submissão de um novo artigo.**

2 – O número máximo de autoras/es por artigo é quatro. Aceitamos a **submissão de somente um trabalho por autor/a para cada chamada de artigos.**

2.1 – A submissão de trabalhos deve ser realizada na plataforma SEER (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) e as/os autoras/es devem obrigatoriamente informar: nome, ORCID, e-mail, afiliação institucional (especificando cidade, estado e país da instituição). Para assegurar a integridade da avaliação às cegas pelos pares, as/os autoras/es devem excluir qualquer identificação de autoria nos textos, inclusive em referências e notas de rodapé. Em arquivos do Microsoft Office e PDF (Adobe Acrobat), a identificação de autoria deve ser removida das propriedades do documento. Não aceitamos a duplicação de publicação ou tradução de artigo já publicado em outro periódico ou como capítulo de livro.

2.2 – Caso haja interesse das/os autoras/es, os artigos podem ser disponibilizados previamente na modalidade **preprint** em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. Para isso, é necessário o aceite das exigências de conformidade com a Ciência Aberta (**solicite o formulário pelo e-mail** horizontes@ufrgs.br). Neste formulário, as/os autoras/es informam: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados; e (c) se aceitam **opções de abertura no processo de avaliação pelos pares.**

2.3 – Como expressão de transparência e reconhecimento das diferentes contribuições de pesquisadores, o texto final, no caso de aprovação para publicação, deve informar ao final, de modo preciso, as contribuições específicas de cada autor/a. As/Os autoras/es também devem especificar formalmente se há ou não possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação de suas pesquisas.

2.4 – Os artigos devem ter um título que represente de forma objetiva seu conteúdo, ser escritos em espaço duplo e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas. Caso se trate de artigo sobre pesquisa empírica, o texto pode chegar a 11 mil palavras e deve apresentar a metodologia empregada: como as observações foram coletadas; de onde e como as observações foram extraídas, quais documentos e arquivos foram consultados, em que local e data; quais perguntas de quais surveys foram analisadas; em que contexto, local e data/período foi realizado o trabalho de campo; quantas pessoas foram entrevistadas; qual roteiro foi utilizado; qual técnica de observação foi empregada, etc. Deve ainda explicitar como as observações foram analisadas, quais foram os métodos e técnicas utilizadas na produção de cada gráfico, tabela, figura, descrição e interpretações defendidas.

2.5 – Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 150 palavras, e de mais quatro palavras-chave, bem como de uma versão em inglês do resumo (abstract), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (keywords) e versão em inglês do título. No caso de originais em inglês, essas informações devem, também, trazer a versão em português.

3 – O padrão adotado pela revista para citações e referências segue as normas da ABNT, NBR 10520 e NBR 6023, respectivamente.

3.1 – As notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

3.2 – No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

Segundo Hassen (2002, p. 173): “Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade.”

Sabemos que há “[...] uma grande carência de materiais didáticos nesse campo [...]” (Hassen, 2002, p. 173).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo (Hassen, 2002).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002).

ou

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

3.3 – As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

3.4 – As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

3.4.1 – Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

DUMONT, L. *Homo hierarchichus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão “In:”, autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

3.4.3 – Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, M. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

3.4.4 – Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. *In*: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documento em meio eletrônico: acrescenta-se à referência a descrição física do suporte (CD-ROM, disquete, etc.); para documentos consultados online, indica-se o endereço completo e a data de acesso (dia, mês e ano):

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Acesso em: 5 jun. 2013.

3.5 – Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte tipográfica; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

- a) **itálico**: para palavras estrangeiras, não dicionarizadas e ênfase;
- b) **aspas duplas**: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;
- c) **negrito** e sublinhado: devem ser evitados.

4 – Imagens que façam parte do artigo (figuras e gráficos inclusive) devem ser enviadas em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300 dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 11,6 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1368 x 1890 pixels).

5 – A publicação dos artigos será decidida pelos editores da revista e organizadoras/es do número temático, levando em consideração pareceres de consultores externos.

6 – Para alargar a captação de colaborações, *Horizontes Antropológicos* faz ampla divulgação da temática de seus números já programados e respectivas/os organizadoras/es na contracapa de seus números, em seu website (<https://www.ufrgs.br/ppgas/ha>), em redes sociais, em blogs especializados e em boletins de associações profissionais de ciências sociais.

Declaração de direito autoral

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista, a qual é filiada ao sistema Creative Commons, atribuição CC-BY (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). O/A autor/a é integralmente responsável pelo conteúdo do artigo e continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores, devendo, se possível, fazer constar a referência à primeira publicação na revista.

Os artigos, depois de examinados pelos editores, são avaliados por consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras e com comprovada produção científica. Para serem aceitos, os artigos precisam ser considerados pelos editores como tendo o nível exigido pela revista, receber no mínimo dois pareceres favoráveis e incorporar as sugestões dos pareceristas na versão final.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos.

Instructions to authors

Horizontes Antropológicos is committed to good practices and ethics in the management of manuscripts, as expressed in the guidelines below:

1 – *Horizontes Antropológicos* publishes original/unpublished works in the form of articles and interviews in Portuguese, Spanish, French or English.

1.1 – Authors who have their work published must observe the **interval of 18 months, from the date of publication, before submitting a new article**.

2 – The maximum number of authors per article is four. **For each call for papers, we accept the submission of only one work per author.**

2.1 – The submission of papers must be held in the OJS platform (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) and the authors must inform: name, e-mail, ORCID registration number and institutional affiliation (with City, State and Country). To ensure the integrity of the blind peer review, the authors must exclude any identification of authorship, including in references and footnotes. In Microsoft Office and PDF (Adobe Acrobat) files, the authorship ID must be removed from the document properties. We do not accept duplication of publication or translation of articles already published in another journal or as a book chapter.

2.2 – If there is interest from the authors, the articles can be previously made available in the **preprint** mode at <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. For this, it is necessary to accept the requirements for compliance with Open Science (and **request the form by e-mail** horizontes@ufrgs.br). In this form, the authors inform: (a) if the manuscript is a preprint and, if so, where is allocated; (b) whether data, program codes and other materials underlying the text of the manuscript are properly cited and referenced; and (c) if **openness options are accepted in the peer review process**.

2.3 – As an expression of transparency and recognition of the different contributions to the research, the final text, in case of approval for publication, must inform at the end, in a precise manner, the specific contributions of each author. The authors must also formally specify potential conflicts of interest in their research.

2.4 – Articles must have a title that objectively represents their content, also be written in double space and have up to 10,000 words, including references and footnotes. In the empirical researches, the text can reach 11,000 words and must present the methodology: how the observations were collected; where and how the observations were extracted, what documents and files were consulted, in what place and date; which questions from which surveys were analyzed; in what context, place and date/time period the fieldwork was carried out; how many people were interviewed; which guide was used; which observation techniques were employed, etc. It must also explain how the observations were analyzed, what were the methods and techniques used in the production of each graph, table, figure, description and interpretations.

2.5 – Articles must contain an abstract written in simple space and with up to 150 words and four keywords, as well as a Portuguese version of the abstract, keywords and title.

3 – For quotes and references, the journal follows the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards NBR 10520 and NBR 6023, respectively.

3.1 – Notes must appear at the bottom of the page (as footnotes). Bibliographical references must appear alphabetically in the end of the text.

3.2 – Direct quotes must appear in the main body of the text and present: author's last name, year of publication, page indication. In indirect quotes the page indication is optional, according to the models:

According to Lancaster (1992, p. 173): "Machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology."

We know that "machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology" (Lancaster, 2002, p. 173).

We know that machismo is not simply a matter of ideology (Lancaster, 1992).

or

Machismo is not simply a matter of ideology, according to Lancaster (1992, p. 173).

3.3 – Direct quotes with more than three lines must appear in small print, without quotation marks, in single-spaced text; transcriptions of interviews must follow the same format, as in the example:

One view stresses the “vertical” element in faith, the relationship to God; and it selects certain persons, institutions, objects which in a privileged way are held to give access to the divine clearly and unmistakably. [...] The other view of the sacred refuses to localize it in the people, places and things. (Hebblethwaite, 1975, p. 15).

3.4 – Bibliographical references at the end of the text must follow the guidelines:

3.4.1 – Books, guides, catalogues, dictionaries, etc.: author(s), title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

SAHLINS, M. *How “natives” think*: about Captain Cook, for example. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTERIO DE SALUD. Unidad Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Part of a book (fragment, article, chapter in a collective work): author(s), title of the part followed by the expression “In:”, author(s) of the book, title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. *In*: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.

3.4.3 – Article/paper in journal: author(s), title of article, name of the journal (in italics), place, year and/or volume, number, initial and final page of the article, date.

WHITE, H. The value of narrativity in the representation of real. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

3.4.4 – Article in newspaper: author(s), title of the article, name of the newspaper (in italics), place, date, section or part, page (if there is a specific section, the page precedes the date):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Academic production: complete reference followed by the type of document, degree, academic affiliation, place and date as indicated in the document:

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Scientific events: name of the event, number (if there is), year and place (city), title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher and date of publication:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Paper presented at a scientific event: author(s), title of the paper presented followed by the expression “*In:*”, name of the event, number (when applicable), year and place (city) where the event occurred, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher, date of publication and initial and final pages of the paper:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos* [...] Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documents in electronic media must be listed under the specific sort of support (CD-ROM, disk, etc.); for documents consulted on-line the full web address and date of access (day, month and year) must be indicated:

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Available at: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Accessed: 5 jun. 2013.

3.5 – In the main body of the text, authors must follow a consistent typographical style; use capital letters only when absolutely necessary:

- a) italics: for foreign words and emphasis;
- b) double quotes: in direct quotes with less than 3 lines; in words which have an unusual connotation and in those which should receive particular emphasis;
- c) **bold** type and underlining should be avoided.

4 – Any illustrations (including diagrams and graphics) must be sent in TIFF format (without compression), in the final size intended for publication and at 300 dpi resolution. Maximum width: 4.56 inches (11,6 cm); maximum height: 6.3 inches (16 cm) or 1368 by 1890 pixels.

5 – The publication of the articles will be decided by the editors of the journal and the coordinators of the issue, taking into consideration the peer reviews.

6 – In order to broaden the collaborations, *Horizontes Antropológicos* makes a wide dissemination of the theme of its forthcoming issues and of the respective coordinators on the back cover of its printed version, on its website (<https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/index.php/en/>), on social media, on specialized blogs and on newsletters of social sciences professional associations.

Copyright statement

Submission of works automatically implies the immediate and free assignment of copyright to the journal, which is affiliated to the Creative Commons Attribution CC-BY License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). The author is fully responsible for the content of the article and continues to hold all copyrights for subsequent publication. Also must, if possible, include the reference to the first publication in *Horizontes Antropológicos*.

The articles, after examination by the editors, are evaluated by experts from national and international institutions of teaching and/or research. To be accepted for publication, the articles must be considered by the editors, must receive two favorable reviews and incorporate suggestions of the reviewers in their final version.

There is no fee for submission, evaluation or publication of articles.

Temas dos números anteriores

1995

- 1 Gênero
- 2 Antropologia visual
- 3 Religiões afro-americanas

1996

- 4 Comida

1997

- 5 Diferenças culturais
- 6 Sociedades indígenas
- 7 Histórias da antropologia

1998

- 8 Religião
- 9 Corpo, doença e saúde

1999

- 10 Diversidade cultural e cidadania
- 11 Música e sociedade
- 12 Cultura oral e narrativas

2000

- 13 A cidade moderna
- 14 Relações interétnicas

2001

- 15 Antropologia e política
- 16 Natureza e cultura

2002

- 17 Sexualidade e Aids
- 18 Arqueologia e sociedades tradicionais

2003

- 19 Imigração e fronteiras
- 20 Antropologia e turismo

2004

- 21 Antropologi@web
- 22 Cultura escrita e práticas de leitura

2005

- 23 Patrimônio cultural
- 24 Antropologia e performance

2006

- 25 Antropologia e meio ambiente
- 26 Direitos sexuais

2007

- 27 Religião e política
- 28 Antropologia e consumo

2008

- 29 Antropologia e arte
- 30 Antropologia e esporte

Temas dos números anteriores

2009

- 31 Circulação internacional
- 32 Etnografias

2010

- 33 Antropologia e estilos de vida
- 34 Antropologia e ciclos de vida

2011

- 35 Ciência, poder e ética
- 36 Cultura material

2012

- 37 Teoria antropológica
- 38 Saberes e fazeres

2013

- 39 Antropologia e trabalho
- 40 Megaeventos

2014

- 41 Antropologia e políticas globais
- 42 Sofrimento e violência

2015

- 43 Diásporas
- 44 Cultura e aprendizagem

2016

- 45 Economia e cultura
- 46 Tecnologias de governo:
etnografias de práticas e políticas

2017

- 47 Gênero e sexualidade, saberes
e intervenções
- 48 Antropologia e animais
- 49 Antropologia, etnografia
e educação

2018

- 50 Políticas de inclusão
- 51 Sistemas xamânicos
e novos xamanismos
- 52 A religião no espaço público

2019

- 53 Antropologia dos museus
- 54 Antropologia e emoções
- 55 Arte e cidade

2020

- 56 Imitação, simulacro e falsificação
- 57 Antropologia da biossegurança
- 58 Antropologia histórica
e povos indígenas

Números de *Horizontes Antropológicos* a serem publicados em 2021/2022

Número 60

Antropologia da criança

organizado por Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Clarice Cohn
e Fernanda Ribeiro

Envio de artigos: de 01/10/2019 a 31/01/2020

Número 61

Governança reprodutiva

organizado por Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis

Envio de artigos: de 01/02/2020 a 30/09/2020

Número 62

História das antropologias do mundo

organizado por Eduardo Dullo, Frederico Delgado Rosa e Patrícia Ferraz de Matos

Envio de artigos: de 01/10/2020 a 31/01/2021

Número 63

Negritude e relações raciais

organizado por Denise Jardim, Handerson Joseph, Cédric Audebert
e Osmundo Pinho

Envio de artigos: de 01/02/2021 a 31/05/2021

Número 64

Antropologia e deficiência

organizado por Patrice Schuch, Anahí Guedes de Mello, Valéria Aydos e
Sahra Gibbon

Envio de artigos: de 01/06/2021 a 30/09/2021

Submissão de artigos em: <http://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>

Impressão



Apresentação: A Covid-19 e suas múltiplas pandemias – Jean Segata; Patrice Schuch; Arlei Sander Damo; Ceres Vítora / **Artigos:** Antropologia e pandemia: escalas e conceitos – Taniele Rui; Isadora Lins França; Bernardo Fonseca Machado; Gustavo Rossi; José Maurício Arruti / A pandemia de Covid-19 na UTI – Everson Fernandes Pereira / Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil – Rosana Castro / Living the death of others: the disruption of death in the COVID-19 pandemic – Marcos Freire de Andrade Neves / Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas – Palloma Valle Menezes; Alexandre Almeida de Magalhães; Caíque Azael Ferreira da Silva / Alucinando uma pandemia: ensaio sobre as disputas pela realidade da Covid-19 – Alexandre Branco-Pereira / La sociedad del espanto. Mallas de vidas en cuarentena – Octavio Bonet / Como compor com um vírus!? Reflexões sobre os *animal studies* no tempo das pandemias – Eliane Sebeika Rapchan; Fagner Carniel / Pós-pandemia ou a “endemização do (extra)ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil – Lis Furlani Blanco; Jonatan Sacramento / Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil – Daniel Granada; Marcia Grisotti; Priscila Pavan Detoni; Rosmari Cazarotto; Maria Conceição de Oliveira / Vejez y vida cotidiana en tiempos de pandemia: estrategias, decisiones y cambios – Paulina Osorio-Parraguez; Pamela Jorquera; Matías Araya Tessini / Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco – Fernanda Loureiro Silva; Jane Russo; Marina Nucci / *A xawara* e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19 – Marcelo Moura Silva; Carlos Estellita-Lins / São João em tempos de Covid-19: os impactos da pandemia do novo coronavírus nas experiências de participantes de quadrilhas juninas no interior cearense – Thiago Silva de Castro; Antonio Cristian Saraiva Paiva / **Espaço Aberto:** How Brazilian social scientists responded to the pandemic – Rodrigo Toniol; Miriam Grossi / Descolonizando a saúde planetária – João Biehl.

Temas dos próximos números e organizadores:

Antropologia da criança – Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Clarice Cohn e Fernanda Ribeiro

Governança reprodutiva – Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis

História das antropologias do mundo – Eduardo Dullo, Frederico Delgado Rosa e Patrícia Ferraz de Matos

Negritude e relações raciais – Denise Jardim, Handerson Joseph, Cédric Audebert e Osmundo Pinho

Antropologia e deficiência – Patrice Schuch, Anahí Guedes de Mello, Valéria Aydos e Sahn Gibbon



REDE COVID-19
COMUNICAÇÃO E AÇÃO

